



SUZETE MORÉM DE FRAGA

**ECOLOGIA DOS SABERES:
Narrativas de memórias sobre as interações acadêmicas**

CANOAS, 2017

SUZETE MORÉM DE FRAGA

ECOLOGIA DOS SABERES:

Narrativas de memórias sobre as interações acadêmicas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, para obtenção do grau de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo

Coorientadora: Profa. Dra. Judite Sanson de Bem

CANOAS, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F811e Fraga, Suzete Morém de.

Ecologia dos saberes : [manuscrito] narrativas de memórias sobre as interações acadêmicas / Suzete Morém de Fraga . 2018.

201 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) .
Universidade La Salle, Canoas, 2018.

%Orientação: Prof^a. Dra. Margarete Panerai Araújo+

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

SUZETE MORÉM DE FRAGA

**ECOLOGIA DOS SABERES:
Narrativas de memórias sobre as interações acadêmicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, para obtenção do grau de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 05 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Margarete Panerai Araujo
Unilasalle

Profa. Dra. Judite Sanson de Bem
Unilasalle

Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas
Unilasalle

Prof. Dr. Alvaro Fraga Moreira Benevenuto Junior
UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, sem o qual não teria inspiração e energia.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade e incentivo.

À Universidade La Salle e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais pelo estímulo constante, assim como aos funcionários pelo apoio recebido.

Aos membros da banca, minhas homenagens!

À Profa. Dra. Judite Sanson de Bem, pela disponibilidade em coorientar-me.

Agradecimento especial à Profa. Dra. Margarete Panerai Araujo, pelo carinho, orientação, cooperação e estímulo constante durante este percurso sem os quais não seria possível a realização desse sonho. Muito obrigada pela orientação e pelo desafio de juntas dissertar sobre as interações acadêmicas da UFRGS.

Aos meus familiares, pai (*in memoriam*), mãe, irmãs, irmão.

Em especial, ao Prof. Dr. Ivo Manica, professor titular e pesquisador da UFRGS e UnB, pelo estímulo constante.

Aos professores coordenadores, que disponibilizaram seus projetos para o estudo, e, sobretudo, aos professores entrevistados, à aluna e às entrevistadas das instituições externas, que deram corpo a este estudo e sem os quais não seria possível sua realização, assim como aos professores que cederam as imagens para os produtos finais.

Ao Gabinete do Reitor, aos colegas do Núcleo de Convênios, pelas palavras de encorajamento, aos demais colegas da UFRGS, e àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Estendo, também, meus agradecimentos aos colegas da turma 2016 do mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. Juntos iniciamos esta caminhada pela qual compartilhei dias felizes.

Aos amigos e a todos que torceram pela realização deste estudo, meus sinceros agradecimentos. Em especial, à colega da Unilasalle e da UFRGS, doutoranda Eliane Jost Blessmann, pelas conversas constantes. Às colegas da UFRGS: Anália, Andréa, Andréa Rehm, Cláudia, Dóris, Elga, Evelin, Gilca, Lúcia, Rosemeri e Rosi, pelo estímulo.

Por natureza e missão, sois universidade, isto é, abraçais o universo do saber no seu significado humano e divino, para garantir aquele olhar de universalidade sem o qual a razão, resignada com modelos parciais, renuncia à sua aspiração mais alta: a de buscar a verdade. À vista da grandeza do seu saber e do seu poder, a razão cede perante a pressão dos interesses e a atração da utilidade, acabando por a reconhecer como seu último critério. [...] Com efeito, a verdade significa mais do que saber: o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem. A verdade torna-nos bons, e a bondade é verdadeira. [...] É justo que nos interroguemos: como ajudamos os nossos alunos a não olhar um grau universitário como sinónimo de maior posição, sinónimo de mais dinheiro ou maior prestígio social? Não são sinónimos. Ajudamos a ver esta preparação como sinal de maior responsabilidade perante os problemas de hoje, perante o cuidado do mais pobre, perante o cuidado do meio ambiente? Não basta realizar análises, descrições da realidade; é necessário gerar espaços de verdadeira pesquisa, debates que gerem alternativas para as problemáticas de hoje. [...] a missão fundamental de toda universidade é a investigação contínua da verdade mediante a pesquisa, a preservação e a comunicação do saber para o bem da sociedade+(João Paulo II, Cons. ap. Ex corde Ecclesiae, 30). [...] O docente fala não tanto como representante duma crença, como sobretudo testemunha da validade duma razão ética.+(Papa Francisco, 2017)

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as memórias das interações acadêmicas (IAs), praticadas na UFRGS, e do Núcleo de Convênios que está implicado nessa relação. O objetivo geral foi de evocar as memórias, através da História Oral, dos atores envolvidos na relação universidade/sociedade na produção de uma memória social e na estruturação de uma ecologia de saberes na universidade, a partir de três casos relacionados à trilogia ensino-pesquisa-extensão da UFRGS no período de 2011 a 2015. A metodologia foi de natureza qualitativa. Dessa forma, foi realizado levantamento documental do período de abrangência da pesquisa com seus detalhes, assim como entrevistas de História Oral com as pessoas envolvidas com as IAs. Foram apuradas as categorias: memórias e trajetórias; Educação Superior e ecologia de saberes, com suas respectivas subcategorias, analisadas a partir dos conceitos e reflexões da relação dialógica, do Ensino Superior, dentre outros, e, sobretudo, das teorias de Boaventura de Sousa Santos, evidenciando a estruturação de uma ecologia de saberes na UFRGS. Nessa perspectiva, foram evidenciadas, nas falas e no cenário da investigação, respostas aos objetivos propostos e à indagação do estudo. O resultado da investigação permitiu inferir que no ambiente da universidade transita a compreensão e o partilhar das visões de mundo, assim como ocorre a extensão, com projetos e ações extramuros da universidade no diálogo progressivo entre o saber científico e os saberes leigos e populares. A partir da relação dialógica, constatou-se o amadurecimento nas relações da universidade/sociedade como um todo, evidenciando as transformações focadas nos interesses e nas necessidades emergentes da população. Esse paradigma se confirma na sustentação das interações acadêmicas, que promoveram a estruturação da ecologia de saberes, comprovando a missão e a responsabilidade social da universidade. Para alcançar as exigências do mestrado profissional, foram produzidos uma cartilha e um material didático como produtos finais.

Palavras-chave: Memórias. Ecologia de Saberes. Universidade/Sociedade. Interações Acadêmicas.

ABSTRACT

This research theme is about the memories of Academic Interactions (IAs) practiced at UFRGS, and in the Agreements Core implied within its relation. The main objective was to evoke memories through oral history, among the involved actors in the University/Society relation in a social memoir production and in the structuring of a University Ecology of Knowledges from three related cases, related to the teaching-research-postgraduation trilogy at UFRGS, between the years of 2011 and 2015. This was a qualitative methodology research, therefore a documental survey was done from the research reporting period and its details, as well as oral history interviews among the involved subjects with the IAs. The categories evaluated were: memories and trajectories, higher education and ecology of knowledges with their own respective subcategories, analysed from concepts and reflections on dialogic relations, in higher education, among others; and above all, on Boaventura de Sousa Santos theories, highlighting the structuring of Ecology of Knowledges at UFRGS. In this perspective, speeches and settings emphasized the answers to the proposed goals and to the questioning in this study. The result of this investigation allowed to derive that, in the University environment, there is a wondering between the understanding and the sharing of world visions, as well as occurs in postgraduation, with all the University projects and actions over walls, in a progressive dialog between scientific and lay or popular knowledge. From this dialogic relation, it has been found a maturity in University/Society relationships as a whole, evincing transformations focused on emerging population needs and interests. This paradigm is confirmed by the Academic Interactions sustainance, which promoted the structuration of Ecology of Knowledge, proving the University mission and its social responsibility. As final products, in order to achieve the professional master degree, it was produced a booklet and didactic material.

Keywords: Memories. Ecology of Knowledges. University/Society. Academic Interactions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 .	Produtos finais: material didático e cartilha.	88
Figura 2 .	Representação esquemática do Núcleo de Convênios da UFRGS.	98
Figura 3 .	Livro contendo interações acadêmicas de 1953 a 1970	119
Figura 4 .	Interação acadêmica celebrada com a Sede do Instituto Confúcio....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 .	Recomendações às universidades, segundo Delors et al. (2010).....	41
Quadro 2 .	Sete saberes necessários à Educação do Futuro, segundo Edgar Morin, citado por Werthein e Cunha (2005).....	41
Quadro 3 .	Princípios orientadores das ações extensionistas, pactuados durante o FORPROEX em 1987, segundo dados do FORPROEX (2012).....	52
Quadro 4 .	Relação dos entrevistados, contendo cargo, função exercida, tempo de trabalho na instituição e data da entrevista.	78
Quadro 5 -	Categorias e subcategorias de análise a partir do roteiro de entrevista.....	84
Quadro 6 -	Categorias e subcategorias de análise	116

LISTA DE SIGLAS

AUDIN	Auditoria Interna
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CMES	Conferência Mundial sobre Educação Superior
CONSUN	Conselho Universitário
FACED	Faculdade de Educação
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FORPROF	Centro de Formação Continuada de Professores
IAs	Interações Acadêmicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NC	Núcleo de Convênios
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Alfabetização Audiovisual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
RELINTER	Secretaria de Relações Internacionais
SEDETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILASALLE	Universidade La Salle

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Memórias: conceitos, teorias e inter-relações	19
2.2	Memória institucional e seus suportes	25
2.3	A Educação Superior	30
2.3.1	<i>Pilares da educação</i>	38
2.3.2	<i>Ensino, pesquisa e extensão</i>	42
2.3.3	<i>Interação dialógica entre Universidade e setores sociais</i>	46
2.4	Construindo ecologia de saberes	57
2.4.1	<i>Conhecimento pluriversitário</i>	64
2.4.2	<i>Da ideia de universidade à universidade de ideias</i>	67
3	METODOLOGIA	72
3.1	Classificação da pesquisa	73
3.1.1	<i>Detalhamento da técnica de História Oral</i>	75
3.1.2	<i>Escolha dos atores da amostra</i>	76
3.1.3	<i>Períodos da coleta dos dados documental . abrangência da pesquisa 2011 a 2015</i>	81
3.1.4	<i>Tratamento e análise de dados</i>	82
4	PRODUTO FINAL	86
5	ANÁLISE DE DADOS	89
5.1	O Começo: história e memória das relações pluriversitárias	89
5.1.1	<i>Das universidades</i>	90
5.1.2	<i>Histórico parcial da UFRGS</i>	92
5.1.3	<i>Caracterização do núcleo de convênios e atribuições</i>	97
5.2	Abordagem dos <i>cases</i> selecionados	100
5.2.1	<i>Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA), ação Festival Escolar de Cinema e seus desdobramentos</i>	100
5.2.2	<i>FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania - Realização de pesquisa quanti-qualitativa que permite identificar a população adulta de crianças e de adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre</i>	103

5.2.3	<i>Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE-UFRGS)</i>	110
5.3	Narrativas a partir das categorias	115
5.3.1	<i>Introdução e quadro das categorias e subcategorias</i>	116
5.3.1.1	Categoria: memórias e trajetórias das interações acadêmicas	116
5.3.1.1.1	Subcategoria: memórias da relação universidade/sociedade	120
5.3.1.1.2	Subcategoria: regramento/diretrizes e setor administrativo	122
5.3.1.1.3	Subcategoria: surgimento de um projeto.....	126
5.3.1.1.4	Subcategoria: memória institucional e entrelaçamento das memórias.....	131
5.3.1.2	Categoria: Educação Superior	144
5.3.1.2.1	Subcategoria: ensino, pesquisa e extensão, enfim, a indissociabilidade	149
5.3.1.2.2	Subcategoria: universidade/internacionalização/globalização	156
5.3.1.3	Categoria: ecologia de saberes.....	159
5.3.1.3.1	Subcategoria: interação dialógica/construindo ecologia de saberes..	163
5.3.1.3.2	Subcategoria: conhecimento pluriversitário e relevância de projetos, junto à sociedade	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	REFERÊNCIAS	187
	APÊNDICE A É Termo de Cessão de Direitos da Entrevista	195
	APÊNDICE B É Roteiro de História Oral Temática para a Entrevista	196
	APÊNDICE C É Interações Acadêmicas Celebradas com Entidades Públicas e Privadas (Grande Porte)	197
	APÊNDICE D É Interações Acadêmicas Celebradas com Entidades Privadas (Pequeno Porte)	198
	APÊNDICE E É Interações Acadêmicas de Pequeno Porte (diretamente com Fundações de Apoio)	199
	APÊNDICE F É Interações Acadêmicas Internacionais da UFRGS	200
	ANEXO A - Livro de Ouro da UFRGS É Mensagens do Sociólogo Boaventura de Sousa Santos	201

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, com a modernização e a competitividade associadas às questões da internacionalização resultantes da abertura de mercado externo, as indústrias ficaram sujeitas às comparações com a indústria internacional de bens de consumo e outros. Com isso, a modernização tecnológica passou a ser o alvo, influenciando também o comportamento dos pesquisadores das universidades, quanto aos novos cursos e disciplinas nelas implicadas, pois o desenvolvimento tecnológico careceu cada vez mais do uso de conhecimentos científicos. Do mesmo modo, as interações com universidades e centros de pesquisas se configuraram em tendências mundiais, por tratarem-se de estratégias importantes para a sobrevivência dessas organizações.

A partir desse contexto, observou-se que as demandas resultantes desse processo começaram a exigir transformações das universidades. As empresas e o Governo voltaram sua atenção à educação, mais precisamente às universidades e aos centros de pesquisa, geradores do conhecimento, da ciência e das tecnologias para o desenvolvimento de pesquisas e de outras demandas de interesse para o progresso e a modernização do país. Com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não ocorreu diferente: a universidade desenvolveu parcerias com instituições públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais, quando as interações com a sociedade se tornaram presentes, integrando o Governo, os serviços, a indústria, etc. Com isso, uma geração de conhecimento e de saber técnico-científico passou a contemplar a trilogia ensino, pesquisa e extensão.

A relação universidade/sociedade começou a ser incentivada e organizada como atividade institucional, fazendo parte da agenda da universidade. A entrada de recursos, advindos dos setores públicos e privados, tornaram-se práticas nas universidades, conforme ressalta Velho (1996, p. 14): «a ciência que até então se desenvolvia independente da tecnologia, começa a ter com ela uma estreita relação, transformando-se numa atividade cada vez mais importante [...] demandados pelo setor produtivo». Questão esta também associada às urgências e emergências da sociedade.

Com isso, na estrutura acadêmica da UFRGS, se vislumbrou a abrangência de atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão, ordenada em vários *campi* no atendimento às demandas da sociedade e em áreas anteriormente não

contempladas com cursos de nível superior. Com a expansão, no ensino de graduação, se observou a qualificação universitária específica nas diferentes áreas de atuação. Da mesma forma, o ensino de pós-graduação, que contempla cursos de mestrado, doutorado, mestrado profissional e cursos de especialização, bem como inúmeros cursos de educação a distância, além de ensino em Nível Fundamental e Médio, oferecidos pelo Colégio de Aplicação. Na pesquisa, constatou-se o processo criativo de produção de conhecimento, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, visando à integração das áreas de conhecimento e das atividades de ensino e extensão da UFRGS.

Na extensão, a UFRGS atuou e continua atuando de forma mais intensa com seus projetos e ações, através das interações universidade/sociedade, objetivando o desenvolvimento mútuo, por meio de atividades de caráter científico, tecnológico, social, educacional, artístico, cultural e esportivo. Nessas ações, na maioria dos casos, com recursos financeiros oriundos do Governo Federal, através de seus diversos programas para promoção da ciência, da tecnologia, da inovação e das áreas sociais, como também na formação de recursos humanos, por exemplo, em atividades de extensão continuada para formação de professores da rede pública municipal e estadual, que incluem a relação universidade/sociedade.

A partir de 1996, com o aumento das demandas da relação universidade e sociedade, foi criado, na UFRGS, um Núcleo de Convênios, agregando funções administrativas, vinculado ao Gabinete do Reitor e articulado com todas as unidades acadêmicas. Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a evocar as narrativas das memórias dessa relação universidade/sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, realizadas através de convênios ou contratos específicos, disciplinadores das interações acadêmicas.

Sendo a UFRGS uma instituição pública de Ensino Superior vinculada, hierarquicamente, ao Ministério da Educação, seus regramentos internos e leis federais estão implicados na aprovação, operacionalização e estabelecimento dos convênios e demais instrumentos, com instituições nacionais e internacionais; sendo seus diversos regramentos administrativos aprovados pelo egrégio Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo da UFRGS, servindo de base administrativa e institucional para efetivação da relação universidade/sociedade.

Com a crescente demanda e o apelo da sociedade de projetos desenvolvidos pela UFRGS, assim como as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, houve, no cenário atual, restrições de recursos financeiros e a falta de continuidade de políticas públicas, sendo muitas delas geradas a partir de pesquisas da universidade. Com um panorama de enfraquecimento financeiro das instituições geradoras do conhecimento e do saber, a universidade voltou-se para oportunidades de alianças estratégicas na integração com atividades de extensão e de pesquisa no relacionamento com setores governamentais, instituições de ensino estrangeiras e com empresas de alta tecnologia (inovação), para desenvolvimento de projetos e ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse paradigma, buscou-se refletir e contextualizar as questões da universidade no século XXI, tendo em vista que Boaventura Sousa Santos (2004, 2007) considera que a ecologia de saberes é o conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto de que todos eles, incluindo o saber científico, podem enriquecer-se nesse diálogo. Dessa forma, a ecologia dos saberes traz a pluralidade nessas relações universidade e sociedade, e o reconhecimento científico que nelas intervêm. Partindo desse contexto, foi percebida a ocorrência de processos interativos no âmbito social universidade/sociedade, que procurou estabelecer alianças estratégicas e associações com universidades e instituições de pesquisa e de inovação, organismos regionais, nacionais e internacionais.

Dadas as características do ambiente acadêmico institucional da UFRGS e a incorporação dos princípios de direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, assim como da valorização da diversidade e inclusão e da valorização dos profissionais que atuam na educação e na reconstrução dessa memória social, por intermédio da ecologia de saberes, que é um conceito atual e presente na universidade, formulou-se o problema da pesquisa. Assim, tem-se a seguinte indagação: Como o conjunto de narrativas evocadas através da História Oral sobre a relação universidade/sociedade promove a produção de uma memória social e garante a estruturação de uma ecologia de saberes no período de 2011 a 2015 em uma amostra de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, na UFRGS?

A partir dessa interrogação, chegou-se ao objetivo desta dissertação, que é evocar as memórias, através da História Oral, dos atores envolvidos na relação universidade/sociedade na produção de uma memória social e a estruturação de

uma ecologia de saberes na universidade, nesse período, a partir de três casos da UFRGS.

Com isso, para chegar às respostas do estudo proposto sobre as interações acadêmicas e suas implicações, foram traçados objetivos específicos que visaram: 1) descrever a história parcial, que envolve a universidade e a criação de diretrizes implicadas na relação universidade/sociedade que reforçam o desenvolvimento das IAs no ambiente da UFRGS; 2) reconstruir as narrativas de depoimentos de três projetos, através da História Oral, relacionados às interações acadêmicas; e 3) evidenciar, através das narrativas de memória social, as implicações futuras dos projetos selecionados e as diretrizes no ambiente da universidade que oportunizaram uma ecologia de saberes nessa relação universidade/sociedade.

Considerando a pluralidade de saberes envolvida nas interações acadêmicas, as práticas acabam promovendo uma nova convivência ativa de saberes e diálogos entre a UFRGS e a sociedade. Dessa forma, o que aflorou dessa relação foi um saber científico que se enriqueceu a partir da relação dialógica entre a universidade/sociedade. Com esse pressuposto epistemológico, tem-se o preceito do não desperdício das experiências, evidenciando a relevância social e acadêmica das IAs fundamentada também nas crenças, no saber popular, no saber indígena, no saber alternativo e no senso comum dessas relações (SANTOS, 1988, 2004, 2007; CABRAL, 2012; DEUS, 2016a, 2016b; GOMES, 2016; QUIMELLI, 2016).

Nesse contexto, tratou-se, simultaneamente, da teoria da abordagem do paradigma emergente (o método) de acordo com o pensamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos sobre *uma imaginação sociológica do futuro*, que revelou particularidades no que diz respeito ao conhecimento científico-social, local e total e ainda de autoconhecimento, além do conhecimento prático que, de acordo com Santos (1988), guia nossas ações, atribuindo sentido às nossas vidas.

1.1 Justificativa

Em termos acadêmicos, a relevância da evolução progressiva das interações acadêmicas na UFRGS, desde 1953, influenciaram as práticas da relação universidade/sociedade. Àquelas implicadas ao Núcleo de Convênios se constituíram em torno das exigências da universidade e da sociedade e apresentaram-se como um setor vinculado à Administração Central, em permanente

conexão com as unidades acadêmicas e com as demais instituições externas envolvidas. Nesse contexto, fez-se necessário destacar a relevância delas, reconstruindo essas memórias sociais e mostrando o envolvimento das unidades acadêmicas, com suas especificidades de conhecimento no trato com o saber científico praticado na UFRGS. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que a universidade é pressionada para transformar o conhecimento e os seus recursos humanos em produtos que devem ser explorados comercialmente. Assim, a reposição do mercado passa a ser crucial, e nos processos mais avançados, é a própria universidade que se transforma em negócio (SANTOS, 2004).

A autora justifica o interesse pelo estudo, pois acompanhou e vivenciou diretamente, como coordenadora do Núcleo de Convênios (NC) e com 21 anos dedicados a este trabalho, os problemas enfrentados junto às mudanças na universidade, com as alterações nas normas internas e nas leis, decretos e portarias federais, acompanhamento das auditorias internas e externas, e, ainda, conflitos administrativos, com extinções de setores e criação de outros. Além disso, a autora acompanhou o início da (re)estruturação e constituição do NC, para atender às exigências legais e institucionais no que tange à relação universidade/sociedade. Nesse sentido, carece, em tempo hábil, atender às unidades acadêmicas sempre de forma célere para tramitação e aprovação dos documentos e demais tarefas pertinentes, pois as organizações externas não toleram prazos longos de espera. Em muitos casos, tal morosidade nas tramitações das propostas das interações acadêmicas faz com que as organizações desistam da efetivação delas, causando prejuízos à sociedade, à universidade e aos alunos que se valem dessa aprendizagem, para realizar práticas da sua área de conhecimento e formação.

Salienta-se que o Núcleo de Convênios enquanto setor, até 2004, relacionava-se de forma intensa e sistemática com a Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais da UFRGS, quando necessitava manter contato com as instituições externas sobre assuntos relacionados às interações. Com a reestruturação da Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER), o NC começou a se relacionar mais diretamente com as instituições externas.

Dessa forma, o interesse no tema surgiu em função das interações e da relevância da UFRGS nas ações de ensino, pesquisa e extensão, que se constitui em um mecanismo importante de identificação de diversos projetos, junto à sociedade que, de forma eficaz, tem se mostrado presente frente às exigências da

sociedade. A UFRGS sempre esteve à frente na geração do conhecimento e de técnicas inovadoras nas diferentes áreas de conhecimento, para atender às necessidades da sociedade, seja por demanda espontânea ou através de políticas públicas (com entidades públicas, privadas e organismos nacionais e internacionais). De igual maneira, as interações acadêmicas ocorrem em atendimento às suas atividades-fim, buscando sempre o bem-estar da sociedade, conforme preceitua o artigo 6º do Estatuto e Regimento da UFRGS.

Cabe destacar que as trajetórias pessoal e profissional da autora se entrelaçam com as atividades implementadas na relação universidade/sociedade no que concerne ao Núcleo de Convênios da UFRGS. A autora trabalha na UFRGS desde 1984 e, a partir de 1996, com a transferência para o Gabinete do Reitor da UFRGS, suas atribuições foram auxiliar no atendimento às demandas das interações acadêmicas. Com a demanda da sociedade, o núcleo se constituiu surgindo uma nova estrutura, na qual o setor incorporou atribuições na sua expansão, quando foi necessário constituir uma equipe de quatro servidores técnico-administrativos e um aluno bolsista para o volume expressivo de interações.

Nesse contexto, evidencia-se a relevância de uma pesquisa sobre esse tema, visto estar relacionada à realidade existente na UFRGS que, através da sua inserção na sociedade, interligou-se com a prática das interações acadêmicas, a partir do desenvolvimento de inúmeros projetos. Essa interação passou a ser um compromisso social da universidade com a sociedade, em que se articula a trilogia ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre ambas. A UFRGS atua não só no ensino, nos diferentes níveis, e com seus novos cursos de graduação presenciais, como também em educação a distância e, desde o ano 2000, participa ativamente dos programas propostos pelo MEC, ofertando à sociedade e às instituições, por meio de convênios, inúmeros cursos de formação de professores nas três esferas do Governo: Federal, Estadual e Municipal. Além disso, cabe evidenciar que, por meio das interações acadêmicas, os discentes também participam dos projetos, tendo a oportunidade de vivenciar, na prática, o conhecimento adquirido na sua área de formação.

No contexto da relevância social para o tema, que se prende ao fato de que as universidades participam de um mundo globalizado, atuando sistematicamente no processo de transformação social, político, cultural e econômico, exige uma constante reformulação de sua atuação. Assim, torna-se evidente a presença das

parcerias efetivadas entre a UFRGS e diversos organismos internacionais, nacionais, públicos e privados, em um permanente processo de tornar-se uma instituição geradora de conhecimento e, também, de constante troca de saberes acadêmicos e populares, com a visão integrada no social e na participação efetiva da sociedade.

Dessa forma, a execução de seus projetos procura propor o bem-estar da sociedade por meio de um espaço educativo e de ideias, contribuindo, por meio de seus diferentes atores, para a constituição de uma sociedade mais justa e solidária. A partir do conhecimento gerado e da troca, a UFRGS vem contribuindo através de parcerias em diferentes projetos de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o desenvolvimento da sociedade e soluções para os problemas da realidade brasileira (educação, saúde, habitação, infraestrutura, desemprego e outros).

O tema também ganha pertinência em função das possibilidades e da importância de utilização dos resultados deste estudo na conceptualização de um novo olhar sobre a relação universidade/sociedade. De igual maneira, há, nesta pesquisa, o propósito de evidenciar a importância desse Núcleo de Convênios junto à Administração Central, como ponto de apoio às unidades acadêmicas, utilizando estratégias de assessoramento para maior abrangência da universidade em parcerias com a sociedade com a finalidade de geração de projetos de inovação das quais resultarão produtos em benefício da mesma. Assim, %desenvolver Educação Superior com excelência e compromisso social, formando indivíduos, gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes de promover transformações na sociedade+(UFRGS, 2015, p. 11).

O contexto sugere que as interações acadêmicas deverão estar presentes e permanecer em qualquer cenário futuro das universidades. Deve perdurar, igualmente, o cuidado para que tais práticas aconteçam em um processo contínuo de reflexão e de controle por parte dos gestores e professores pesquisadores, visto as implicações que estas representam e, ainda, que seja respeitado o papel da universidade.

Assim, neste ambiente, salienta-se que as interações com a sociedade favorecem a construção de estratégias para a valorização e construção da ecologia dos saberes, de reconhecimento e de respeito à diversidade cultural. Tais pontos se

caracterizam de suma importância à sociedade, tendo por base princípios e valores e a própria missão da UFRGS.

Sendo assim, a dissertação foi concebida em capítulos, o primeiro, incluindo esta introdução, que contém o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico, que respalda a pesquisa, dando suporte aos objetivos propostos que contemplam as memórias e seus entrelaçamentos institucionais, assim como a Educação Superior e a construção da ecologia de saberes.

No terceiro, discute-se a metodologia empregada, explanando a especificação da pesquisa, à luz de seus objetivos, que se deu de forma exploratória e descritiva, utilizando-se a pesquisa bibliográfica e documental, em uma abordagem qualitativa, quando se utilizou a História Oral e Temática para abordagem da investigação das narrativas com os atores envolvidos nas interações acadêmicas. Convém lembrar que as narrativas coletadas estão apresentadas no texto em formato diferente das citações autorais, por dois motivos: primeiro para diferenciar e, segundo, atender às atualizações propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Assim, seguindo essa lógica de que as narrativas coletadas se transformam em documentos nessa pesquisa, é importante esclarecer o formato que elas estão apresentadas.

No quarto, descrevem-se os produtos finais, sendo um material didático e uma cartilha. O primeiro, contendo textos, conceitos, normas e regramentos institucionais e legais, fotos de projetos e depoimentos dos entrevistados sobre as interações acadêmicas praticadas no âmbito da UFRGS; a outra, a explanação dos casos da pesquisa, acompanhados dos fragmentos de memórias da História Oral obtidos e das fotos ilustrativas dos projetos.

Os produtos encontram-se disponíveis no formato *Portable Document Format* (PDF) no Lume, repositório institucional da UFRGS, no endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/>, assim como no Sistema Eletrônico de Interações Acadêmicas da Universidade, no endereço eletrônico <https://www1.ufrgs.br/sistemas/iap/projetos/apoio>, para consulta sobre o regramento legal e institucional, balizador das Interações Acadêmicas da UFRGS, assim como fornecer subsídios aos professores pesquisadores e demais interessados na realização de projetos, bem como dar transparência às ações praticadas na relação Universidade/Sociedade.

Na sequência, o quinto capítulo, sobre a análise de dados, procura, na primeira parte, apresentar a história parcial e memória das relações pluriversitárias da UFRGS e do Núcleo de Convênios. Nesse capítulo, são relacionados os três *cases* da pesquisa: Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA), ação Festival Escolar de Cinema e seus desdobramentos; FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania - pesquisa tipo censitária que identificou a população adulta, crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre e o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE-UFRGS), com uma rápida descrição de cada um.

Na continuação, procurou-se evidenciar as categorias, sendo a primeira categoria: memórias e trajetórias das interações acadêmicas, que permitiu evocar as memórias da relação universidade/sociedade, seus regramentos implicados nas diretrizes da universidade, o surgimento de um projeto, a memória institucional e entrelaçamentos das memórias. Na categoria Educação Superior, foram apontadas as subcategorias ensino, pesquisa e extensão, enfim, a indissociabilidade além da questão sobre a internacionalização/globalização na universidade. O enfoque sobre a categoria ecologia de saberes, com suas respectivas subcategorias, permitiu evocar as subcategorias interação dialógica/construindo ecologia de saberes e conhecimento pluriversitário e relevância de projetos, junto à sociedade. Todas as categorias e subcategorias foram fundamentais para entendimento da ocorrência e dinâmica das interações acadêmicas praticadas na universidade.

Por último, o sexto capítulo, são apresentadas as considerações finais reflexivas ao tema, retomando a indagação e o objetivo da pesquisa, expondo as limitações e a melhoria do estudo com indicações dos resultados e sugestões de estudos futuros, visto ser um tema polêmico, inacabado e desafiador à universidade. Ao final da pesquisa, foram evidenciadas as referências sobre o tema abordado e os apêndices e anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Procurando teorizar sobre o tema memória, a relação universidade/sociedade e a ecologia dos saberes, seguem as categorias previamente definidas.

2.1 Memórias: conceitos, teorias e inter-relações

É possível constatar o entrelaçamento com a memória, entendida como a busca de registros dos projetos demandados pela sociedade e o cumprimento das rotinas e normas, quando se pretende conceituar e descrever como esta se constitui.

A memória funciona como lembrança, como vestígio. Na Psicologia, a memória designa o papel do sistema nervoso com o conhecimento de identificar, recordar, reter ideias, imagens, impressões e conservar as experiências passadas.

Para Izquierdo (2011), memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações, sendo a aquisição também chamada de aprendizado ou aprendizagem, quando só se grava aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido. Assim, o conjunto de nossas memórias faz com que sejamos um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico.

Para tanto, o conceito de memória remete a um conjunto de funções psíquicas, ou seja, fenômeno individual e psicológico, que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas.

Para Izquierdo (1988, p. 89-90):

[...] a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente. [...] Não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências [...] O aprendizado e a memória são propriedades básicas do sistema nervoso; não existe atividade nervosa que não inclua ou não seja afetada de alguma forma pelo aprendizado e pela memória.

Seguindo nesse contexto, é no século XX que se vai descobrir que essa estrutura organizadora está contida no núcleo da célula e que é nela, segundo Le Goff (1996), que se instala a memória da hereditariedade. Assim, alguns estudos aproximaram as línguas e as memórias, quando o emprego da linguagem

falada, depois a escrita, torna-se, de fato, a extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da memória, fazendo-se extensão das próprias pessoas para transferência e registros em arquivos.

É a partir da segunda metade do século XX que a memória social ou coletiva passa a ter um significado, a partir da constituição das ciências, em um novo conceito, emergindo, com isso, a vontade das pessoas em preservar a memória. Nesse caso, desponta a sobrevivência das instituições, bem como a sua promoção, as quais começam a ter grande expressão na sociedade. As organizações começam a se caracterizar como espaço de trabalho que, ao longo de décadas, armazenam um legado coletivo de vivências, condutas normatizadas que se traduzem em regulamentos, documentos, etc., sejam pessoais ou organizacionais, e que determinarão a relação entre si e com outras instituições, principalmente no agir externo.

Nessa dinâmica, as organizações necessitam de diferentes formas de abrigar ou divulgar essa memória, por meios de arquivos impressos ou em sistemas informatizados, memórias que carregam suas histórias, criando sua memória coletiva e se definindo em diferentes usos. Para Le Goff (1996), a memória é um suporte, seja qual for ou onde se baseia a construção das práticas, fixando e reproduzindo, dessa forma, o comportamento nas sociedades. Nesse sentido, aparece a memória artificial, eletrônica, favorecendo a repetição de atos mecânicos.

Le Goff (1996, p. 477) salienta: %a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro+e sugere que se deve trabalhar a memória coletiva de forma ampliada, como meio de servir de conhecimento acumulado e de preservação da memória social.

Assim evidencia Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês que, desde 1950, mostrou em seus estudos a analogia entre Memória e História, abordando o tempo, a narrativa, a verdade, o testemunho, a memória e o esquecimento, mostrando as informações contidas em um arquivo, memória arquivada, informações da memória preservadas como testemunho.

Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação historiográfica deve a descrição dos traços por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral. Naturalmente, se os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivo, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro

núcleo, todos os tipos de rastros possuem a vocação de serem arquivados [...] o arquivo adquiriu autoridade sobre quem o consulta, em revolução documental (RICOEUR, 2007, p. 178-179).

O arquivo, segundo Ricoeur (2007), compara-se a um lugar social, ou seja, um espaço para salvaguardar a memória, caracterizando, ao mesmo tempo, um lugar físico, espacial e, também, um lugar social, que comporta o rastro documental e social devido ao contexto histórico nele ali contido. Um lugar físico que confere ao documento sua importância para ser lembrado, atribuindo sua história a partir do recorte subjetivo do historiador.

Segundo Gondar (2008), foi a partir da escrita que ocorreu a transformação da memória coletiva, variando conforme apropriação da doutrina e/ou do teórico. Por isso, não se consegue definir memória social. Situação análoga é a dos julgamentos para a memória individual e memória coletiva. Nesse sentido, a memória social foi constituída por Halbwachs (1990) para distinguir-se da esfera da memória individual.

Assim, passa-se a discorrer sobre a memória social, que se estabeleceu a partir dos estudos de Maurice Halbwachs (1990). O estudioso mostra, em suas investigações, que a memória individual acontece a partir da memória coletiva, em função de que todas as lembranças são formadas no interior de um grupo, ou seja, fazendo parte os sentimentos, as ideias e os pensamentos que são atribuídos a cada uma das pessoas, originando, assim, o grupo. Desse modo, nunca se é lembrado de algo de forma só, pois se cria um suporte social que associa a consciência das pessoas com as memórias de outros; sem essa conexão, toda a recordação se torna irreal. Dessa forma, considera-se que a memória não é só um acontecimento de interiorização individual, e, especialmente, uma construção social e um fenômeno coletivo.

A memória é, em parte, moldada pela família e pelos grupos sociais, pois é um mecanismo social. Com isso, pode-se inferir que a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva a partir do outro. A memória individual confere combinações casuais das memórias dos demais grupos influenciando o indivíduo, sendo que esse sujeito se apropria de memórias individuais e coletivas, ou seja, a memória individual é formada por várias memórias coletivas. Assim, Halbwachs (1990) demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não se levar em conta o sinal de aplicação dos

quadros sociais da memória, quadros reais que servem de pontos de referência nessa reconstrução que chamamos de memória.

Para Halbwachs (1990, p. 13-14):

Evoca o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam.

Nesse sentido, para Halbwachs (1990), a memória resulta na sucessão de eventos individuais, dos quais resultam mudanças que se produzem nas relações das pessoas com os grupos com os quais estão envolvidos, bem como nas relações que se estabelecem entre esses grupos para ativar em nós a memória. Dessa forma, em Halbwachs (1990), se encontra uma diferenciação entre a %memória histórica+ que, de um lado, presume a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado. De outro lado, a %memória coletiva+, aquela que recompõe o passado, apresentando uma oposição entre o universo da memória (experiência vivida, imagem, afeto, etc.) e o da história (uma crítica, de um problema, de conceitos), constituindo uma memória coletiva.

Para Halbwachs (1990, p. 88), a %memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana+, apresentando um quadro de si mesmo, sem ruptura, sem evoluções. Na memória coletiva do grupo, o lugar recebe a marca do grupo e vice-versa. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Todos os detalhes têm um sentido que é distinto apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade.

Os estudos de Maurice Halbwachs (1990), na Psicologia Social, dentre outros objetivos, procuraram conceber os fenômenos sociais vistos sob a ótica do conhecimento do indivíduo em seu ambiente sociocultural. Para sua compreensão, utilizou o relato oral como meio de acesso à experiência dos indivíduos. Segundo Schmidt e Mahfoud (1993), é no relato oral que se encontra os inúmeros elementos que dão suporte à experiência e %encontram uma forma única, singular e integrada de expressão e de comunicação+(SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 294). Assim, é na

narrativa . da História Oral . que a memória, por mais que revele experiências individuais, constitui suporte social mais amplo, mostrando a inconstância da relação entre memória individual e memória coletiva. A reconstrução do passado se dá a partir da importância e do interesse do presente, bem como da percepção profunda e constante que faz a conexão entre o passado e o presente.

Michael Pollak (1992) ressalta que, na maioria das memórias, existem marcos ou pontos relativamente imutáveis e flutuantes. Também conforme os preceitos de Halbwachs (1990), que estudou a memória como um fenômeno coletivo e social submetida às transformações e mudanças constantes.

O estudo da memória pelo teórico Pollak (1992), no caso da memória e identidade social, é analisado sob o ponto de vista das histórias de vida, ou seja, da História Oral, campo fértil das memórias individuais. Assim, Pollak (1992) faz referência aos elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, atribuindo, em primeiro lugar, aos acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo, os acontecimentos vividos por tabela, isto é, vividos pelo grupo ou pela coletividade, quando ocorre o sentimento de pertencimento da pessoa àquele grupo.

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...] acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992, p. 201).

Assim, as pessoas e os personagens também são elementos que constituem a memória do indivíduo, ou seja, tipos que passam pela vida, personagens vivenciadas por tabela, indiretamente, e ainda personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Outro elemento da memória são os lugares, particularmente ligados a uma lembrança, podendo ser pessoal, ou lembrança de lugares de infância, de comemoração, que marcaram o indivíduo.

Segundo Pollak (1992), alguns fenômenos podem ocorrer na organização da memória individual e coletiva, isto é, as transferências e as projeções. Além desses, podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, onde estão os vestígios datados da memória, isto é, aquilo gravado como data precisa de um acontecimento, podendo ser, ainda, assimiladas ou separadas.

Ainda, a organização . o último elemento constitutivo da memória . , que grava, recalca, exclui, lembra, ocorre no sentido individual e, em função dos interesses pessoais e políticas da hora, evidencia que a memória é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente. Nesse sentido de memória, Halbwachs (1990) também mostra que a reconstrução do passado se faz a partir de interesses do presente.

Para Pollak (1992), a memória integra o sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, quando exerce relevância para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si. Dessa forma, esse autor dialoga com Halbwachs (1990), no sentido de que a memória é a sustentação da identidade.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Com isso, enfatiza Pollak (1989) que é através da marca das lembranças de testemunhas contra o esquecimento que as gerações mais novas aprendem suas origens e história. A memória tem a função de salvaguardar os sentimentos de pertencimento do grupo para que este se mantenha coeso, definindo seletivamente o que é comum a um determinado grupo ou instituição, e o que os diferencia dos demais. É, sobretudo, por referência ao passado e pela transmissão do vivido em redes de sociabilidade que os grupos e as instituições, que compõem a sociedade, definem seu lugar, mantêm a coesão e constroem suportes sobre os quais consolidam sua identidade.

Assim, a partir do enquadramento da memória, introduzido por Pollak (1992), faz-se uma análise da história social da história, isto é, tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social. Emerge o enquadramento da memória, ocorrendo o trabalho da memória em si, reforçando a base e a constituição da memória. Ocorre um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização, e toda vez que ocorre uma reorganização interna, a história geral do

grupo será reescrita com diferentes memórias e, conseqüentemente, surgem novos agrupamentos.

Na hora da mudança e da rearrumação da memória, evidencia-se também a ligação desta com aquilo que a sociologia chama de identidades coletivas. Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo . quer se trate de família ou de nação . o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992, p. 207).

Para Pollak (1989), o indivíduo, na reconstrução de si mesmo, tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Assim, reforça a adesão social pelo apoio afetivo ao grupo, denominando esse ato de %comunidade afetiva+. Desse modo, %mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.+ (POLLAK, 1989, p. 14). O autor ainda enfatiza que a memória individual não é de posse de um indivíduo somente e nunca são exclusivamente suas, pois nenhuma lembrança pode existir fora de um contexto social.

2.2 Memória institucional e seus suportes

A memória institucional tem sido estudada por diversos teóricos, na tentativa de buscar um conceito capaz de defini-la, em função de que vem se consolidando através dos tempos com a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação. Assim, tenta-se proporcionar o acesso rápido e eficaz a esses meios, seja para a tomada de decisão ou na busca de informações por intermédio de documentos, arquivos e sistemas informatizados. Grande quantidade de instituições e empresas produzem e acumulam documentos capazes de preservar a memória por meio de diversos suportes. Com isso, esses dados devem ser organizados, armazenados e conservados, visando a sua disponibilidade para consulta futura e de informação. E, de igual modo, porque esses dados representam a própria instituição, demonstrando, com isso, as suas atividades, sua atuação e compromisso na sociedade.

Nesse contexto, a organização pode utilizar, além da memória humana, sempre que se deparar com um problema já vivenciado, também da memória artificial, em sistemas de dados e em arquivos físicos. A importância da valorização

da informação do presente e do passado, como forma de registro com a utilização da memória, oportuniza que dados anteriores supram a necessidade criada pela organização em se recordar do passado, quando a informação se qualifica como um meio de apontamento do conhecimento e da produção da memória.

A memória institucional, por assim dizer, ainda se apresenta com poucas definições, quando seu sentido está mais relacionado à memória organizacional ou memória empresarial. No *Michaelis*, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa *online* (2015), entre outros significados, o termo *instituição* diz respeito a um organismo público ou privado, conduzido por estatutos ou leis, com o fim de atender às necessidades de uma sociedade ou de uma comunidade de influência mundial.

Os primeiros significados para organização e instituição encontrados nos dicionários Aurélio (1999) e Houaiss (2001) levam a entender que esses termos estejam realmente associados, pois, nas suas primeiras definições, as palavras organização e instituição são usadas diretamente como sinônimos (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 83).

Dessa forma, a *instituição* fundamenta-se na prática de instituir normas como meio de legitimação de ações em uma sociedade, posto que o termo *instituição* sempre esteve presente na cultura de todas as nações. Em seu processo instituinte, traz mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta para manter e garantir a ordem nas relações sociais. É uma obra coletiva, criação social, cultural e de acontecimentos. São as relações de força que perfazem o plano institucional e este, por seu turno, resulta na organização. Assim, é importante evidenciar a memória das instituições, segundo Costa (1997, p. 5, *grifo do autor*):

[...] as instituições são tomadas como forma fundamentais de *saber-poder*, que emergem nos seios da sociedade e possuem duas faces simétricas: *lembrar* e *esquecer*, pois a memória, como alvo político, passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade.

A manifestação do poder está presente no cotidiano de toda instituição, independentemente do tipo de organização. Mintzberg (1995) afirma que todos os seus membros buscam o poder, seja o poder de controle sobre os outros ou o poder para controle das decisões. O poder é um gerador de padrões, *onde há um jogo de forças . forças em relação com outras forças . traduzindo-se em convenções*

conflitantes, que os atores sociais desempenham. E esse é um jogo de poder+, conforme a definição de Costa (1997, p. 87).

Dessa forma, evidencia-se elemento relevante diretamente ligado ao poder nas organizações, introduzido pelos estudos de Foucault (2006) acerca do discurso. O discurso, numa determinada instituição, pode desempenhar diferentes papéis no interior de um sistema estratégico. O poder opera por meio de um discurso, o próprio discurso é um elemento e um dispositivo estratégico de relação de poder. Assim, Foucault (2008) preconiza que os intelectuais fazem parte desse sistema de poder, sendo agentes da %consciência+ e também instrumento da ordem, do saber e da verdade. %As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante+ (FOUCAULT, 2008, p. 232). Essa postura abre a uma possibilidade de resistência real, uma vez que o poder daquele que domina tenta manter-se com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for à resistência, a qual corrobora Costa (1997, p. 89), enfatizando que %falar de instituições é também falar de resistências, ambivalências e conflitualidades+.

Nesse sentido, faz-se necessário entender o binômio lembrar e esquecer, também como uma racionalização que está presente em qualquer instituição, observando, ainda, como ela atua no comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, nas instituições que formam a sociedade. Para a autora, %as instituições retêm e esquecem num processo de racionalização+ (COSTA, 1997, p. 5). Dessa forma, as instituições procuram manter certo equilíbrio, sustentando seu poder de legitimação e dando continuidade à sua história, reafirmando, então, suas ideologias, normas e regras; enfim, exercendo seu papel social.

Ao longo do tempo, a memória vem sendo um processo em constante construção, destacado por Pollak (1992, p. 204), %em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente+. Esse fenômeno interfere na formação da memória da instituição, que dialoga com a sociedade e o indivíduo no seu ambiente social. Para tanto, Costa (1992, p. 32) diz que a %Memória Institucional é um conceito a ser definido na dinâmica do conhecimento e de acordo com a experiência adquirida no tempo+.

No entanto, tem-se como pressuposto que esta memória é um processo em construção, do qual fazem parte todos aqueles que passaram ou que aqui estão desenvolvendo suas aptidões no cotidiano da instituição, sem os quais não existiria (COSTA, 1992, p. 32).

Assim, a memória institucional une o presente e o passado corroborando no planejamento futuro e no afazer institucional.

[...] retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão. E, mais importante, ainda, por mais paradoxal que possa parecer, precisamos construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos (COSTA, 1997, p. 147).

Para tanto, a preservação da memória numa instituição torna-se imprescindível, para viabilizar o processo de interação instituição-indivíduo-sociedade. É importante considerar o que deverá ser resguardado e não apenas juntar dados e documentos, sem ordem e serventia para a história institucional, pois existindo memória, existirá instituição; assim, a memória se plasma, passando a conter informações. Desse modo, se institucionaliza obtendo personalidade de instituição, formando seus valores, missões, futuros patrimônios e acumulação das experiências bem-sucedidas ou erradas (COSTA, 1992) e acervos incutidos na sua imagem, isto é, fazendo parte da sua pluralidade de identidade construída por diferentes grupos sociais e em diferentes momentos históricos+ (COSTA, 1992, p. 20).

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados/memórias (COSTA, 1997, p. 4).

A memória organizacional foi estudada por Walsh e Ungson (1991), sendo os teóricos mais citados em artigos científicos. Como as organizações baseiam-se no seu histórico, a urgência recai na organização das informações de modo a encontrar àquela mais adequada e mais eficaz. Conceituam memória organizacional como sendo informações armazenadas na história da organização, que podem ser trazidas para a tomada de decisão no presente para programar o futuro. Estas, entrelaçadas na composição de sistemas eficientes, identificam o que pode ser arquivado na instituição, classificando as representações de conhecimento

armazenado, que estabelecerão práticas que unificarão os conteúdos ao conhecimento humano.

Essa teoria compõe um novo saber organizacional, que compartilha o conhecimento, que permite resgate e representação do saber. Desses procedimentos, dependerá o futuro da organização, pensamento análogo ao de Costa (1997, p. 51) quando enfatiza que a definição de eficiência organizacional está implicada no conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente [...] e que esse conjunto pode ser entendido como Memória Organizacional+.

Segundo Tedesco (2014), a memória na modernidade não se apresenta mais como um depósito de informações, mas como uma pluralidade de funções, um agrupamento de ações e atividades de seleção, de filtragem, na reestruturação em relação às necessidades e às emergências do presente. Tal operação se dá tanto em nível individual quanto no social.

Memória e modernidade possuem raízes sociais e culturais comuns, surgem de um mundo em transformação profunda e que provoca redução de valores tradicionais e gera descontinuidades recorrentes, que oferece instrumentos técnicos cada vez mais sofisticados na exteriorização da capacidade humana de recordar (TEDESCO, 2014, p. 62).

As definições para memória institucional e memória organizacional não se encerram, visto que a memória está em constante mudança, justificada nos dias atuais pelo contínuo avanço nas pesquisas nas diferentes áreas, principalmente nas áreas da Psicologia e da Neurociência, que são as que mais contribuem na busca de estudo e entendimento da memória humana. Isso também faz com que as instituições se organizem e busquem conceitos, adequando-se frente aos desafios que sofrem em função das mudanças no mundo globalizado, com inúmeras demandas nas áreas sociais, políticas, humanas, ambientais, culturais e mercadológicas, dentre as mais variadas formas de emergência da vida em sociedade. Nesse trabalho, faremos uso das teorias de memória coletiva ou social e da memória institucional. A seção seguinte versará sobre Ensino Superior.

2.3 A Educação Superior

O sistema de Ensino Superior brasileiro passou por relevantes mudanças em sua estrutura nos últimos anos. Nos anos 60, a maioria das instituições de Ensino Superior era orientada basicamente para atividades de transmissão do conhecimento. Fazendo uma reflexão sobre a reforma universitária, Azzolin (apud BARCELOS, 2016, p. 51), salienta que o objetivo de uma instituição de Ensino Superior é promover o ensino, a pesquisa e a extensão, com destaque na indissolubilidade. Essa idealização se estabeleceu com a Reforma Universitária de 1968¹, salientando que o fomento do desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento (artístico, literário, filosófico, tecnológico, social, humano, científico e desportivo) permeia o contexto universitário (AZZOLIN, 2010, p. 31 apud BARCELOS, 2016, p. 52).

Desse modo, o Ensino Superior no país começou a se remodelar dando início a uma complexa rede de universidades, de grande e de pequeno porte, acolhendo inúmeros cursos de graduação e de pós-graduação com nível de abrangência em todas as áreas do conhecimento abarcando público diferenciado, inclusive ingresso de estudantes do gênero feminino e alunos com formação sintonizada com a nova configuração de mercado de trabalho.

Speller, Robl e Meneghel (2012) dizem que, no Brasil, o Ensino Superior engloba um conjunto diversificado de ensino em diferentes entidades, públicas e privadas, cuja regulamentação encontra-se formalizada através da Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº

¹ Conforme Bomeny (apud BARCELOS, 2016, p. 51), o ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Este foi o ponto constante que orientou as discussões sobre a Reforma Universitária que teve seu início em 1966. Essa tripla função simboliza a mudança da expectativa social sobre o Ensino Superior. O modelo de universidade a que se aspirava no pós-guerra distanciava-se definitivamente da restrição medieval das funções da universidade aos três campos estratégicos da vida espiritual, social e física dos indivíduos. Distanciava-se também dos desdobramentos que daí decorriam, de um modelo de universidade pautado nos mecanismos internos de preservação e cuidado com a erudição; processo que se restringe ao sempre crescente e sofisticado burilamento interno de textos clássicos. Duas vertentes alimentaram o processo de reforma desde seus passos iniciais, em 1966. Interesses acadêmicos da comunidade universitária, e aqui o destaque é para o corpo docente que aspirava a melhores e mais modernas condições para o desenvolvimento da produção científica e tecnológica, e os propósitos racionalizadores da administração federal, notadamente após a passagem do centro de decisões do Ministério da Educação e Cultura para o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, fortalecido à época com o poder da definição dos orçamentos públicos.

9.394/1996, além de um grande número de decretos, regulamentos e portarias complementares.

Então, buscando organizar o sistema de políticas de Educação Superior e da Educação Básica, no final de 1990, foi idealizado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, evidenciando alguns princípios: ascensão ampla do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais; acesso e permanência na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, que respeitou as opiniões profissionais da educação para o projeto pedagógico da escola, em conjunto com a as comunidades escolares e local, em conselhos escolares ou equivalentes.

O PNE 2001-2010 foi legitimado pela Lei nº 10.172/2001 e menciona 295 metas para a educação, das quais trinta e cinco para a Educação Superior², apresentando preocupação com a ampliação qualificada, que foram recomendadas posto o acréscimo no oferecimento de vagas e de matrículas para jovens de 18 a 24 anos; abrangência regional do ensino a distância, bem como estabelecimento de um sistema nacional de avaliação, cuja aplicação ocorreram a partir de 2004. Sua execução se deu por inúmeras políticas, voltadas a retrair a expansão do setor privado e as discrepâncias regionais. Dentre elas, estão a ampliação de vagas públicas, consolidação da Educação Tecnológica, ampliação do financiamento aos estudantes por meio de novas políticas de financiamento, estímulo à modalidade a distância, fomento às políticas e aos programas de inclusão e de ações afirmativas, bem como o compromisso com a formação de professores de Educação Básica.

Nessa premissa, Speller, Robl e Meneghel (2012) ressaltam o compromisso social e de inovação da Educação Superior, referente à geração da ciência, tecnologia e inovação, visando ao compromisso de responder às necessidades locais e regionais, bem como com a formação continuada para acesso à Educação Superior, promovendo o compromisso social da universidade com a geração do conhecimento e formação de professores e educação de qualidade para todos.

Dias (2012) enfatiza a necessidade de se inovar com a constituição de universidades, englobando suas áreas articuladas com a inserção da interdisciplinaridade, concentrando, para isso, a formação no estudante, instituindo-

² O conjunto das metas está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001>.

se sistemas flexíveis para estimular a promoção da extensão, a fim de reforçar os vínculos com a sociedade, dentre outros. Com isso, a instituição traça seu propósito de formar pessoas capacitadas na busca de soluções democráticas para os problemas enfrentados pelos cidadãos na luta pelo desenvolvimento econômico e social, conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (LDB), de 1968, (Lei nº 5.540/68).

Em 2002/2003, elaborei, a pedido do Decanato de Extensão da UnB (Profa. Dóris de Faria), um documento intitulado "Memórias da extensão na UnB nos anos duros dos setenta" e que a universidade publicou em uma de suas revistas. Ali, eu dizia: "Um dos princípios fundamentais da Lei nº 5.540/68 que definiu a Reforma Universitária no Brasil no final dos anos sessenta era o de que as universidades devem basear suas atividades sobre um tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão". O artigo 20 da Lei nº 5.540/68 dizia, então: "As universidades e as instituições de Ensino Superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes" (DIAS, 2012, p. 52).

Com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), as universidades, em geral, passaram a gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que acarretou no atual sistema de Ensino Superior das universidades brasileiras e diferenças significativas entre si em função de aptidões acadêmico-profissionais e do modelo institucional focado, sobretudo para ações de ensino em diferentes localidades, proporcionando meio estratégico no processo de desenvolvimento do país. Além dessas diferenças, são percebidas, também, nas universidades, particularidades nas formas de adequar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A missão da universidade definida no documento "Marco de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da Educação Superior", aprovado pela Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES)³ de 1998, na sua exposição

³ Art. 5º Promoção do saber mediante a pesquisa na ciência, na arte e nas ciências humanas e a divulgação de seus resultados: a) O avanço do conhecimento por meio da pesquisa é uma função essencial de todos os sistemas de Educação Superior que têm o dever de promover os estudos de pós-graduação. A inovação, a interdisciplinaridade e a transdisciplinariedade devem ser fomentadas e reforçadas nestes programas, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais e culturais. Deve ser estabelecido um equilíbrio apropriado entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada a objetivos específicos; b) As instituições devem certificar-se de que todos os membros da comunidade acadêmica que realizem pesquisa recebam formação, apoio e recursos suficientes. Os direitos intelectuais e culturais derivados das conclusões da pesquisa devem ser utilizados para proveito da humanidade e protegidos de

final, em seu artigo 5, indica que esta deve estar relacionada com as necessidades presentes e futuras da sociedade. Nesse sentido, declara que as intenções vitais precisam cada vez mais estar associadas a quatro objetivos: o primeiro traz a formação de novos conhecimentos exercendo (função de pesquisa), o que traduz também continuar e cuidar de sua aplicação; o segundo objetivo indica a educação e a formação de pessoal qualificado (função de ensino); o terceiro objetivo direciona acerca da participação ativa no desenvolvimento da sociedade, inclusive pela prestação de serviços à sociedade, especialmente por meio de sua cooperação ao desenvolvimento sustentável, o aperfeiçoamento da sociedade (extensão) e à criação e divulgação da cultura; por fim, o quarto objetivo configura-se na função ética, que resulta no avanço da habilidade de crítica social, propiciando a formação integral e a formação de responsáveis capazes de iniciativas, preparados para o diálogo e para a estruturação de uma sociedade (DIAS, 2012).

Assim, falar em reforma da universidade sem se ter em vista as suas missões permanentes e sem levar em consideração um projeto de nação e, nos dias de hoje, de uma globalização humana, não é consequente. É preciso que as universidades participem ativamente, assumam posições de liderança no processo de definição de projetos dessa natureza, em que o desenvolvimento da ciência sirva aos interesses de todos em todo o país, e não só de grupos estrategicamente situados em grandes centros urbanos. Ela deve se articular mais profundamente com a sociedade e sua ação, para ser considerada de qualidade, tem de ser pertinente ou relevante, ou seja, deve visar à solução os problemas mais importantes da sociedade, nos âmbitos local, nacional ou internacional. [...] As missões coincidem com as finalidades e os objetivos da instituição universitária: pesquisa, formação e serviço; contribuição para o desenvolvimento e a criação de uma sociedade mais justa; desenvolvimento de valores éticos, que serão alcançados mediante as funções ou atividades que os estabelecimentos hão de exercer (DIAS, 2012, p. 72-73).

Nessa premissa, Colossi, Consentino e Queiroz (2001) enfatizam a necessidade de se debater o entendimento acerca da Educação Superior, atribuindo significado mais do que *status* educacional a um indivíduo. Para os autores, a

modo a se evitar seu uso indevido; c) Deve ser implementada a pesquisa em todas as disciplinas, inclusive nas Ciências Sociais e Humanas, nas Ciências da Educação (incluindo a Educação Superior), na Engenharia, nas Ciências Naturais, nas Matemáticas, na Informática e nas Artes, dentro do marco de políticas nacionais, regionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento. É de especial importância o fomento das capacidades de pesquisa em instituições de Educação Superior e de pesquisa, pois quando a Educação Superior e a pesquisa são levadas a cabo em um alto nível dentro da mesma instituição obtém-se uma potencialização mútua de qualidade. Estas instituições devem obter o apoio material e financeiro necessário de fontes públicas e privadas+ (UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Paris: Conferência Mundial sobre Educação Superior, 9 out. 1998. Preâmbulo).

Educação Superior é uma instituição social, com atribuição de formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. Uma instituição social descreve a estabilidade e durabilidade de sua missão+. Além disso, é estruturalmente fundamentada a partir das crenças, normas e princípios provenientes do grupo ou sociedade em que se insere. Sendo assim é um ideal, uma doutrina+.

A Educação Superior é uma instituição social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade. É, acima de tudo, um ideal que se destina, enquanto integrador de um sistema, à qualificação profissional e promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural (COLOSSI, CONSENTINO; QUEIROZ, 2001, p. 51).

Para tanto, as universidades são concebidas como exemplo de instituições incluindo-se nesse sistema. Segundo Colossi, Consentino e Queiroz (2001, p. 51), as instituições de Ensino Superior têm o propósito de:

[...] gerar o saber, o qual está relacionado com a verdade, justiça, igualdade e com o belo. A verdade, como base para a construção do conhecimento; a justiça, em que se ampara a relação entre os homens; a igualdade, porque é parte fundamental na consecução da estabilidade social; e a beleza, como um instrumento através do qual se expressam sentimentos, o que diminui a superioridade do apelo racional que é parte das opções de busca do homem.

Nessa premissa, Panizzi (2002) ressalta que o conhecimento tem importância estratégica para o desenvolvimento de todas as nações, citando, por exemplo, a União Europeia e o Japão, que mais investem e desenvolvem a pesquisa no mundo. Um sólido sistema público de Ensino Superior, ao longo das décadas, soube renovar o conhecimento e entender das técnicas, das ciências, da cultura e das artes. Assim, no Ensino Superior, começou-se a dar ênfase às diferentes áreas do conhecimento e à formação científica e tecnológica, desenvolvendo, com isso, a pesquisa, o ensino e a extensão a partir de uma concepção coletiva.

Dessa forma, o modelo de Ensino Superior nas universidades não apontava apenas para o aluno diplomado, mas para a produção do conhecimento, que é uma importante estratégia para as nações. Nas sociedades modernas, a ciência e a técnica desenvolvidas e apropriadas pelo indivíduo não servem de garantia apenas para desenvolver suas atividades no mercado de trabalho como também tornam mais próspera uma coletividade nacional capaz de se modernizar e competir no cenário internacional. O ensino de qualidade propicia a todos a oportunidade de

diálogo em condições de igualdade com universidades nacionais e internacionais, gerando potencial de valores e exercício pleno e consciente da cidadania.

Nosso país, comparado aos que muitas vezes são evocados como modelos pelos críticos de nossas universidades públicas, investe pouco na produção de conhecimento. Acontece que é exatamente nas universidades públicas que esse investimento tem alcançado seus melhores resultados. [...] o que está em jogo, e o que interessa a quase todos os países do mundo é o destino mesmo do conhecimento como *patrimônio social* e da educação como *bem público* (PANIZZI, 2002, p. 9; 12, *grifo do autor*).

Dessa maneira, Borja (2002) destaca ainda que o mundo globalizado não é um fenômeno novo. Todos os impérios da história instituíram sua própria globalização da economia. Hoje, a globalização se tornou mais abrangente e eficiente em função do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação pelo advento da *internet* e de transportes modernos. Assim, o autor aponta que a globalização resultou do mando liderado pelas grandes potências na conquista de novos mercados do mundo, impondo uma divisão internacional do trabalho.

A globalização deixa em seu caminho vencedores e perdedores. Para o Norte, é um instrumento de desenvolvimento, de avanço científico, de abertura de mercados, de expansão da produção, de ampliação do consumo e promoção do bem-estar de seus povos. Para o Sul, as coisas são diferentes: a globalização condena os países subdesenvolvidos a serem fornecedores de matérias-primas para as fábricas dos países industriais, torna mais aguda a dependência, modela sociedades consumistas com hábitos importados, quebra seus meios de produção e as poucas empresas que podem competir, o fazem em base a ajustes de cunho trabalhista (BORJA, 2002, p. 25).

Dessa maneira, a globalização fomenta o processo de internacionalização-fragmentação social pontuado pela integração internacional das economias estabelecidas com a desagregação interna das sociedades através da aplicação das desigualdades, tendo em vista que pequenos segmentos se sobressaem beneficiados pelo sistema e os outros, na grande maioria, se tornam vítimas de novas relações econômicas. Assim, o processo de globalização começava a ser questionado, inclusive pelos teóricos de nações mais desenvolvidas.

Com isso, hoje, conclui-se que somente haverá lugar para uma integração melhor no conjunto das nações para os países que investirem na educação de qualidade, associada ao empenho de políticas públicas na área de ciência, tecnologia e inovação. Por isso, a função da Universidade deve corresponder com

os propósitos e os fins de uma instituição universitária, isto é, em pesquisa, conhecimento e serviço; colaborando no desenvolvimento de uma sociedade igualitária, assim como para a promoção de valores éticos e morais, conquistados por meio da missão ou serviços inerentes às universidades (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012).

O conhecimento científico e tecnológico não pode caracterizar como forma de dominação e exclusão social e de desgaste das sociedades. As universidades do século XXI necessitam estar capacitadas para empenhar-se na sua função com o futuro, de modo a aproximar a ciência com a ética e ainda elevar seu pensamento e sua fala acima das desigualdades de toda ordem, buscando a reorganização de caminhos, quando se acrescenta %alam em livre concorrência, mas não a praticam no campo das ideias+(BORJA, 2002, p. 27).

Esse pensamento é corroborado por Dias (2002), que destacou que o século XX foi marcado pelo avanço científico e tecnológico, embora isso desencadeasse um processo de manipulação, propiciando que minorias detenham o controle das sociedades, ou seja, favorecendo o domínio de uns povos sobre os outros. Na esfera do Ensino Superior não é diferente, e essa tendência mostra a comercialização do ensino favorecida pelo desenvolvimento das novas tecnologias e com o estímulo da Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento⁴ é ameaçado pela dominação por parte de poucos e da exclusão da maioria. Se o conhecimento fosse bem aplicado, representaria fator decisivo na divisão de riquezas. Evidencia-se, então, que o %ontrola sobre as mentes representa uma pá de cal no pouco que resta, nestes tempos de globalização, de soberania aos Estados nacionais+(DIAS, 2002, p. 35).

A globalização invade todos os cantos do mundo, seja as micros dimensões do cotidiano ou as grandes manifestações cada vez mais multiculturais das sociedades, influencia as novas configurações societárias, altera as velhas noções de espaço e tempo na comunicação, expande as estruturas de informação, potencializa a mobilidade, imprime novos perfis no mundo do trabalho, impulsiona o acúmulo exponencial dos conhecimentos, gera mudanças nos campos das ciências e das tecnologias, produz o declínio

⁴ É uma sociedade de aprendizagem, que processa informação de forma a maximizar a aprendizagem, estimular a criatividade e a inventividade, desenvolver a capacidade de desencadear as transformações e enfrentá-las. Ainda desenvolver o trabalho em redes e equipes, da busca de aprendizagem profissional contínua, da disposição de correr riscos, da confiança nos processos cooperativos, da capacidade de lidar com a mudança e do compromisso com a melhoria contínua das organizações (HARGREAVES, 2004, p. 17-18).

das certezas, aumenta a complexidade nas relações humanas e na vida em geral (SOBRINHO, 2005, p. 3).

Para Sobrinho (2005), essas ocorrências justificam positivamente a globalização, proporcionando um avanço no conhecimento, na técnica e na velocidade em que se discutem inúmeros assuntos devido à simplicidade da comunicação e da informação, incluindo um potencial de organização e de desenvolvimento de um mundo melhor, proporcionado pelo êxito nas áreas científicas e técnicas. O autor cita alguns exemplos de êxitos, como: o aumento da longevidade humana, produtividade agrícola e industrial, comunicação imediata e sem fronteiras, maior mobilidade e sucesso sobre doenças consideradas incuráveis.

Por outro lado, Sobrinho (2005) revela o lado perverso da globalização, como sendo o agente causador pela desigualdade entre pobres e ricos, Sul e Norte, excluídos e incluídos, sob o enfoque social, econômico, racial e político. Tal viés favorece a concentração de capital pelas grandes empresas e grupos, aumento da miséria e da pobreza, violência e desemprego e do endividamento dos países pobres. Fica evidente o isolamento internacional entre os países, que geram, controlam e empregam os conhecimentos e, por outro, os que não possuem condições para produzir conhecimentos e receber seus benefícios.

Dessa forma, os primeiros acabam definindo quais são os conhecimentos que possuem valor, especialmente no sentido de valor de mercado. Para Sobrinho (2005), o conhecimento, a vocação para a aprendizagem e a aplicação, intensificada pela interligação universal, converteram-se na sustentação da competitividade. A Educação Superior revestiu-se de relevância como geradora das fontes de riqueza, produtora e divulgadora dos conhecimentos, da prática de operar os saberes adquiridos e de aprender ao longo da vida, principais fatores da competitividade.

A educação, incluindo o Ensino Superior, é um direito humano e que não pode ser tratado como mercadoria e, para tal, o apoio público é imprescindível. Seus desafios representam investimentos a toda a sociedade, sendo obrigações dos governantes garantir o direito à educação e seu financiamento, obedecendo, ainda, às disposições de cada sistema educacional (DIAS, 2005; SOBRINHO, 2005).

Não é possível alcançar um conjunto de normas de qualidade aplicáveis a todos os países e em função das quais se possa fazer uma apreciação sobre os estabelecimentos [...] os governos devem formular planos de ação nacionais com o objetivo de fortalecer o acesso, mas também a pertinência

e a qualidade dos estabelecimentos de Ensino Superior. É preciso, conseqüentemente, melhorar a gestão institucional (DIAS, 2002, p. 38).

Assim, evidencia-se a emergência das universidades em realizar um entendimento mais abrangente e pautado nos propósitos e nas transformações da sociedade, em que a universidade é cada vez mais forçada, pelos apelos da coletividade, a assumir inúmeras atribuições, principalmente nos últimos anos, com relação às exigências de mercado. É atribuição da universidade traçar uma compreensão ampla e pertinente às finalidades da sociedade, bem como modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos, levando em conta os aspectos do país e da internacionalização. É importante destacar que tal processo está cada vez mais intenso na Educação Superior, em função da reação de caráter mundial da aprendizagem, da cooperação internacional e das pesquisas.

A Educação Superior é um patrimônio público na medida em que exerce funções de caráter político e ético, muito mais que uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas. Essa função pública é a sua responsabilidade social (SOBRINHO, 2005, p. 8).

Torna-se característica inerente da universidade gerar e democratizar o conhecimento, o que culmina em permanente atualização nas formas de saber-ser e saber-fazer (HARVEY; SANTOS, 2001a apud CABRAL, 2012, p. 34). Com isso, as universidades passam a ser amplamente provocadas pela coletividade e pelo Estado, abrindo um leque de reflexão acerca dos modos de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão frente a uma sociedade profundamente diferenciada e desigual geográfica, social, econômica e culturalmente.

Sendo assim, Sobrinho (2005) ressalta que a responsabilidade social da Educação Superior, na sua essência, se constitui em gerar os conhecimentos possuidores não somente de valor científico, mas também de valor social e formativo para o cidadão para enfrentamento das ocorrências regional, nacional e mundial, caracterizando-se em um bem público que propicia conhecimento e formação.

2.3.1 Pilares da educação

A educação, definida como resposta ao século XXI, permanece como a emergência do conhecimento visto à urgência desencadeada por um mundo em

rápida transformação. Para Delors et al. (2010), o enfrentamento das transformações mundiais exige da sociedade o retorno à escola para preparação frente às ocorrências da vida profissional e privada, instituindo uma nova forma de superação; exige-se de cada um o binômio *“aprenda a aprender”*, isto é, sugere compreensão mútua e do mundo para abertura de igualdade de oportunidades.

Assim, Delors et al. (2010) apresentam quatro pilares básicos para sustentação da educação, sendo prioritário o *Aprender a conviver*, que mostra o conhecimento sobre os demais, como compreender sua história, tradições e espiritualidade para orientar o desenvolvimento de projetos comuns entre as nações e uma coordenação capaz de amenizar os conflitos emergentes. Tal pilar é útil e necessário para atenuar as desigualdades e as dificuldades dos países excluídos.

Outros três pilares da educação fornecem aporte ao primeiro. O segundo pilar, *Aprender a conhecer*, sustenta o primeiro devido às situações aceleradas pelo progresso científico e as inovações no campo econômico e social. Assim, faz-se emergente a tentativa de se combinar o estudo amplo da cultura geral, visando buscar subsídios para um mínimo número de assuntos emergentes. Com isso, a cultura geral concebe acesso para uma educação permanente e de qualidade na medida em que demonstra meios para fomentar a aprendizagem ao longo da existência. Na sequência, há o pilar *Aprender a fazer*. Com a formação e a aprendizagem continuada de uma profissão, é imprescindível obter capacidade para enfrentar as adversidades da vida, da profissão e da sociedade, ou seja, estar preparado para a vida, pontos desconsiderados pelos métodos atuais de ensino.

Por fim, *Aprender a ser*, visto que, no século XXI, é necessário desenvolver as práticas de nossa independência e bom senso, associados ao dever de construir um futuro coletivo, tal como motivar as capacidades e habilidades de cada um.

Sem sermos exaustivos, podemos citar a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um. Eis o que confirma a necessidade de maior compreensão de si mesmo (DELORS et al., 2010, p. 14).

Segundo Delors et al. (2010), dentre esses pilares, há ainda a necessidade de se articular uma sociedade educativa, pautada pelos três principais meios educativos: aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos. Assim, é dever da educação promover meios para acesso de todos, assim como classificar,

gerenciar e usufruir das informações. A educação deve moldar-se permanentemente a todas às mudanças da sociedade %sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana+(DELORS et al., 2010, p. 14).

[...] abrir as portas aos adultos que desejarem retomar seus estudos, ou adaptarem e enriquecerem seus conhecimentos, ou satisfazerem seu gosto de aprender em qualquer domínio da vida cultural; como parceiro privilegiado de uma cooperação internacional, ao permitir o intercâmbio de professores e de estudantes, além de facilitar [...] a divulgação dos melhores conteúdos de ensino (DELORS et al., 2010, p. 18, *grifo do autor*).

Dessa forma, menciona-se outro ponto relevante, como o desenvolvimento da pesquisa, capaz de proporcionar aos países excluídos soluções aos problemas mais emergentes, além de apresentar novos olhares de desenvolvimento que permitam mecanismos efetivos para um futuro melhor para toda a sociedade. Para tanto, Delors et al. (2010) destacam três atores principais que coadjuvam para o desfecho das reformas educacionais, citando a comunidade local, em primeiro lugar, referindo-se os pais, a diretoria das escolas e os professores; na sequência, as autoridades constituídas; e, em terceiro lugar, a comunidade internacional.

Assim, é de responsabilidade dos países mais desenvolvidos e industrializados apoio por meio de técnicas inovadoras e de experiências de sucesso. De igual modo, nessa relação, deve-se promover a socialização entre os povos, a orientação das crianças e, principalmente, fomentar as culturas e os hábitos diferentes.

Para Werthein e Cunha (2005), é um novo modelo de cooperação, aspirando uma política voltada para as condições da região, atravessando particularidades, sendo permitida a participação em programas de investigação e de ensino inovador, mobilidade acadêmica, pretendendo traços comuns e de reconhecimento de cursos e graus, como criação de setores para gerenciamento da cooperação internacional. Desta feita, a educação precisa ter como meta o aprimoramento da pessoa e o respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais. Ainda promover o entendimento, a flexibilização e a amizade entre as nações e os grupos religiosos e raciais, reconhecendo o indivíduo em sua totalidade.

Nesse sentido, Delors et al. (2010) citam algumas orientações às universidades como base de desenvolvimento e promoção da Educação Superior, de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 . Recomendações às universidades, segundo Delors et al. (2010).

Desempenhar funções essenciais, tais como: preparação para a pesquisa e para o ensino; oferta de uma formação, em diferentes áreas, bastante especializada e adaptada às necessidades da vida, econômica e social. Promover a cooperação internacional.
Dispor da possibilidade de se exprimir com toda a independência e responsabilidade acerca de problemas éticos e sociais, indispensável para ajudar a sociedade a refletir, compreender e agir.
Possibilitar, juntamente com a diversidade da Educação Secundária, a viabilização de respostas válidas para os desafios da massificação e a luta eficaz contra o fracasso escolar.
Desenvolver a educação ao longo da vida implicando no estudo de novas formas de obtenção das certificações que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas.

Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

Nessa premissa, Werthein e Cunha (2005) fazem uma reflexão sobre a nova educação para o século XXI. Indagam sobre as suposições balizadoras para uma educação apropriada para fomentar o sistema de globalização da cidadania, que concebe o fator primordial para o enfretamento da crise mundial. Assim, que educação poderá auxiliar na estruturação de um novo paradigma? Citam Boaventura de Sousa Santos, que argumenta observar um estranhamento na sociedade em função das promessas medíocres de hoje, as desigualdades entre os países, os conflitos, as promessas de paz, as diversas formas de discriminação e os acontecimentos de toda a ordem.

A reflexão de Werthein e Cunha (2005) lembra a contribuição de Edgar Morin (2000) à educação, que deveria ser implementada em todas as sociedades e culturas, obedecendo a fundamentos e modos ímpares a cada sociedade e a cada cultura, conforme enunciados no Quadro 2.

Quadro 2 . Sete saberes necessários à Educação do Futuro, segundo Edgar Morin, citado por Werthein e Cunha (2005).

Cegueiras do Conhecimento - o erro e a ilusão . Possuir conhecimento é imprescindível para confrontar a propensão ao erro e à ilusão. A educação deve preparar a mente humana para o que é conhecer, como forma de estar apta para identificação permanente de erros.
Princípios do Conhecimento Pertinente - O conhecimento necessita assimilar os acontecimentos mundiais e essenciais para interferir nos conhecimentos parciais e locais.
Ensinar a Condição Humana . A educação deve ter uma visão integrada à condição humana, propiciando a tomada de consciência de sua identidade. Comum a todos os outros indivíduos.
Ensinar a Identidade Terreno . É preciso mostrar a crise mundial e que todos os seres humanos compartilham do mesmo destino. É necessário aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar nas culturas singulares e, também, aprender a ser, viver, dividir e comunicar-se como ser humano.
Enfrentar as Incertezas . É necessário instruir princípios, facilitando enfrentar imprevistos.
Ensinar a Compreensão - O mundo necessita do ensino da compreensão mútua. O ensino e a aprendizagem da compreensão apelam à reforma das mentalidades. Compreender a partir da sua raiz.
A Ética do Gênero Humano . O ensino da ética deve abarcar a evolução conjunta da independência individual, das participações sociais e da consciência de pertencer à espécie humana. A ética indivíduo/espécie necessita do controle recíproco da sociedade pelo indivíduo e do indivíduo pela sociedade.

Fonte: Adaptado pela autora, 2017, a partir de dados da pesquisa.

Para Werthein e Cunha (2005), a educação não pode ser vista como uma tática preventiva, mas serve para entender a complexidade dos fenômenos mundiais e o conhecimento, como combustível para o domínio da insegurança, e preparo para as pessoas se tornarem cidadãos do mundo. A educação deve fornecer à humanidade o preparo para coordenar a sua própria evolução, auxiliando no desenvolvimento da sociedade em que vive.

Assim, a educação, no século XXI, estará associada ao desenvolvimento da capacidade intelectual dos estudantes e a fundamentos éticos, de compreensão e de solidariedade humana. O estudo sobre Ensino Superior propicia concepções para a construção de uma educação sólida e capaz de promover o desenvolvimento de todos os indivíduos. Deve-se, para tanto, haver cooperação em nível mundial, para frear as desigualdades e as injustiças sociais, bem como promover, com isso, os ideais de progresso, paz e de solidariedade humana. A educação, no século XXI deverá ser uma educação ao longo da vida, atribuindo diferentes sequências de aprendizagem (Educação Básica, Secundária e Superior).

2.3.2 Ensino, pesquisa e extensão

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constituída com o tripé ensino, pesquisa e extensão⁵, sendo o ensino de graduação, o primeiro título universitário recebido por um indivíduo, que se relaciona à formação profissional de Nível Superior com abrangência em diferentes áreas do conhecimento. Sendo assim, o ensino de graduação visa alcançar a habilitação universitária específica aos indivíduos que concluíram o Ensino Médio ou equivalente, através de processo seletivo, ou seja, através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas.

O ensino de pós-graduação também é parte integrante do complexo universitário, necessário à realização de fins essenciais da universidade, visando habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e das atividades correlatas, com acesso de candidatos que concluíram o curso de graduação.

⁵ Art. 66 O ensino de pós-graduação visa à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o curso de graduação. Art. 67 A Pesquisa é o processo criativo que visa à produção do conhecimento. Art. 68 A extensão, realizada pela interação entre a universidade e a sociedade, visa ao desenvolvimento mútuo, através de atividades de cunho científico, tecnológico, social, educacional e cultural+(UFRGS, 1994, p. 16).

A pesquisa é o modo eficiente de produção de conhecimento com abrangência inter e multidisciplinar, visando à incorporação das diferentes áreas de conhecimento e das atividades de ensino e extensão. A partir do desenvolvimento das pesquisas, as universidades públicas firmaram o compromisso de produzir cientistas pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento e em níveis comparáveis aos dos países desenvolvidos. O resultado de tal prática é positivo para as universidades brasileiras, conforme demonstrado nas avaliações dos programas de cooperação com países de alto desenvolvimento, levando-se em conta os meios e os poucos recursos investidos na área da pesquisa por parte do governo e, também, escasso desenvolvimento no setor privado (GOTTIFREDI, 2002).

Gottifredi (2002) diz que o envolvimento de empresas no desenvolvimento de pesquisas de ponta, em conjunto com as ações das universidades, favorece não só a retroalimentação, como também a sucessiva procura por pessoal qualificado e treinado e, ainda, na reflexão conjunta de ideias inovadoras capazes de minimizar ou solucionar os problemas da sociedade. O autor apela, ainda, para os governantes darem início a essa proposta, demandando os melhores grupos de pesquisa o fornecimento de condições necessárias para execução de todos os tipos de programas sociais em cada país, atribuindo aos governos e às universidades públicas a responsabilidade plena.

Nesse sentido, por meio de análise e de investigação das necessidades urgentes da sociedade e das suas reações sociais, torna-se necessário criar possibilidades e identificar demandas para formulação de propostas de novos projetos de pesquisa, possibilitando, assim, o êxito das ações utilizadas, bem como garantir aos estudantes integrar as equipes de pesquisa para um maior aprendizado no campo científico e tecnológico.

Segundo Gottifredi (2002), as reações das universidades públicas e dos governos, acerca do desempenho da pesquisa nas últimas décadas, têm sido diversas. A relação com o setor privado, produtor de bens e de serviços, foi estimulada e, em geral, aumentou a proporção dos recursos das universidades destinados ao fomento das atividades de pesquisa.

Precisamos que o setor produtivo demande pessoal com formação científica. A única estratégia possível é uma aliança entre os setores nacionais de produção, os governos e as universidades para dar as condições de sustentação suficientes para criar essas demandas. Há diversos mecanismos e podemos nos inspirar no Brasil e México. [...] Essas

abordagens, junto com os programas solidários de pesquisa e extensão realizados com o Governo Federal e local, podem incrementar muito a pertinência social de nossas universidades. Esses são grandes desafios, mas que podem ser realizados. A UFRGS é uma boa fonte de inspiração (GOTTIFREDI, 2002, p. 136-137).

Para tanto, Gottifredi (2002) assinala a importância da pesquisa científica necessária na universidade pública, voltada a conduzir o ensino para o aprendizado criativo, fundamentado na reflexão e na análise crítica. Na mesma linha, o autor aponta que tal processo deve estar comprometido em colaborar com a formação de empresas de base tecnológica e que busque, nos grupos de pesquisa, trabalhos originais apoiados no conhecimento, bem como forneça recursos humanos de elevado nível para serem agregados aos ambientes científicos das empresas inovadoras.

Tal integração é um requisito básico para que a formação de recursos humanos oferecidos sirva de alicerce a um processo amplo de desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental, evidenciando a necessidade de discussão sobre novas trajetórias de ensino, inovação curricular e de práticas de aprendizagem [...] à inserção da universidade na sociedade, observa-se que necessariamente inclui a articulação do ensino com a produção do conhecimento por meio de ações e de pesquisa científica, tecnológica, artística e cultural. Deve permanecer a promoção de uma política de inserção com todos os segmentos da sociedade, buscando a ocupação plena das vagas oferecidas na graduação e na pós-graduação, a aplicabilidade do conhecimento gerado para entrega de valor à sociedade [...] É importante o estímulo a programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social (UFRGS, 2015, p. 27-29).

Nessa premissa, Santos (2006) diz que, no contexto da extensão, a interdisciplinaridade ocorre quando os saberes compartilhados são mutuamente prestigiados entre aqueles desenvolvidos pela sociedade e pelos setores da sociedade. Essa interação, entre conhecimentos científicos, saberes populares e práticas profissionais, é imprescindível para que ocorra a interdisciplinaridade, ou seja, a importância do compartilhamento entre as culturas e as trocas de saberes, de experiências, resultando no partilhar de visões de mundo.

[...] Neste caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação de diferentes saberes interdisciplinares. Entenda-se por saberes disciplinares: saberes da experiência, saberes técnicos e saberes teóricos, interagindo de forma dinâmica sem nenhuma linearidade ou hierarquização

que subjugue os profissionais participantes (FAZENDA apud GOMES, 2016, p. 47-48).

Chama a atenção que um dos pilares da universidade, a extensão, é caracterizado como uma ação de interação entre a universidade e a sociedade. Assim dá-se um processo interdisciplinar, que se presta ao desenvolvimento recíproco por meio de atividades de natureza científica, tecnológica, social, educativa, artística, cultural e política, no qual se incrementa uma interação que transforma não só a universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage (FORUM, 2013).

Nesse sentido, conceitua-se extensão:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM, 2013, p. 42).

A atuação da extensão universitária se articula com as políticas públicas e setores produtivos da sociedade, orientados pelo compromisso com o enfrentamento da exclusão e da vulnerabilidade social e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação. Também é importante destacar como prática acadêmica de forma indissociável com o ensino e a pesquisa com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos e com o desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social.

Nessa premissa da indissociabilidade, revela-se a missão do Ensino Superior:

A missão do Ensino Superior consiste em contribuir ao desenvolvimento durável e à melhoria da sociedade em seu conjunto, a saber: educar e formar diplomados altamente qualificados capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana: promover, gerar e difundir conhecimentos através da pesquisa, interpretar, preservar e promover as culturas no contexto do pluralismo e da diversidade cultural (DIAS, 2002, p. 53).

Para Gonçalves (2016), faz-se necessária uma nova visão sobre a extensão em que possa ocorrer uma relação recíproca entre universidade e sociedade, possibilitando o fluxo entre o conhecimento acadêmico e o popular com o propósito de geração de um novo saber. Por esse motivo que se torna essencial a articulação entre extensão e pesquisa no ensino, e a conexão entre o ensino e a extensão, pois

remete às transformações no processo pedagógico, quando alunos e professores tornam-se suscetíveis de aprender.

Uma troca de saberes, de experiências, de atitudes em relação ao objeto (situação problema), o que implica, é claro, no partilhar de visões de mundo. E justamente por isso, no desenvolvimento de novos saberes, por meio da aproximação da realidade social e das novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas. É claro, mantendo a respeitabilidade dos valores e da identidade inerente a cada profissional e profissão (OLIVEIRA, 2016, p. 13).

2.3.3 Interação dialógica entre universidade e setores sociais

Nesse contexto, Quimelli (2016) enfatiza que é imprescindível instituir no ensino, na pesquisa e na extensão as orientações sobre a interação dialógica que ensina o caminho da interação entre universidade e setores sociais marcados pelo diálogo e pela troca de saberes. Dessa forma, possibilita-se transcender a expressão do predomínio acadêmico, dando espaço para um diálogo com movimentos, setores e organizações sociais. Assim, não se pode mais apenas aplicar o conhecimento acumulado pela universidade, devendo ser produzido um conhecimento novo capaz de atuar por igual com a sociedade na solução da desigualdade e da exclusão social e na estruturação de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 73, grifo do autor).

É necessário, portanto, conhecer o mundo para conhecer a realidade social que se forma a partir das condições econômicas e materiais da sociedade, cujo conhecimento exige ainda mais do sujeito uma observação crítica na percepção da realidade. Dessa maneira, torna-se importante efetuar uma observação crítica, no sentido de perceber a realidade como um processo de transformação, não como uma instituição estagnada ou acomodada. A transformação da realidade somente acontece a partir da tomada de consciência necessária para atingir o pensamento

crítico, quando o sujeito passa a compreender sua condição social e a operar sobre a realidade para transformá-la em um sistema participativo e democrático.

Assim, não se pode supor que seja claro, na universidade e nos docentes extensionistas, o conhecimento/a conscientização que possibilita a realização das práticas de transformações, juntamente com seus alunos e comunidade. Da mesma forma, não se pode inferir que não há espaço para questionamentos, diálogos ou transformações da realidade. Para tanto, há de se praticar a interação dialógica para reflexão crítica sobre/na realidade para que ocorram a ação e o crescimento conjunto do conhecimento, isto é, do aluno, do extensionista e da sociedade.

[...] em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento ~~exper~~experencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la [...]. Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentá-la impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui (FREIRE apud QUIMELLI, 2016, p. 28-29).

Nesse sentido, Quimelli (2016) ressalta que, para ocorrer a comunicação entre a sociedade e a universidade, é imprescindível que alunos e professores extensionistas sejam ensinados a conhecer as condições estruturais do pensar (reflexão) e da linguagem (diálogo) da sociedade. Isso se constitui em conteúdos programáticos empregados para ação junto às comunidades, onde as ações de extensão não podem ser estabelecidas pelos professores e alunos, mas em conjunto com a comunidade e mediados pela realidade vivenciada pelos sujeitos do processo. Esse processo de diálogo é o entrelaçamento da reflexão sobre a realidade, entre sujeitos comprometidos com o mundo (professor extensionista, aluno e sociedade).

Assim, o começo básico da extensão é um procedimento interdisciplinar, que se articula com o ensino e a pesquisa de modo indissociável, favorecendo a formação do conhecimento. Dessa maneira, estendem à universidade os saberes produzidos em seu costume, em seu fazer profissional ou através de sua vivência em sociedade.

A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à

universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (NOGUEIRA apud FUJITA; BARRAVIERA, 2014, p. 3).

Sendo assim, para que aconteça a interação dialógica, é necessário buscar princípios e regras para aplicação adequada na comunidade, que sirvam de estímulos e participação de todos e, ainda, à democratização do conhecimento, dando destaque ao aporte dos sujeitos não universitários em sua criação e disseminação. Faz-se necessário deixar claras, também, a apropriação e a divulgação da autoria dos sujeitos sociais envolvidos, bem como a sua participação concreta nas ações produzidas nos ambientes da própria universidade (FORPROEX, 2012).

Gomes (2016) ressalta a importância da conexão da interdisciplinaridade e interprofissionalidade no contexto da extensão universitária, visto a produção do conhecimento ocorrer de forma interdisciplinar. Identicamente é a formação na visão da interprofissionalidade que se efetiva por meio da interdisciplinaridade, que assegura a construção de metodologias, conceitos e ações que possibilitam a divisão de conhecimentos, valores e da cultura profissional entre sujeitos que operam em um mesmo ambiente. Essa relação está implicada com a formação e a atuação profissional, bem como com a missão da extensão com a justiça social e mudanças atuais.

[...] a combinação de especialização e visão holística pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de extensão universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (FORPROEXT, 2012, p. 17).

Gomes (2016) também destaca os desafios das comunidades na atualidade relacionadas à interdisciplinaridade e à interprofissionalidade, agregadas à interação dialógica, bem como associadas à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De igual modo, cabe evidenciar o embate entre a formação profissional e

as mudanças sociais, que resultou em inúmeras orientações no FORPROEX (2012), com o intuito de superação das crises da universidade pública.

A autora também ressalta que as crises estão relacionadas com a forma de ação das universidades, lugar da idealização científica e da formação profissional, bem como nos obstáculos enfrentados para corresponder aos apelos da sociedade acerca da diversidade do mundo. Nesse sentido, Gomes (2016) alerta para a importância da formação profissional de forma que compreenda a realidade, que estabeleça um diálogo entre o mundo *“vivido, concebido e percebido”*. Assim, os problemas devem ser examinados em seus meios e, por conseguinte, no mundo. Hoje, ocorre, no processo mundial, a fragmentação do conhecimento científico nas diferentes áreas do conhecimento, quando não se pode separar o observador do observado (GOMES, 2016). Segundo Morin (apud GOMES, 2016, p. 42), *“não podemos compreender alguma coisa de autônomo, senão compreendendo aquilo que é dependente”*.

Segundo Gomes (2016, p. 43), essa crise coloca novos desafios às universidades, ressaltando a necessidade de compreensão das novas interações da sociedade, que envolve todas as ciências sociais e naturais. Destaca-se o engajamento dos cientistas para dialogar com seus pares, com outras ciências e com outros saberes, não científicos, tendo em vista a grandeza *“física, econômica, política, social, ambiental e cultural do mundo contemporâneo”* (GOMES, 2016, p. 43).

Nesse período, a extensão se fortalece com o surgimento do FORPROEX, que assume importância fundamental na pressão política junto ao Ministério da Educação, com a conceituação de extensão do modo como ainda hoje é assumida: *“a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”* (I ENCONTRO DO FORPROEX apud GONÇALVES, 2016, p. 58).

Mais tarde, novas diretrizes foram apresentadas pelo FORPROEX (2012), como orientação, formulação e implementação das ações de extensão universitária, a saber: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e na transformação social.

Ressalta Gomes (2016) que as crises nas universidades evidenciam habilidades e desafios. Dessa forma, sua missão efetiva-se ao passo que o conhecimento e o saber gerados, sistematizados e socializados contribuem para construção de cidadãos e profissionais comprometidos para uma sociedade mais justa e democrática. Para a autora, a universidade brasileira é o significativo particular da sociedade brasileira, quando acomoda as suas diferenças, aparecendo aí a democratização, mas também os limites de natureza estrutural e conjuntural que instigam a concepção política, institucional e organizacional.

Nesse sentido, de acordo com Gomes (2016) e Deus (2016a), o FORPROEXT e a Política Nacional de Extensão mostram-se importantes ao assegurar as políticas de consolidação da extensão no âmbito das universidades, dando lugar a um novo debate sobre a curricularização da extensão, que garanta aos estudantes a experimentação dessas ações na sua formação profissional de forma apropriada, internalizando seus princípios. Para as autoras, não há dúvida de que a cooperação da extensão na formação profissional e continuada seja de extrema importância para estudantes ou professores, bem como sua importância no sistema de mudanças sociais e nos lugares onde são realizadas suas ações.

Santos (2006) reflete sobre o papel da extensão representado pela universidade na atualidade. Destaca que, para compreender o sentido da extensão universitária, é necessário considerar vários aspectos, tais como: o ensino, a pesquisa, o currículo e a missão da universidade na sociedade, como também o exame do projeto institucional, a situação socioeconômica do país e as políticas educacionais, entre outros. A inclusão curricular, segundo preceitos do FORPROEX (2012), é fundamentada para uma inclusão criativa da extensão no projeto pedagógico dos cursos universitários, incorporando-a como componente fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento.

Para Fujita e Barraviera (2014), o papel da extensão universitária é fazer a ligação entre a sociedade e o que é produzido na universidade, possibilitando, assim, que esta cumpra sua responsabilidade social, na medida em que atua como um laboratório social para a transmissão do conhecimento avançado, seja nas pesquisas ou nas atividades de ensino, favorecendo a sociedade e o poder público, as cidades e, sobretudo, os lugares onde vivem as pessoas. Os autores ainda mostram que, através dessa missão, devem-se proporcionar mudanças na sociedade, por meio da interação dialógica.

Nessa premissa, Gonçalves (2016) chama a atenção para o fortalecimento da extensão com suas metas presentes nos Planos Nacionais de Educação (PNE) (2001-2010; 2014):

(Meta 21) Garantir, nas instituições de Educação Superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da Educação Continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

(Meta 22) Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão (FORPROEX apud GONÇALVES, 2016, p. 65-55).

Ressalta ainda que a extensão também está contemplada no Projeto de Lei nº 8.035/2010. Tal projeto propõe o PNE para o decênio 2011-2020: %Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária+ (FORPROEX apud GONÇALVES, 2016, p. 66).

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SANTOS, 2005b apud GONÇALVES, 2016, p. 67).

Assim, na extensão universitária, há o receio crescente dos atores da educação em tornar essa ação institucionalizada como uma atividade acadêmica curricular, sendo uma proposta de ação global e ainda de inserção nos departamentos universitários com suas linhas de ensino e pesquisa vistos às emergências e urgências da sociedade. Ressalta-se que a universidade não assumirá as funções e encargos do Estado, mas sim desenvolver e ofertar pluralidade de saberes nas diferentes áreas de atuação, tornando-os disponíveis à população. O mérito é de que diferentes setores da sociedade poderão dispor dos saberes gerados pela academia, não necessitando, portanto, estudar em seus cursos regulares.

Dentro desse contexto, no Quadro 3, são evidenciados os princípios orientadores das ações extensionistas, firmados no âmbito do FORPROEX, em 1987.

Quadro 3 . Princípios orientadores das ações extensionistas, pactuados durante o FORPROEX em 1987, segundo dados do FORPROEX (2012)

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país.
2. A universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível aos seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão.
3. A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil.
4. A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.
5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.
6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da Educação Básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados da pesquisa (FORPROEX, 2012, p. 21-22).

Os princípios da extensão, no constante diálogo com a sociedade e com os demais grupos e movimentos sociais, surgem nas diferentes circunstâncias históricas, ou seja, nas trocas de saberes que perpassam os muros da universidade. Segundo Deus (2016a), a partir da aproximação e acesso à universidade de militantes de diferentes movimentos e áreas de atuação, a pluralidade de saberes resultantes dessas discussões possibilitou a introdução de novas considerações às teorias existentes. Emergiram, então, as trocas, quando se popularizaram e se transformaram em estudo as questões relacionadas comunidades remanescentes de quilombolas, assentados, atividades culturais diversas, agricultura familiar, saúde básica, programas, etc. Isso comprova o quanto a universidade, assim como a sociedade, se renova, se transforma e se articula.

Para Deus (2016a), a universidade deve preparar os seus alunos com conhecimento suficiente para atuar na sociedade, contando com o aprendizado adquirido na academia, por meio dos estudos curriculares, das pesquisas e, fundamentalmente, em atuação na comunidade.

A universidade vai se abrindo para o estudante aos poucos. Com o passar do tempo, as alternativas são imensas e o estudante vai tendo a oportunidade de se familiarizar com o ambiente acadêmico e com os diferentes universos que o compõe. É na vivência cotidiana que o estudante percebe esses diferentes mundos e saberes. Outro exemplo, que ratifica o meu entendimento acerca da universidade e seu diálogo transformador com a sociedade [...] Aprendi nesse processo, que existem muitas formas de aprendizado. Muitas maneiras de se passar conhecimento e de dialogar com os inúmeros universos que compreendem a construção social. Isso foi fundamental e chave para entender também a extensão universitária. [...] Essa cadeia de informações é a base para a compreensão e construção de estudos epistemológicos desenvolvidos dentro da universidade (SILVA apud DEUS, 2016a, p. 82-83).

Nesse contexto, a participação em ações de extensão influencia diretamente na formação profissional dos estudantes. Para aqueles que cedo se engajam em políticas e em movimentos adquirindo práticas, desenvolvem capacidade de relacionar-se com o outro, com o diferente proporcionando visão mais ampliada da realidade, ou seja, abre horizontes numa reflexão dialógica com o mundo.

A extensão é a possibilidade de transformação, diálogo, conexão e construção de uma sociedade que dialoga e interage com os seus semelhantes e com os seus diferentes. Nessas relações de interdisciplinaridade, todos ganham, todos contribuem e todos (se) transformam contribuindo para que o aprendizado ganhe força, se renove e se multiplique. Nesse processo, é interessante notar como o pensamento do estudante vai se modificando em relação ao mundo a sua volta. Na realidade, a extensão universitária é uma escada rolante, em que em uma ponta temos o indivíduo e na outra ponta temos o universo social. A extensão universitária em sua prática e teoria, é a escada, é o catalisador que sempre que alcança o indivíduo, o leva para outro lugar. Um lugar diferente. A extensão se renova sempre. Ela está sempre acompanhando os processos sociais que se transformam. Decorre desse constante mover-se, devido a sua prática, que se torna difícil quantificar resultados de uma atividade extensionista (DEUS, 2016a, p. 84).

Dessa forma, são percebidos os benefícios que a interação proporciona aos estudantes, ao meio acadêmico e à sociedade. Após suas experiências, os estudantes voltam para aprofundar seus conhecimentos teóricos, considerando a extensão como um caminho a seguir. Igualmente, com a comunidade trabalhada também acontecem mudanças significativas, quando se percebe o estreitamento entre a universidade e a comunidade. Assim, evidencia-se a troca de saberes, pois nas comunidades várias áreas do conhecimento da universidade podem ser aplicadas. É uma troca cultural na qual a universidade recebe a contar do regresso de seus alunos e professores, o que implica nas transformações dos comportamentos, novas pesquisas e um ensino mais eficaz.

Entre tantas críticas feitas à extensão universitária está aquela que aponta a dificuldade em avaliar os impactos de toda e qualquer atividade da universidade realizada fora dos muros institucionais. Evidente que esta crítica é mais fruto de um modo de pensar produtivista e conservador do que da importância da relação universidade/sociedade. Assim, é também quando se trata da formação. A extensão universitária já em seu conceito se define como formação (DEUS, 2016a, p. 86-87).

Trabalhando em projetos ou programas de extensão, os estudantes incorporam, na sua formação profissional, temas de diferentes saberes em abundância de conhecimento e transformadores da sociedade, ou seja, em contato com grupos vulneráveis, indivíduos em situação de risco e de diversidade cultural. Assim, Deus (2016a) ressalta a importância da vivência dessas práticas na escolha profissional, no despertar para novos caminhos e em trabalhos em áreas específicas, assim como a importância para além da riqueza do conhecimento.

Aquele trabalho com aquelas comunidades remanescentes de quilombolas, aplicado e dialogado ao saber acadêmico, metodológico e científico e que teve um retorno não somente para eles, mas também para a universidade foi um laboratório essencial para que eu pudesse ter vontade de pertencer ao universo acadêmico. [...] Rico em criatividade, em vontade, em dedicação e empenho. Além disso, ele não gira em torno dele mesmo, ou em torno da própria universidade. Ele cria novos espaços, novos ambientes. Ele é capaz de reconstruir a realidade, tanto social, como individualmente (SILVA apud DEUS, 2016a, p. 87-88).

A autora realça, também, a transformação social da sociedade, mudança causada pela extensão universitária demonstrando todo o seu fortalecimento e papel que interage independentemente de espaço e lugar. Assim, a missão da universidade pública se revela essencialmente na construção da sociedade e, em especial, na tarefa de preparar indivíduos para tomarem parte no desenvolvimento técnico, científico e cultural da sociedade. A extensão universitária se faz presente na construção acadêmica do indivíduo que, naturalmente, reconstrói a sociedade. Assim, cabe a universidade relacionar-se com a sociedade, atendendo às suas necessidades para o bem-estar dos cidadãos. Nessa premissa, todos se transformam pela pluralidade dos saberes.

Assim, é ressaltada a interação da universidade com a sociedade, sendo contemplada no Documento *Política de Extensão* (2012) do FORPROEX, referente ao *Impacto e Transformação Social*, reafirmando relação com outros setores da sociedade para transformação focada aos interesses e às necessidades da população. Com isso, essa diretriz contribuirá com a extensão universitária para o

desenvolvimento local e regional, ainda social, e com indicadores das políticas públicas necessárias para o avanço do país. Nessa premissa, a universidade também se transforma juntamente com a sociedade.

A relação universidade/sociedade não pode ser uma junção de duas importantes palavras. Um discurso competente e bem elaborado. Exige fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estaduais e municipais, visando à implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e promoção do desenvolvimento sociocultural; requer um exercício profundo de compreensão da realidade do outro, seja esse %outro+ a comunidade ou a própria universidade. [...] Para aprender, para ensinar, para assessorar, para se oxigenar, a universidade não pode e não deve ser um ente que oferece benefícios. Esse é um tempo passado. [...] Porém, o impacto e a transformação social somente são possíveis com disponibilidade da comunidade universitária ao compreender que existem outros saberes . além daquele conhecimento construído no interior da academia . que nos ensinam e nos fazem reorientar pesquisas, redimensionar planejamentos, refazer planos de ensino, necessariamente com a responsabilidade das diferentes comunidades sem se colocarem como protagonistas de processo no qual se aprende e se ensina, mas sobretudo em que se constroem relações sólidas da sociedade desejada (DEUS, 2016b, p. 100-101).

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2004) enfatiza a questão da extensão que, para ser levada a termo com resultado, necessita antes de tudo da cooperação intergovernamental. Os destinatários deste processo de extensão são variados: grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público, o setor privado. O autor ressalta ainda que, para a extensão cumprir seu papel, é necessário evitar que ela seja voltada para atividades rentáveis, com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. Acontecendo isso, corre-se o risco de ter uma privatização discreta da universidade pública.

Para evitar isso, as atividades de extensão devem ter como objeto prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (SANTOS, 2004, p. 74).

Nara Grivot Cabral (2012), em sua tese, ressalta a importância da transformação da universidade e a relação desta com a sociedade como um todo, desde a mudança na formação acadêmica, levando em conta aqueles alunos que se envolvem em ações de extensão, às práxis adotadas pelos professores a começar pela atuação na comunidade.

A ideia de uma universidade que esteja aberta às transformações de seu tempo para que possa redefinir os seus rumos e os seus processos de produção, de organização e de socialização do conhecimento, não é uma ideia nova. O que parece crescer em sentido e importância nas últimas décadas tem sido a forma como a universidade se coloca na relação com a sociedade para percorrer esses novos caminhos e para encontrar as alternativas que lhe permitam enfrentar as novas contradições e tensões postas pela sociedade atual (CABRAL, 2012, p. 93).

Para tanto, deve-se ressaltar o pensamento de Juan Diaz Bordenave (apud DEUS, 2016b, p. 103), revelando que:

[...] com efeito, ao interagir com a comunidade, a extensão universitária colhe em primeira mão as necessidades dos diversos setores da população em seu contexto real, o qual evita que o estudante se forme exclusivamente no ambiente artificial do claustro acadêmico e assim resulte em um profissional alienado, sem o realismo que o bom desempenho profissional exigiria e com precária consciência social.

Nesse sentido, a orientação sobre o *Impacto e Transformação Social+* para que se tenha efeito, deve iniciar com atuação constante da universidade em parceria com múltiplos movimentos sociais e culturais, reafirmando sua missão e seu compromisso com a sociedade. Assim, a partir das práticas e dos novos saberes, poderá dar novas respostas aos profundos e crescentes apelos que experimentam das demandas externas, por parte da sociedade, como a imposição das empresas e dos diversos problemas enfrentados pela sociedade moderna, bem como pelas exigências internas da própria comunidade acadêmica. Estas são provocações enfrentadas na inovação e na disseminação do conhecimento para uma sociedade em constante mudança.

Com isso, pode-se mencionar Cabral (2012), quando enfatiza que, nas práticas das experiências extensionistas, busca-se a razão e a importância destas quando se constata a pluralidade dos saberes, inseridos numa diversidade de relações, englobando todo o campo do saber fazer em extensão universitária com seus múltiplos meios. Dito de outra forma: o fazer acadêmico perpassa o conhecimento do outro, através das experiências e da formação de um novo conhecimento. Dessa forma, ambas, a universidade e a sociedade, se completam em múltiplos saberes. Assim, pode-se parafrasear Boaventura de Sousa Santos, um *conhecimento prudente para uma vida decente+*.

Diante disso, vislumbra-se que é necessário potencializar, nas interações, a consolidação das relações dialógicas que resultam do compromisso social da

universidade para com a sociedade culminando o encontro de saberes científicos e não científicos. Assim, vai-se ao encontro com a educação popular e com os movimentos populares da sociedade, as práticas locais (CABRAL, 2012).

Nesse ponto, Cabral (2012) enfatiza os movimentos sociais e as práticas emergentes surgidas em diferentes lugares e em momentos diversos que indicam processos de lutas e de alternativas ao sistema capitalista surgido com o mundo globalizado e competitivo frente aos países menos favorecidos. É nessa dinâmica que as universidades têm que estar presentes com outro olhar sobre as práticas e os saberes do Sul, conforme preconizam Santos e Meneses (2010). Para tanto, com as práticas e as trocas de saberes, se vislumbra um pensar acerca da concepção de vida em sociedade, como o bem-estar comunitário e solidário em contraposição ao ambiente ambicioso dos tempos modernos.

[...] a dimensão das relações sociais e econômicas, evidenciada nas contradições e lutas sociais de períodos específicos da história, tem vindo a mostrar que, ao mesmo tempo em que tudo se globaliza, com uma tendência à mercadorização das relações e à individualização da vida concomitantemente a elas, também ressurgem experiências e formas alternativas de convivência, algumas delas transformando-se em movimentos de vieses político-econômico e cultural, como os movimentos e as lutas sociais, e outras ainda a serem conhecidas em seu potencial de vir-a-ser (CABRAL, 2012, p. 28).

Dessa forma, e, concomitantemente, frente à complexidade do mundo e de seu crescimento exacerbado, se examina a ocorrência de novos conhecimentos e se questiona, também, o conhecimento que está sendo produzido sobre as coisas e o mundo. Associado a isso, também acontece um reexame das crenças, dos valores e da visão de mundo, tal qual do entendimento comum, do saber e dos princípios de cada um. Nesse sentido, busca-se a preocupação de ocupar-se não somente do conhecimento técnico-científico, como também de autonomia subjetiva, de ética e de autorrealização, bem como no desejo de colaborar na construção de políticas de formação de uma cultura reflexiva, buscando a autonomia social, isto é, as alternativas disponíveis e possíveis para uma ecologia de saberes.

2.4 Construindo ecologia de saberes

A relação entre a universidade e a sociedade se dá a partir de inúmeras mudanças no contexto político-econômico, sociocultural e educacional, bem como a partir das exigências do mundo globalizado e da internacionalização. Tais variações

implicaram em grandes desafios colocados às universidades e, principalmente, à UFRGS, na perspectiva da multiplicidade de funções atribuídas a esta, com diferentes modos de formação e do compromisso social, bem como na produção de novos conhecimentos.

Da mesma forma, nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas em função da intensificação das relações estabelecidas no mundo globalizado. Trata-se de uma espécie de projeto ideológico de integração do todo em um processo singular que abarca o mercado no modo da economia capitalista com a alta circulação de bens, informações, produtos e também de pessoas.

A concepção ideologizada de globalização fez com que muitas instituições se reorganizassem, inclusive as grandes empresas multinacionais, que se aproximaram das universidades para geração de novas tecnologias e o incremento tecnológico do país. Tal ação também desencadeou o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas para melhoria do bem-estar da população, desencadeando, com isso, um processo de integração mundial com o impulso das tecnologias de informação e comunicação que favoreceram negócios internacionais mais rápidos e intensos. Esse processo culminou na expansão das universidades, em espaço físico, em cursos capazes de atender às demandas da sociedade e ao fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nessa dinâmica de grandes transformações, surge a responsabilidade social das universidades, associada a novos paradigmas de gestão e de compromisso social relacionadas à função social das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, emerge um novo paradigma social aflorado na sociedade de um saber não científico, fora do padrão das universidades (CABRAL, 2012).

Segundo Santos (2002a), a ocorrência do complexo processo de globalização acaba atingindo diferentes áreas da vida social e econômica dos países menos desenvolvidos, especialmente nos sistemas produtivos e financeiros, que geram distúrbios de toda ordem. Isso sobretudo quanto ao desenvolvimento da inovação nas tecnologias e nas práticas de informação e de comunicação, ao desgaste do Estado nacional, dentre outros fatores que resultam no excessivo crescimento das diferenças sociais, bem como nas marchas constantes transfronteiriças de imigrantes, refugiados ou turistas e, ainda, das empresas multinacionais e instituições financeiras, impactando consideravelmente nas estruturas e nas práticas nacionais e locais.

Nunes (2002) aponta a discussão sobre a ciência em cultura+, ou seja, as peculiaridades da visão de ciência frente às outras culturas. Fala sobre ecologizar o conhecimento e a cultura+, desenvolvendo uma política de interpenetrações do natural e do social, do tecnológico e do cultural baseada em temas ambientais, saúde, biotecnologia, biodiversidades e novas tecnologias, entre outros. Tais pontos são requisitos para novas formas de diálogo e de movimento entre os intelectuais, os cientistas, os cidadãos, enfim, todos, pautados no diálogo e na negociação e não na hierarquização dos saberes.

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul⁶ usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento [...] Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. [...] Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo. (SANTOS, 2007a, p. 22-24).

Para Santos (2007a), a ecologia de saberes e a imensa diferença da vivência do mundo proveem de uma ideia de unidade, isto é, a ideia de constituição de uma nova sociedade que, em 1912, pretendia desenvolver um conjunto de ideias agregadoras e conceitos unificadores a aplicar a todos os campos do saber, conforme Holton⁷ (apud SANTOS, 2007a, p. 23). Na ecologia de saberes, entrelaçam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Assim, não se

⁶ O Sul designa, assim, não só um espaço geográfico e histórico que inclui os países periféricos e semiperiféricos situados nos vários continentes, mas também, enquanto metáfora, as diferentes expressões de subalternidade e de resistência à globalização hegemônica que se manifestam no conjunto do sistema-mundo incluindo os países centrais.+(SANTOS, 2002a, p. 315).

⁷ A imaginação epistemológica no princípio do século XX estava dominada pela ideia de unidade. Este foi o contexto cultural que influenciou as opções teóricas de A. Einstein (Holton, 1998). A premissa da unidade do mundo e a explicação fornecida por esta presidiu a todas as assunções nas quais Einstein baseou a sua pesquisa . simplicidade, simetria, causalidade newtoniana, completude, continuam . e explica parcialmente a sua recusa em aceitar a mecânica quântica. Segundo Holton (1998), a ideia da unidade prevaleceu no contexto cultural do tempo, especialmente na Alemanha. Trata-se de uma ideia que atingira a expressão mais brilhante no conceito de Goethe de unidade orgânica da humanidade e da natureza e da completa articulação de todos os elementos da natureza. Foi esta mesma ideia que, em 1912, conduziu cientistas e filósofos a produção de um manifesto para a criação de uma nova sociedade que visava desenvolver um conjunto de ideias unificadoras e conceitos unificadores a aplicar a todos os campos do saber+.

encontra uma unidade de conhecimento, como também se pode inferir que não existe uma unidade de ignorância. Dessa maneira, as formas de ignorância de conhecimento são tão diversas e interdependentes que favorecem a aprendizagem de alguns conhecimentos e esquecimento de outros.

Nessa reflexão, Santos (2007a) ressalta que a ecologia de saberes, a ignorância, não é obrigatoriamente um sinal de partida, mas um ponto de chegada, isto é, quando possui potencial para esquecimento ou desaprendizagem inseridos num processo de aprendizagem recíproca. Dessa forma, em um modo de aprendizagem orientado por uma ecologia de saberes é essencial o confronto entre o conhecimento aprendido e o conhecimento que nesse meio é esquecido e desaprendido, pois o que se aprende vale mais do que o que se esquece. Para o autor, a ideia do interconhecimento é aprender outros saberes sem esquecer os próprios.

É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007a, p. 25).

Segundo Santos (2007a), em alguns setores, a ciência moderna se sobressai em relação a outros tipos de conhecimento, existindo, portanto, outros meios de ação no real, que, na atualidade, são relevantes e para as quais a ciência moderna em nada participa. Por exemplo, enumeram-se: a preservação da biodiversidade tornada possível por meios de saberes locais, isto é, camponeses e indígenas e que, paralelamente, se encontram ameaçados pela interferência crescente da ciência moderna.

Assim, o autor fala que é inerente à ecologia de saberes estabelecer-se por meio de questionamentos constantes e respostas incompletas. Nessa dinâmica, situa-se a característica de conhecimento prudente. Ainda a ecologia de saberes qualifica as pessoas para uma visão mais ampla daquilo que conhecemos, bem como do que se desconhece e que também alerta para aquilo que não se sabe, é ignorância das pessoas, não ignorância em geral (SANTOS, 2007a).

A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. É uma proposta nova e, como tal, exige alguns cuidados. Como é nova, o caminho faz-se ao caminhar. Não há

receitas de nenhuma espécie. Quais são os principais cuidados? Em primeiro lugar, a ecologia de saberes não se realiza nos gabinetes das universidades ou nos gabinetes dos líderes dos movimentos [...]. Ela se realiza em contextos de diálogo prolongado, calmo, tranquilo. [...] para que permitam que mais vozes surjam, que aquelas vozes mais tímidas e até inaudíveis se manifestem e que, portanto, o ambiente seja suficientemente inclusivo e acolhedor para que a diversidade de conhecimentos poder emergir. Portanto, em primeiro lugar, a ecologia de saberes é um processo coletivo de produção de conhecimentos que visa reforçar as lutas pela emancipação social (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p. 332).

Nessa ideia, cabe evidenciar Santos e Meneses (2010), que formularam as epistemologias do Sul, isto é, um aglomerado de práticas e ações epistemológicas, que denunciam a extinção de saberes e é levado a cabo pela norma epistemológica dominante, prestigiam os saberes que ainda permanecem com sucesso e as considerações que estes têm gerado, bem como pesquisam as circunstâncias de um diálogo horizontal, entre conhecimentos diversos, ao qual se denomina de ecologias de saberes. Assim, salientam que toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, presume uma ou várias epistemologias.

Dessa forma, pode-se inferir que Epistemologia é toda a consciência ou conceito, contemplado ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido, isto é, através do conhecimento que uma experiência social ou relações sociais resultam em intenções e acessíveis, culminando em diferentes epistemologias. Tal operação fica mais evidente quando essas relações sociais são constituídas por diferentes tipos, favorecendo a produção de culturas.

Assim, busca-se valorizar as diferentes culturas e saberes locais onde Santos e Meneses (2010) procuraram denunciar a supressão desses saberes, sob o pretexto de um projeto de colonização (poder e de saber), que tentou homogeneizar o mundo, desperdiçando muita experiência social e a desigualdade epistemológica, cultural e política do mundo. Com a sobrevivência dessas experiências, foram definidas como saberes locais e aproveitáveis apenas como matéria-prima para o conhecimento científico, como instrumentos de governo indireto, impondo nos povos práticas dominadas, a fantasia de aceitável e ainda de gozarem autonomia.

Nesse sentido, a reflexão é de que a ciência moderna institucionalizada não abarca a Epistemologia. Assim, o conhecimento científico pôde camuflar o contexto sociopolítico da sua produção implícita às universidades convencionais descontextualizada da sua ambição de validade.

Uma das premissas básicas da ecologia de saberes é de que todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento. Por definição, as formas de conhecimento hegemônico só conhecem os limites internos, portanto, o uso contra-hegemônico da ciência moderna só é possível através da exploração paralela dos seus limites internos e externos como parte de uma concepção contra hegemônica de ciência. É por isso que o uso contra-hegemônico da ciência não pode limitar-se à ciência. Só faz sentido no âmbito de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007a, p. 26).

Assim, cabe ressaltar que a ecologia de saberes é um modo democrático de concepção de conhecimento democrático, isto é, um saber popular, como uma filosofia e uma metodologia muito arrojada para fortalecer as vontades emancipatórias. Tal procedimento ganha força, pois se volta ao interconhecimento entre saber acadêmico ou científico e saber popular e entre diferentes saberes populares promovidos por diversos movimentos sociais (SANTOS apud CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p. 336).

Nesse contexto, na ciência moderna, o saber científico em princípio, prático, contribui na geração de pessoas especializadas voltadas ao aumento da eficiência e da eficácia, obedecendo ao padrão da produtividade na visão capitalista, o que torna as pessoas cada vez menos sensíveis à reflexão crítica desses padrões adotados. A palavra-chave que caracteriza a ciência moderna é a racionalidade.

Refletindo sobre a ecologia de saberes, Santos (2004) salienta que é um aperfeiçoamento da pesquisa-ação que conduz a uma transformação epistemológica no eixo da universidade. Chama a atenção que a reforma da universidade deva apenas abrir campos institucionais encorajando a sua ocorrência. Além disso, que promova os diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.

Assim, a pesquisa-ação traduz-se na elucidação e desenvolvimento participativo de projetos de pesquisa, englobando as comunidades e organizações sociais populares. Dessa forma, os interesses sociais são planejados com os interesses científicos dos pesquisadores, e a produção do conhecimento científico ocorre, assim, estritamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via comercial.

É nessa alegação que Santos e Meneses (2010) trazem a Epistemologia do Sul, que emerge não de uma reflexão centrada na ciência, mas em práticas, experiências e saberes que definem os limites e as condições em que um dado modo de conhecimento pode ser traduzido ou apropriado em novas circunstâncias. Ainda, mostram que todos os saberes são reconhecidos, sendo assim, a utilidade de cada um deles depende do modo como está vinculado às condições situadas e pragmáticas da sua produção e apropriação. As hierarquias dos saberes não podem ser definidas a partir do poder do conhecimento de um modo de saber, mas de forma prática, ou seja, indissociável das práxis situadas de produção dos saberes.

A ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real, e deixa de conceber a ciência como referência ou ponto de passagem obrigatório para o reconhecimento de todos os saberes e conhecimentos. Desse modo, é a própria concepção do que é a epistemologia que é radicalmente transformada. Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo fato de as experiências de vida dos oprimidos lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, as consequências vêm sempre primeiro que as causas (SANTOS, 2010, p. 284).

Para tanto, Cabral (2012) diz que a consolidação da sociedade civil fez com que surgisse novo paradigma de envolvimento da universidade com a sociedade e a cidadania, instituindo, com isso, o compromisso social como vocação da universidade, atribuindo à extensão universitária uma prática transformadora, estruturada às atividades do ensino e da pesquisa que ultrapassa o assistencialismo e que prioriza a vocação da universidade. Assim, a função social da universidade passa a ser um compromisso de todos, com autonomia e iniciativa para realização de projetos e de programas idealizados pelas próprias universidades e em atendimento às emergências e exigências da sociedade.

Portanto, a função da universidade é de se engajar e de estar politicamente posicionada às emergências da sociedade com projetos, valores, compromissos e causas. Sendo assim, pode-se também inferir que a universidade sofre dos vários pontos de tensão, imposições, pressões e objetivos, buscando uma definição de melhor atuar, fatores inerentes às instituições que predominam o conhecimento e o saber científico. Assim, cabe destacar Chauí (2008, p. 12):

[...] a nova situação do saber como força produtiva determina a heteronomia do conhecimento e da técnica, que passam a ser determinados por imperativos exteriores ao saber, bem como a heteronomia dos cientistas e técnicos, cujas pesquisas dependem do investimento empresarial. Ora, a autonomia racional era a condição tanto da qualidade do saber como da autoridade do intelectual engajado para transgredir a ordem vigente. Perdida a autonomia, que resta senão o silêncio?

Nessa premissa, Chauí (2008) cita Boaventura de Sousa Santos⁸, que expõe o projeto histórico moderno, acreditando que se convencionou sobre dois aspectos, um deles o da regulação, e o outro, da emancipação. Esse último integrado por três lógicas de autonomia racional (pensante), isto é, da %racionalidade expressiva das artes e da literatura+, da %racionalidade cognitiva e instrumental da ciência e da técnica+, e a %racionalidade moral-prática da ética e do direito+. Com isso, o projeto da modernidade considerava viável a evolução equilibrada da regulação e da emancipação e a racionalização completa da vida individual e coletiva.

2.4.1 Conhecimento pluriversitário

A evolução da ciência e das tecnologias e o desenvolvimento acelerado do mundo moderno pressupõem desafios e imposições às universidades, especialmente à universidade pública. Assim, para Santos (2004), a situação de crise aparece em muitos países periféricos, semiperiféricos e até mesmo nos países centrais. Nesse contexto, esse paradigma faz com que as universidades e outros centros do saber ampliem e aprimorem seu campo de atuação, dedicando-se às pesquisas, ao ensino e às práticas de extensão, entre outros inovadores, emergindo, assim, a transferência de conhecimento.

Para Santos (2013), as relações entre conhecimento e sociedade começaram a se transformar e serão mais profundas nas próximas décadas, sendo mais visível a expansão e transnacionalização do mercado de serviços universitários, isto é, a comercialização do conhecimento científico, embora não sendo os únicos fatores, que mais contribuiriam. Segundo Santos (2013), o conhecimento universitário, isto é, o conhecimento científico gerado nas universidades, assentava-se sob um saber predominantemente disciplinar, o que favoreceu um conhecimento autônomo e descontextualizado às exigências do cotidiano das sociedades. Assim, os intelectuais elegiam os problemas científicos a resolver, definiam sua importância e

⁸ Boaventura de Sousa Santos. Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência.

metodologia e os ritmos de pesquisa, estabelecendo um conhecimento homogêneo e hierárquico, sendo as universidades moldadas por esse modelo de conhecimento.

Dessa forma, nas últimas décadas, ocorreram transformações na sociedade que se desestabilizaram, apontando um novo modelo de conhecimento, ou seja, a organização da universidade e do conhecimento tomou uma perspectiva de pluralidade, levando alguns intelectuais a adotarem a noção de multiversidade ou pluriversidade como uma forma de saber e que possa envolver as múltiplas ações e conhecimentos produzidos pela universidade.

Esse cruzamento do conhecimento universitário para outro paradigma de conhecimento, capaz de absorver as novas urgências e emergências da sociedade, que aparece de forma multidisciplinar, é o que evidencia a especificidade do conhecimento pluriversitário. Conforme Santos (2013), é um conhecimento contextual, na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada e como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de saberes, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica.

De acordo com Santos (2013), o modelo emergente, isto é, o conhecimento pluriversitário, tem sido produzido mais especificamente nas parcerias universidade-indústria e, portanto, sob a forma de conhecimento mercantil; porém, se produz, sobretudo, em outras circunstâncias de emprego, como as interações não mercantis, com o amparo da universidade em ações cooperativas e solidárias, através de parcerias entre pesquisadores, organizações não governamentais. Tal produção ocorre nas ações junto a movimentos sociais, principalmente vulneráveis, comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos, entre outros que lutam pela democratização da sociedade e contra os processos de violência e de exclusão social. Inclusive, em muitos casos, acesso ao conhecimento produzido pela universidade, bem como uma relação nova e intensa com maior participação na avaliação dos impactos da ciência e da tecnologia que são produzidos por ela.

Entre as parcerias universidade/sociedade, Cabral (2012) chama a atenção para o aumento considerável das parcerias mercantis no mundo a partir de 1980,

considerando o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal. Além disso, ressalta Santos (2013), o despontar da relação entre a universidade e o setor capitalista privado enquanto consumidor ou destinatário de serviços prestados pela universidade. O autor também menciona a disseminação dos conceitos de %sociedade de conhecimento+ e %economia baseada no conhecimento+, expressa a pressão de que tem sido exercida sobre a universidade para produzir o conhecimento necessário ao desenvolvimento tecnológico que torne possível os ganhos de produtividade e de competitividade das empresas.

Nas universidades brasileiras, não é diferente, posto que a pressão é tão forte que vai muito para além das áreas de extensão, já que procura definir a imagem dos seus interesses, o que conta como pesquisa relevante, o modo como deve ser conduzida e apropriada. Nessa redefinição colapsa, não só a distinção entre extensão e produção de conhecimento, como a distinção entre pesquisa fundamental e pesquisa aplicada. As políticas de pesquisa têm sido orientadas de modo a privilegiar a pesquisa nas áreas que interessam às empresas e à comercialização dos resultados da pesquisa, segundo Santos (2013). Além desses, as universidades também sofrem com os cortes no financiamento público. Para Santos (2013), essas diminuições são percebidas como %incentivos+ para que a universidade busque financiamentos privados, entre em parcerias com a indústria, patenteie os seus resultados desenvolva atividades de comercialização.

Dessa forma, Santos (2013, p. 479, *grifo do autor*), preceitua que a reforma avançada da universidade como bem público deve conter-se pelas ideias:

1. É crucial que a comunidade científica não perca o controle da agenda de pesquisa científica. Para isso, é necessário antes de mais nada que a asfixia financeira não obrigue a universidade pública a recorrer à privatização das suas funções para compensar os cortes orçamentais. É crucial que a abertura ao exterior não se reduza à abertura ao mercado e que a universidade possa desenvolver espaços de intervenção que, de algum modo, equilibram os interesses múltiplos e mesmo contraditórios que circulam na sociedade e que, com maior ou menor poder de convocação, interpelam a universidade;
2. As agências públicas de financiamento da pesquisa devem regular . mas sem eliminar . o controle da agenda por parte da comunidade universitária em nome de interesses sociais considerados relevantes e que obviamente estão longe de ser apenas os que são relevantes para a atividade empresarial. O recurso crescente aos concursos para a chamada pesquisa direcionada (*targeted research*) tem de ser moderado por concursos gerais, em que a comunidade científica, sobretudo a mais jovem, tenha a possibilidade de desenvolver criativa e livremente novas áreas de pesquisa que, por enquanto, não suscitem nenhum interesse por parte do capital ou do Estado. A pesquisa direcionada

centra-se no que é importante hoje para quem tem o poder de definir o que é importante.

Para o autor, não se descarta a validade para a própria universidade de uma interação com o meio empresarial, tendo como meta a identificação de novos temas de pesquisa e de aplicação tecnológica e de análises de impacto. O importante é que a universidade esteja em condições de explorar esse potencial e, para isso, não pode ser posta em uma posição de dependência e muito menos de dependência em nível da sobrevivência, bem como amplie o diálogo com a sociedade.

2.4.2 Da ideia de universidade à universidade de ideias

Na história da universidade, persiste o confronto entre as exigências cada vez maiores por parte da sociedade e o Estado, com suas políticas restritivas de financiamento, às suas atividades finalísticas. Para Santos (2013), a universidade parece não estar preparada para enfrentar tais desafios, o que aponta para transformações profundas. Por outro lado, a continuidade institucional da universidade recomenda que seus objetivos sejam permanentes. Nesse ponto, Jaspers (apud SANTOS, 2013, p. 372) explicava a missão eterna da universidade como sendo um lugar onde, por permissão do Estado e da sociedade, uma determinada época pode nutrir a mais lúcida consciência de si própria. Os integrantes concentram-se nela com o único objetivo de procurar, incondicionalmente, a verdade e apenas por amor à verdade.

Assim, em 1946, proclamavam três objetivos reproduzindo o que anunciava, já em 1923, Karl Jaspers. Qual seja: uma ideia una, cada um deles inseparáveis, constituindo-se a unidade do conhecimento, segundo Jaspers (apud SANTOS, 2013, p. 372):

[...] a verdade só é acessível a quem a procura insistentemente, a investigação é o principal objetivo da universidade; porque o âmbito da verdade é muito maior que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a universidade ensina e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para formação integral.

Para Ortega y Gasset, em 1930, a ideia de universidade não ia além da transmissão da cultura, ensino das profissões, investigação científica e da educação

dos novos homens de ciência. A partir da década de 1960, com as pressões e as transformações na sociedade, os três fins principais da universidade resumiram-se em investigação, ensino e prestação de serviços. Com as políticas universitárias, a unidade dos fins se expandiu em várias funções atribuídas à universidade, que, por vezes, incoerentes, como: aumento da população de estudantes e do corpo docente, inúmeras universidades, expansão do ensino e da investigação universitária e novas áreas do saber, lembra Santos (2013). Assim, menciona-se as dez funções da universidade, enunciadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁹ com base no relatório de 1987:

Educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão de obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregados de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex.: igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (OCDE apud SANTOS, 2013, p. 373).

Assim, entre as funções anunciadas da universidade, é possível a conexão entre elas, mas também podem emergir incoerência entre algumas dessas funções, visto a ideia de universidade ser legitimada na investigação livre e imparcial e na singularidade do saber. Ainda, devido a sua natureza, serem esses pontos pautados pela tensão¹⁰, que emergem tanto na relação com o Estado e a sociedade, como no interior da universidade, enquanto instituição. Assim, devido à complexidade das tensões e da impossibilidade de superação, a resolução parcial que se tem é de manter sob controle, através da gestão, as tensões provocadas (SANTOS, 2013).

É nessa premissa que surge a ideia de universidade, porque é de sua natureza não intervir ao nível das causas profundas das contradições, a gestão das tensões tende a ser sintomática e representa sempre a reprodução controlada de uma dada crise da universidade. A primeira

⁹ A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) é uma organização internacional, composta por 34 países, com sede em Paris, França. Em 2015, o Brasil assinou um Acordo Marco de Cooperação com a OCDE. O instrumento foi assinado pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, durante a Reunião do Conselho em Nível Ministerial da Organização. O Acordo de Cooperação estabelece um novo patamar no relacionamento bilateral do Brasil com a OCDE, que continuará a ser pautado pela seleção, com base no interesse mútuo, das áreas específicas de colaboração (BRASIL, 2016).

¹⁰ Tensões: disseminação das universidades privadas; expansão do sistema universitário; reforma no sistema do Ensino Superior, educativo e global; asfixia financeira; avaliações das universidades; política de baixos salários; resolução dos problemas das demandas emergentes da sociedade (exemplos dados pela autora).

contradição, entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais, manifesta-se como *crise de hegemonia*. Há uma crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. A universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos. A segunda contradição, entre hierarquização e democratização, manifesta-se a como *crise de legitimidade*. Há uma crise de legitimidade sempre que uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceita. A universidade sofre uma crise de legitimidade na medida em que se torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos. Finalmente, a terceira contradição, entre autonomia institucional e produtividade social, manifesta-se como *crise institucional*. Há uma crise institucional sempre que uma dada condição social estável e autossustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizada é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes (SANTOS, 2013, p. 375-376, *grifo do autor*).

Para Santos (2004), a ideia de universidade é que devem ser criadas para elas as condições adequadas, tanto financeiras como institucionais, para que não sejam asfixiadas pelo capitalismo globalizado. Assim, a partir daí, a universidade deve ser incentivada a assumir formas mais densas de responsabilidade social e também aceitando ser permeável às demandas sociais, principalmente àquelas vindas de grupos sociais que não possuem forças para impô-las, servindo de campo para debates e de estudos de críticas emergentes da sociedade globalizada.

No ambiente universitário se verifica a permanência da concepção imaginária de responsabilidade social sobre a participação e valorização das comunidades e de mediação reformistas nos problemas sociais as quais se tornam tendência a reforçar-se de tempos em tempos em períodos de reforma democrática. Por exemplo, o compromisso social evidenciado numa ação "Uma ideia de universidade", citada por Cristovam Buarque, reitor da Universidade de Brasília, quando afirma que:

A política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social. O que define o produto é a sua qualidade, mas o que caracteriza o seu uso é o seu compromisso amplo . a sua condição antielitista (BUARQUE apud SANTOS; MENESES, 2010, p. 400).

Assim, se molda uma política de extensão, considerando que o conhecimento científico tecnológico gerado na universidade e demais centros de pesquisa não são

únicos. Emergem outras formas de conhecimento vindas da prática de pensar e de agir dos diversos segmentos da sociedade, aprendidas por diversas gerações, e por não serem qualificadas como científicas, são desprovidas de legitimidade institucional. Na universidade, tenta-se resgatar tais práticas, quando essa ideia mostra a extrema maleabilidade do apelo à prática e da concepção de responsabilidade social da universidade em que se concebeu.

A ideia é de que a universidade se assenta por meio das questões que nela se perpetua e daquilo que nela se transforma. É justamente por conta dessa duplicidade que a percepção do conhecimento presente não pode se afastar do entendimento das experiências passadas das gerações, sendo a universidade traduzida em novos conhecimentos. Assim, faz-se necessário propor novos caminhos para ajuste do modelo predominante que se implantou nas universidades. Nesse sentido, é necessário reforçar a declaração de Santos (2004, p. 55): «o único modelo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica». Com isso, Santos (2004, p. 55) propõe:

- a) as reorganizações da universidade pública devem contemplar um programa de país centrado na promoção do conhecimento e sua disseminação, assim como a proposta de país tem de seguir um contrato político e social abrangente em inúmeros campos, num contrato educacional e ainda englobando o contrato da universidade como bem público;
- b) a remodelação como meta em respostas às exigências sociais pela popularização integral da universidade, pondo fim à rejeição de grupos sociais e seus saberes;
- c) a busca de uma solução nacional visando a uma conexão global, quando esta não deve ser vista como uma globalização neoliberal, mas como meio para conexões nacionais e globais, a partir da reciprocidade, tipo cooperativo;
- d) o comprometimento da universidade pública na definição e resolução coletiva dos problemas sociais.

Esse embasamento teórico será a sustentação da análise das entrevistas de História Oral. No capítulo seguinte, segue a metodologia sobre os recursos utilizados e, na sequência, os casos relatados com o fim de elucidar as questões da pesquisa, seguidos das categorias e subcategorias.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, evidencia-se o caminho do pensamento e a prática, incluindo simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador. Nesse último ponto, ganha valor sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade, pois, segundo Minayo (2011, p. 15), nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador.

Nesse sentido, o fio teórico condutor será o paradigma emergente. A seguir, seguem algumas considerações iniciais sobre esse paradigma. Destacam-se, ainda, os pensamentos do teórico Boaventura de Sousa Santos, que integra o Paradigma Emergente, que contribui para esse projeto metodológico. Segundo Santos (1988), todo o conhecimento científico-natural é científico-social, que se volta para revalorização dos estudos humanísticos, que não acontecerá sem que as humanidades sejam, elas também transformadas e ainda relacionada à fragmentação do sujeito/objeto para compreensão do mundo.

Para Santos (1988), todo o conhecimento é local e total. No paradigma emergente, o conhecimento é total e também local, sendo estabelecido em torno de temas que, em dado momento, são priorizados por comunidades como projetos de vida locais.

Assim, todo o conhecimento é autoconhecimento e autobiográfico. Dessa forma, segundo Santos (1988), a diferenciação sujeito/objeto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente aproximada, através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objeto, ou seja, o uso do trabalho de campo etnográfico, a observação participante. Para Santos (1988), no Paradigma Emergente, a natureza autobiográfica e autorreverençável da ciência é inteiramente aceita, quando, na modernidade, a ciência transmite uma consciência prática do mundo que possibilita as expectativas da nossa existência. Assim, para o autor, a promessa no porvir será de saber viver despertando para um pensamento flexível e profundo de união ao objeto que analisamos.

De acordo com Santos (1988, p. 70), todo o conhecimento científico visa constituir-se num novo senso comum. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Assim, o saber procura dialogar com outras formas de conhecimento, deixando-se entrelaçar-se por elas, caracterizando ser mais

importante de todas, o conhecimento do senso comum o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida+(SANTOS, 1988, p. 70).

Dessa forma, pelo fato de estar ainda em transição e em transformação científica, o momento epistemológico da ciência reflete-se no modo existencial dos cientistas, como ressalta Santos (1988). Assim, faz-se necessária a adoção de uma consciência crítica e permanente da ciência. Afinal, se todo o conhecimento é autoconhecimento, também todo o desconhecimento é autodesconhecimento+(SANTOS, 1988, p. 71). Desta feita, no item seguinte, seguindo as orientações do paradigma emergente para ampliar o método, segue a classificação da pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

Ressaltam Marconi e Lakatos (2002, p. 15), que a pesquisa pode ser conceituada como um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais+. Assim, afirma-se que pesquisa é um conjunto de ações, é uma indagação minuciosa ou estudo crítico ou concepções para encontrar a solução para um problema, as quais deverão estar pautadas em métodos científicos, auxiliando na consciência crítica do pesquisador.

A presente pesquisa é aplicada, pois visa produzir conhecimentos para aplicação prática voltados à solução de problemas específicos, quando envolve verdades e interesses. Dessa forma, o interesse do pesquisador se dá no sentido prático da pesquisa em aplicar ou utilizar os seus resultados na solução dos problemas ocorridos na realidade.

Na ótica de seus objetivos, a abordagem será de forma exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, permitindo estudo da questão, sob diversas perspectivas, considerando o estudo bibliográfico e as entrevistas com pessoas em contato com as práticas do problema pesquisado. Na pesquisa descritiva, o pesquisador faz a simples descrição de um fenômeno, apenas observando, registrando, descrevendo, ordenando, analisando e interpretando os acontecimentos observados sem sua intervenção, para, assim, descobrir com que frequência ocorrem os fatos, sua natureza, suas causas e ainda suas implicações

com outros episódios. Nesse sentido, na coleta dos dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais temos as entrevistas e a observação sistêmica.

Prodanov e Freitas (2013) destacam a forma como se obtêm os dados necessários para identificação de um delineamento da pesquisa, configurando-se como componente mais significativo para o procedimento para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e os dados fornecidos por pessoas. A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias coloca o pesquisador em contato com o referencial teórico constituído de livros e artigos científicos, devendo estes ser de fontes confiáveis, materiais já elaborados, técnica para acesso aos dados necessários à resposta do problema da pesquisa, ainda, o levantamento de dados utilizando-se a pesquisa documental, materiais escritos ou não, constituindo-se de fontes primárias, isto é, que não receberam ainda nenhum tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nessa técnica de pesquisa documental, o aprofundamento de análise sobre o material existente no Núcleo de Convênios, tais como os processos administrativos, arquivados no local, referentes às interações acadêmicas (IAs), contendo instrumentos jurídicos, seus respectivos projetos, leis federais e normas que regem as (IAs). Estes são guardados para eventuais auditorias internas e externas e consulta local de todos envolvidos na interação. Além desses, associada à técnica da pesquisa, evidencia-se o uso de entrevistas, instrumento mais apropriado, quando serão realizadas com uma amostra aleatória dos atores envolvidos na execução das (IAs). Esse instrumento será abordado novamente, na continuação desse capítulo.

O método da pesquisa é qualitativo. A pesquisa qualitativa favorece utilizar procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados, no caso, a pesquisa documental e também as entrevistas com os atores envolvidos. Assim, evidencia-se o método qualitativo, interpretação de dados, quando essa metodologia é usada para pesquisa em casos concretos e pelas características locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. A abordagem qualitativa é usada para compreender o ambiente pesquisado, possibilitando a descrição dos acontecimentos, buscando evidências dos fatos. Triviños (2010, p. 128) diz que as condições dos fenômenos são tomados por significados que o ambiente lhes confere.

3.1.1 Detalhamento da técnica de História Oral

Na sequência às análises dos documentos, foram feitas entrevistas com os atores diretamente envolvidos nas interações acadêmicas, para coleta de informações, que ajudaram a conhecer as memórias produzidas na relação com a sociedade, a partir das narrativas, e nos casos eleitos para a pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2002) e Gressler (2004), a entrevista equivale a um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados para um diagnóstico ou no tratamento de um problema social. É uma conversa orientada para um objetivo definido.

Nesse sentido, será utilizada, na pesquisa, a entrevista não estruturada, aberta ou informal que dá ao respondente ampla liberdade e flexibilidade para que este se expresse em seu próprio modo e ritmo. Para Meihy e Ribeiro (2011), a História Oral se sobressai cotejando os conteúdos das entrevistas aos documentos escritos, ou sobre outras formas de registro, na qual a apuração dos dados mostrará autenticidade dos acontecimentos, ou seja, os documentos: processos, regras, leis, projetos e relatórios. Assim, acredita-se ser relevante utilizar esse método apontando como suporte a História Oral Híbrida evidenciada por Meihy e Ribeiro (2011, p. 17) como procedimento que inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas [...], quando as entrevistas dialogam com outros documentos escritos.

Ainda levando em conta as memórias que emergem nas entrevistas, Meihy (2005) considera a memória oral a qual evidencia nas falas contidas nas narrativas, o conjunto de conteúdos expressos como fator decisivo para as análises. Segundo Meihy (2005), toda essa narrativa tem um conteúdo de passado. Portanto, compõe a narrativa: o que foi lembrado, como foi narrado e em que circunstância foi evocado o fato. A narrativa desponta da memória e se delinea na imaginação se concretizando na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita. Fica esclarecido que a memória é um suporte para as narrativas de História Oral (MEIHY, 2005), evidências constatadas nas narrativas dos depoentes da pesquisa.

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces (MEIHY, 2005, p. 61).

Meihy e Ribeiro (2011) dizem que História Oral está relacionada à prática de entrevistas. Para o autor, a entrevista em História Oral é um encontro planejado, gravado por diferentes mídias, decorrentes de projeto, contendo perguntas/estímulos e respostas fornecendo mais do que dados informativos. Nas perguntas, busca-se ter respostas objetivas, diretas, e nos estímulos procura a lógica e a construção dos argumentos. Assim, Alberti (2004, p. 21) diz que é impossível, a nosso ver, realizar uma ou mais entrevistas de História Oral sem que se tenha um projeto de pesquisa, com hipóteses, objetivos e uma orientação teórica definida. O projeto orienta a pesquisa, sendo que a História Oral precede e acompanha a tomada dos depoimentos. Nesse sentido, pode-se inferir que a História Oral é uma metodologia de extrema relevância aplicada à pesquisa, pois permite que as pessoas evoquem suas lembranças (vivências) reconstruindo-as de forma oral.

3.1.2 Escolha dos atores da amostra

Para Alberti (2004), a escolha dos entrevistados, em primeiro momento, se dá pautada pelos objetivos da pesquisa. Eleger possíveis pessoas que possam contribuir com o tema a ser explorado; nesse caso específico, os professores (coordenadores dos projetos), diretor e ex-diretor de unidade acadêmica (que tem contato com projetos), um aluno (participante de um dos casos), e pessoas ligadas à instituição externa (que tem contato com projetos), principais atores das interações acadêmicas. Nessa amostra, foram incluídos um ex-reitor e um pró-reitor (ambos com experiências em projetos). Além disso, esse processo envolveu a experiência da pesquisadora, que atua há 21 anos no Núcleo de Convênios, como coordenadora, elegendo três cases para estudo, evocando as memórias da relação universidade/sociedade produzidas na UFRGS, por meio dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, que possibilitou averiguar a estruturação e permanência de uma ecologia de saberes na universidade.

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos [...] É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participou ou que o testemunharam e as pessoas que, nesses grupos se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam mais representativos (ALBERTI, 2004, p. 31-32).

Dessa forma, é imprescindível as informações sobre a(o) entrevistada(o) para o estudo proposto, pois como explorar e interpretar uma entrevista de História Oral sem a noção por que aquela pessoa foi entrevistada e sem conhecer elementos centrais de sua biografia? A análise da entrevista começa com esse entorno: quem é a entrevistada e por que se optou por entrevistá-la (ALBERTI, 2013).

Nesse sentido, no Quadro 4, são evidenciados os atores entrevistados, levando-se em conta a prática, a vivência e o envolvimento direto com as interações acadêmicas desenvolvidas tanto no âmbito da UFRGS, como na instituição parceira.

Definiu-se o número de entrevistados de forma a obter subsídios à pesquisa, pois, segundo Alberti (2004, p. 35), %é impossível precisar com rigor quantas e quais pessoas serão entrevistadas+, devendo ser satisfatoriamente considerável, para garantir o grau de desenvolvimento dos resultados da pesquisa. Quanto ao tempo previsto das entrevistas gravadas, sucederam entre uma hora e uma hora e meia, levando-se em conta os objetivos da pesquisa, pois o que interessou foi o depoimento dos entrevistados como contraponto e complemento significativo de outras fontes, no caso os documentos arquivados no Núcleo de Convênios e os cases relatados e demais dados registrados sobre as interações acadêmicas.

Quanto ao tratamento das entrevistas, seguindo as recomendações de Alberti (2004), foram registrados e gravados os dados de identificação do depoente e da entrevista, como nome, local, função, tempo de trabalho e outros dados relevantes. Ainda, iniciada a entrevista, foram evitadas falas superpostas, deixando o entrevistado finalizar a sua fala, mas, por vezes, foram dados alguns estímulos. Nesse contexto, o local da entrevista foi previamente combinado com o entrevistado, sendo respeitado o critério de sua escolha, local de seu trabalho, mas em sala reservada, sem ruídos e com mobiliários próprios, ou ainda em sala agendada pela própria pesquisadora, no prédio da reitoria, fora de seu local de trabalho.

Quadro 4 . Relação dos entrevistados, contendo cargo, função exercida, tempo de trabalho na instituição e data da entrevista.

Data da Entrevista	Nome	Cargo/Função Exercida	Tempo de Trabalho
11/05/2017	Prof. Dr. Ivaldo Gehlen	Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Coordenador de Projetos Foi Chefe de Departamento Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, térreo, Sala de Reuniões da Biblioteca Central, <i>Campus</i> Centro.	25 anos
22/05/2017	Prof. Dr. Philippe Olivier Alexandre Navaux	Professor Titular do Instituto de Informática da UFRGS Coordenador de Projetos. Foi Chefe de Departamento Foi Diretor do Instituto de Informática da UFRGS Foi Presidente da Comissão de Interação Universidade/Sociedade (CIU/S) do egrégio CONSUN. Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 6º andar, Sala de Reuniões 2, <i>Campus</i> Centro.	21 anos
25/05/2017	Maria Angélica Santos (Secretaria Municipal da Cultura)	Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do Programa de Alfabetização Audiovisual - PAA, junto à Secretaria Municipal da Cultura do Município de Porto Alegre, RS. Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 6º andar, Sala de Reuniões 2, <i>Campus</i> Centro.	22 anos
26/05/2017	Dra. Marta Borba Silva (FASC)	Diretora Técnica da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC Assistente Social da FASC Realizada na sede da FASC, Av. Ipiranga, 310, Sala de Reuniões, em Porto Alegre/RS.	14 anos
29/05/2017	Juliana Vieira Costa (aluna da UFRGS)	Graduação em Licenciatura em Artes Visuais pela UFRGS Foi bolsista do Programa de Alfabetização Audiovisual - PAA, de 2012 a 2015 Atualmente, é aluna do curso de mestrado na Faculdade de Educação da UFRGS, linha de pesquisa Estudos sobre a Infância Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 6º andar, Sala de Reuniões 2, <i>Campus</i> Centro.	3 anos como bolsista do PAA
12/06/2017	Prof. Dr. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho	Professor Titular da Escola de Engenharia da UFRGS Coordenador de Projetos. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil Foi Chefe de Departamento Atualmente, Diretor da Escola de Engenharia da UFRGS Atualmente, Presidente da Comissão de Interação Universidade/Sociedade (CIU/S) do egrégio CONSUN Realizada no Prédio Centenário da Escola de Engenharia da UFRGS, Sala 204, Sala do Conselho, 1º andar, <i>Campus</i> Centro.	20 anos
26/06/2017	Profa. Dra. Sandra de Fátima Batista de Deus	Professora Associada da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS Coordenadora de Projetos Atualmente, Pró-Reitora de Extensão da UFRGS Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 5º andar, Pró-Reitoria de Extensão, Gabinete da Pró-Reitora de Extensão, <i>Campus</i> Centro.	18 anos

continua

conclusão

Data da Entrevista	Nome	Cargo/Função Exercida	Tempo de Trabalho
27/06/2017	Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto	Professor Titular do Instituto de Ciências Básicas da Saúde Coordenador de Projetos Foi Diretor de Unidade Acadêmica Foi Pró-Reitor de Pesquisa da UFRGS Foi Pró-Reitor de Graduação da UFRGS Reitor da UFRGS, de 2008 a 2016 Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 6º andar, Sala de reuniões 2, <i>Campus</i> Centro.	30 anos
29/06/2017	Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa	Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRGS Coordenadora de Projetos Coordenadora do Projeto Programa de Alfabetização Audiovisual-PAA/FACED/UFRGS Realizada na Faculdade de Educação da UFRGS - FACED, 7º andar, sala 725, <i>Campus</i> Centro.	21 anos
07/07/2017	Profa. Dra. Vanuska Lima da Silva	Professora Adjunta do Departamento de Nutrição do Curso de Nutrição da Faculdade de Medicina da UFRGS Foi Coordenadora do CECANE Coordenadora de Projeto Atual Subcoordenadora do CECANE/UFRGS Realizada no prédio da Reitoria da UFRGS, 6º andar, Sala de reuniões 2, <i>Campus</i> Centro.	07 anos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa. As linhas salientadas representam os entrevistados, coordenadores dos cases relatados.

Ainda, como auxílio, foram feitas anotações para lembrar a entrevistadora de algum ponto relevante que se verificou no momento do depoimento, visto a entrevista permitir essas anotações, servindo de apoio para conferência de fidelidade da transcrição. Depois da entrevista transcrita, a pesquisadora ainda efetuou conferência do documento, cotejando com o áudio, a fim de verificar termos ditos com pouca clareza, enfim, locuções que possam causar dificuldades na escuta do depoimento. Para tanto, utilizou-se o gravador marca Panasonic RR-US300, MP3 Recording, para registro individual das narrativas dos depoentes para História Oral, objetivando complementar o material bibliográfico e documental verificados durante o presente estudo. Depois da gravação, o material foi guardado em uma base de dados, utilizando-se o computador e a cópia em suporte de *pen drive*, ou seja, haverá a duplicação da gravação, para a formação do acervo de segurança.

Nesse sentido, foi utilizada entrevista temática, visto a necessidade de se ouvir pessoas com participação direta na relação universidade/sociedade, procurando evidências sobre a ecologia de saberes do teórico Boaventura de Sousa Santos e as experiências com projetos das interações acadêmicas. Assim, para Alberti (2004) e Meihy (2005, p. 162), a História Oral Temática é a que mais se aproxima das

soluções comuns e tradicionais de apresentação dos trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Quase sempre, ela equipara o uso da documentação oral ao uso das fontes escritas:

As entrevistas foram previamente agendadas e explicadas sua dinâmica, através de contato telefônico e mensagem eletrônica, com os atores dos projetos, quando na ocasião, ao término da entrevista, foi solicitada a assinatura no termo de cessão de direitos da entrevista (Apêndice A), documento através do qual o entrevistado cede [...] os direitos sobre sua entrevista e sem o qual não há como abrir aquele depoimento para consulta do público+(ALBERTI, 2004, p. 88).

Assim, o aceite do entrevistado constitui condição para dar início à investigação baseado no roteiro individual como base para as sessões de entrevistas+(ALBERTI, 2004, p. 89). Para tanto, o roteiro tem a missão de orientar e ajudar o pesquisador na condução do testemunho e a lembrança dos tópicos que devem ser abordados, sendo revisto e aprimorado. O roteiro das entrevistas está no Apêndice B, que levou em conta os critérios de Albertil (2004), servindo apenas de apoio. Para a autora, ao reconstituir acontecimento e conjuntura do passado no ambiente de uma pesquisa oral, é frutífero poder contar com narrações detalhadas de cada entrevistado, visando estender a margem de confrontação dos depoimentos entre si, respeitando as diferenças e facilitando a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas.

A partir do registro, podem-se resgatar as narrativas e verificar os processos que acontecem para que se conte uma versão do passado e se repense uma vida a partir das inquietações e tensões do presente (MEIHY, 2005). Ler as entrevistas como narrativa de um presente demonstra relações e relê o passado pelo olhar do que se quer entender no presente. Esses registros permitem acesso às escolhas feitas e aos relatos. Assim, o registro feito em áudio ou vídeo abrange um texto a partir das entrevistas e passam a ser fundamentais para as pesquisas que se baseiam em versões escritas, documentadas das narrativas orais. Desse modo, a transcrição é uma das fases de grande importância à construção e à análise da documentação escrita, visto ser um momento de interação das subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A transcrição, na História Oral, pretende dar visibilidade ao caso ou à situação narrada (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Para Meihy e Ribeiro (2011), um dos atributos dos projetos da História Oral é sua predisposição de gerar documentos novos, sendo necessário seguir critérios

que necessitam ser esclarecidos no projeto e novamente referidos no resultado final. Dessa forma, o caminho da produção do documento . gravação, passagem do oral para o escrito, cuidado arquivístico e uso . completa a etapa do sentido do conhecimento em História Oral. Assim, toda categoria de memória eleita para apuração da identidade deve levar em conta o lugar social dos indivíduos ou dos grupos que projetam as versões das narrativas (MEIHY, 2005).

3.1.3 Períodos da coleta dos dados documental . abrangência da pesquisa 2011 a 2015

No intuito de compor a pesquisa, foram extraídos relatórios, mediante condições de controle, do Sistema de Convênios do Núcleo. Tais recortes deram visibilidade à forma que evoluem as interações acadêmicas, isto é, aquelas do período de 2011 a 2015. Os relatórios auxiliaram, conforme as exigências da pesquisa, na extração de dados e de variáveis, inclusive sua evolução anual com diferentes instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais. Na sequência, após o levantamento do total do período, foram escolhidos aleatoriamente os processos administrativos e, conseqüentemente, seus servidores docentes, tendo em vista que o universo de processos administrativos, contemplaram um total maior do que o esperado, ou seja, 1.283 (mil duzentos e oitenta e três), visto o período de abrangência da pesquisa. Observou-se, então, uma quantidade significativa de interações acadêmicas na UFRGS e bem acima do esperado para o estudo. Esse relatório referente ao universo de estudo efetuado de forma preliminar colaborou com o conhecimento sobre o número elevado de projetos e ainda com a necessidade de se obter aleatoriamente os processos administrativos para a pesquisa, delimitando a amostra plausível, para o levantamento mais pormenorizado desses casos amostrais no período do mestrado. Assim foram eleitos apenas três casos para contemplar as diretrizes de ensino, pesquisa e extensão.

Numa análise preliminar, foram excluídas as interações acadêmicas que não possuíam significado para a pesquisa, isto é, as interações chamadas de Protocolo/Acordo de Cooperação/Intenções, de natureza ampla e genérica, ausência de rigor formal, que embasa as ações de ensino, pesquisa e extensão. É um documento utilizado pela universidade apenas para vincular a instituição parceira realizando pequenas ações, que não contemplem projetos definidos.

Da mesma forma, foram excluídas as interações acadêmicas, que têm exclusivamente as ações internas de unidades acadêmicas. Nesse contexto, a amostra da abrangência da pesquisa foi reduzida para 726 (setecentos e vinte e seis) casos. Dentre estes, foram eleitos, aleatoriamente, três casos abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, independente de serem instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais.

Assim sendo, pode-se inferir que o conjunto alcançado das histórias, além de fornecer discussão sobre as motivações individuais, depois de cotejadas, ofereça também elementos que dê subsídios ao conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comuns, que ainda, quando comparadas, forneçam os motivos estimuladores do fenômeno estudado, centrando em como cada sujeito sente ou percebe as mudanças, bem como elaborando a reformulando seus valores. A História Oral evidencia o grau de cuidado com o individual, embora seja fundamental o diálogo com o geral, o amplo e o coletivo.

3.1.4 Tratamento e análise de dados

Nesse contexto, a análise dos relatos dos casos e a interpretação das narrativas da História Oral, relacionadas aos demais documentos obtidos para a pesquisa, juntamente com o referencial teórico, formaram o conjunto para investigação da pesquisa. Assim, o estudo e a leitura dos dados obtidos foram realizados segundo a Análise de Conteúdo de Laurance Bardin, relacionando os fundamentos teóricos de Boaventura de Sousa Santos, pautados em suas reflexões sobre o saber universitário e a ecologia de saberes, dentre outras considerações desse teórico na *luta em defesa de dignificação da universidade pública* (SANTOS, 2004, p. 7): a ecologia de saberes relacionada à promoção de diálogos entre o saber científico, que a universidade produz, e saberes leigos, que circulam na sociedade (SANTOS, 2004).

Bardin (2010) salienta que, dentre os métodos qualitativos, a Análise de Conteúdo passou a ter legitimidade nos últimos anos com o avanço das pesquisas na área de ciências sociais. Define Análise de Conteúdo, enquanto método de investigação, que analisa os resultados a partir de associações de palavras e de expressões de uma amostra de indivíduos.

Um conjunto e técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permita a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 44).

Para Bardin (2010), a metodologia da Análise de Conteúdo centra-se em três fases cronológicas: pré-análise; exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Nesse sentido, evidenciam-se as diferentes etapas da primeira fase da Análise de Conteúdo, a pré-análise, que é a fase de organização. É a etapa de instituições e de condução sucessivas de ideias iniciais, tornando-as operacionais. Tal passo consiste em cinco atividades: (a) leitura flutuante, quando estabelece conexão com os documentos da coleta de dados, momento no qual o pesquisador toma ciência dos conteúdos; (b) escolha dos documentos, que representa o universo daquilo que será analisado; (c) apresentação das hipóteses (afirmação provisória) e dos objetivos (finalidade geral a que nos propomos) para preparação de indicadores e, posteriormente, a interpretação final; (d) referenciação dos índices e preparação dos indicadores (que consiste na escolha de índice em função das hipóteses, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros . recortes de textos . em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados); e e) preparação do material (análise) (BARDIN, 2010).

[...] a primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Esses três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices (BARDIN, 2010, p. 121).

Assim, a partir da ordenação e das transcrições das entrevistas de História Oral procedeu-se a composição de categorias e subcategorias apoiadas pelas indagações do roteiro de entrevista, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5 - Categorias e subcategorias de análise a partir do roteiro de entrevista.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Memórias e Trajetórias das Interações Acadêmicas	* Memórias da Relação Universidade/Sociedade * Regramento/Diretrizes e Setor Administrativo * Surgimento de um Projeto * Memória Institucional e Entrelaçamentos das Memórias
Educação Superior	* Ensino, Pesquisa e Extensão, enfim, a Indissociabilidade * Universidade/Internacionalização/Globalização
Ecologia de Saberes	* Interação Dialógica/Construindo Ecologia de Saberes * Conhecimento Pluriversitário e Relevância de Projetos, junto à Sociedade

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa.

É importante salientar que, depois de determinado o objetivo, torna-se necessário orientar e garantir o conjunto de documentos que serão susceptíveis de análise (BARDIN, 2010), reconhecendo que, para análise, faz-se necessário delimitar as amostragens para depois constituir um *corpus*, conjunto de documentos para serem submetidos aos procedimentos analíticos.

Sua composição implica em escolhas, seleções e regras: a) regra da exaustividade (uma vez definido o campo do *corpus* é preciso ter-se em conta todos os elementos desse *corpus*); b) regra da representatividade (a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste); c) regra da homogeneidade (os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha); e d) regra de pertinência (os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que sugere a análise)

Nesse sentido, o material reunido deve ser preparado, isto é, seguir a preparação formal de edição. Assim, as entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra e as gravações conservadas para informações (BARDIN, 2010).

A exploração do material, segunda fase da análise, consiste na exploração do material, possibilitando a compreensão para aplicação sistemática das decisões tomadas que consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em torno de regras formuladas. Assim, a codificação é o processo onde os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades permitindo descrição exata das características pertinente do conteúdo. Esse procedimento esclarece, ao analista, sobre as características do texto (BARDIN, 2010).

A terceira fase da Análise de Conteúdo refere-se ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que diz respeito ao tratamento dos resultados em bruto de forma a serem significativos (falantes) e válidos conduzindo o entendimento do objeto da presente pesquisa, assim como para interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 2010).

Então, para esta pesquisa, buscou-se compreender as narrativas evocadas através da História Oral sobre a relação universidade/sociedade que promovem a produção de uma memória social e garantem a estruturação de uma ecologia de saberes na universidade no período de 2011 a 2015.

4 PRODUTO FINAL

Nesta pesquisa, produziu-se a dissertação e, atendendo à solicitação da UFRGS, um material didático para uso geral, abrangendo as normas regulamentadoras e uma seção de perguntas e respostas, relacionadas à relação universidade/sociedade. Ainda, se produziu uma cartilha compreendendo a explanação parcial dos três cases das Interações Acadêmicas (IAs) estudadas: Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA), ação Festival Escolar de Cinema e seus desdobramentos; FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania - pesquisa tipo censitária que identificou a população adulta, crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre e o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE-UFRGS), demonstrando alguns fragmentos de História Oral das pessoas envolvidas na relação universidade/sociedade (anexos).

A primeira tem o formato A4 com 42 páginas, que aborda, no capítulo 1, conceitos e procedimentos disciplinadores das interações acadêmicas praticadas na UFRGS. No capítulo 2, evidenciam-se as normas de controle e os mecanismos de acompanhamento. Na sequência, o capítulo 3, expõe outras interações acadêmicas e, no capítulo 4, uma seção de perguntas e respostas norteadoras das práticas, assim como, ao final, os fluxogramas das interações acadêmicas. Ainda, alguns fragmentos das narrativas dos depoentes evidenciando a relação universidade/sociedade, assim como fotos ilustrativas dos projetos, de acordo com a Figura 1.

Para situar o leitor, a relação universidade/sociedade, por meio das (IAs), vem ocorrendo ao longo dos anos, quando se intensificaram a partir de 1996 com a mudança no cenário global. Tal processo se deu, principalmente, com a necessidade de aprimoramento e desenvolvimento de novas tecnologias e de inovação frente às exigências de mercado. Com isso, as empresas privadas e demais instituições começaram a se relacionar mais com as universidades no desenvolvimento de ações voltadas à pesquisa, ao ensino e à extensão na busca de tecnologias, saberes e de soluções para enfrentamento da competitividade e das demandas do mundo globalizado. Essas circunstâncias fizeram com que a UFRGS demandasse nova configuração de trabalho frente à sociedade. Tal conjuntura resultou em uma ampla discussão e sucessivos ajustes das normas balizadoras, a

fim de atender aos preceitos legais e institucionais, assim como reestruturar, extinguir e criar setores e departamentos capazes de dar conta dos projetos e das ações praticadas pela UFRGS.

Em função da relevância dos projetos à sociedade e do interesse em socializar as modalidades de serviços praticados, revela-se, com o produto, as condições necessárias para a correta celebração das interações acadêmicas e, ainda, expor os tipos e modelos, bem como a execução dos projetos, peculiares a cada situação e ainda evocar as memórias, uma pequena amostra, evidenciando o que se faz, para quem se faz e como se faz a relação universidade/sociedade.

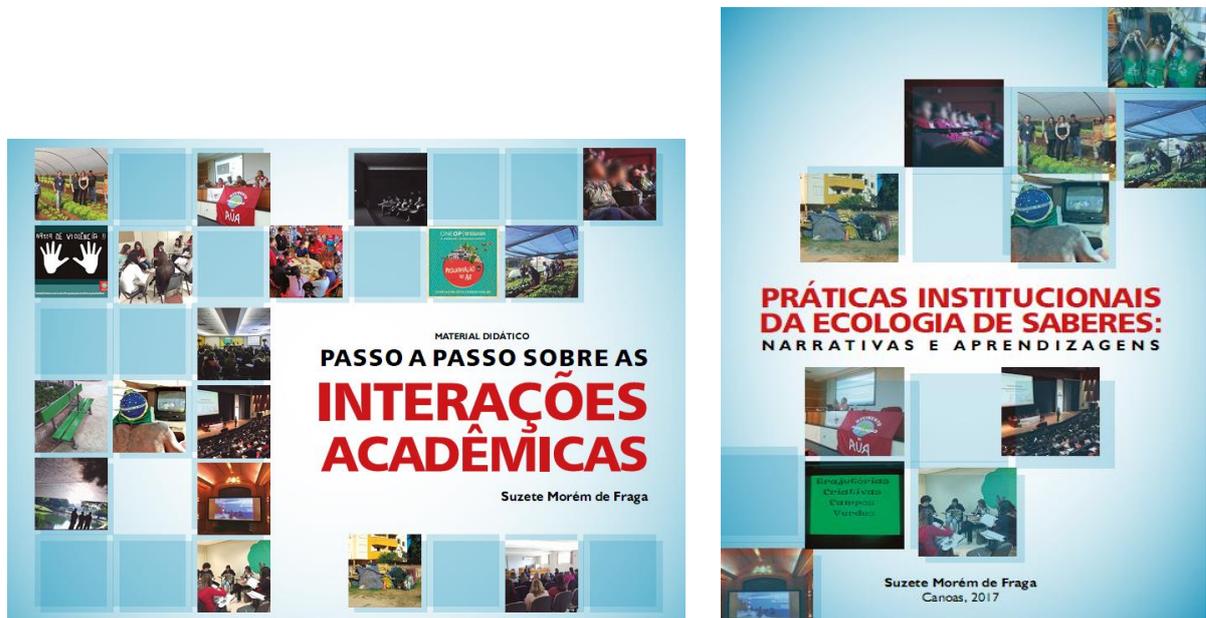
A segunda, uma cartilha, que atende à exigência do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, constando fragmentos da História Oral dos atores envolvidos nos projetos, isto é, suas memórias evocadas nos *cases* pesquisados e sua explanação parcial, demonstrando, também, suas experiências.

A cartilha em tamanho A5, com 12 páginas, contempla no item 1, fragmentos dos depoimentos de memórias da relação universidade/sociedade. No item 2, o resumo dos *cases* analisados, acompanhados das narrativas dos coordenadores entrevistados e fotos ilustrativas dos projetos, conforme Figura 1.

Nesse contexto, os produtos gerados convertem-se numa ferramenta eficaz para comunidade acadêmica e interessados, demonstrando a importância da relação universidade/sociedade e sua história, além de dar conhecimento parcial sobre as interações acadêmicas praticada na UFRGS.

Ambos os produtos: material didático e cartilha foram editorados a partir de *software* apropriado, denominado *Adobe InDesign* e encontram-se disponíveis para acesso livre no formato *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento) PDF no Lume, repositório institucional da UFRGS, a partir do endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/>, assim como no Sistema Eletrônico de Interações Acadêmicas da UFRGS no endereço eletrônico: <https://www1.ufrgs.br/sistemas/iap/projetos/apoio>. Ainda, o material didático será impresso e distribuído às Unidades Acadêmicas da Universidade para consulta sobre o regramento legal e institucional, balizador das Interações Acadêmicas, desenvolvidas na UFRGS, visando dar subsídios aos professores pesquisadores na realização de projetos e também transparência às ações praticadas na relação universidade/sociedade.

Figura 1 . Produtos finais: material didático e cartilha.



Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

5 ANÁLISE DE DADOS

A primeira parte dessa análise vai descrever a história parcial, que envolve a universidade e a criação de diretrizes implicadas na relação universidade/sociedade que reforçam seu desenvolvimento e execução no ambiente da UFRGS, cumprindo o primeiro objetivo. A segunda parte construiu descritivamente as narrativas de depoimentos de participantes de três projetos, através da História Oral, relacionados às interações acadêmicas, junto ao Núcleo de Convênios, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, demonstrando a memória social desses processos nessa amostra, cumprindo o segundo objetivo. A terceira parte apresentada evidencia a ecologia de saberes que emergiu na relação universidade/sociedade a partir das narrativas apresentadas.

5.1 O Começo: história e memória das relações pluriversitárias

Apresentando o primeiro objetivo deste estudo, que procura %descrever a história documental, que envolve a universidade e a criação de diretrizes implicadas na relação universidade/sociedade e que reforçam o desenvolvimento e a execução contínua das interações no ambiente da UFRGS+, fazem-se necessárias diminutas considerações, que, preliminarmente se introduzem, mas que serão bem mais explicitadas no decorrer deste capítulo. Procura-se evidenciar, inicialmente, a importância de expor e de se manter registros e documentos como forma de salvaguardar a memória institucional da universidade e descrever o regramento e as normas instituídas que balizam as práticas dessa relação no meio acadêmico.

A interação universidade/sociedade ocorre, desde 1953, conforme registros documentais, com organismos nacionais e internacionais em diferentes tipos, que se intensificam a cada ano. Observa-se um forte apelo e emergência da sociedade em dar resposta às suas urgências, que encontra apoio na universidade, uma instituição pública, regida pela legislação federal, o que implica na criação de inúmeras regras e normas definidoras de suas atividades, sendo estas práticas em atendimento às suas atividades-fim, previstas em seu estatuto.

Então, neste capítulo, foi necessário descrever parcialmente o surgimento das universidades e um breve histórico sobre a UFRGS, assim como situar o leitor através de um breve relato sobre a constituição do Núcleo de Convênios, instância

que faz a interligação entre a Administração Central e as unidades acadêmicas, bem como com as instituições externas na execução dos projetos. Ainda, como base para entendimento da pesquisa, evidenciam-se leis, decretos, portarias, decisões e regulamentos da universidade mostrando ainda os fluxogramas gerados a partir dos dados da pesquisa, resultantes da Portaria nº 2679/2011 e da Decisão nº 193/2011, de 2011, modificada pela Decisão nº 083/2017, de 17 de março de 2017, demonstrando a complexidade de tais regras, necessárias às instâncias superiores da UFRGS, envolvidas na relação universidade/sociedade.

5.1.1 Das universidades

A universidade, segundo Chauí (2003), é uma instituição social, que revela tal qual a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Testemunho da autora percebido através de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem as divisões e as contradições da sociedade. Esse relacionamento interno e expressivo entre a universidade e a sociedade, revela uma prática social instituída no seu valor, na utilidade pública e na sua legitimidade, visto as suas atribuições na sociedade, pautada pela diferenciação, que lhe confere soberania frente a outras instituições sociais, principalmente na sua estrutura, na utilização de regras, nas normas e valores, buscando, portanto, a ideia de um saber guiado por sua própria lógica, por necessidades inerentes a uma universidade.

Foi na Idade Média (século XI) que surgiram as primeiras universidades, *universitas*¹¹ ou *universitas*, caracterizando um conjunto de escolas e faculdades com um novo sentido de ensino. As primeiras universidades denominadas como *Instituição de Ensino Superior*, credenciadas e orientadas pela Igreja (Papa Inocêncio VI) nasceram na Itália, surgindo outras na Europa.

As universidades no México, Guatemala, Peru, Cuba, Chile, Argentina e em outros países¹² surgiram antes das universidades do Brasil. Nesses países, o Ensino Superior despontou, segundo o padrão francês, adotado por portugueses e

¹¹ *universitas* ou *universitas*, termo que indicava uma corporação de alunos, podia, inclusive, referir-se apenas a uma faculdade (AZZOLIN apud BARCELOS, 2010, p. 48).

¹² Segundo dados de Barcelos (2010, p. 49), as universidades fundadas na América Espanhola a partir de 1550 situavam-se em: Lima (1551); México (1553), Bogotá (1572), Cuzco (1696), Havana (1728), Santiago (1747). A título de ilustração, [a.] as universidades norte-americanas tiveram sua origem nos *colleges* que disseminaram em grande número no período colonial, segundo a tradição de Oxford e Cambridge. Entre os primeiros contam-se: Harvard (1636), Yale (1701), Princeton (1746) e Columbia (1754) (SILVA, 1992, p. 186).

espanhóis, sobretudo pela influência que exercia, atribuindo ao Ensino Superior condição de acesso a postos políticos e burocráticos (WANDERLEY; ROSSATO apud BARCELOS, 2016, p. 49).

Foi em 1808, no Brasil, que a família imperial deu origem às primeiras instituições de Ensino Superior e Militar. Assim, Mendonça (apud BARCELOS, 2016, p. 50) refere que o Ensino Superior estava associado, também, à defesa militar da colônia, data em que foram criadas, em 1808, a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, no Rio de Janeiro.

No Brasil, em 1827, as primeiras universidades surgiram em São Paulo e Pernambuco, inicialmente com aulas e cursos de Artes e Música, cursos militares, aulas avulsas de Direito e Medicina destinados aos servidores da Coroa. Nesse sentido, cabe ressaltar a cronologia da implantação de escolas de Nível Superior no Brasil, com o início da Escola Agrícola de Minas, em Juiz de Fora (1869); a criação da Escola Politécnica do Rio (1874); Escola de Minas, em Ouro Preto (1875); Escola de Agronomia da Bahia e Universidade do Rio de Janeiro (1920); Universidade do Brasil (criada a partir da Universidade do Rio de Janeiro, 1931)¹³; e a Universidade de São Paulo (1934), segundo Viana (apud BARCELOS, 2016, p. 50).

Em 1945 a 1970, teve início a discussão pela autonomia universitária. Também, nessa fase, ocorreu grande influência política nas universidades, que motivaram inúmeras mudanças na estrutura pedagógico-administrativa do Ensino Superior, assim como com os movimentos estudantis pela abertura da universidade à população, por meio da extensão e serviços comunitários, etc.

Naquele período, a partir de 1964, ocorreu intervenção militar em vários *campi* das universidades como forma de repressão aos movimentos estudantis e proibição dos debates de alunos e de professores que analisavam as ocorrências dos

¹³ A Universidade do Rio de Janeiro mudou seu nome para "Universidade do Brasil", com a ideia de que ela se transformaria em uma universidade nacional, modelo e padrão a ser adotado pelas demais instituições de Ensino Superior do país. Ela não deveria ser, no entanto, uma instituição autônoma. Ao Ministério da Educação caberia a tarefa de propor legislação definindo o conteúdo de seus cursos, os títulos que poderia outorgar, os procedimentos que deveria seguir em todas as esferas de ação. Um Conselho Nacional de Educação, formado por personalidades ilustres, deveria supervisionar todo o sistema educacional do país. Além da universidade nacional, a legislação proposta pelo ministro Gustavo Capanema permitia a existência ou criação de universidades estaduais e privadas; caberia ao Conselho Nacional, ajudado por um corpo crescente de inspetores e delegacias regionais, velar para que o modelo nacional fosse obedecido por todos. A Universidade do Brasil não manteria por muito tempo seu papel de modelo, passando a ser, tão somente, uma dentre outras de uma ampla rede de universidades federais. A noção de que todas as instituições universitárias deveriam obedecer ao mesmo formato, no entanto, a ser fiscalizado e controlado pelo Governo Federal, permaneceu (SCHWARTZMAN, 1988, p. 4).

problemas educacionais daquele período (COSTA; RAUBER apud BARCELOS, 2016, p. 51). Os autores salientam, ainda, que foi nos anos 1970 que ocorreu a perda de qualidade no Ensino Superior, em função das políticas nacionais introduzidas e a disseminação do Ensino Superior em quase todo o Brasil.

Para Schwartzman (1988), a sustentação da palavra *universidade* durante todas essas transformações foi a suposição de que essas instituições são dirigidas por uma hierarquia de conhecimento e, por isso, são autônomas e autorreguladas, ainda que de formas muito diferentes e com vários tipos de limitação.

Ribeiro (2011) ressalta o Ensino Superior pela defesa da ruptura da tradição de organizar universidades ligadas às faculdades e escolas isoladas, definindo o dever de uma reforma dos currículos, além das reformas relacionadas aos recursos humanos, estrutura, disposição administrativa, visando à modernização. Ainda, embora favoreça a industrialização e a urbanização da sociedade, deverá estar associada à nova cultura e às novas relações de ensino e pesquisa, bem como à produção de conhecimento técnico e científico, focado nas questões locais, regionais e nacionais.

5.1.2 Histórico parcial da UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada ao Ministério da Educação, foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934 e federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Entidade com sede em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, com mais de 80 anos, reconhecida nacional e internacionalmente. Assim se define como uma instituição a serviço da sociedade, tendo como premissa básica seu compromisso com o futuro, pautado no pensamento crítico, respeito às diferenças, priorizando as experiências e, principalmente, reafirmando sua responsabilidade com a educação.

A trajetória da UFRGS teve início em 1895 com a fundação da Escola de Farmácia e Química, e, em seguida, da Escola de Engenharia, dando início à Educação Superior no estado do Rio Grande do Sul. O período de 1952 a 1964 foi de grande expansão física, quando as faculdades adquiriram seus prédios, sendo edificado o prédio da Reitoria, em 1957, para sediar a Administração Central da UFRGS. Foram concebidos, nesse período, projetos para os *campi*, como o *plano piloto* da cidade universitária de Porto Alegre, no bairro Agronomia.

Assim, a UFRGS se constitui em quatro *campi* (Centro, Vale, Olímpico e Saúde). Em 2014, cria o *Campus* Litoral Norte, em locais em que não existia Ensino Superior, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento da região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a Constituição Federal, em 1988, a universidade vivenciou inúmeras transformações, assim como mudança no seu Estatuto em 1994, reafirmando sua missão, tendo como finalidade basilar, a Educação Superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão+e:

Manter ampla e diversificada interação com a comunidade, traduzindo uma relação orgânica entre universidade e sociedade, pela articulação entre as diversas unidades da universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional (UFRGS, 1994, p. 4).

Com a visão no desenvolvimento do país e do mundo, a UFRGS promove a qualificação de seu corpo docente e de servidores técnico-administrativos. Da mesma forma, busca proporcionar melhoria da infraestrutura dos laboratórios e de bibliotecas, assim como procura particularizar a política de inserção no cenário nacional e internacional.

A expansão da UFRGS também se deu na sua internacionalização e com maior força a partir das políticas mundiais com o desenvolvimento de ações integradas no Programa Ciência sem Fronteiras e no Programa Erasmus+, com a inclusão em cadeia de universidades: Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, Associação das Universidades de Grupo Montevideo (AUGM) e Liga de Universidades dos BRICS, entre outras parcerias com universidades estrangeiras.

Com as mudanças de referência, a universidade passou a produzir conhecimento com legitimação social, um dos objetivos da formação acadêmica, deixando de ser apenas um estabelecimento tradicional voltado ao ensino, quando evidenciado no seu estatuto, aprovado em 1994, pela comunidade universitária.

Art. 2º. A UFRGS, como universidade pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (UFRGS, 1994 p.3).

Nesse paradigma, foi a partir de 1987, através da legislação federal, o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, em seu Art. 14º, que a universidade passou a ter legitimidade para reestruturar-se em mecanismos e normas internas para participação de servidores na aproximação com os setores da sociedade para prestação de serviços à comunidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, o que resultou na aprovação da Resolução nº 35/93 do COCEP, de 29 de dezembro de 1993, UFRGS, estabelecendo normas disciplinadoras de prestação de serviços.

Posterior a esta, a edição da Portaria nº 5518, de 23 de novembro 1994 da UFRGS, que regulamentou naquele período os mecanismos para gerenciamento dos convênios e de outros instrumentos legais de prestação de serviços à comunidade, abriu caminho à relação universidade/sociedade e, com maior frequência, um volume expressivo a partir do ano de 1996, visando às execuções de projetos em diferentes áreas do conhecimento. Em 1995 e 1996, registros apontam que algumas de suas unidades acadêmicas possuíam suas próprias normas complementares para prestação de serviços, devidamente aprovadas pelo COCEP.

Associada às normas e leis federais, houve a criação das fundações de apoio, através da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que visa disciplinar as relações entre as instituições federais de Ensino Superior e de pesquisa científica e tecnológica, obedecendo também as alterações introduzidas pelo Decreto nº 7.423/2010, de 31 de dezembro de 2010, e pela Lei nº 12.863/2013, de 24 de setembro de 2013. As fundações de apoio são credenciadas à universidade, disciplinadas pela Decisão nº 049/2014, de 10 de janeiro de 2014, do egrégio Conselho Universitário (CONSUN), com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inovação e para a gestão administrativa e financeira destes.

Depois da Portaria nº 5518/1994, institui-se nova regra para sanar definições mais abrangentes acerca da prestação de serviços, a Decisão nº 242/2005, de 11 de novembro de 2005, proposta pela Comissão Especial, constituída em 01 de julho de 2002, para diretrizes e normas relativas à prestação de serviços à comunidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A referida Decisão necessitou ser reestruturada e atualizada para atender à nova legislação e às diferentes modalidades de parcerias, com seus diferentes instrumentos

desencadeados pela demanda expressiva da sociedade. Observa-se aí a evolução da relação universidade/sociedade e a necessidade de se estabelecer ajustes nas normas internas da UFRGS visto ser uma instituição federal. Ainda, combinada a essa Decisão, a Portaria nº 3363, de 19 de outubro de 2007, normatizou os diferentes instrumentos jurídicos e sua correta tramitação e aprovação.

Na sequência, após inúmeros ajustes e, em função das leis federais e decretos, bem como a partir das orientações dos órgãos de controle, verificou-se a necessidade de um novo estudo sobre a relação universidade/sociedade, a fim de qualificar como seria a relação para interações acadêmicas (IAs), desprezando o termo ~~prestação de serviços~~. Assim, a Decisão nº 193/2011, em 08 de abril de 2011, UFRGS (2011), aprovada pelo egrégio Conselho Universitário (CONSUN), modificada pela Decisão nº 083/2017, de 17 de março de 2017, disciplina hoje, as interações acadêmicas, estabelecendo normas e diretrizes para sua formalização. Por orientação dos órgãos de controle, o Edital do Chamamento Público nº 01/2016, referente a essa Decisão, foi publicado no Diário Oficial da União, em 30/09/2016.

Assim, a UFRGS obtém amparo jurídico e institucional e, com maior frequência, passa a se relacionar com os setores da sociedade, que buscam o saber e o conhecimento utilizando tecnologias de inovação e de desenvolvimento científico e tecnológico para execução de projetos e ações de ensino, de pesquisa e de extensão, nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando a relação universidade/sociedade, novo paradigma, que foi constituído para atender os apelos da sociedade, por meio das interações acadêmicas (IAs).

Nesse sentido, faz-se necessário conceituar interação acadêmica (IAs):

Art. 1º São consideradas atividades de interação acadêmica na universidade aquelas que, sem prejuízo das leis vigentes, utilizando a disponibilidade de recursos existentes na universidade, atendem às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas). §1º As interações acadêmicas respeitarão a vocação científica, tecnológica, cultural e artística da universidade e atenderão às necessidades do processo de ensino, pesquisa, extensão, inovação, transferência de tecnologia e gestão da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&DI), devendo estar diretamente vinculadas a estas atividades fins, devidamente comprovadas conforme esta decisão. [...] Art. 2º As interações acadêmicas terão a forma de acordos, termos de cooperação, convênios, contratos ou outro instrumento legal firmado pela UFRGS, aprovados pelo(s) órgão(s) competente(s) [...] (UFRGS, 2011, s.p.).

Assim, cabe destacar rapidamente o contexto mundial e, em particular, no Brasil. Frente à competitividade, as universidades e os institutos de pesquisas passaram a ser os geradores de pesquisas de ponta, principalmente o setor público. Essa dinâmica acompanha e aproxima o Ensino Superior e o setor produtivo, isto é, resulta no estreitamento da relação universidade/sociedade sob diversas formas, principalmente em parcerias para execução de projetos. Frente às exigências de mercado e às necessidades da sociedade, as universidades demandaram ajustes na sua estrutura administrativa, no ensino e na infraestrutura, como também nos quadros organizacionais com setores aptos para atender a demanda.

Para tanto, no Plano de Desenvolvimento Institucional . PDI 2016 . 2026 da UFRGS são evidenciadas as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, devendo estar ajustadas ao desenvolvimento de novo marco científico, com importância na interdisciplinaridade, afinada também com a política de internacionalização da universidade, dando continuidade na junção das áreas de conhecimento da UFRGS. Assim, a UFRGS se revela como uma instituição plural na sua essência, tendo o ensino associado à pesquisa e à extensão se tornando práticas de saberes diversos, favorecendo a sociedade, o aluno e a própria universidade na trajetória acadêmica e no fortalecimento de valores numa perspectiva de observação crítica e independente.

Percebem-se exemplos típicos sobre o conhecimento pluriversitário, citado por Santos (2013, p. 476), no âmbito da UFRGS¹⁴. Dentre as inúmeras ações executadas, têm-se a colaboração em programas de valorização da formação inicial e sua articulação com os programas de formação continuada de professores, que resultou na estruturação de um setor responsável, o Centro de Formação Continuada de Professores (FORPROF), integrado no Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Ministério da Educação, assim como apoio às ações de formação continuada dos profissionais da Educação Básica do estado do Rio Grande do Sul. Fortalece-se, assim, o compromisso da universidade em parceria com as redes de ensino do estado, compreendendo o diálogo e a qualificação dos profissionais da educação.

¹⁴ Experiências inovadoras de integração entre universidades públicas e sistemas de ensino devem servir como referência prática. Por exemplo, no Brasil, algumas universidades federais responderam criativamente às novas exigências estabelecidas pela LDB, criando licenciaturas especialmente desenhadas para atender professores das redes estaduais e municipais de ensino que não possuem formação profissional acadêmica.

Destacam-se, com isso, as novas funções que transpõem as universidades. Assim, a UFRGS carrega na sua capacidade a visão de integração com a comunidade na perspectiva do desenvolvimento local e regional: como a criação do Parque Científico e Tecnológico, que mantém em suas dependências algumas incubadoras tecnológicas; ou projetos e programas institucionais que têm sido pretendidos por segmentos específicos da sociedade ou pelo Governo Federal.

5.1.3 Caracterização do núcleo de convênios e atribuições

Nesta seção, caracteriza-se o Núcleo de Convênios (NC), vinculado hierarquicamente ao Gabinete do Reitor da UFRGS, sendo criado a partir da necessidade de se estruturar a crescente demanda de cooperação entre a universidade e a sociedade, assim como o volume de documentos gerados. Assim, é atribuição do núcleo fazer conexão com as unidades acadêmicas responsáveis e com instituições parceiras para esclarecimentos, acertos e demais auxílios pertinentes à formalização.

Nesse contexto, também agrega a função de gestão, informação, ajustes oriundos de pareceres dos setores internos da UFRGS e demais tarefas administrativas, controlando e executando as ações, junto à Administração Central, tendo em vista a necessidade de análise das interações, nas diversas instâncias superiores da Administração Central, que movimenta um grande grupo de pessoas para sua aprovação final.

O Núcleo de Convênios mantém, em seus arquivos, cópia dos instrumentos jurídicos celebrados, que, timidamente, eram formalizados com objetivos variados, desde ações de extensão, pesquisa e ensino, junto à sociedade, como também, em maior número, na formação de recursos humanos e nas construções e reformas de prédios, visto a expansão da UFRGS naquele período para reestruturação de seus *campi*, assim como, com instituições estrangeiras recebendo apoio e recursos humanos para formação de seu quadro.

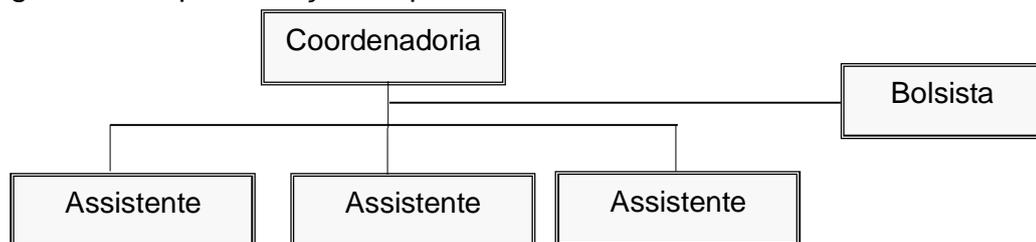
Dos anos 90 em diante, a demanda é expressiva, porém no período da presente pesquisa, em função da atual crise global, observou-se diminuta queda nas interações acadêmicas (IAs) firmadas com instituições privadas. Os órgãos públicos continuam investindo, porém com pouca frequência e poucos recursos. Com universidades estrangeiras, não se percebe mudança significativa.

São de responsabilidade do núcleo, as interações de cooperação a seguir descritas: protocolo de cooperação/intenções; convênio; contrato de prestação de serviços, convênio com fundações de apoio; termos aditivos, descentralização, por destaque, de crédito orçamentário, ou através de portaria interministerial (podendo resultar num convênio com uma fundação de apoio), assim como todos os documentos relacionados a essas interações.

Para controle e registro das interações acadêmicas (IAs), está em fase de implantação na UFRGS, um sistema eletrônico, que permite análise dos documentos, em tempo real, entre os setores. Algumas interações acadêmicas, ainda tramitam sob a forma de processo administrativo, que agregam o instrumento jurídico, o projeto a ser executado e demais documentos de aprovação, entre outros.

Assim, procurando diagramar o Núcleo de Convênios, abaixo é disponibilizada a representação esquemática e sua equipe.

Figura 2 . Representação esquemática do Núcleo de Convênios da UFRGS.



Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

Salienta-se que toda interação acadêmica tem início nas unidades acadêmicas da UFRGS, tendo em vista serem elas as executoras dos projetos. As interações formalizadas entre a UFRGS e a sociedade necessitam tramitar em todas ou em algumas instâncias superiores da Administração Central, dependendo da sua complexidade. Nessa dinâmica, é obrigatório o fluxo contínuo do processo administrativo, até a aprovação pelo egrégio Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo deliberativo.

Feito isso, o documento está em condições de ser assinado. Essa dinâmica potencializa a posição da relação universidade/sociedade, apoiada pelo Núcleo de Convênios, como um setor estratégico, junto à Administração Central, e de importância à UFRGS, uma vez que mantém sistematicamente contato com as unidades acadêmicas e algumas instituições externas para a correta formalização.

A interação acadêmica praticada na UFRGS abarca as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As ações de extensão são geridas e aplicadas pela PROEXT, valendo-se, também, de regras aprovadas no CONSUN¹⁵, através da Decisão nº 266/2012, de 20/07/2012, que disciplina a Política de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim, o relacionamento com a sociedade também se fundamenta em normas institucionais que guiam a extensão, constituída a partir das recomendações do Fórum Nacional de Pró-Reitores (FORPROEX), na prática extensionista e na permanente reflexão orientada às necessidades internas e externas (UFRGS, 2012).

Dessa forma, a PROEXT, através da Política de Extensão da UFRGS, apresenta inúmeras possibilidades de interagir com a sociedade, por meio de projetos e ações constituindo-se em atividades relevantes à sociedade em nível local, regional e nacional, as quais permitem que a UFRGS tenha maior aproximação com a sociedade, contribuindo com as políticas públicas, com os movimentos sociais e a difusão da cultura.

A pesquisa na UFRGS é acompanhada por meio do Sistema Pesquisa UFRGS, sendo uma ferramenta de registro e de avaliação dos projetos de docentes e técnicos da universidade. O sistema é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), com a finalidade de registro de projetos diretamente executados pelas unidades acadêmicas, sendo objeto de análise e orientação pelas Comissões de Pesquisa (COMPESQ) das unidades acadêmicas, cujas atribuições são de conduzir à execução dos projetos desenvolvidos no âmbito de cada unidade.

Para compreensão, evidencia-se a representação esquemática do fluxo das interações acadêmicas nos Apêndices C, D e E, que mostram os regramentos contidos na Decisão nº 193/2011 - CONSUN e na Portaria nº 2679, referentes às orientações e aos caminhos que devem ser percorridos pelas interações acadêmicas (IAs) praticadas entre a universidade e a sociedade, quando obedecem ao seu rigor formal e institucional, visando dar legitimidade a essas ações.

Dependendo da complexidade do assunto e da modalidade do documento, as interações acadêmicas (IAs) percorrem diferentes instâncias. Por isso, as diferentes modalidades de documentos existentes na UFRGS e sua tramitação revelam o

¹⁵ O Conselho Universitário é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da universidade nos áreas acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral (UFRGS, Estatuto, Art. 10, 1994, p. 5).

desenho da realidade da relação universidade/sociedade e, por isso, um assunto tão polêmico e desafiador. Na próxima seção, uma explanação parcial abordando os três *cases* da pesquisa.

5.2 Abordagem dos *cases* selecionados

A seleção dos *cases* se deu de forma aleatória e a partir de estudos minuciosos naquelas interações verossímeis para o estudo proposto, isto é, de forma que respondesse o problema e evidenciasse os objetivos da pesquisa. É importante ressaltar que, no estudo dos relatórios emitidos, as instituições públicas, nas três esferas de governo, são as que mais mantêm interações acadêmicas com a universidade, ficando em segundo lugar as instituições internacionais, isto é, as universidades estrangeiras e centros de pesquisa e, em terceiro lugar, as instituições privadas. Quase não se observa a presença de organização não governamental e organização civil.

Nesse contexto, além dos relatórios do período de abrangência da pesquisa, foram utilizados os processos administrativos, que agregam todos os documentos necessários à correta formalização da interação acadêmica. Ainda, outros documentos arquivados no Núcleo de Convênios, relacionados à análise administrativa, institucional e legal das interações dando sustentação à pesquisa.

5.2.1 *Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA), ação Festival Escolar de Cinema e seus desdobramentos*¹⁶

O Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA) chega ao exercício de 2017 na sua 7ª edição, tendo como uma das ações o Festival Escolar de Cinema, com um público de, aproximadamente, 26.000 participantes entre estudantes e professores, no total das edições realizadas. O Programa de Alfabetização Audiovisual ofereceu, no ano de 2017, o 9º Festival Escolar de Cinema. O evento ocorre anualmente em Porto Alegre/RS, sendo uma das ações de extensão promovida pela UFRGS,

¹⁶ Termos de Execução Descentralizada assinados entre a UFRGS e o Ministério da Educação, e, posteriormente, a partir do ano de 2016, com o Ministério da Cultura, protocolados na UFRGS sob os nºs 23078.024686/11-16, 23078.025286/12-54, 23078.035608/13-36 e 23078.026531/2015-19. Dados obtidos a partir das pesquisas efetuadas nos processos administrativos da UFRGS, *folders* do PAA, fornecidos pela equipe, *web* da UFRGS e *web* do PAA.

através da Faculdade de Educação (FACED), em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura e da Secretaria Municipal de Educação.

Financiado pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Economia Criativa, o (PAA), de jaez pedagógico, desenvolve ação continuada para formação de professores e cursos de extensão universitária para docentes e alunos da rede pública de ensino, assim como oficinas de uso da fotografia no processo educativo e introdução à realização audiovisual para acesso e implantação, como linguagem do universo escolar para alunos e professores das escolas de Porto Alegre.

E a escola, como instituição social, pode desempenhar um papel estratégico como espaço de crítica ao consumo social das mídias. Pode e deve desempenhar tal papel. Tanto mais presente e consistente for a crítica que a escola endereçar às mídias, tanto mais forte será a resposta social à sua produção. Por meio de uma *pedagogia dos meios*, recepção e produção crítica, a escola pode trazer contribuições para a construção de valores e consciências abertas a oferecer respostas que contribuam para o desenvolvimento do consumo cultural reflexivo, questionador e educativo, tão importante para a construção de uma sociedade cidadã (OROFINO in FANTIN; GIRARDELLO apud FELIPE, 2009, p. 76).

Para isso, incluem títulos clássicos de diferentes épocas e cinematografias, assim como obras atuais, as quais, muitas vezes, ficam sob o domínio comercial das grandes produções do cinema e, por isso, o profissional da área envolvido no projeto, através da figura do produtor cultural para, além das atribuições pertinentes, realizar contatos e negociações da cedência de direito e uso dos filmes.

Segundo a coordenadora acadêmica do programa, Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa, do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS, todas as produções, indiscutíveis no mérito, tem potencial para colocar nossas sempre atentas plateias frente a experiências éticas e estéticas intensas e transformadoras. proposta crucial na construção do Festival Escolar de Cinema. As ações do programa também são coordenadas pela Secretaria Municipal da Cultura e pela Secretaria Municipal de Educação.

O Programa de Alfabetização Audiovisual e suas ações, promovido pela FACED/UFRGS, realizado, a partir das metas do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), teve financiamento inicial através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Festival Escolar de Cinema teve início em 2008, fruto da parceria da Secretaria Municipal da Cultura e da Secretaria Municipal de Educação, ambas de Proto Alegre/RS, promovendo o I Festival Escolar de Cinema, tendo como público-alvo as turmas da rede municipal de ensino na sala de cinema P. F. Gastal, que recebeu produções diversificadas de longa e curta-metragem, destacando-se, ainda, na produção nacional.

Frente ao sucesso do evento, as secretarias envolvidas deram prosseguimento à parceria em 2009, através do II Festival Escolar de Cinema, incorporando naquele período a Faculdade de Educação da UFRGS, por intermédio de um painel, que contou com a participação de especialistas na área da educação e de cinema, com a presença de inúmeros professores da rede municipal de ensino, dando início a debates e discussões sobre a formação de docentes.

Assim, o PAA tem como objetivo propor uma metodologia de formação de docentes, compreendendo as áreas de educação e comunicação, com vistas a capacitar a atividade com a linguagem audiovisual na escola e examinar as relações entre alfabetização verbal (oral e escrita) e a alfabetização audiovisual, englobando realização de cursos, oficinas, *workshops* e seminários de produção audiovisual com profissionais da área: produtor executivo e roteirista, diretor, filmagens, editor e profissionais da área da educação e da cinematografia.

Na sequência da nova edição, em 2011, o Programa de Alfabetização Audiovisual deu continuidade às ações essenciais da edição anterior, promovendo cursos e ações de extensão universitária. Em 2012/2013, começa articular discussão com abrangência nacional, dando início ao evento Seminário Nacional Cinema e Educação, realizado em Porto Alegre. Hoje, o PAA atende, gratuitamente, alunos e professores das redes públicas de ensino, contemplando o transporte escolar, locado para esta finalidade, disponibilizando 250 ônibus escolares, quando o público estimado chegou a 10 mil alunos distribuídos ao longo do festival nas quatro salas de cinemas de Porto Alegre.

No biênio de 2016/2017, as ações do Programa de Alfabetização Audiovisual foram novamente articuladas, através das esferas federal, estadual e municipal, para sua execução em 2017, sendo que o financiamento se deu por meio do Ministério da Cultura, através da Secretaria de Economia Criativa. Procurou aprimorar a relação de alunos e professores da Escola Básica com o audiovisual na continuidade das ações, especialmente relativas às exibições, assegurando a experiência do cinema

para a comunidade escolar, promovendo a democratização do audiovisual, a inclusão digital e as práticas de alfabetização, impulsionadas pelas transformações tecnológicas, que favoreceram alinhar o conhecimento do audiovisual ao processo pedagógico de ensino-aprendizagem em sala de aula.

O programa contempla também as Sessões Preparatórias para Professores, quando os profissionais com *expertise*, tanto nos temas dos filmes, como na linguagem audiovisual, entrelaçam conhecimento e reflexão numa relação dialógica sobre os filmes previamente exibidos. Dessa forma, em seis sessões preparatórias, abarcaram 25 professores, articulando reflexões sobre os filmes e seus desdobramentos em sala de aula. Assim, o programa procura ter um consenso de discussão sobre o planejamento dos títulos, assim como da linguagem audiovisual pertinente a vivência do aluno. O número de professores acolhidos com essa ação já soma 150 professores. Envolveu inúmeras atividades complementares e vários filmes foram exibidos.

A interação acadêmica teve início na Faculdade de Educação da UFRGS, unidade acadêmica executora do projeto, quando depois de aprovada no âmbito institucional, foi encaminhada ao reitor, para assinatura, para posterior envio ao órgão financiador. Salienta-se que sua aprovação na Administração Central ocorreu nos setores demonstrados no fluxograma Apêndice C, apresentado ao final do presente estudo.

Destaca-se que o caso da pesquisa resultou nesta síntese das 571 páginas analisadas, que integram os processos administrativos das edições do programa.

5.2.2 FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania - Realização de pesquisa quanti-qualitativa que permite identificar a população adulta de crianças e de adolescentes em situação de rua na cidade de Porto Alegre¹⁷

O projeto executado entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com gerência financeira e

¹⁷ Dados obtidos através dos Contratos n°s 023/2015 e 46/2007, processos UFRGS n° 23078.020891/2015-15 e 23078.016120/07-43, respectivamente, cujas interações acadêmicas foram propostas pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, bem como do Relatório Final da pesquisa "Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre", apresentado à FASC, referente ao Contrato n° 023/2015. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120>. Acesso em: 23 abr. 2017.

administrativa da Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atendendo o convite da FASC, através do Ofício P/303-15, teve seu Contrato nº 023/2015, assinado em 28 de dezembro de 2015.

Pesquisa afim foi realizada em 2007/2008, através do Contrato nº 026/2007, processo nº 007.010115.07.2, assinado com a FASC em 13 de dezembro de 2007, por iniciativa Departamento de Sociologia, sob a coordenação do Prof. Dr. Ivaldo Gehlen, com participação de pesquisadores e membros da equipe das áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Serviço Social.

Na reedição da pesquisa, em 2015, a coordenação geral do projeto ficou a cargo do Prof. Dr. Ivaldo Gehlen e da Profa. Dra. Patríce Schuch, desenvolvida pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Contou, ainda, com outros professores da UFRGS, da Universidade de Brasília e do Centro Universitário Unilasalle, atualmente Universidade La Salle. Todos, especialistas no assunto, compondo a equipe interdisciplinar, pesquisadores das áreas de sociologia, antropologia, ciência política e serviço social.

A UFRGS foi habilitada a participar da pesquisa, após vencer a seleção pública de instituição de ensino, proposta submetida ao município de Porto Alegre. A equipe executora da pesquisa, assim distribuída, possui seis profissionais para equipe técnica, três consultores e cinco apoios técnico-administrativos; ainda, cinco supervisores de campo (acadêmicos de pós-graduação); vinte e dois entrevistadores; seis facilitadores (profissionais que atuam no universo do estudo); representantes da população em situação de rua (para monitorar o processo da pesquisa), crítica dos questionários, digitadores e transcrição. Além disso, contou com a comissão de acompanhamento da FASC, em torno de 10 profissionais.

Com isso, a pesquisa resultou, também, na edição de um livro *População de Rua: reflexões, experiências e políticas*, na tiragem de 2.000 exemplares, assim como um curso de extensão *População de rua: conceitos, características socioculturais, modos de inserção urbana e relações com as políticas públicas*, tendo como público-alvo profissionais envolvidos com a formulação e execução das políticas públicas, supervisores de campo (acadêmicos de pós-graduação) e estudantes da UFRGS, pessoas militantes dos Direitos Humanos das pessoas em situação de rua, gestores, pesquisadores do tema e as pessoas em situação de rua.

O estudo de *Pesquisa Quanti-Qualitativa* permitiu identificar a População Adulta de Crianças e de Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de Porto

Alegre+, que compreendeu estudar as características socioculturais, os modos de inserção urbana e as relações com as políticas públicas das pessoas que se configuram como em situação de rua¹⁸ na cidade de Porto Alegre, evidenciando a desigualdade na composição.

Para tanto, o projeto compreendeu um estudo, tipo censitário, que cadastrou as crianças, adolescentes e adultos em situação de rua na cidade no período da pesquisa, procurando conceber os aspectos de vida dessas pessoas e conhecimento de dados sobre a diversidade das características socioculturais, tais como práticas cotidianas, modos de inserção urbana, saúde, violência, expectativas, para o futuro e as relações com as políticas públicas. Ainda, investigou as estruturas e o modo de funcionamento e heterogeneidade dos serviços de assistência social destinados à intervenção nesse grupo, assim como as possibilidades quanto às políticas públicas e às visões acerca da população atendida, de profissionais dos serviços tipificados como de assistência social (abrigos, albergues, repúblicas e casa de convivência) na cidade, procurando, desse modo, ressaltar e compreender possíveis tensões em torno de problemáticas, tais como: gênero, raça/etnia, uso de drogas, faixa etária, presença de doenças, etc. que deram o recorte a ser investigado.

Nesse sentido, evidenciam-se três conjuntos de objetivos eleitos pelos investigadores como prioritários, que se entrelaçaram na pesquisa FASC:

a) Sobre o universo dos indivíduos em situação de rua em Porto Alegre:

Quantificação do número de crianças, adolescentes e adultos declarados em situação de rua. Mapeamento, espacialmente, dos espaços privilegiados de existência social dessas pessoas. Compreensão da diversidade das características socioculturais, as práticas cotidianas, os modos de inserção urbana, as expectativas para o futuro, a saúde e o relacionamento com as políticas públicas de assistência social às pessoas em situação de rua. Problematização das dimensões constituídas

¹⁸ BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

como de grande interesse para os processos de intervenção social, como a violência, o tráfico de drogas, o gênero, a saúde, o trabalho e outras, a partir da compreensão da diversidade das características socioculturais e das perspectivas sobre o uso de serviços da rede socioassistencial destinada às pessoas em situação de rua.

Busca a confrontação dos resultados da pesquisa com os estudos anteriores, visando às transformações e dinâmicas da população em estudo sob a ótica das políticas públicas e suas modificações; a produção de um banco de dados em formato SPSS (*software* de análise estatística para uso em pesquisas) sobre os dados censitários e amostrais; a investigação da possibilidade de articular o estudo censitário com os dados do CadÚnico¹⁹ da Assistência Social; e qualificar os trabalhadores da política de assistência social no que tange as referidas populações através de processo formativo com as equipes.

b) Relacionadas às contribuições em torno dos serviços de assistência social e perspectiva dos trabalhadores:

Percepção das estruturas heterogêneas e os modos de funcionamento das instituições categorizadas como de assistência social na cidade de Porto Alegre (abrigos, albergues, repúblicas e casa de convivência). Apuração das percepções dos profissionais sobre o perfil das pessoas em situação de rua e expectativas quanto à formulação e implementação de políticas públicas na área. Contraste da diversidade das estruturas, modos de funcionamento e perspectivas sobre o perfil dos usuários existentes, de modo a compreender a heterogeneidade da rede de atendimento e os principais desafios de intervenção, na perspectiva dos trabalhadores.

c) Relacionadas às contribuições em torno das categorias de tipificação da população de rua:

¹⁹ Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza os mais pobres e permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda. Por meio de um sistema informatizado, o Governo Federal consolida os dados coletados no Cadastro Único para formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. BRASIL. **Cadastro único é porta de entrada para programas sociais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/cadastro-unico-e-porta-de-entrada-para-programas-sociais>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Indagação, a começar da verificação da perspectiva dos trabalhadores da área e dos dados no que tange a diversidade das características socioculturais, dos modos de inserção urbana e das relações com as políticas públicas do universo pesquisado na pesquisa censitária e amostral, as categorias utilizadas para abarcar e intervir no que se considera população em situação de rua+, evidenciando o debate acerca das categorias utilizadas e sua eficiência nas práticas de atendimento. Publicação de um livro com 2.000 exemplares, visando discutir os dados da pesquisa e temática correlatas. Realização de um curso de extensão, com carga horária de 40 horas. O curso perfazendo-se em dois módulos: sendo o primeiro antecedente à pesquisa de campo, constituído por um debate conceitual e de experiências no campo das políticas públicas para pessoas em situação de rua, bem como de temáticas correlatas que contribuam no entendimento dessas questões (30h); já o segundo versando sobre o Seminário de Apresentação dos resultados da Pesquisa (10h), com a divulgação das informações da pesquisa. Entrega do banco de dados digitalizado em formato SPSS com informações quanti-qualitativas integrais da população pesquisada. Sugestões para políticas para população em situação de rua em Porto Alegre.

Na pesquisa, foram constatados 2.115 adultos em situação de rua na cidade de Porto Alegre, no período de estudo. Apenas 1.758 consentiram fazer parte da pesquisa, quando tiveram seus dados devidamente cadastrados. Segundo relatório final, emitido pelos pesquisadores, a diferença entre esses números concerne aos indivíduos meramente contados para fins de estimativa da população, mas, por motivos diversos de rejeição em não participar do estudo, pela inviabilidade de responder à pesquisa em função de perturbações psicológicas e/ou comportamentais ou, ainda, pelo fato de estarem dormindo, não foi possível responder ao cadastro.

Nesse período do estudo, os pesquisadores trabalharam, simultaneamente, com uma amostra quantitativa da população pesquisada, que atingiu o total de 467 pessoas. A amostra oportunizou perceber particularidade dos aspectos de vida dos indivíduos em situação de rua, relacionada às práticas cotidianas, modos de inclusão urbana, condições de vida, violência, saúde, expectativas para o futuro e as relações com as políticas públicas.

O universo da pesquisa, ou seja, das pessoas pesquisadas, foi definido pelos pesquisadores, sendo aqueles que se encontram em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou ao abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontram em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que dissessem fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente, assim como em casas abandonadas, viadutos, parques, etc. Nesse sentido, salienta-se que a pesquisa não se restringiu ao período noturno.

Nesse contexto, os pesquisadores adotaram uma metodologia participativa, objetivando o diálogo entre pesquisadores, profissionais da FASC e outros setores da Prefeitura de Porto Alegre, assim como alguns usuários dos serviços específicos para pessoas em situação de rua, entre membros do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR) e do Jornal Boca de Rua. A metodologia aplicada favoreceu a constituição do "Grupo de Acompanhamento", que agregou diferentes profissionais assim como a equipe técnica do estudo. O Grupo de Acompanhamento, segundo o relatório da pesquisa, foi importante para todo processo de planejamento e organização da pesquisa, realizado mediante reuniões com a coordenação da pesquisa, membros da equipe de pesquisa (UFRGS), demais representantes das pessoas em situação de rua e profissionais da FASC.

Nessa etapa, o curso de extensão "População em situação de rua: lutas, políticas e desafios para as políticas públicas" incrementou o debate sobre elementos antropológicos, políticos e históricos da problemática dos indivíduos em situação de rua e sobre as outras pesquisas realizadas sobre o tema. O curso foi necessário e com o intuito de dar apoio e conhecimento teórico, metodológicos e práticos sobre as questões da população de rua, contando, ainda, com a presença e cooperação das pessoas em situação de rua, com seus relatos, suas vivências e experiências de rua e na relação com as políticas públicas.

A troca de saberes e de experiências entre as pessoas e as equipes da pesquisa, o movimento social (MNPR), mídia especializada (Jornal Boca de Rua), pessoas em situação de rua e os funcionários da intervenção possibilitaram rico debate e reflexão sobre as categorias a serem utilizadas, elaboração dos instrumentos (questionários), formação das equipes e procedimentos do trabalho de campo. Cabe evidenciar que os movimentos atuaram como facilitadores de campo, e, também, como palestrantes e participantes no curso de extensão, que valorizaram e destacaram a posição das pessoas colocadas na situação social de rua.

A partir dos trabalhos e dos resultados, a pesquisa mostrou que praticamente a metade da população de rua de Porto Alegre está nessa situação há mais de 5 anos. Os motivos são variados e, nesse processo, não se evidenciou um único motivo, mas um conjunto deles.

No relatório final, a pesquisa elencou os principais motivos apresentados pelas pessoas entrevistadas para se encontrarem nessa situação de rua, estando relacionados ao alcoolismo e ao uso de drogas (24%), causas mais apontadas, e variáveis relacionadas à instabilidade e à ruptura familiar, reforçada pela separação/decepção amorosa no percentual de 9,6%, considerado como segundo maior motivo que levam as pessoas a situação de rua; seguido do desemprego 8,6% e de morte de algum familiar a 7,5%, sendo esses os fatores mais significativos.

Segundo os pesquisadores, os dados apontaram para uma predisposição à cronicidade da situação de rua, cotejando os resultados de 2015/2016 com as pesquisas anteriores em 2007/2008, visto a evolução ascendente dos percentuais de permanência de mais de 10 anos de rua. Na pesquisa de 2007/2008, o percentual de pessoas com mais de 10 anos de rua era de 19,1%; este percentual representou um aumento, de 29,2% da população investigada.

A pesquisa traz outros fatores alarmantes: as doenças e/ou problemas de saúde associadas ao uso de álcool e drogas e um crescimento da informação sobre adoecimento e/ou problemas de saúde, necessitando, portanto, urgentemente de maior investimento público nesta área. Outro fator estudado foi a relação das instituições diversas e aquelas que já fazem parte da rotina das pessoas em situação de rua, variando de acordo com o tipo, sendo que o percentual de maior incidência se situa na instituição Restaurante Popular.

Os pesquisadores acrescentam que as práticas desse tipo de estudo ajudam não só a criação de ações de políticas públicas como também a dar visibilidade aos direitos de determinadas populações com o entrecruzamento das políticas que são destinadas a elas e favorecendo as novas demandas. Um exemplo de conquista é a da política pública de seguridade social não contributiva e que vem num crescente, respaldada na sociedade sob uma perspectiva de direito social inserida na Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, responsabilidade do Estado.

A interação acadêmica teve início no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, unidade acadêmica executora do projeto, quando depois de aprovada

no âmbito institucional, foi encaminhada ao reitor, para assinatura, para posterior envio à FAURGS e à FASC²⁰, órgão financiador do projeto. Salienta-se que sua aprovação na Administração Central ocorreu nos setores demonstrados no Apêndice C, apresentado ao final do presente estudo.

Nesse caso, cabe salientar que essa síntese resultou da análise das 295 páginas, que integram os processos administrativos da pesquisa.

5.2.3 Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE - UFRGS)²¹

O Projeto CECANE - UFRGS iniciou no ano de 2006, na Faculdade de Medicina da UFRGS, no curso de Nutrição, com base no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo parcerias com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), resultando na constituição dos CECANEs, unidades de referência e apoio, visando ao desenvolvimento de ações de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução de atividades de extensão, pesquisa e ensino.

O PNAE visa atender a alimentação do escolar, oferecendo alimentos adequados, em quantidade e qualidade, de acordo com as necessidades nutricionais do aluno no período em que ele permanece na escola, além de

²⁰ UFRGS. **Estudo quanti-qualitativo da população afro-brasileira de Porto Alegre**. Porto Alegre, maio 2008. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatorioafrobrasileirosjun08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

UFRGS. **Cadastro de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, maio 2008. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatoriopopruajun08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura de Porto Alegre**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/quilombolaspoarelatoriofinal_2008.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

²¹ Termos de Cooperação assinados entre a UFRGS e o Ministério da Educação, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), protocolados na UFRGS sob os nºs 23078.022810/11-72, 23078.032989/12-84 e 23078.034414/13-12. Dados obtidos a partir das pesquisas nos processos administrativos da UFRGS acima mencionados e informações fornecidas pelos professores do CECANE - UFRGS. Além desses processos e termos, outros assinados em 2006, 2008 e 2010, com o mesmo objetivo e projeto, necessários à complementação da pesquisa.

contribuir com hábitos alimentares saudáveis, sendo a alimentação escolar um direito humano²² e social de toda criança e adolescente.

A política da alimentação do escolar no país iniciou em 1940, quando foi criado o Instituto Nacional de Nutrição, sendo extinto por indisponibilidade de recursos financeiros. No período de 50, foi instituído o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, designado como Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que instituía um programa para atender a merenda escolar no âmbito nacional, obtendo financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), conhecido hoje como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Com o Decreto nº 37.106/55, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar, vinculada ao Ministério da Educação. Ainda da década de 50 ao final dos anos 70, a questão sobre a merenda escolar foi se reestruturando, obtendo apoio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Em 1979, foi dado o nome para Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2008).

A Lei nº 11.947/2009 fixa a obrigatoriedade de aplicação de 30% dos recursos financeiros transferidos pelo Governo Federal, à conta do PNAE, exclusivamente em produtos básicos; assim como a aquisição de produtos agrícolas da região diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, de forma a motivar o desenvolvimento da economia local.

Para tanto, o Governo Federal, através do FNDE, repassa recursos financeiros, de forma automática, para as entidades executoras (EE)²³ nos estados, Distrito Federal e municípios, para execução e cumprimento no que tange à oferta de alimentação escolar²⁴ dos alunos da Educação Infantil (creches e pré-escola) e do Ensino Fundamental, matriculados em escolas públicas e filantrópicas, inclusive nas

²² Eixos normativos de estruturação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano: Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001). Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Portaria Ministerial nº 251, de 03 de março de 2000. Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Resolução nº 32 do Conselho Deliberativo do FNDE, de 10 de agosto de 2006, e alterações (BRASIL, 2008).

²³ Secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal; prefeituras municipais; creches, pré-escolas e escolas federais do Ensino Fundamental ou suas mantenedoras (BRASIL, 2008).

²⁴ Todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 11.947/2009.

escolas localizadas em comunidades indígenas e em comunidades remanescentes de quilombos (BRASIL, 2008, p. 27).

Sendo assim, visando atender às diretrizes da Estratégia Fome Zero, o FNDE propõe a renovação da parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar, que são instituições de Ensino Superior que atuam nas cinco regiões geográficas brasileiras. Nesse caso, o CECANE - UFRGS, que permaneceu dando continuidade ao projeto, de acordo com o Art. 9º²⁵ da Lei nº 11.947/2009 e suas regulamentações, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica.

Pensando no contexto das políticas públicas da alimentação do escolar e na educação, associada a uma alimentação saudável, como sendo direito de todos os cidadãos, o CECANE - UFRGS, procurou reafirmar esse direito, colaborando com a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar, a partir da publicação da Portaria Interministerial nº 1.010/2006²⁶ . Saúde e Educação . entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, e da criação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar . CECANEs, reafirmando a parceria para atuar na região Sul.

O Projeto CECANE - UFRGS inicia em 2006, sob a coordenação da nutricionista, Profa. Dra. Ana Beatriz Almeida de Oliveira, quando a partir de dezembro de 2012, a coordenação passa à nutricionista, Profa. Dra. Vanuska Lima da Silva. A partir de março de 2017, a coordenação do CECANE - UFRGS é realizada pela Profa. Dra. Luciana Dias de Oliveira, ficando a vice-coordenação sob a responsabilidade da Profa. Dra. Vanuska.

²⁵ BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Art. 9, o FNDE, os entes responsáveis pelos sistemas de ensino e os órgãos de controle externo e interno federal, estadual e municipal criarão, segundo suas competências próprias ou na forma de rede integrada, mecanismos adequados à fiscalização e ao monitoramento da execução do PNAE. Parágrafo único: Os órgãos de que trata este artigo poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do programa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 01 maio 2017.

²⁶ Portaria Interministerial nº 1.010/2006, Art. 8º Definir que os centros colaboradores em alimentação e nutrição, instituições e entidades de ensino e pesquisa possam prestar apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados. BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html>. Acesso em: 01 maio 2017.

Depois de inúmeros trabalhos e ações, em 2013, a UFRGS efetiva a sua habilitação, junto ao Ministério da Educação (MEC), através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da assinatura do Acordo de Cooperação, conforme Edital de Convocação nº 01/2013-CGPAE, publicado em 2 de agosto de 2013, em extrato, no Diário Oficial da União. O FNDE habilitou, nos anos de 2013 e 2014, o total de 41 instituições aptas a estabelecer parcerias para o desenvolvimento de ações em áreas de interesse prioritário para o programa.

Assim, se consolidou a formação de parcerias e implementação de ações de apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE - UFRGS), para o desenvolvimento de ações de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de segurança e educação alimentar e nutricional; agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; integração de políticas públicas de saúde; gestão de política pública de alimentação do escolar; monitoramento e avaliação da alimentação escolar; controle social da política pública de alimentação escolar; alimentação escolar para povos indígenas e comunidades quilombolas e direito humano à alimentação adequada.

O CECANE - UFRGS atua, regularmente, junto à formação de nutricionistas, manipuladores de alimentos (merendeiras), diretores de escolas (gestores), conselheiros, capacitação de profissionais de saúde e de educação, coordenadores pedagógicos, professores, agricultores familiares e outros agentes, assim como assessoria e apoio técnico e operacional aos municípios e estados na implementação da alimentação saudável nas escolas; ainda sobre a execução e prestação de contas estudos e pesquisas de âmbito regional, nacional; apoio técnico ao FNDE e na cooperação internacional. No período de 2007 a 2015, o CECANE - UFRGS já realizou cursos de formação com, aproximadamente, 2.971 atores envolvidos, abrangendo diversos municípios de diferentes regiões do estado do RS.

Os trabalhos desenvolvidos pelo CECANE - UFRGS incluem, continuamente, ações focadas na melhoria das condições da alimentação e nutrição da população escolar, além de orientar, treinar e auxiliar nutricionistas do PNAE, merendeiras de escolas e centros, agricultores familiares, atores de compras e licitações do programa PNAE, conselheiros da alimentação escolar, assim como viabiliza assistência técnica rural por meio da EMATER, estimulando a aquisição dos produtos da agricultura familiar pelas entidades executoras na elaboração da

alimentação do escolar; também em material de apoio didático, como apostilas e cartilhas e participação em encontros e reuniões promovidos pelo FNDE e solicitados por outras instituições como universidades e representações de trabalhadores rurais.

A partir da sua instituição, em 2006, o CECANE - UFRGS também inicia sua atuação em 2007, fornecendo apoio técnico, acadêmico e operacional no desenvolvimento de ações para formação/capacitação. Mais tarde promoveu cursos de formação e atualização com aproximadamente 3.100 profissionais (nutricionistas, manipuladores de alimentos, as merendeiras, diretores de escolas, conselheiros da alimentação escolar, técnicos agrícolas e monitores dos CECANEs) em municípios do RS, agregando preparação dos materiais didáticos e de apoio. Em 2008, desenvolvimento da ação "Avaliação Assistida", com a participação de 50 municípios da região Sul do país, visando diagnosticar a situação de execução do programa e orientar quanto às irregularidades encontradas, servindo de base, como projeto piloto, para o Projeto Nacional de Assessoria aos Municípios. Nas ações, em 2009 e 2010, foram visitadas 114 cidades; em 2012 e 2013, assessorados 40 municípios; em 2014 e 2015, 30 municípios, assim como, até outubro de 2016, foram mais 39 visitas. As ações sobre visitas são reiteradas ao longo dos anos.

Além dessas ações, o CECANE - UFRGS desenvolve atividades e ações que incluem a manutenção e gerenciamento da Rede Brasileira de Alimentação Escolar (REBRAE), um canal eletrônico de comunicação, divulgação e interação de conteúdos entre as entidades executoras, escolas, gestores e agricultores familiares, entre os CECANEs, e no desenvolvimento econômico local, para facilitar o processo de aquisição de alimentos, compra e venda de alimentos da agricultura familiar, bem como apoio técnico ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, contribuindo, dessa forma, para o monitoramento e assessoria do programa PNAE e às entidades executoras na promoção de curso de ensino a distância sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN), como suporte às nutricionistas envolvidas no PNAE, para ações transversais, transdisciplinares e permanentes no ambiente na comunidade escolar em que atuam.

Cabe salientar, nesse contexto, que, por solicitação do FNDE, de acordo com as necessidades relatadas em eventos e reuniões, o CECANE-UFRGS foi convidado a intensificar a participação dos profissionais que atendem comunidades indígenas e quilombolas.

A interação acadêmica teve início na Faculdade de Medicina da UFRGS, no Curso de Nutrição, unidade acadêmica executora do projeto, quando depois de aprovada no âmbito institucional, foi encaminhada ao reitor, para assinatura, para posterior envio ao FNDE, órgão financiador do projeto. Salienta-se que sua aprovação na Administração Central ocorreu nos setores demonstrados no fluxograma Apêndice C, apresentado ao final do presente estudo.

Salienta-se ainda que, nesse caso, foram analisadas 1.820 páginas do projeto CECANE contidas no conjunto de processos da pesquisa.

5.3 Narrativas a partir das categorias

O presente subtítulo versa sobre a análise dos dados da pesquisa, utilizando, como método de investigação, a Análise de Conteúdo das entrevistas, que, segundo Bardin (2010), são técnicas de análise dos resultados a partir de comunicações e depoimentos das pessoas entrevistadas (amostra de indivíduos) obtidas por meio da prática da História Oral.

No presente estudo, têm-se a História Oral dos coordenadores dos três *cases* analisados (objeto do estudo), de um aluno de um dos *cases*, dois dos coordenadores de duas instituições externas dos *cases* analisados, assim como um ex-reitor e uma pró-reitora de extensão da UFRGS e dois coordenadores eleitos aleatoriamente, tendo como sustentação o perfil em estar envolvido(a) com o tema interações acadêmicas praticadas na UFRGS.

Para tanto, foi utilizado o método de categorias, elegendo-se pontos significativos nas narrativas da História Oral que permitiram a classificação de categorias e subcategorias com elementos de significação diferencial das falas dos entrevistados a partir das indagações do roteiro de entrevista.

À luz da investigação das falas, ainda utilizamos os demais documentos existentes no Núcleo de Convênios, tais como: processos administrativos, legislação, regimentos internos, exposição em profundidade dos três *cases* eleitos, aleatoriamente, a partir dos relatórios do sistema do Núcleo, permitindo compor o entendimento das teorias abordadas no presente estudo, prioritariamente, a teoria do sociólogo Boaventura de Sousa Santos sobre a ecologia de saberes, sendo possível alcançar o objetivo geral da pesquisa, que é evocar as memórias, através da História Oral, dos atores envolvidos sobre a relação universidade/sociedade na

produção de uma memória social e a estruturação de uma ecologia de saberes na universidade, no período de 2011 a 2015, de uma amostra de três projetos correspondentes à pesquisa, ensino e extensão na UFRGS.

Além desses, evidenciam-se os objetivos específicos, descrevendo a história parcial das (IAs), demonstrando a memória social a partir da construção das narrativas de depoimentos dos três projetos, bem como as implicações das diretrizes no ambiente da universidade que oportunizaram uma ecologia de saberes que emerge da relação universidade/sociedade. Assim, neste contexto de análise, procura-se retomar as categorias, já evidenciadas no capítulo da metodologia, de acordo com os princípios de Bardin (2010), devendo estas dar sustentação à compreensão do estudo.

5.3.1 Introdução e quadro das categorias e subcategorias

Quadro 6 - Categorias e subcategorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Memórias e Trajetórias das Interações Acadêmicas	* Memórias da Relação Universidade/Sociedade * Regramento/Diretrizes e Setor Administrativo * Surgimento de um Projeto * Memória Institucional e Entrelaçamento das Memórias
Educação Superior	* Ensino, Pesquisa e Extensão, enfim a Indissociabilidade * Universidade/Internacionalização/Globalização
Ecologia de Saberes	* Interação Dialógica/Construindo Ecologia de Saberes * Conhecimento Pluriversitário e Relevância de Projetos, junto à Sociedade

Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

Ressalta-se que foram realizadas 10 entrevistas, cujos conteúdos revelaram evidências e subsídios para responder à indagação da pesquisa, aflorando riqueza de conteúdo e serem elas testemunhas da História Oral da relação com a sociedade.

5.3.1.1 Categoria: memórias e trajetórias das interações acadêmicas

O marco das interações acadêmicas na UFRGS não foi possível afirmar, mas, de acordo com os poucos registros existentes, em arquivo, mostram desde 1953, conforme documentos do Núcleo de Convênios da UFRGS. Estes, inicialmente,

revelam o começo da constituição e do envolvimento da UFRGS com diversos segmentos da sociedade, mais com órgãos do Governo Federal, na sua maioria, com o Ministério da Educação, naquele período, e ministérios diversos, com repasses de verbas, visando às construções e reformas de prédios, articulados para a expansão dos *campi* e, especialmente, na formação de recursos humanos, manutenção da universidade e, ainda, com universidades brasileiras e estrangeiras para troca de conhecimento e treinamento de professores e de profissionais para desenvolvimento da universidade, naquele período.

Convênios com o município de Porto Alegre e o governo do estado do Rio Grande do Sul foram firmados através das unidades acadêmicas da UFRGS, impulsionando projetos para desenvolvimento da cidade e do estado.

A partir dos anos 80, ocorreram interações mais pontuais com o município de Porto Alegre, execuções relevantes para a cidade: área de alfabetização para garis; desenvolvimento de um material especial, não muito pesado e inquebrável, para boca de lobos, estudo sobre os macacos urbanos; várias estações para o monitoramento contínuo do ar; o diesel não poluente; e, ainda, o Atlas Ambiental de Porto Alegre, dentre outras ações em diversas áreas da educação, saúde, segurança, habitação, social, infraestrutura, plano diretor de planejamento urbano da cidade.

%a.] gostaria de fazer um parêntese, só lembrar que nosso modelo universitário que é francês. Cópia da constituição de uma universidade francesa, que tem o tripé pesquisa, extensão e ensino na mesma instituição, é diferente do modelo anglo-saxônico ou americano que não necessariamente precisam ter estas mesmas funções de uma forma relativamente equilibrada. A reforma feita nos anos 60 e depois nos anos 90 não modificou esse caráter da universidade; porém, houve assim por uma grande valorização da pesquisa, especialmente da pós-graduação na UFRGS, coincidiu nos anos 80 e 90 com a ida para o estrangeiro de professores estudarem depois voltarem criando os pós-graduações+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Com isso, é percebido o crescimento da UFRGS que também se dá na sua internacionalização e com maior intensidade a partir das políticas mundiais com o desenvolvimento de ações integradas em programas internacionais, sua participação em cadeia de universidades, entre outras parcerias celebradas com universidades estrangeiras na formação docente e na formação acadêmica de seus alunos de graduação e de pós-graduação revelada no seu estatuto.

Art. 2º. A UFRGS, como universidade pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas (UFRGS, 1994, p. 3).

Nessa premissa, à medida em que as interações acadêmicas vão obtendo maior relevância no conjunto das atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão, começa a emergir a necessidade de modificações organizacionais, assim como ajustes nas normas institucionais que orientem o conjunto de atividades e suas relações com a sociedade para atendimento às demandas da sociedade.

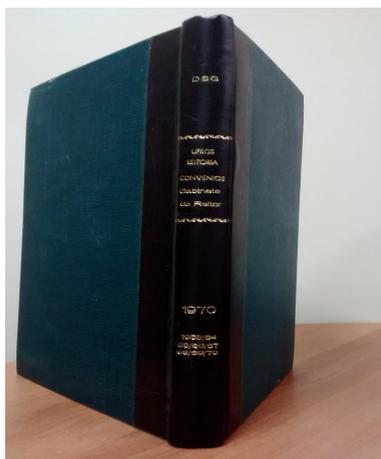
Constata-se o avanço da relação universidade/sociedade partir de 1996, tendo no passado poucas ocorrências e, conseqüentemente, poucos regramentos institucionais. Para a formalização das interações acadêmicas, a UFRGS se submeteu a inúmeras leis, decretos e portarias governamentais, assim como às auditorias dos órgãos de controle, que deram início à estruturação de regramentos internos, ou seja, decisões, devidamente aprovadas pelo órgão máximo deliberativo da UFRGS, o Conselho Universitário. O desenvolvimento da UFRGS também se deu com a criação de novos cursos e ampliação de seus *campi*, instala o *Campus Litoral*, incrementando interações com os municípios do Litoral Norte como forma de promover a região.

As interações acadêmicas passaram a ser um compromisso da universidade para com a sociedade, articulando a trilogia ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, viabilizando uma relação inovadora entre ambas. A partir desse contexto, despontou seu compromisso social, promovendo a formação de cidadãos para uma sociedade mais justa e igualitária, gerando conhecimentos capazes de impulsionar as transformações e fornecer subsídios à sociedade em atendimento às suas necessidades e emergências.

Na Figura 3, é apresentado o livro, tipo brochura, pelo qual se pode inferir que são os primeiros registros de interações acadêmicas assinadas pela UFRGS. Observa-se que, neste período, não se firmavam tantas interações como agora e, por isso, há a junção dos anos de 1953 a 1970 em único livro. Os demais livros, dos anos seguintes, permanecem arquivados no Núcleo de Convênios.

A Figura 4 mostra a interação acadêmica celebrada com a sede do Instituto Confúcio da China, que objetivou a instalação do Instituto Confúcio na UFRGS²⁷. Trata-se de um instituto independente, cuja sede foi inaugurada em 2012, com a missão de ensinar a língua e a cultura chinesa, promover a amizade entre os povos e a diversificação cultural entre os países. Desde a sua inauguração, em 2012, o instituto se configura como sendo um referencial em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul para intercâmbio cultural e acadêmico, além de incrementar parcerias institucionais e governamentais. Assim, existem 300 institutos de cooperação acadêmica e cultural ao redor do planeta, estabelecidos entre o governo da República Popular da China e grandes universidades em todo o mundo.

Figura 3 . Livro contendo interações acadêmicas de 1953 a 1970.



Fonte: Autoria própria, 2017, a partir da coleta de dados do núcleo de convênios.

Figura 4 . Interação acadêmica celebrada com a sede do Instituto Confúcio.



Fonte: Autoria própria, 2017, a partir da coleta de dados do núcleo de convênios.

²⁷ Processo administrativo UFRGS nº 23078.034054/10-06, assinado em 12/04/2011, visa identificar direitos e responsabilidades da sede e da UFRGS no estabelecimento e na gestão do instituto e Processo administrativo UFRGS nº 23078.202516/11-05, assinado em 18/10/2011, visa garantir a estabilidade do projeto de criação do Instituto Confúcio em Porto Alegre/RS.

5.3.1.1.1 Subcategoria: memórias da relação universidade/sociedade

Nessa subcategoria, procura-se explorar as memórias das interações acadêmicas a partir da fala dos entrevistados, quando questionados em que momento a UFRGS começou a se relacionar com a sociedade. Percebe-se o entrelaçamento dos sentidos comuns nas narrativas dos professores. A UFRGS, por sua própria natureza, buscou engendrar a sua forma de interação por perceber a importância da relação universidade/sociedade, desde o princípio de sua atividade, tendo por base a trilogia e seus regramentos para favorecer as práticas nas unidades acadêmicas e em diferentes áreas do conhecimento.

Porque ela já nasce assim, a UFRGS, com a extensão rural, no campo da saúde, pelo que leio da história, lá no início do século XV, XIX, começo do século XX. Tanto que a UFRGS tinha atividades no interior, bastante importante, que depois, à medida que foram criando outras instituições, ela vai se recolhendo mais para Grande Porto Alegre e Porto Alegre [...]. E, ao chegar aqui, a UFRGS estava discutindo seu novo perfil, quando se criou novo estatuto, regimento+(Prof. Ivaldo Gehlen).

A relação da universidade com a sociedade [...]. Eu até poderia dizer assim, que a universidade foi uma conquista da sociedade gaúcha. [...] A própria constituição do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a proposta desse projeto é um projeto que nasce dentro da Faculdade de Economia da UFRGS, no passado. A questão da cultura. Ela nasce dentro da discussão do Instituto de Artes da Universidade, Teatro São Pedro, e tantas outras! [...] ela tem mais de 80 anos+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus)

A universidade sempre se relacionou com a sociedade, desde o princípio. Desde a época da criação, ou desde antes de ser criada a universidade, em 1934, as unidades acadêmicas que então eram faculdades isoladas, elas já tinham relacionamento com a comunidade+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

A UFRGS, de alguma maneira, sempre teve relações com a sociedade. Se for pegar, por exemplo, o campo da Engenharia. [...] na época de agrimensura, de estudo de novos sistemas de energia, que era o gasômetro; então assim: a interação sempre teve um pouco no DNA da universidade, de diferentes formas. O que eu acho é que, ao longo do tempo, essa interação foi crescendo, [...] A partir dos anos 70, com a Pós-Graduação, começa a se estabelecer a capacidade de pesquisa na universidade, então a interação passa a ser não necessariamente com

uma pessoa, mas com grupos que têm especialização em algumas áreas+ (Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Por não existir registros de estudos, pesquisas e bibliografias específicas sobre a matéria %Interações Acadêmicas+, não foi possível buscar discussão científica sobre o termo, quando essa particularidade parece existir e com intensidade somente na UFRGS, levando-se em conta a grande estrutura de extensão, de ensino e de pesquisa, além da estrutura administrativa e de conhecimento gerado. Da mesma forma, a questão sobre a difusão sobre os projetos e ações desenvolvidas no âmbito da UFRGS, assim como seus resultados, quando não foi possível obter informações precisas por não existirem divulgação, ficando restritas às unidades de ensino. Essa situação é comprovada nas falas.

%A universidade fala muito pouco do que ela faz e do seu impacto, a gente realmente vai ter que entender. [...] Porque a própria universidade [...] tem sentido essa necessidade [...] que a universidade consiga comunicar melhor para a sociedade o que de importante ela desenvolve. [...] Eu acho que a gente ainda não conseguiu estabelecer uma estratégia de comunicação efetiva para isso, acho que esse é um grande desafio para a universidade+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%Acho que a gente tem que trabalhar mais a divulgação. Todo pesquisador deveria pensar o que eu posso divulgar, mas, em geral, o pesquisador não gosta disso, ele pensa; não, eu vou estar me exibindo. [...] Isso não faz parte da nossa cultura, faz falta isso+(Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

A relação universidade/sociedade, como ação, está gravada no seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026, como meta a ser seguida. %a..] Deve permanecer a promoção de uma política de inserção com todos os segmentos da sociedade, buscando [...] a aplicabilidade do conhecimento gerado para entrega de valor à sociedade, entre outros+(UFRGS, 2015, p. 27).

Com a Decisão nº 193/2011, publicada no Diário Oficial da União, em 30/09/2016, as interações acadêmicas praticadas na UFRGS ganham, por consequência, respaldo legal e reconhecimento institucional para a sua eficácia perante as instituições externas, inclusive dos órgãos de controles para atividades diretas com a sociedade. As falas dos professores confirmam que a relação da

universidade/sociedade sempre esteve presente na UFRGS, desde a sua criação, tornando-se difícil precisar o período inicial dessas interações.

Pode-se inferir, portanto, que essa relação surgiu a partir do desenvolvimento da própria sociedade em termos globais, isto é, das condições do momento do país e do mundo, que acabam refletindo significativamente nas instituições, não só nas universidades, mas também em toda a comunidade. Constata-se que as instituições são vistas através das lentes do tempo.

5.3.1.1.2 Subcategoria: regramento/diretrizes e setor administrativo

Nos anos 90, começa a despontar na UFRGS a estruturação de um setor . que se transforma em Núcleo de Convênios . para tratar do acompanhamento e gestão das interações acadêmicas, devido ao volume expressivo, assim como em função do regramento legal e institucional, visando disciplinar os procedimentos dos órgãos públicos federais e, nesses, estão implicadas as universidades públicas.

Estruturam-se alguns setores na UFRGS pertinentes às análises, além das demais instâncias que a interação acadêmica exige percorrer para a sua aprovação. Esse longo percurso de análise dos documentos e dos projetos a serem executados, nos setores responsáveis, acabam impactando no tempo, ou seja, no período do cronograma do projeto, quando muitas instituições parceiras, às vezes, esperam um longo tempo e outras, não toleram períodos de espera e acabam desistindo da interação.

Com o passar do tempo e com a chegada, digamos assim, da capacidade de pesquisa na universidade, essas interações começaram a ter que ser formalizadas de uma maneira mais sofisticada, mais complexa. Por quê? Porque se começou a ter muito mais transferência de recursos para a universidade, isso significa uma série de controles, não só sobre a qualidade do trabalho, mas sobre a sua execução; então, a partir dos anos 1980, isso começa a acontecer, e, a partir dos anos 1990, com as fundações de apoio, junto uma série de ações. Então, a gente tem uma formalização de regras dentro dessas interações bastante grande [...]. E o grande problema é que controle tem que existir, [...] o controle não pode ser tão intenso [...]. Acho que isso é muito importante, porque isso dá agilidade, e a agilidade é fundamental nos dias de hoje, em que o conhecimento é fluido e a competição de alguma maneira é global+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Nessa fala, se constata a preocupação que envolve a tramitação de um documento para a sua aprovação. Muitas vezes, a demora acaba impactando no projeto e sob o risco de perda da oportunidade como diz o professor. Nas outras interações, não são diferentes, pois o regramento existe e deve ser cumprido por exigências legais e institucionais para todos os tipos de interações.

%Os poucos, tudo foi se burocratizando e não tinha essas regras de prestação de serviço que tem agora. Eu acho que essa burocratização foi importante, nos deixou tranquilos, nós ficamos amparados e enquadrados. Por outro lado, trouxe maior burocracia, mais demora, mais cuidados com algumas coisas, gastos que se faz [...]+ (Prof. Ivaldo Gehlen).

%Os últimos estudos, foi mais problemático, demorou. [...] sempre tem uma burocracia grande tanto por parte da FASC quanto da UFRGS. Por se tratarem de órgãos públicos, tem toda uma série de procedimentos+ (Assistente Social da FASC, Marta Borba Silva).

Mesmo burocrático, fica evidente nas falas a aceitação sobre o regramento e onde o documento deve ser analisado na UFRGS. Na fala da entrevistada, um dos casos da pesquisa, a burocracia também se faz presente, sendo que esta a julga inerente por se tratar também de uma instituição pública. As condutas e as normas estão institucionalizadas nas organizações, assim se explica a prática de instituir normas como meio de legitimação de ações, estando presentes na cultura de todas as instituições. Por isso, pode-se inferir que carrega meios de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta para manter e garantir a ordem e poder nessas relações sociais, configurando-se uma obra coletiva, uma criação social, cultural e de acontecimentos presentes nas instituições.

%Eu acho que a criação do setor de interações foi fundamental, por quê? Porque, justamente, como a gente tem um sistema que é cheio de detalhes e que não está ainda totalmente informatizado, ter guias que nos permitam avançar nessa questão e ajudem as pessoas a entender o que é necessário fazer para que a interação avance com certa velocidade é fundamental. Então, eu acho que a lógica de um escritório de projetos central na universidade é importante, mas eu acho que têm que ter alguns escritórios em cada unidade [...]. A interação não só no sentido de tramitação, mas no sentido de oportunidades, o que está aparecendo em termos de fomento, oportunidades que poderiam ser formatadas como interações dentro da própria universidade+ (Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Eu acho essa parte burocrática muito cansativa [...]. Quanto à universidade, sempre facilitou muito, aqui a relação com o Gabinete do Reitor, não é porque estou falando contigo. Sempre foi de uma boa vontade de resolver os problemas [...]. É claro que a gente entende que a burocracia tem esse papel de regulamentar para que as coisas ocorram de forma correta, dentro da legalidade. Mas, por outro lado, a gente sabe que a burocracia, às vezes, serve para as coisas não irem adiante+(Aluna Juliana Vieira Costa).

Dentro do Programa (PAA), o horizonte que se tem é o Setor de Convênios. A cada passo que tem que ser dado técnico-administrativo da relação que existe dentro daquele processo físico, é uma consulta sempre, seja uma questão legal, seja financeira, seja administrativa, seja referendo do conselho universitário, ele sempre anda a par do convênio. [...] Um setor que tem um acúmulo muito incrível. A palavra que define a relação com o setor é fluidez+(Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

É importante evidenciar nas falas dos entrevistados a relevância de um setor que trata das interações, enquanto um setor estratégico, e o posicionamento deste na gestão das interações acadêmicas, assim como outros setores no cumprimento de suas funções, embora o excesso de regramento e de trabalho, que sempre se faz presente na UFRGS. Há um volume muito grande de interações e um atendimento personalizado para cada projeto se torna difícil, pois os setores da administração central não se dedicam somente à matéria das interações acadêmicas, tendo todas as outras ações atribuídas às questões administrativas da universidade.

Então, eu acho que a questão burocrática poderia ser facilitada. Quanta coisa que tivestes que nos ensinar, tu que tens que nos ensinar, e tu ensinou o outro, e tu passa o tempo todo fazendo isso [...], são processos complexos, por exemplo, nesse projeto tu envolve extensão, pesquisa [...], as interações são muito complexas, a quantidade de documentos que exige em cada ação, cada projeto tem um modelo pra seguir, tem características diferentes [...]. Então, se não dá para ter um manual físico, que tenha um manual online para que o professor possa. Então, como fazer+(Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Nesse sentido, é constatada nas falas grande preocupação com o regramento interno da UFRGS, que surge a partir da legislação e das questões de aprovação do documento em tempo hábil, podendo impactar a pesquisa sob o risco da perda do projeto em função da demora. Emerge a necessidade de se ter um manual impresso

ou eletrônico, capaz de orientar os procedimentos. Isso dá ênfase à memória institucional, que deve ser registrada e arquivada e que também serve para novos servidores, ou seja, para continuidade da história da UFRGS.

Esse ambiente de regras severas, por exemplo, faz com que as instituições tenham que explicar, por meio de sua comunicação, os significados de suas ações e comportamentos, pois a UFRGS se submete às auditorias dos órgãos de controle externo e, por isso, a legitimação das atividades, isto é, dos regimentos, registros e memórias funcionarem como um certificado de proteção (NASSAR, 2007, p. 2). Assim, ressalta Nassar (2007, p. 3), o registro e a utilização da memória das empresas, de seus empregados e gestores, sempre com o sentido de reconstruir valores e princípios. A importância da evocação da memória dos entrevistados permite ver a riqueza das relações sociais dentro e fora da UFRGS, evidenciando perante a sociedade a responsabilidade social.

Eu acho que a gente não tem cuidado com essa experiência, com essa memória, com essa organização [...]. A gente perde muito essa experiência acumulada. Eu acho que ficou na cabeça das pessoas que faziam [...]. Vão embora e aí vocês não tem o tempo, por exemplo, vocês como os funcionários mais qualificados, de terem tempo para fazer isso. Quando é que tu vais fazer um manual para explicar para os professores? Tu trabalhas com quinhentos processos (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Percebe-se, nessas falas, a importância da continuidade da memória coletiva da UFRGS, relacionada ao modo de condução das interações acadêmicas, que requerem transmissão escrita ou eletrônica como meio de repositório de memória. Nessa reflexão, ressalta Ricoeur (2007, p. 178), a história gravada faz uma relação entre o passado e o presente como forma de manutenção. A escrita é, então, um testemunho-escrito, deixando de ser um depósito da memória individual e coletiva para se tornar a memória social da UFRGS, isto é, um espaço para resguardar a memória coletiva, uma memória comum e de acesso prioritários a todos os professores e aqueles que necessitam formalizar seus projetos. Pensamento análogo destaca Le Goff (1996, p. 477), ressaltando a memória, buscando o passado para formar o presente e o futuro como forma de reutilização e socialização do conhecimento marcando a memória institucional da UFRGS.

5.3.1.1.3 Subcategoria: surgimento de um projeto

Procurou-se evidenciar nesta subcategoria como nascem os projetos, fato que chama a atenção, devido aos inúmeros casos que despontam na UFRGS.

% uma demanda que vem de fora. Às vezes, podem te oferecer. Há casos que você oferece, ou as pessoas oferecem, e você aceita, diferente da pesquisa, propriamente acadêmica em que normalmente a iniciativa é do pesquisador e vai buscando abrir portas. Às vezes, é provocada, alguém diz: nós precisamos de tal pesquisa e o pesquisador vai. [...] Eu participei de projetos no Paraná, no Rio Grande do Sul, via UFRGS, por demanda, inclusive do estado do Paraná, tive dois projetos, participei como consultor. De um assentamento onde a maioria era caboclo e a razão de me convidarem é por causa dos caboclos. E depois de uma avaliação de uma entidade que tinha caboclos na sua base social. Então, o tema caboclo, que veio lá da minha tese, começou a gerar uma certa curiosidade, uma preocupação social. [...] Aí uma pessoa da FASC me procurou dizendo que tinha uma informação do meu departamento, disseram que eu é que entendia dessa população perambula. [...] Em geral, é uma carta convite um edital [...]. Chega, a gente elabora o projeto, entrega para a instituição. Vem por parte de uma instituição, tipo a FASC. No caso, foram três universidades convidadas, mas só nós entregamos. [...] vem por parte de cooperativa. Vem de onde a gente menos espera+ (Prof. Ivaldo Gehlen).

%A universidade tem um histórico muito considerável de interações acadêmicas e tem o potencial muito grande também; não podemos dizer que a universidade já tem todas as interações acadêmicas possíveis, de maneira nenhuma [...]. Mas como a universidade é muito dinâmica, ela está sempre achando e criando novos espaços pra outras interações acadêmicas. O mundo também é muito dinâmico, as demandas que a sociedade tem variam, e tem sempre coisa nova aparecendo+ (Prof. Carlos Alexandre Netto).

Nesse contexto, é percebida a natureza de uma universidade, pautada no compromisso social. Passa a ser um compromisso de todos, com autonomia e iniciativa para realização de projetos e de programas idealizados pela própria universidade e também pela sociedade. Constata-se, nas narrativas e na atuação, que a UFRGS oportuniza reflexão diante da pluralidade de saberes do mundo e do convívio com este mundo, favorecendo a cultura prudente e de interesse público (SANTOS, 2004, p. 79), ou seja, a maneira como, na UFRGS, o saber científico se organiza e de que forma se realiza, na prática, para um novo paradigma do conhecimento.

Primeiro tem duas coisas, vou olhar primeiro pelo lado do pesquisador depois pelo lado da sociedade. [...] Aí vem a questão da motivação. Eu até tenho uma certa crítica hoje ao campo das Ciências Sociais, porque os pesquisadores jovens, pelo menos, não são despertados para desbravar novos campos. Eles acham que a sociedade já estaria na sua totalidade abrangida pelos estudos das Ciências Sociais. E não está! Porque vai ajudar a dar visibilidade através de informações e conhecimentos de populações que permanecem praticamente invisíveis como esses vendedores de praia [...]+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Percebe-se, nessa fala, que a sociedade ainda necessita de estudos de suas questões emergentes e de pessoas sensíveis e motivadas, capazes de perceber as deficiências, reafirmando relação com outros setores da sociedade para transformação focada nos interesses e nas necessidades da população. Para tanto, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos ressalta que não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas+(SANTOS, 2007a, p. 20). Nesse sentido, pode-se inferir que a UFRGS vem caminhando nessa busca de alternativas, pois a busca pelas interações acadêmicas ocorre por diversas formas, como colocado nas entrevistas, por iniciativa, por convite e, também, muitas para resolver um problema da sociedade ou para atender políticas públicas, isto é, os caminhos são diversos.

Nascem projetos da iniciativa individual dos pesquisadores, nascem projetos porque tem financiamento naquela área [...]. Acho que as interações hoje têm múltiplas maneiras de nascer, o importante é que cada uma delas a gente consiga identificar o que são as oportunidades+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Todas as interações acadêmicas acontecem por interesse recíproco [...], a sociedade, de forma organizada, através de instituições . que podem ser instituições públicas ou privadas, governos, empresas públicas ou empresas privadas . busca na universidade aquilo que só a universidade tem. Um conhecimento específico. Mas a parceria só acontece quando os dois lados entram num acordo+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

Assim, compreende-se a reflexão de Chauí (2008), de que a função da universidade é de se engajar e de estar politicamente posicionada às emergências da sociedade com projetos, valores, compromissos e causas, buscando diversos

estudos. Ideia afim ressalta Santos (2013), de que a universidade deve buscar um conhecimento transdisciplinar, que resulte num diálogo ou confronto com outros tipos de saberes. Essa ideia é percebida nas narrativas dos professores e é por isso que as interações acadêmicas passam a ser oficializadas na universidade.

Outras são visitas às empresas, outras a própria empresa vem procurar a gente, então não existe caminho único. São caminhos que acontecem e, às vezes, são editais, chamadas, onde várias universidades participam, alguns grupos grandes participam, como Microsoft [...]. Então, eles abrem e expõem, esse é o tema que nós estamos interessados a desenvolver, pesquisadores que queiram submeter vão ganhar uma verba para desenvolver esse assunto e pagar um estudante para trabalhar nesse assunto. [...] Os caminhos são bastante diversos [...] às vezes, são parcerias, as empresas podem captar um dinheiro da FINEP, por exemplo, mas esse dinheiro tem que ser para desenvolvimento de um produto e esse produto tem que ser com a universidade+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Os objetivos da pesquisa desenvolvida pelo cientista acadêmico, particularmente aqueles que atuam em pesquisa pura, está correlacionada com os avanços dos conhecimentos na área em que ele atua [...] em oposição, os laboratórios empresariais e seus cientistas estarão sempre correndo atrás de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos. Cada recurso aplicado deverá obrigatoriamente retornar em forma de lucros (VELHO, 1996, p. 61).

As falas simbolizam que a universidade também vivencia sinais de imposições e pressões buscando uma definição de melhor atuar, situações particulares das instituições que predominam o conhecimento e o saber científico, segundo Chauí (2008), o saber como força produtiva que determina a submissão do conhecimento e da técnica, que passam a ser determinados por urgências externas.

Sendo assim, a relação universidade/sociedade passa a ser incentivada e organizada como atividade institucional. Consta-se, pelos relatórios emitidos no Núcleo de Convênios, que as interações incorporaram-se à agenda da universidade+. Os recursos, muitas vezes, equipam laboratórios, financiam bolsas para alunos na formação profissional de iniciação científica, mestrado e doutorado. Assim, é importante lembrar as ideias de Velho (1996, p. 14): a ciência que até então se desenvolvia independente da tecnologia, começa a ter com ela uma estreita relação, transformando-se numa atividade cada vez mais importante [...] demandados pelo setor produtivo+.

%A nossa intenção aqui na FASC, quando a gente tem um projeto dessa monta é que a gente possa ter parcerias com universidades. Porque, hoje, existem muitos institutos de pesquisa e alguns não têm conhecimento, podem concorrer editais, mas não têm uma história, know-how. A gente fica com um pouco de medo que não seja a contento daquilo que se deseja. Para nós, enquanto políticas públicas, especificamente dentro da política da assistência, é fundamental que se mantenha estudos sobre o público atendido (pessoas em situação de rua)+(Assistente Social da FASC, Marta Borba Silva).

%E daí se começou a buscar a universidade, a gente fez contato com o MEC, através da Secretaria de Educação Básica, na época com a professora Maria Pilar nos encaminhou para universidade. [...] A parceria com a universidade foi essencial, tanto para viabilização quanto para questão técnica. A gente, quando começou a trabalhar com formação de professores, esse espaço e essa reflexão acadêmica que acontece e acontecia com a FACED, foi essencial. E a universidade tinha o trabalho do ponto de vista da docência. Então, essa talvez tenha sido a maior inteligência da criação do programa PAA. Ele começa a pegar vários níveis da administração e cria certa estabilidade+(Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA, Secretaria Municipal da Cultura).

%Tem sido discutido muito internamente aqui na nossa unidade, acho que está sendo discutido também em termos de UFRGS, em vários fóruns que eu consigo participar, que é essa lógica de que a gente tem que ter certa estratégia de pesquisa também. E até com o desenvolvimento mundial, porque têm agendas globais, que a gente fica falando, os objetivos de desenvolvimento sustentável, por exemplo [...] a universidade hoje tem um renome importante e muitos dos seus pesquisadores, muitos dos seus docentes têm renome também. Muitas vezes, a universidade é procurada por saberem que ela tem especialidade em algumas áreas. [...] projetos de balcão, que são aqueles que, de alguma maneira, nascem mais do pesquisador observando oportunidades de pesquisa+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Nas falas, aparece o desdobramento da inserção da universidade e seu papel, demonstrando suas ações pautadas na qualidade e em oportunidade de diálogo em condições de igualdade capazes de proporcionar meio estratégico no processo de desenvolvimento das cidades, do estado e do país e de abrangência internacional. Percebe-se, aí, a visão do mundo a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo de suas carreiras e no caso específico do professor, a experiência adquirida nos cargos que exerceu e exerce no âmbito da UFRGS, cujas ideais das falas se alinham com os princípios de (DIAS, 2012, p. 72), que ressalta:

É preciso que as universidades participem ativamente, assumam posições de liderança no processo de definição de projetos [...] em que o desenvolvimento da ciência sirva aos interesses de todos em todo o país, e não só de grupos estrategicamente situados em grandes centros urbanos.

Nas narrativas, são constatadas inúmeras formas relacionadas à origem dos projetos, desde implicações de verbas disponíveis, ainda por iniciativa do pesquisador ou do órgão financiador em desenvolver um projeto, exemplo nos três casos da pesquisa, que buscaram a UFRGS. A procura se dá pelo conhecimento de seus professores, convertendo-se na sustentação da competitividade e, por isso, o reconhecimento da universidade no cenário da relação universidade/sociedade.

As instâncias de governo têm demandas muito claras, objetivas, e que têm que ser atendidas em termos de modernização da gestão, capacitação de pessoas . uma coisa muito importante . , e inovação das cadeias produtivas. Então, essas demandas o Governo vai apresentar sempre pra universidade, porque é na universidade que eu posso ter as respostas+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

Porque a universidade sempre teve uma inserção muito forte na sociedade inclusive é função dela. Se tu olhares no passado, muitas unidades da universidade surgiram das necessidades, junto com as empresas. A química tinha muitos problemas na parte de tanino, tratamento de couro, na parte de preparar materiais, mecânicos. Então, tinha relacionamento, a Química, a Engenharia Química a Engenharia Mecânica, todo setor, a Metal Mecânico de Caxias do Sul e em torno de Porto Alegre+(Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Assim, fica claro nas narrativas, que não se verifica uma apropriação do conhecimento dos pesquisadores da UFRGS pelo setor empresarial, mas a preservação da pesquisa e do saber acadêmico da universidade independentemente de interesses econômicos, embora os escassos recursos contribuam para aproximação do setor empresarial. Nesse contexto mundial, a competitividade, a globalização, a abertura de mercado, assim como a evolução das tecnologias fazem com que as empresas e o mundo dependam das pesquisas científicas e, que, privilegiadamente, ocorrem dentro dos laboratórios das universidades, dos centros e dos institutos de pesquisa, isto é, dos produtores de conhecimento.

O cientista seria motivado pela paixão de saber, um interesse altruísta pelo benefício da humanidade, e jamais movido pela espera de recompensas financeiras ou materiais [...] A glória é o reconhecimento do seu trabalho e de sua dedicação à ciência (VELHO, 1996, p. 25).

...] foi um marco de referência [...]. Não existia nenhuma pesquisa desta natureza no Brasil, com população em situação de rua, nem com crianças e adolescente e nem de adultos. Nós tivemos que produzir praticamente tudo do zero, os instrumentos, a metodologia, como encontrá-los, como abordá-los, os questionários como analisar os dados. [...] Era um estudo bastante emergencial. Foi um censo que eu chamo de controle. [...] garantir um dado fiel uma abordagem da maior parte desta população e identificá-la. Nunca tivemos dificuldade. Como do ponto de vista dos professores escolhemos quem queríamos para equipe, a gente escolheu os professores e nenhum se recusou. E a maioria por compromisso, diria político, do ponto de vista de que precisa estudar esta população porque tem direitos que ainda não são reconhecidos e valorizados+ (Prof. Ivaldo Gehlen).

É percebida, nas falas, uma ecologia de saberes, pautando a relação universidade/sociedade, pois as ações praticadas convergem para transformação epistemológica nos eixos ensino, pesquisa, extensão da universidade. Observa-se um aperfeiçoamento da pesquisa-ação, voltada à sociedade, abrindo campos de ação institucional, pois, segundo Santos (2004), a ecologia de saberes promove os diálogos entre os saberes científicos e os saberes leigos. Ainda, a interdisciplinaridade necessária à pesquisa, isto é, a integração entre saberes diversos, e, ao mesmo tempo, indissociáveis, conforme aponta Santos (2004).

5.3.1.1.4 Subcategoria: memória institucional e entrelaçamento das memórias

Nesta seção, será abordada a memória institucional, quando teóricos tentam buscar sua definição por meio da preservação da memória e da identidade a partir do avanço das tecnologias e diversos suportes. Assim, instituições passam a acumular documentos, informações e dados na tentativa de conservar sua memória. Pautado pelo entrelaçamento dessas memórias, evidenciam-se as memórias coletiva e individual e, por fim, a memória social.

Trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes [...] e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição (FONTANELLI apud RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 82).

Halbwachs (1990, p. 187) ressalta que o sujeito não lembra completamente dos fatos, exceto com a condição de se colocar em ação todos os recursos da memória

coletiva+, levando-se em conta que as instituições compõem os meios sociais e políticos da sociedade, desempenhando papel fundamental na constituição da memória social, forjando a identidade a partir da preservação da memória institucional.

%A concepção do programa foi realizada em uma ação conjunta entre a Secretaria da Cultura e a Secretaria de Educação. Na Secretaria da Cultura, meu lugar de fala é a coordenação de cinema, vídeo, fotografia, um espaço institucional que sempre teve um compromisso com ações educativas. [...] Foi, na verdade, tentar alinhar esses trabalhos que estavam um pouco pulverizados na Secretaria de Educação. Tinha o desejo na Secretaria de Cultura, tinha o trabalho há mais tempo, porque tinha os meios, as salas, enfim+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

Os interesses e as expressões da narrativa reproduzem a própria instituição, sua atuação e compromisso social solidificados na memória e identidade social do projeto, conforme teoria de Pollak (1992), revista através da História Oral da entrevistada, campo fértil da memória individual. A narrativa da História Oral, evocada da memória do grupo, contida nos quadros sociais da memória de Halbwachs (1990), nascem da sociedade. Assim, nasce dos locais de trabalho e exteriorizam as reflexões, as experiências coletivas, que dão o suporte às lembranças do grupo das secretarias.

Nesse contexto, na UFRGS, não é diferente: os diversos sistemas existentes na instituição para registros gerais, inúmeros tipos de processos administrativos, sistema de matrículas, sistemas de ensino, pesquisa e extensão, sistemas de registros das interações, etc., demonstram a memória.

Assim ocorre a interação universidade/sociedade, prática executada na UFRGS, que complementa a estruturação da memória institucional da UFRGS, ou seja, uma prática institucional que vem, desde o início da universidade, evocada na própria História Oral dos entrevistados, forjada a partir de ideias, rotinas, hábitos, normas, experiências, legitimados pelos grupos docentes, funcionários e discentes.

%Está acontecendo agora na UFRGS, por exemplo, me disseram que tem muitos que estão se aposentando, então quem entrar, muitos não vão ser treinados. Os novos não vão ter os conhecimentos dos antigos. Tem um autor inglês que faz pesquisas com histórias de vida, e aí ele fez uma pesquisa sobre as enfermeiras, e ele disse que, na Inglaterra, teve um

problema sério, que foi tipo assim, uma aposentadoria antecipada, uma situação política dessas [...] (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

A partir da fala e de suas lembranças, ativada pela memória institucional sobre o caso das enfermeiras, a entrevistada lembrou-se de situação similar à UFRGS, quando seus servidores se aposentam e acabam carregando suas memórias, experiências e conhecimentos adquiridos e incorporados ao longo do tempo. Os novos que chegam para o trabalho e que trazem, também, outros saberes, necessitam adequarem-se às normas da UFRGS, através das experiências dos servidores antigos.

Por isso a importância do registro das rotinas e técnicas, pois, como a própria fala da professora traduz, há casos, ocorrências atípicas, como a aposentadoria antecipada, e, por isso, a UFRGS deve aparelhar-se para esse enfrentamento. O modo de evocar algum evento registrado na mente ou no histórico da instituição é o que Ricouer (2007) e Costa (1997) supõem como um esforço contra o esquecimento, isto é, não consentir que situações inconvenientes ocorram novamente. Diz Costa (1992) que essa memória é um processo em construção, fazendo parte todos aqueles que passam ou estão desenvolvendo suas aptidões na rotina da instituição.

ela, só vai se ajustando conforme vai tendo o tempo da própria sociedade, porque isso também é uma coisa importante. A gente não pode pensar que a relação entre universidade e sociedade é uma coisa estanque, assim, sabe? Ela acontece dentro desse quadradinho. Não, ela acontece de acordo com a sociedade. A universidade se move em relação à sociedade. E se ela não se mover com esse movimento da sociedade, ela não é uma universidade necessária para a sociedade+ (Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

Assim, a memória vem sendo construída continuamente, segundo Pollak (1992, p. 204), *em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente+*. Inúmeros eventos atingem a constituição da memória da instituição, que dialoga com a sociedade e o indivíduo no seu ambiente social. Por isso, preceitua Costa (1992, p. 32) que a *Memória Institucional é um conceito a ser definido na dinâmica do conhecimento e de acordo com a experiência adquirida no tempo+*. Enraíza-se na pluralidade de identidades, construída por diferentes grupos sociais e em diferentes momentos históricos, neste caso, a UFRGS e a sociedade.

Evidencia-se isso, nas narrativas das entrevistadas, referentes aos casos estudados, que integram agentes externos e a UFRGS, com seus atores sociais: professores, alunos, profissionais do cinema citados, gestores, a FASC, as secretarias, assim como na fala da professora acima, quando a UFRGS se move, juntamente com a sociedade, logo sofre influência, concluindo-se, portanto, que existe aí um grupo social de pertencimento à sociedade que se molda.

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. [...] também constituem legados/memórias (COSTA, 1997, p. 4).

Que os profissionais que lá estejam consigam olhar como está isto, que o gestor possa ter essa noção. Porque a gente tem troca de gestões de quatro em quatro anos. Para nós, é fundamental se pudéssemos repetir isto de dois em dois anos, de três em três, seria importantíssimo. Para a sociedade, é um ganho. Sempre que a gente consegue fazer um estudo desses, é um ganho. Porque ele vai aperfeiçoar os serviços, vai passar para sociedade, como um todo, a leitura de como está a cidade+ (Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

Memória e modernidade possuem raízes sociais e culturais comuns, surgem de um mundo em transformação profunda e que provoca redução de valores tradicionais e gera descontinuidades recorrentes, que oferece instrumentos técnicos cada vez mais sofisticados na exteriorização da capacidade humana de recordar (TEDESCO, 2014, p. 62).

Então, se identifica, na fala, a luta para compartilhar conhecimento, processo que implicará no futuro da organização. Assim, diz Costa (1997, p. 51) que o esforço organizacional exige um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente [...] e que esse conjunto pode ser entendido como Memória Organizacional+. Para Tedesco (2014), a memória não deve ser só um conjunto de dados, mas multiplicidade de funções e filtragens, servindo de suporte às emergências de hoje num ambiente institucional.

Procuram a universidade porque eles sabem que aqui eles vão encontrar a resposta. Ou seja, se alguém pode oferecer uma abordagem científica, metodológica, pra resolver um problema concreto numa determinada área, essa pessoa está na universidade. Ponto. Isso é assim. Por que a UFRGS tem tantas interações? Primeiro, porque a UFRGS tem uma respeitabilidade, existe uma imagem muito positiva da universidade na sociedade, pela sua qualidade, pela qualidade dos profissionais que ela forma, e pelos exemplos de sucesso de interações. Então são exemplos

conhecidos. Se eu tenho um problema, quero resolver, então vou tentar ver se aqui na UFRGS as pessoas têm como contribuir+ (Prof. Carlos Alexandre Netto).

O entrevistado coloca o resgate da memória quando remonta o passado da UFRGS e para explicar sua importância na sociedade, sua missão e papel, além de evidenciar, como testemunha, o seu desenvolvimento e desmembramento dando origem às outras instituições; perpetuando-se, assim, no tempo e no espaço, condição de sucesso numa instituição.

%A relação com a universidade é de fundamental importância. Agora estou com uma atribuição, saí da direção em março. Estou com a designação de tentar implementar um núcleo de educação permanente aqui dentro, um dos objetivos é manter permanentemente a relação com as universidades. A gente já está com representação designada da UFRGS, para fazer parte desse projeto por meio da Faculdade de Serviço Social. E isso, eu acredito muito nisso, nesta troca no trabalho em conjunto, são saberes que tem que se aproximar+ (Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

O depoimento demonstra a importância da interação acadêmica firmada de longa data com a UFRGS. Mostra o interesse da instituição parceria na continuidade das pesquisas da UFRGS, quando se vislumbram os bons resultados ao longo dos trabalhos realizados (um dos casos da pesquisa relatados, que teve recorrência). Se constata o relacionamento fundante entre ambas as instituições, uma vez que a UFRGS já está com a representação designada, junto à instituição parceira.

Esse sucesso favorece, em especial, as pessoas em situação de rua, objeto do estudo, adolescentes e crianças, jovens e adultos, indígenas, quilombolas e descendentes afros, isto é, os atores sociais, que fizeram parte da pesquisa naquela ocasião e que, novamente, terão novas oportunidades de serem ouvidos e, com atenção de outras áreas da UFRGS. Além disso, estar trabalhando com a UFRGS, instituição reconhecida internacionalmente dando valor e credibilidade às pesquisas.

%Esses estudos que fizemos, esses projetos de pesquisa empírica, eles possibilitaram uma interação muito maior que uma pesquisa acadêmica. Porque juntamos dados quantitativos que normalmente o antropólogo não faz. [...] A Antropologia faz etnografia, etnográfico e a quantidade não é o principal. A demonstração, a explicação não se dá pelo quantitativo, mais pelo qualitativo. Quantas mulheres, quantas crianças, quantos homens, quantos idosos? Qual o grau de instrução desta população, o que faz,

como ocupa o tempo livre? Que conceito tem? [...] Quantos pensam diferente... Isto é o estudo quantitativo que a gente tem feito, em relação à população de rua, para ficarmos nestes quatro universos sociais+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Uma coisa que acho importante neste projeto PAA, que é uma coisa que estou falando na minha dissertação também, é a questão da continuidade, porque ele só é possível por ser uma ação de extensão da universidade, porque proporciona essa continuidade no projeto que é importante, não só pra uma rede de professores da Escola Básica, como pra uma rede de professores do Ensino Superior da UFRGS e de alunos que ficam em torno deste programa+(Aluna Juliana Vieira Costa).

Igualmente ocorre com o Programa de Alfabetização Audiovisual (PAA): a parceria com a Secretaria da Cultura, a mais expressiva, dando bons resultados, agregando os alunos das escolas, muitas deles de escolas pobres da periferia, professores treinados na técnica da educação audiovisual, envolvendo profissionais de renome do cinema, enfim, cujas ações não seriam possíveis sem a participação da FAGED/UFRGS, com seus métodos pedagógicos e demais orientações. Já com a participação do CECANE, também um dos casos do estudo, nota-se grande envolvimento com a sociedade sob a forma de assessoria e cursos para alimentação do escolar aos municípios, nutricionistas, pais, alunos, escolas, agentes da agricultura familiar, conselho de alimentação, etc., envolvendo toda a comunidade.

Porque o FNDE já sabia da necessidade. Então a falta de profissionais, como nutricionistas, então a formação dos conselhos de alimentação escolar que é um diferencial para a compra da alimentação, para a qualidade do alimento. [...] Conselho da Alimentação Escolar (CAE), controle social do programa. Então, isso também é um dos papéis do CECANE, no sentido de formação, de esclarecimento dessas dúvidas para que haja um bom funcionamento. Na verdade, todos esses atores são importantes+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Há uma credibilidade da UFRGS lá fora, sem dúvida nenhuma+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Você sabe que acontece, às vezes, a gente vai a alguns locais que as pessoas dizem eu não to acreditando que a universidade está aquiq [...] A UFRGS, ela fica sendo uma referência nessa parte de alimentação escolar, porque ela sedia o Centro Colaborador+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Nesse contexto, se verifica que é de fundamental importância o envolvimento da UFRGS nas articulações dos projetos diretamente com as comunidades e entidades parceiras, atuando continuamente no equilíbrio, por exemplo, nos três casos pesquisados, no controle do programa PAA, na pesquisa com a FASC e na gestão do projeto CECANE, quando o FNDE elege a UFRGS como uma das parceiras. Esses projetos acontecem permanentemente na UFRGS, com diversas edições proporcionadas pelas interações acadêmicas da UFRGS. Isso lembra as ideias de Costa (1997, p. 5), de que as instituições buscam o equilíbrio dando poder de legitimação e continuidade à sua história, validando ideologias e regras na sua função social. Nos casos estudados, se percebem em ambas as instituições crenças de valores agregados, legitimação, traços essenciais de projetos de memória institucional, além do compromisso das equipes com a sociedade.

%A gente não queria entrar pela complexidade e pelo momento. O que nos levou a entrar, nós, fizemos várias reuniões com toda a equipe, que estávamos construindo, todos aceitaram por razões de compromisso social, nosso compromisso com essa sociedade. Então, nós achamos que não fazer, o prejuízo poderia ser grave para essa população. Que era esse nosso foco. Por isso nós decidimos, negociamos alguns apoios, claro a direção deu todo apoio, a direção se prontificou e nosso departamento também+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Os fatos narrados da História Oral e as lembranças que emergiram na memória institucional dos agentes implicados com as interações acadêmicas deixam claro o engajamento institucional da equipe. Emergem os acontecimentos vividos pessoalmente, teoria sustentada por Pollak (1992), versando sobre os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva; atribuindo, em primeiro, aos acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo, os acontecimentos vividos %por tabela+, isto é, vividos pelo grupo ou pela coletividade.

É observado, na fala acima, quando a narrativa é de um acontecimento vivenciado pessoalmente pelo professor coordenador do projeto relacionado ao aceite da pesquisa, que, depois de inúmeras reuniões com o grupo, optou pela realização, mediante apoio da instituição. Dessa forma, pode-se remeter ao que Halbwachs (1990) denominou como comunidade afetiva, dada a adesão ao grupo. Percebe-se o sentimento de pertencimento daqueles grupos da equipe e dos pesquisados, expressando o compromisso em assumir a pesquisa, pois já havia

reedições do estudo sobre as pessoas em situação de rua e também a expectativa das pessoas em ser objeto do estudo.

Emerge, nos relatos, outro elemento constitutivo da memória, que são os lugares, particularmente ligados a uma lembrança, no caso, as narrativas sobre os locais de trabalho, no departamento, nos locais de reuniões, além daqueles lugares no campo das pesquisas dos casos estudados, que marcaram fortemente o grupo, isto é, a rua, os municípios, as escolas da periferia, as salas de cinema.

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. [...] A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada (POLLAK, 1992, p. 203-204).

Outro elemento trazido por Pollak (1992) é a *“organização”*, que ocorre no sentido individual e, em função dos interesses pessoais e de momento, demonstra que a memória é um fenômeno construído. Halbwachs (1990) também ressalta que a reconstrução do passado se faz a partir de interesses do presente. Nesse caso, a motivação dos agentes entrevistados, com suas narrativas e experiências vividas nos seus trabalhos e em fazer parte do presente estudo.

É percebido pequeno conflito da equipe, em executar ou não a pesquisa, lembrando os ensinamentos de Costa (1997) de que:

É da natureza das instituições conviverem com o conflito que se estabelece em todo o corpo social. Não se trata de conflitos interindividuais, mas também interinstitucionais. [...] São as relações de forças que definem os papéis institucionais (COSTA, 1997, p. 96).

“Alguns anos, fiz uma pesquisa aparentemente foi única no Brasil sobre vendedores de praia, perambuladores praianos. Teve artigos publicados e em livros nossos. Eu fui para o norte de Minas Gerais em função desses vendedores de roupa na praia em Araçuaí, MG, perto de Montes Claros, naquela região. [...] Vale de Jequitinhonha, todo mundo diz que é a região mais pobre do Brasil. Mas quem são esses pobres do Brasil, que vivem lá? O que eles fazem? Como vivem? Qual a identidade sociocultural deles? A gente vê que alguns deles são índios, e tu pede a identidade sociocultural, eles dizem: eu não sei. [...] A gente olha e vê que são indígenas. Eles não se autoconhecem, se não autoconhecem não fazem reivindicações pra si. [...] vai ajudar dar visibilidade através de informações e conhecimentos de populações que permanecem

praticamente invisíveis como esses vendedores de praia+ (Prof. Ivaldo Gehlen).

No grupo, é constatado o enquadramento da memória, que leva os grupos a consolidarem o social, segundo Pollak (1992), fenômeno da constituição da memória, quando é capaz de efetuar um trabalho de manutenção, de unidade e de continuidade. Assim, se apresenta a narrativa do professor, o estudo realizado sobre os vendedores de praia, ator social, até então desconhecido e invisível à sociedade. A memória que emerge sobre o caso dos perambulos praianos faz com que ocorra o enquadramento da memória, isto é, ele faz uma análise da história social da história.

Gondar (2008) afirma que a escrita favoreceu a transformação da memória coletiva. Diz que não há uma definição exata da memória social, e que a memória é polissêmica. Do mesmo modo, para as memórias individual e coletiva, que emerge nas falas, têm-se um composto de memórias e, assim, a necessidade de se discutir a memória de forma conjunta. Revela-se a memória social que aflora nos casos estudados e nas falas dos entrevistados, isto é, a memória social do grupo como ponto fundamental de sobrevivência e coesão para sua continuidade (POLLACK, 1992). Os grupos criam legados de memórias a partir da sua memória individual, baseados em memória coletiva, ou seja, através de práticas, rotinas fixando e reproduzindo, dessa forma, o comportamento das sociedades. Nesse entrelaçamento, a partir dos relatos dos projetos das interações acadêmicas, procura-se construir a memória social, quando se pretende conceituar e descrever como esta foi concebida.

Eu entrei em 2012, esse convênio já existia. Mas no programa eu trabalhei com a memória do programa (PAA). Ele estava realmente começando a ter o tamanho que ele tem hoje. Estava na fase de migração, de ser só um festival que levava mil e quinhentas crianças ao cinema, o que já era bem legal, para se tornar um programa como ele é hoje, com a extensão que ele tem hoje. Então, eu trabalhei muito nesta memória do projeto, escrevi vários textos, então eu tenho um pouco essa memória, do que foi bem esse início. [...] Sétima do programa e nona do festival. [...] eu trabalhava em todas as frentes, desde a articulação com a UFRGS, até as produções dos eventos. Eu fiz a produção do festival escolar, que é ação anual que ocorre todo ano, este último trouxe quase dez mil crianças+(Aluna Juliana Vieira Costa).

São percebidas, nessa fala, inúmeras ações no projeto, como também relações sociais e de poder emanado pelo grupo coeso, podendo ser combinado o que deve

ser lembrado ou esquecido. O grupo funciona como o apoio social que relaciona a memória individual com a memória coletiva e, por isso, os relatórios, isto é, a construção da memória do projeto. A aluna evoca o passado do programa PAA, mas se vale das lembranças de outros para explicar os acontecimentos do presente.

O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente [e de pessoas] [...] para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras (HALBWACHS, 1990, p. 72).

A entrevistada resgata, da sua memória, lembranças e acontecimentos do grupo, isto é, registrando a memória coletiva do grupo, quando a reconstrói por meio dos relatórios, evidenciando a dimensão do programa (PAA), configurando, assim, a memória social do programa a partir dos relatos, escritas, lembranças e vivências constituídas no interior do grupo. Para Halbwachs (1990), as ideias, as reflexões e os sentimentos, que atribuímos a nós são, na realidade, propostos pelo grupo. A memória coletiva utiliza-se da memória individual, quando expressada a extensão do programa e, por isso, seu pertencimento aquele grupo.

Nós trabalhamos muito mais com dados quantitativos, por isso somos muito requisitados para esse tipo de estudo, as prefeituras precisam também. [...] em 2007, os universos sociais, trouxemos para o convívio deles, dentro da universidade que era muito pequeno. Salvo alguns professores, estudantes na área de Psicologia, tinham algumas atividades mais antigas, não existia o curso de Assistência Social aqui na UFRGS. Pela assistência social, a gente não tinha acesso a estes universos. A população de rua, a partir de 2007, nós incorporamos nos processos de pesquisa+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Na narrativa do entrevistado, é visível a importância de se traçar a abordagem da pesquisa, principalmente quando encomendada por uma instituição, e que resultará em uma política pública, no caso específico da FASC, que tinha que mostrar o censo sobre as pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Assim, construiu-se a memória daquele período e dos universos das pesquisas realizadas, pois, conforme relato do caso, a pesquisa teve início em 2004, abrangendo todos os atores sociais vulneráveis, pois não existiam pesquisas dessa natureza, isto é, realizar o censo das pessoas em situação de rua englobando índios, quilombolas, descendentes afros, crianças, adolescentes e jovens e adultos.

Percebe-se aí a continuidade das ações, marcando as lembranças e os testemunhos contra o esquecimento dessas pessoas vulneráveis que vivem em nossa sociedade. Para Pollak (1989), as gerações mais novas aprendem suas origens e história, confiando à memória a preservação do sentimento de pertencimento do grupo para que este se mantenha coeso.

Na fala, emerge a memória social de Halbwachs (1990). Evidencia-se a memória individual, ocorrendo a partir da memória coletiva, suas lembranças formadas no centro de um grupo com sentimentos, ideias e pensamentos atribuídos a cada uma das pessoas, influenciando sua memória individual. Então, pode-se inferir que ela foi concebida a partir de várias memórias coletivas. A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente (HALBWACHS, 1990, p. 13-14).

Halbwachs (1990) ressalta a questão da memória coletiva, a partir dos quadros sociais, servem de pontos de referência nesta reconstrução da memória, construída através dos contatos das interações das pessoas com os ambientes coletivos. Assim, necessitamos dos testemunhos dos outros para ativar em nós, a nossa própria memória.

Eu podia acrescentar que lembrei agora. No programa (PAA), a gente conversava muito sobre uma questão sobre a horizontalidade e a verticalidade. Ao mesmo tempo em que o programa quer ter uma extensão, uma abrangência de alcance é importante que tenha ações de profundidade, se não fica difícil de aprofundar algumas coisas. É uma preocupação do programa, fazendo um paralelo com a academia, a extensão, ela tem essa característica de horizontalizar, e quando horizontaliza, a coisa vai, escapa, perde do horizonte. Aquilo saiu daqui está replicando lá de outra forma e tu nem alcança e nem sabe o que está acontecendo+(Aluna Juliana Vieira Costa).

Vislumbra-se, na fala, a volta de uma combinação de influências que é ativada nas memórias, isto é, que a aluna sofre, lembrando-se das conversas do grupo sobre a horizontalidade do programa, quando perguntada a ela se gostaria de acrescentar algo. Dessa forma, se verifica que a cada memória individual acaba, nessa perspectiva, ocorrendo sobre a memória coletiva, e esse significado muda de acordo com o lugar que ali ocupa, e esse mesmo meio se modifica a partir das relações que faz com outros lugares (HALBWACHS, 1990). Ricouer (2007) e Pollak

(1992) ressaltam que o esquecimento é algo natural e, em razão disso, Halbwachs (1990) sugere que, enquanto sujeitos, a recuperação da memória apresenta falhas e que precisamos de apoio coletivo para que as memórias não sejam esquecidas.

Essas dez mil crianças que vão ao cinema é lindo, maravilhoso, mas elas vêm ao cinema uma vez e tem uma experiência única e vão para casa embasbacadas e muitas vezes termina ali a experiência para elas. Mas esses agentes estudantes da universidade que vão levar para suas vidas e multiplicar isto, os professores que vão replicar essas experiências em outras turmas. Os profissionais de cinema que vão desdobrar suas atividades, seja na crítica, na pesquisa, no cinema e em atividades educativas também, isso torna o Projeto longo+ (Aluna Juliana Vieira Costa).

Então eles começam a se fazer muitas perguntas com sentido, eles começam a tentar: Como é que eu vou fazer de conta que a gente está num navio se a gente não vai estar num navio? [...]. Como é que a gente faz um navio aqui? O que é que vai dar para as pessoas a ideia de que o navio está em movimento? Essas coisas eles começam a pensar, a criar, a imaginar. As oficinas são um trabalho muito bonito com as crianças, e também se faz com os pequeninos e com os grandes+ (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Nesse sentido, cabe evocar Pollack (1992), dizendo que a pessoa participa na composição das recordações do grupo do qual faz parte, assim como também manifesta as suas lembranças, sendo capaz de construir e de se conectar às memórias do grupo, caracterizando um fenômeno da memória individual, mas que pertence a um indivíduo social. Para Halbwachs (1990), as lembranças possuem conteúdos do coletivo do grupo, mas também se encontram apoiadas no quadro social em que elas trabalham.

Agora, eu participei semana passada de uma coisa que se chama Prêmio CAPES de Tese. Esse prêmio eu acho que já existe há uns 5, 6 anos e então há 5, 6 anos. Comissões aqui da nossa pós-graduação se reúnem para escolher a melhor tese do ano, e ela vai ser mandada para a CAPES e todos os programas vão mandar até sair o prêmio+ (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Então, na verdade, uniram-se essas necessidades, mas a principal era gerida pelo FNDE, mas tinha toda essa contribuição e propostas também que vários dos produtos, eles eram propostos pela equipe de professores da UFRGS. A gente tinha uma proposta que era essencial, necessária,

pele FNDE, e era complementada por algumas ações que os professores, da época, julgavam como importantes+(Prof. Vanuska Lima da Silva).

Ressalta-se, nessa análise, a contribuição de Halbwachs (1990), que diz que memória é um procedimento de reconstrução do passado na consciência. Esse processo ocorre também dentro de eventos coletivos, quando os sujeitos guardam dados individuais, isto é, as lembranças vão ser pertinentes àquela pessoa em particular, pois é ela que vai lembrar. Ocorre o fenômeno individual de memória, que, segundo Gondar (2008), é um acontecimento de resgate do passado pela pessoa. Esse fenômeno individual de resgate é verificado nas sequências das falas anteriores, quando os entrevistados apresentam os conteúdos da memória retidos, a manutenção desses conteúdos e o reconhecimento deles . lembranças . sob a forma de narrativa.

Eu estou há vinte e cinco anos na UFRGS, entrei em noventa e dois. Antes disso, estive dez anos em uma universidade do interior, a UNIJUÍ, que tinha também um forte vínculo com a sociedade regional. Eu tive muitas atividades lá, ligadas à sociedade, fora da universidade. [...] Cópia da constituição de uma universidade francesa que tem o tripé, pesquisa, extensão e ensino na mesma instituição, é diferente do modelo anglo-saxônico ou americano que não necessariamente precisam ter estas mesmas funções de uma forma relativamente equilibrada+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Internacionalmente também, eu sempre batalhei neste sentido de levar a nossa universidade, nossa instituição, grupo de pesquisa para níveis de qualidade internacional. E a única maneira de fazer isso aí, é, exatamente, cooperando com os grupos lá fora. [...] Ele não veio aqui para fazer palestras, isto que é integração saudável. Integração de igual para igual. Claro que, no início, tem que ser assim, [...]. Então, ele vem aqui, vai trabalhar com dois ou três alunos meus. Para interagir na pesquisa, pra ajudar e para terminar alguns artigos+(Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

As memórias dos professores sugerem a aproximação, a reconstrução do grupo, isto é, o professor vindo do interior para a UFRGS, no momento da reforma universitária; a professora, recém egressa na UFRGS, e o professor na cooperação com os grupos de pesquisadores internacionais. Tudo isso evidencia a reconstrução do seu *eu*+, fixando seu lugar social pelo apoio afetivo do grupo, configurando, assim, de *comunidade afetiva*+, segundo destaca Pollak (1989). Desse modo,

revela-se que mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida+(POLLAK, 1989, p. 14).

Nesse contexto social . memória social . narrado pelos professores de que o grupo possui coesão interna, característica da memória coletiva, além da continuidade, ressaltada por Pollak (1989). Existe uma memória na sua preservação, evidenciando que ocorre a junção entre os membros do grupo a favor do coletivo e do interesse individual, isto é, todos eles são sujeitos sociais.

A memória individual e coletiva se complementa. Para tanto, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva+(HALBWACHS, 1990, p.51). Dessa forma, pode ser assimilada a memória coletiva a partir dos conhecimentos individuais do grupo, que se fecham num social.

A partir das diferentes falas e nas relações que emergiram nos casos relatados, foi possível constatar a importância do uso de tais teorias para análise das memórias reconstrutora da relação universidade/sociedade. Suas diretrizes e seus desdobramentos comprovam a importância da memória institucional que se evidencia nos setores envolvidos e de como esses projetos surgem na UFRGS. As evidências dos entrelaçamentos das memórias individual, coletiva e social marcam a dinâmica que nasce das interações acadêmicas praticadas na universidade e, por isso, com o estudo, foi possível perceber a abrangência social que estas representam à sociedade.

5.3.1.2 Categoria: Educação Superior

O Ensino Superior no Brasil passou por diversas mudanças. Nos anos 60, sua base era essencialmente a transmissão do conhecimento. Com a Reforma Universitária, as instituições de Ensino Superior passam a ter como objetivo a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável. Assim, nesta categoria, será abordado também esse tripé da Formação Superior, de forma conjunta, mais precisamente na UFRGS, elegendo-se narrativas dos entrevistados e como estas se apresentam.

Speller, Robl e Meneghel (2012) ressaltam o compromisso social e de inovação da Educação Superior no desenvolvimento de diferentes áreas na ideia de responder às necessidades locais e regionais, assim como na formação de professores, promovendo uma educação de qualidade para todos. Esse

entendimento é percebido na UFRGS, sobretudo, no relato dos casos, em especial, no programa PAA, idealizado essencialmente para ação continuada, nos diversos níveis da educação escolar, inclusive para pessoas portadoras de necessidades especiais e, também, para jovens adultos. O programa PAA abrange cursos, oficinas, publicação de livros, seminários, reuniões, assessorias, enfim, trocas de saberes diversos com profissionais renomados na formação de professores e alunos.

%O programa PAA nunca foi limitado. Sempre foi aberto; primeiro, para rede municipal, só depois se fez parceria com o Estado. Mas para os professores que estão em sala de aula e quiser participar das formações, dos festivais, das mostras, das atividades do programa, ele vem. Se é professor de adulto, professor de estudante de necessidades especiais, se é professor de Educação Infantil, ele vai atender sem restrição. Ele vai atender+(Aluna Juliana Vieira Costa).

%A parceria com a universidade foi essencial, tanto para viabilização quanto para questão técnica. Acho que esse compromisso com a pesquisa e a reflexão que, no serviço público, às vezes, tem menos peso e espaço. Pensar em um projeto com leitura e reflexão nem sempre é da prática do serviço público municipal+(Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

%Há uma demanda imensa agora no grupo novo de formação de professores, o FORPROF, municípios demandando formação para área de creches, para área de pré-escola, para várias coisas, e eles estão vindo na universidade para buscar+(Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Nas narrativas, pode ser observada a posição da universidade no cenário do Ensino Superior, estruturada para atender às demandas da sociedade, nos diferentes saberes, assim como ocorreu nos casos da pesquisa sobre as pessoas em situação de rua e no projeto CECANE sobre o atendimento à alimentação do escolar, demonstrando a importância do preparo de uma instituição como a UFRGS para dar respostas imediatas à comunidade, cumprindo sua efetiva responsabilidade.

%As universidades já têm toda uma história, têm trajetória, professores, graduação para isso. [...] Que os profissionais que lá estejam consigam olhar como está isto, que o gestor possa ter essa noção. Porque a gente tem troca de gestões de quatro em quatro anos. Por vezes, vêm pessoas

que não têm a mínima clareza daquilo que estão fazendo, a gestão. Então, os estudos são fundamentais para isso. [...] Os nossos livros em parceria com a universidade têm sido muito procurados, eles esgotam, as tiragens se esgotam. E isto é objeto de estudo também tanto para nós como para os alunos, também da universidade ter acesso a estes estudos que são fundamentais+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

%O FNDE tem como meta de ampliar esse projeto CECANE, para outros estados. Por isso que está ocorrendo essa ampliação dos projetos. Então, na verdade, tinha também a nossa intenção, mas primeiro era o FNDE e a gente verificava algumas intenções dos próprios professores que compunham, na época, essa gerência do CECANE aqui. A partir do conhecimento da comunidade e das principais, porque há diferenças+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

%Permitir ao aluno que ele transite em outras áreas e tenha um conhecimento mais abrangente, porque o aluno pode desenvolver uma atividade de extensão numa área que não é a dele, ele pode estar lá num outro projeto, porque ele se agrada+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

Dias (2012) chama a atenção sobre a inovação na estrutura da universidade e na formação do estudante, articulando suas áreas na interdisciplinaridade e estimulando os vínculos com a sociedade. A universidade deve formar cidadãos capacitados na busca de soluções para os problemas enfrentados pelas pessoas e pela sociedade; preceito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 20/12/96, denominada *Lei Darcy Ribeiro*, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, assinalando transições significativas para a educação brasileira na formação de cidadãos eficientes e competitivos. Assim, a educação escolar deve incorporar-se ao universo do trabalho e das práticas sociais.

Essa ideia também foi concebida na Conferência Mundial sobre Educação Superior (CMES), em 1998, sobre a missão da universidade, destacando as necessidades presentes e futuras da sociedade: atuando na formação de novos conhecimentos, exercendo (função de pesquisa), na educação e a formação de pessoal qualificado (função de ensino) e a na participação ativa no desenvolvimento da sociedade, na cooperação e no desenvolvimento sustentável, ou seja, no aperfeiçoamento da sociedade (extensão).

Vislumbram-se tais referências na UFRGS, ou seja, por meio das interações acadêmicas, que aparecem nos projetos e nas ações, marcas constantes nas atividades das unidades acadêmicas e não só observadas nos casos relatados.

Além disso, no contato com a sociedade, nas ações da difusão da cultura, prática bastante desenvolvida pela universidade.

%A população em situação de rua, a gente sempre tem uma noção do que está acontecendo. Naquele ano dos quilombolas e indígenas, foi bastante importante, a gente não tinha e nem a universidade tinha este estudo. Eles tiveram que ir a campo, buscar dados, e a pesquisa dos indígenas foi bem minuciosa. Então, a participação da universidade foi bastante importante. [...] como tu és gestão, e tu estás nesse contato com a população de rua todos os dias, há uma crítica também muito grande deles em relação a nós. Se nós mesmos formos fazer a pesquisa, isso já não dá credibilidade que a pesquisa deve ter. Há esse embate cotidiano. Então, a universidade tem uma postura mais isenta desse processo para poder pesquisar, não tenho dúvida disto. E aquele momento dos indígenas, por exemplo, era um desconhecimento para nós. Ainda é porque é um grupo mais fechado da gente ter acesso. Existem professores ali na UFRGS que são referência, entraram nas aldeias e levaram alunos e aí a pesquisa se deu de uma forma bem mais tranquila. [...] Com quilombolas, são pesquisas bem bonitas para sociedade, para eles também+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

%Na verdade, foi um meio que o FNDE viu de descentralizar essas ações, porque ficaria muito complicado fazer tudo centralizado em Brasília. [...] e a gente ficou só como CECANE UFRGS, com os domínios do Rio Grande do Sul, atendendo esses 497 municípios. Na verdade, a gente tem o atendimento de todo o estado, a gente faz assessoria in loco, que são essas visitas de 4 dias, com toda uma programação, [...] a gente faz assessoria remota, e isso é sediado aqui na UFRGS, lá no nosso CECANE. O município que tem dúvidas, nós temos o nosso e-mail disponível e telefone [...], então os municípios, embora que, às vezes, não tenham a visita, a assessoria em si, in loco, mas podem sanar essas dúvidas, enfim, algum encaminhamento, via CECANE, por meio do próprio telefone, quanto de e-mail+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

%A legislação já traz o que é benéfico e o que seria interessante ter nos cardápios da alimentação. O CECANE também traz esse incentivo, a gente não tem função de fiscalizar, mas sim de assessorar para que haja um bom desenvolvimento do projeto. Nós temos também a questão que a gente visualiza, após essas ações, um maior número de formação acadêmica, por exemplo: no nosso curso de graduação, a gente não tinha, antes do CECANE, uma disciplina sobre alimentação escolar+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

É preciso que as universidades participem ativamente, assumam posições de liderança no processo de definição de projetos [...] sirva aos interesses de todos em todo o país, e não só de grupos estrategicamente situados em grandes centros urbanos. Ela deve se articular mais [...] com a sociedade e sua ação, para ser considerada de qualidade, tem de ser pertinente [...]

deve visar à solução dos problemas mais importantes da sociedade, nos âmbitos local, nacional ou internacional (DIAS, 2012, p. 72-73).

A UFRGS atua em todas as áreas e em diferentes regiões, como no caso do projeto CECANE, que assumiu a região de Santa Catarina naquela ocasião das instalações dos centros, sendo denominado de CECANE Sul, até a completa instalação do CECANE Santa Catarina. Nos outros casos, projeto PAA e pesquisa das pessoas em situação de rua com a FASC, estes foram referências nacionais como modelo de estratégia e servindo de referência internacional.

Uma boa universidade, ela tem que olhar, primeira missão dela obviamente é a formação de estudantes. Se tu queres uma formação de qualidade é importante que os professores participem um pouco da sociedade. Porque se não ele vai ter uma formação teórica. O aluno é formado e quando ele vai para o dia a dia, ele vai descobrir, puxa mas nunca me disseram que tem esse problema. Então é importante essa relação. [...] Nossos projetos trouxeram vários reflexos, claro é difícil falar dos nossos projetos, da gente mesmo. [...] Alguns estão em empresas, alguns em instituições, universidades ou centro de pesquisa, tenho um que está na Suíça, no centro de supercomputação, tenho outro que está em Paris, no centro de processamento+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Pode-se observar, nos depoimentos dos entrevistados, que a UFRGS também desponta no cenário internacional, atuando em inúmeros saberes, o que favorece sua posição no *ranking* mundial de universidades, como tem alcançado nos últimos anos. Assim, Sobrinho (2005) também reforça que a responsabilidade social da Educação Superior precisa produzir conhecimento, não só de valor científico, mas também de valor social e formativo para cidadãos.

Nosso objetivo, da universidade, não é só formação pessoal, mas também desenvolver produtos. Não é nossa missão produto, mas desenvolver pesquisas que venham trazer resultados que possam ser aproveitados e melhorados para sociedade de forma geral. [...]. Eu visitei uma universidade na terceira maior cidade da China, Guangzhou, mais conhecida ocidentalmente por Cantão, cidade de 15 milhões de habitantes. Eles, lá em 2002, resolveram levar os centros universitários para uma ilha, é um delta, é impressionante, tomaram a decisão e em 2, 3 anos tinham construído 50 prédios. Então, a gente vê, alguém vai dizer, eles têm dinheiro, mas não é só dinheiro, precisa ter agilidade. Eles estão em um desenvolvimento que me surpreendeu muito, não perde para nenhuma universidade do mundo. A China está alcançando e por que está alcançando esse desenvolvimento econômico? Por que está

investindo em educação! Por que é óbvio, se tu queres que teu país se desenvolva, tu precisas investir na educação+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Arriscamo-nos a depreender que a Educação Superior, que transita na UFRGS, está sendo delineada a cada dia como resposta ao século XXI, pautada pelos diferentes saberes, sendo uma universidade presente e essencial à sociedade como pode ser observado nos diferentes trabalhos, que abarcam e promovem aprendizado de um número expressivo de pessoas envolvidas e nas respostas positivas da sociedade, como demonstrado nos casos estudados, o programa PAA (várias edições), as pesquisas com as pessoas em situação de rua (várias edições) e o projeto CECANE (várias edições), dentre outros projetos que circulam pela universidade.

Nesse contexto, Delors et al. (2010) destacam quatro pilares básicos à educação, sendo o principal *Aprender a conviver*, que expõe o conhecimento, a compreensão de sua história e tradições na execução de projetos comuns entre as nações. *Aprender a conhecer* torna-se fundamental, visto as rápidas mudanças das sociedades, ampliando-se o estudo da cultura geral capaz de preparar uma educação permanente e de qualidade. Outro pilar é o *Aprender a fazer* para a formação e aprendizagem continuada de uma profissão, desenvolvendo capacidade para as adversidades da vida, da profissão e da sociedade. Por fim, *Aprender a ser*, que sugere desenvolvimento de forças intelectuais capazes de conhecer o mundo à sua volta, associadas às ações de pessoas responsáveis e justas com o dever de construir um futuro coletivo.

5.3.1.2.1 Subcategoria: ensino, pesquisa e extensão, enfim, a indissociabilidade

A subcategoria ensino, pesquisa e extensão foi discutida de forma conjunta, pois seus elementos constitutivos são de natureza indissociável, compondo seus projetos e ações, caracterizados no envolvimento com a sociedade, isto é, nas interações acadêmicas praticadas na UFRGS.

Nesse sentido, a pesquisa se estrutura na produção do conhecimento com dimensão inter e multidisciplinar, quando agrega diferentes áreas de conhecimento e das atividades de ensino e de extensão. Assim, Gottifredi (2002) evidencia a relevância da pesquisa científica, essencial na universidade, orientando o ensino

para o aprendizado criativo, estimulando a análise reflexiva e crítica nas ações de extensão. Fatores esses constitutivos na trilogia da UFRGS, a indissociabilidade.

%Hoje eu acho que a universidade está entendendo que ela tem que ser um pouco mais rápida em algumas coisas, porque, obviamente, há pesquisas que vão ser pesquisas olhando para o futuro, pesquisas de coisas que não são tecnologias, ecologias, mas que vão ser as futuras tecnologias do século XXI, ou seja, a pesquisa exploratória+ (Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%Um terceiro elemento que entrou depois, que foi a pesquisa no projeto PAA. Porque nós começamos mais na questão da extensão, depois a gente foi entrando no ensino, principalmente com a criação do Vaga-Lume, o trabalho de formação dos professores e, por fim, a questão da pesquisa, que era o que não tinha no projeto+ (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

%Continuidade no projeto PAA, que é importante não só dessa rede de professores da Escola Básica, como de uma rede de professores do Ensino Superior da UFRGS e de alunos que ficam em torno deste programa. Tem uma relação com escola, aluno, professor. Agora o programa PAA está com cinco ou seis bolsistas de extensão, são alunos da educação, da história, da comunicação. Alunos que vão ter outra relação com o conhecimento, áreas diferentes+ (Aluna Juliana Vieira Costa).

Nas falas dos entrevistados e, principalmente, sobre o programa PAA, é constatada que a experiência obtida, através do programa, estimulou outros alunos nos trabalhos de conclusão do curso, no curso de mestrado, na área do cinema, educação e outras áreas. Além disso, estabeleceu convivência e aprendizado criativo a partir de diferentes áreas, participando das ações nas escolas com seus colegas da universidade, profissionais da área do cinema e de professores da rede pública do programa PAA, ampliando seu conhecimento acadêmico.

Deus (2016a) ressalta que o envolvimento do estudante nas ações de extensão influencia diretamente na sua formação profissional, práticas adquiridas por meio do relacionamento com o outro, com o diferente, que promove visão mais ampliada da realidade, ou seja, abre horizontes numa reflexão dialógica com o mundo. Evidencia-se, nas falas, o ingresso da pesquisa nos projetos da universidade, posteriores às ações de extensão e de ensino, então, conclui-se, neste processo, que a pesquisa

passa a ser uma consequência a ser investigada a partir de elementos que surgem durante os estudos e, por isso, seus elementos são indissociáveis.

%Rarece que, historicamente, e, desde que entrei na universidade, sempre vi que havia relacionamento com setor produtivo. Nós, da Informática, não foi nem um relacionamento com empresas, foi mais do que isso, foi no meio da Informática que surgiram várias empresas. Então, isso é mais forte ainda. Alguns estudantes, alguns professores que fizeram Informática e que foram criar empresas. Temos exemplos a Altus, que é uma empresa relativamente importante na área de controle de processos que vendem produtos de indústria pesada para a Petrobras, e todos foram ex-estudantes e até um momento chegaram a ser professores dentro da Informática. A Digital é outra empresa que faz produtos modems, produtos de centrais de comunicação, ela também saiu de dentro da universidade. Que relacionamento maior poderia ser que a própria criação dentro da universidade de empresas. [...] isto mostra a importância e a força da relação com o setor produtivo+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Assim, no depoimento do entrevistado, procura-se evidenciar as ideias de Gottifredi (2002) de que a relação das universidades com empresas no desenvolvimento de pesquisas de ponta influencia não só na retroalimentação do sistema, como também na procura por pessoal qualificado e treinado pelas universidades, em ideias empreendedoras capazes de minimizar ou solucionar os problemas da sociedade. Observa-se que tais exemplos se vislumbram no planejamento da UFRGS, quando se tem no Projeto de Desenvolvimento Institucional, igual inserção, pautados num ideal de universidade, que influenciam suas ações e projetos.

É importante o estímulo a programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. [...] como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica (UFRGS, 2015, p. 29).

%Para mim, a maior relevância do programa é social, porque dentro da academia, na Faculdade de Educação, já existiam algumas linhas de pesquisa dentro da pós-graduação, que já trabalhava com o cinema, educação, mais no campo da pesquisa científica, muito ligado à Filosofia, pesquisa junto à Comunicação, mas socialmente o programa formou o campo do cinema e da educação em Porto Alegre e é referência nacional. Mas o programa PAA do tamanho que ele é, ele é uma referência

nacional de política pública na área. Ele é gigante, é difícil de pegar, tem muitas entradas+(Aluna Juliana Vieira Costa).

%a.] Através das ações do CECANE, da oportunidade de bolsas, de trabalhos, até voluntários, a gente vê o primeiro contato dos alunos e futuros profissionais junto com essa realidade e que, possivelmente, pode ser até o trabalho futuro de muitos. [...] E, inclusive, as outras universidades que tem essa disciplina sempre faz convite, como nós temos o CECANE, nós sempre somos convidados para ministrar palestras, dar aulas. A gente também tem essa contribuição com as outras instituições de ensino+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Nas falas, se identificam situações que permeiam o ambiente institucional da UFRGS, sobretudo no diálogo com a sociedade, extramuros da universidade, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição:

[...] Deve permanecer a promoção de uma política de inserção com todos os segmentos da sociedade, buscando a ocupação plena das vagas oferecidas na graduação e na pós-graduação, a aplicabilidade do conhecimento gerado para entrega de valor à sociedade (UFRGS, 2015, p. 27).

%Porque, nós éramos estranhos na comunidade, e a comunidade também tinha um estranhamento. [...] Lá foi que essa ideia da extensão, na universidade, começou a ficar forte pra mim. [...] Que tipo de interlocução a universidade precisava ter com a periferia do campus. [...] Então, nós fomos conhecer as escolas do entorno. Claro, eu era da Educação, mas tinha o pessoal da Engenharia, tinha o pessoal da Medicina, tinha o pessoal da Enfermagem. Nós éramos muitos alunos, [...] Muitos desses alunos hoje são professores aqui da universidade. E aí a gente teve uma experiência ótima, que foi assim, de construir o projeto Pericampus. [...] Eu acho que isso... trabalhar com toda essa diversidade, e funcionar muito bem nessa diversidade+(Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

A narrativa da professora nos dá a ideia dos preceitos de Quimelli (2016), a comunicação entre a universidade e a sociedade, sendo indispensável que alunos e professores extensionistas sejam ensinados a conhecer as condições estruturais em que o pensar (reflexão) e a linguagem (diálogo) ocorram a partir da ação junto às comunidades, onde as ações de extensão não podem ser estabelecidas somente pelos professores e alunos, mas em conjunto com a comunidade e mediada pela realidade vivenciada pelos sujeitos do processo.

%O programa PAA foi mudando também, na medida em que as necessidades dos professores foram aparecendo, das crianças...+ [...]

Havia dentro do Ministério da Educação o Programa Mais Educação, que tinha uma relação muito forte, que queria estabelecer uma relação muito forte entre educação e a cultura. A escola não é só o ensino das disciplinas, a escola é um espaço de educação ampliada. Principalmente naquela discussão sobre o turno, de ampliação de jornada das crianças, ampliar com o quê? Com mais Matemática? Ou ampliar com Música, com outras coisas que eles não têm no currículo? Então havia uma política do ministério de que a cultura estivesse presente na escola+ (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Nessa apresentação, se alcança o princípio da política de extensão da UFRGS nas falas dos entrevistados, isto é, se vislumbra um modo interdisciplinar, que promove o saber recíproco, associado às atividades de natureza científica, social, educativa, artística, ética e cultural. A extensão, praticada na UFRGS, se junta às políticas públicas de governo e aos setores produtivos da sociedade, orientando o embate da exclusão, dos vulneráveis sociais e no combate as formas de desigualdade e discriminação da sociedade. Ainda, associa-se às experiências acadêmicas de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, como observado nos casos estudados e, em grande parte, nas falas dos demais entrevistados.

% Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um meio importante faz a estante sair dos livros, olhar uma realidade conviver, viver trazer para dentro da universidade alguma experiência. A pós-graduação tem isso, mas muito menos do ponto de vista do vínculo com essa sociedade, muito menor. [...] E é impressionante como isso altera não só a formação do aluno, impacta na formação do aluno como impacta a própria instituição. Eles estão trazendo para dentro no nosso instituto, situações, problemas vivências que abrem as janelas e as portas+(Prof. Ivaldo Gehlen).

%Então se produz conhecimento [...] Mas também nosso objetivo forte que sempre tivemos é de motivá-los a estudar esses temas. Isso, tivemos bastante resultado, além de TCC, na graduação, fizeram dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além de alguns deles, quando profissionais passaram a trabalhar nas prefeituras de São Leopoldo, Novo Hamburgo, [...]+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Assim, nesses depoimentos, têm-se os benefícios de que o diálogo e a experiência influenciam os estudantes, o meio acadêmico e a sociedade. Segundo Deus (2016a), depois de outras experiências, os estudantes retornam para aprofundar seus conhecimentos teóricos, levando em conta o conhecimento obtido na extensão. Ocorre aí a retroalimentação, quando a comunidade sofre mudanças

significativas percebidas no estreitamento da universidade para com a comunidade. Evidencia-se a troca de saberes, pois, nas sociedades, várias áreas do conhecimento da universidade podem ser aplicadas. Observa-se a troca cultural quando a universidade absorve desses alunos e, também, dos professores conhecimentos diversos.

Nas falas, observam-se o forte envolvimento dos alunos nas ações dos projetos, como membros da equipe, atuando na área do seu conhecimento como também adquirindo saberes de diferentes campos. Para tanto, Gomes (2016) e Deus (2016a) ressaltam a importância das políticas de extensão no domínio da universidade, como o FORPROEXT e a Política Nacional de Extensão, que garanta aos estudantes a experiência de práticas e de ações na sua formação profissional de forma apropriada, internalizando seus princípios. Assim, não resta dúvida de que a cooperação da extensão na formação profissional e continuada seja de extrema importância para estudantes ou professores, assim como nos lugares onde atuam.

Santos (2006) ressalta que, para compreender o sentido da extensão universitária, é necessário considerar vários aspectos: o ensino, a pesquisa, o currículo e a missão da universidade na sociedade, como também o exame do projeto institucional, a situação socioeconômica do país e as políticas educacionais, entre outros. Nessa premissa, a educação corresponde a todas às transformações da sociedade e a UFRGS vem acompanhando essas transformações ~~sem~~ negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana+ (DELORS et al., 2010, p. 14). Dessa forma, são percebidas as mudanças na sociedade a partir dos projetos desenvolvidos pela UFRGS.

Por esses resultados evidenciados nas falas dos entrevistados, as interações acadêmicas da UFRGS, além de contribuir para a melhoria da sociedade e responder as necessidades das instituições partícipes, na sua grande maioria, resultam em oficinas, artigos, trabalhos em congressos, publicações diversas, livros, revistas científicas. Essas ações resultam do tripé de sustentação da universidade, tendo sincronização entre eles. Assim, ressaltam-se alguns exemplos de projetos que nasceram dentro da universidade com apoio da sociedade.

Houve projetos marcantes, por exemplo, na década de 1960, aquela Operação Tatu, da Faculdade de Agronomia, com a EMATER e a Secretaria da Agricultura do Estado, em que eles começaram a corrigir as características do solo para o plantio, que acabou, então, gerando aí todo

o boom da soja no estado do Rio Grande do Sul, depois acabou se espalhando pelo Brasil. Isso é um exemplo de interação acadêmica [...]. Era uma interação que pegava basicamente a pós-graduação da Faculdade de Agronomia, que tinha sido criada não fazia muito tempo [...]. E, com isso, se mobilizaram centenas de milhares de produtores, pequenos produtores, nessa atividade de correção das características do solo+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

Outro grande exemplo, que também é bastante antigo, é a criação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, que nasceu dentro da UFRGS numa parceria com o governo do estado do Rio Grande do Sul. [...] Então, assim, são exemplos de interações acadêmicas que tiveram um impacto fantástico sobre o Rio Grande do Sul, demonstrando aí esse, não o potencial, mas a importância da presença da universidade aqui no estado+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

na área cultural também. Tudo isso são interações acadêmicas que a universidade tem obrigação de fazer, porque a universidade só se completa quando ela faz isso também, que fica o tripé ensino, pesquisa, extensão e ação com a sociedade [...] Toda essa questão da África e dos afrodescendentes, toda a questão cultural também. A parceria da UFRGS com a OSPA, que trouxe semana passada, lotou o Salão de Atos com as crianças num concerto que a OSPA ofereceu para as escolas, aqueles concertos pedagógicos numa parceria da UFRGS com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, que também nasceu dentro da UFRGS+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

A área de extensão vai ter, no futuro próximo, um significado muito especial. [...] a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 73, *grifo do autor*).

Dessa forma, a fala do entrevistado expõe ações antigas que nasceram no interior da universidade, com ação conjunta da sociedade, perdurando até os dias atuais, justificando sua aceitação pela sociedade. Essas ações reforçam o compromisso social e a missão da universidade que se caracterizam pela transformação da sociedade, através do conhecimento amplo, configurando uma universidade viva e atuante. Para tanto, Santos (2004) diz que a área da extensão deve ser desenvolvida de forma inerente na universidade com o objetivo principal de democracia, no apoio solidário, na resolução dos problemas, na extensão ao contrário, na exclusão e da discriminação social de forma a conceder vozes aos

grupos menos favorecidos. Enfim, de acordo com as falas, percebe-se na UFRGS a produção de um novo saber, crítico e reflexivo, que intervém nos modos sociais, na disseminação do conhecimento e na organização profissional dos estudantes.

5.3.1.2.2 Subcategoria: universidade/internacionalização/globalização

Nesta subcategoria, procura-se ressaltar a internacionalização, situação peculiar diante da globalização. A partir do processo acelerado da internacionalização, prioritariamente em nível científico e tecnológico, condição que conduziu a UFRGS na busca de experiências internacionais, momento esse de sobrevivência, frente à globalização, em padrões competitivos e de igualdade com universidades e instituições estrangeiras na busca da produção do conhecimento, importante estratégia para o desenvolvimento das nações. Situação essa evidenciada no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRGS (2015, p. 10):

Como instituição dedicada à formação de pessoas, à geração e à socialização de conhecimento e de saberes, a interação acadêmica com outras universidades, independentemente do país de origem, tornou-se fundamental no século XXI. A economia do conhecimento, um bem que não conhece fronteiras, tem nas universidades um ator fundamental.

%D que eu acho é que, ao longo do tempo, essa interação foi crescendo, atingindo cada vez mais áreas, e se tornando cada vez mais sofisticada, então ela adquiriu certa característica um pouco mais internacional, ou seja, de ter parceiros internacionais em uma multiplicidade de ações muito maior [...]; a agilidade é fundamental nos dias de hoje, em que o conhecimento é fluido e a competição de alguma maneira é global+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%a.] é importante que a universidade entenda o que são as suas áreas estratégicas, em linha, por exemplo, com o desenvolvimento da cidade na qual ela se insere no desenvolvimento do estado, no desenvolvimento do país. E até com o desenvolvimento mundial, porque têm agendas globais que a gente fica falando, as agendas do país, ou seja, como é que a universidade vai ter um papel importante+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%Resquisador francês [...] chegou ontem lá no instituto, ele vai ficar esta semana para trabalhar com meus alunos. Ele não veio aqui para fazer palestras, [...] quando a gente alcança certo nível de qualidade, a gente pode trabalhar de igual para igual. [...]. Acho que todos têm a contribuir

desde que tu chegues num certo nível e trabalhe sério+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Assim, testemunha-se a posição de destaque da universidade, nas últimas décadas, e por exigências globais, quando a interação internacional se faz presente nas áreas de atuação da universidade. Frente a isso, compreende-se que passa a ser uma das atribuições da universidade, delinear estratégias, modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos. Esses aspectos são notados nas falas dos professores, especialmente aos aspectos internacionais que importam à UFRGS, desencadeados com a globalização. A internacionalização está cada vez mais necessária e mais intensa na Educação Superior, especialmente em função dos novos modelos de aprendizagem, das ciências, do desenvolvimento científico e tecnológico, da comunicação e da abertura da cooperação internacional, da mobilidade estudantil e dos diálogos nas pesquisas, rotinas constantes na UFRGS.

Tem ex-alunos que estão na Google, nos Estados Unidos, na Microsoft, Google da Suíça. Alguns estão em empresas, alguns em instituições, universidades ou centro de pesquisa, tenho um que está na Suíça, no centro de supercomputação, tenho outro que está em Paris, no centro de processamento de lá. Um deles está numa empresa. Então, a gente vê que os resultados da pesquisa, primeiro na formação de pessoa, se espalha e a outra coisa é o seguinte, os resultados da pesquisa em si do produto. Muitos produtos que a gente trabalhou, a gente vê que depois a empresa industrializa e aplica na sociedade+ (Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

A China está alcançando e por que está alcançando esse desenvolvimento econômico? Por que está investindo em educação! Estão querendo aumentar a cooperação, essa ida à China era uma reunião do BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, era uma reunião para incrementar, aumentar a cooperação, a integração e, quem está querendo isso, são os chineses, quem está investindo é a China. Eles querem tirar um pouco do eixo Europa-Estados Unidos e colocar a China no eixo do desenvolvimento econômico, científico das universidades+(Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

No depoimento do entrevistado, se vislumbra as trocas de conhecimentos, necessários a uma universidade atuante como a UFRGS, além do interesse em fomentar a relação internacional com a China, devido ao seu rápido crescimento econômico e educacional, assim como da parceria comercial que mantém com o Brasil. Aparece a cooperação em nível de ensino, desde 2005, e, também, a partir

de 2011, em sediar o Instituto Confúcio no *Campus* do Vale, despertando a sociedade para o idioma mandarim e a cultura chinesa. A própria China propôs interação acadêmica com a UFRGS, além de se tornar um país altamente competitivo e, por isso, a necessidade da universidade preparar indivíduos para tomarem parte no desenvolvimento técnico, científico, cultural e social, em nível internacional. Dessa forma, acredita-se que o modelo de ensino e pesquisa seguido aponta para a produção do conhecimento em nível de qualidade capaz de se modernizar e competir no cenário internacional.

Assim, diante do inevitável, o ensino deve representar aos professores e estudantes oportunidade de diálogo em condições de igualdade com as universidades nacionais e internacionais, seguindo um modelo criativo e de influência na sua atuação. Nessa perspectiva, é indispensável ressaltar a declaração de Santos (2004, p. 55), quando ~~o~~ único modelo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica, que propõe a promoção do conhecimento e sua disseminação em nível global, tendo como meta responder positivamente às exigências sociais abrangentes, na reciprocidade e no benefício coletivo.

Estamos em um contexto em que é necessário tentar outras aprendizagens de utopia crítica. Sobretudo porque a hegemonia mudou. Até agora ela se baseava na ideia do consenso, de que algo é bom para todos e não somente para os que diretamente se beneficiavam dele; é bom inclusive para os que de fato vão sofrer com isso. A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseada na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa (SANTOS, 2007b, p. 54-55).

Assim, observa-se as cinco ecologias ressaltadas por Santos (2007b), a ecologia dos ~~sa~~ ~~beres~~+, em que a ciência possa interagir como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, o saber científico possa dialogar com outros saberes; a ecologia das ~~te~~ ~~mporalidades~~+, interessa é saber que também existem outros tempos, o tempo dos antepassados; a ecologia do ~~te~~ ~~conhecimento~~+, descolonizar as mentes para acolher as diferenças; a ecologia da "transescala", possibilitando articular em nossos projetos as escalas locais, nacionais e globais; e a ecologia das ~~pr~~ ~~odutividades~~+, ou seja, na recuperação e valorização dos sistemas alternativos.

Assim, a UFRGS busca um futuro concreto, tal a Sociologia das Emergências, fazendo experiências prováveis, possíveis e que já existem como emergência do conhecimento global, pautadas na diversidade dos saberes.

Nessa categoria, foi possível perceber, a partir das narrativas dos entrevistados, que a UFRGS buscou o aprimoramento e o caminhar alinhado com a sociedade, assim como com as questões que envolvem a globalização. Fato inevitável, pois a internacionalização faz parte da universidade, por ser atuante e conhecida no cenário mundial, assim como possuir inúmeras interações acadêmicas com instituições estrangeiras em diferentes países que facilitam o intercâmbio e a mobilidade de estudantes e de professores. Assim, seus projetos e ações baseados na trilogia universitária respondem para uma formação acadêmica e de qualidade, reconhecida em nível global e, por isso, a sua presença na interação internacional.

5.3.1.3 Categoria: ecologia de saberes

A interação da universidade com a sociedade ocorre em função das mudanças no enquadramento político, econômico, social, cultural, educacional, visto o ritmo acelerado das sociedades no mundo globalizado. Assim, a UFRGS enfrenta grandes provocações relacionadas às suas funções, especificamente, na formação profissional, na produção do conhecimento e no compromisso social.

Nessa concepção, a procura de um ideal de sustentação, em função das emergências da sociedade, acabou desencadeando uma busca frenética de modos de ensino, de pesquisa e de extensão, assim como novo delineamento da universidade. Instituições procuraram se aproximar da universidade em busca de novos conhecimentos e tecnologias para resolução de problemas, despontando também inúmeras políticas públicas para melhoria e bem-estar da população.

Observam-se esses sinais nos casos relatados da presente pesquisa. No programa PAA, abrangendo essencialmente a formação profissional dos professores da rede de ensino e com a participação efetiva dos alunos das escolas municipais e estaduais intermediadas por diferentes tarefas inerentes ao programa. Nos outros casos da pesquisa, com as pessoas em situação de rua e pessoas vulneráveis, assim como nas questões demonstradas pelo projeto CECANE, que trata da alimentação do escolar. Nessa dinâmica de grandes transformações, desponta um novo paradigma social aflorado na sociedade de um saber não científico, fora do

padrão das universidades (CABRAL, 2012). Portanto, acredita-se que, na UFRGS, transita uma nova epistemologia capaz de responder aos anseios da sociedade, princípios de seu regimento e estatuto.

Foi uma pesquisa grande, foram quatro pesquisas num projeto só. São da cidade! Inclusive, se resgatou publicamente e naquela pesquisa de dois mil e sete e dois mil e oito, a existência de uma comunidade dos Charruas, eram considerados extintos, eles existem e tem uma comunidade, em Porto Alegre, na Zona Norte. E essa pesquisa os incorporou, resgatou sua existência, o cacique é uma mulher e eles passaram a fazer parte dos programas das políticas sociais da prefeitura. Esse tipo de ação da universidade, no meio social, ela traz, digamos assim, essas possibilidades de incluir segmentos sociais, por vezes, não visíveis, dar visibilidade e incluir como no caso os Charruas, incluiu e deu visibilidade [...] Aqui no Brasil não se tinha estudo sobre população de rua [...] Hoje se chama população em situação de rua+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Os moradores de rua vão entrar pela primeira vez com dois artigos. Nunca foi publicado artigo da população de rua em livros acadêmicos. Nós temos dois artigos, um do Boca de rua, que é uma organização deles [...] e outro do Movimento Nacional que tem uma sede aqui em Porto Alegre, uma representação aqui em Porto Alegre. [...] Claro, a linguagem deles foi respeitada, mas o rigor foi avaliado. O livro tá pronto. Eles pegaram com as duas mãos essa possibilidade e perguntam, cadê o nosso livro?+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Nos depoimentos, observam-se os princípios do sociólogo Santos (2007b) sobre a ecologia de saberes, percebendo-se a constituição de uma nova sociedade a partir da atuação da universidade e de seus atores professores nas ações dos projetos. A ecologia de saberes apela para transformação de um novo conhecimento, ou seja, uma revolução epistemológica no ambiente da universidade, que cria ambiente institucional favorável à sua ocorrência. A ecologia de saberes é isso, traduz-se no diálogo entre o saber científico que a universidade produz, e saberes leigos de atores desprotegidos da sociedade. A ecologia de saberes evidencia uma estratégia para criar força e diálogos entre os oprimidos.

Nesse sentido, vê-se a atuação da UFRGS na grande pesquisa, que abarcou diversos segmentos sociais invisíveis à sociedade. A pesquisa demonstrou o envolvimento das instituições, dos vulneráveis, dos professores, dos alunos, enfim, de toda a equipe engajada, valorizando as atuações dos sujeitos da pesquisa, dando vozes aos excluídos com participação e publicação de artigos em livros acadêmicos,

falas em reuniões, cursos preparatórios, assim como participação direta na pesquisa, permitindo orientações sobre as localizações das pessoas em situação de rua. Além disso, o estudo coordenado pela universidade permitiu descobertas de segmentos sociais, como os Charruas, dando visibilidade a estes, resgatando sua existência e incluindo essa população em políticas públicas, como evidenciado.

Eu vejo que a universidade tem um lugar instituído. Quando eu penso na coordenação do cinema, na cinemateca Capitólio, eles não são um lugar da sala de aula. Eles não são exatamente um formador docente. A universidade tem esse papel de forma muito consolidada: ensino e pesquisa. Mas acho que a universidade tem muito espaço de buscar conhecimento. Mesmo que não seja produzido, tem uma lógica que se busca da relação dos professores. Uma pesquisa que ela é criada rapidamente se capilariza, dentro da universidade+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

Atualmente, é instantânea a produção audiovisual na adolescência e na infância, todo mundo filma. Todo mundo filma mais do que escreve. Então, entender o código, entender o que se está fazendo para conseguir ter uma produção autônoma e crítica, é essencial. Nisso, o programa, durante quase cinco anos, fazia essa ponte de levar o educador audiovisual, é uma ferramenta e um conhecimento que o professor dificilmente tem. Com a qualidade da produção, cada vez mais se torna uma linguagem que não reproduz. No início, eles reproduziam exatamente a televisão, como era todo ângulo, todo trejeito, toda atuação, como era sempre uma reprodução. [...] No fim do ano, eles vêm na sala Redenção trazem, escrevem a sua produção e mostram numa mesma sessão quatro, cinco escolas e discutem o filme que fizeram. Junto com o filme que outro fez, quase sempre tem uma mediação de algum cineasta, outra ação, que cuida do que foi produzido. O Vaga-Lume é um eixo, todo ele, o nome é laboratório de estudos de cinema, tem audiovisual e educação, ele abriga todas as ações de formação, esse ano estamos com seis oficinas do laboratório Vaga-Lume+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

Nesse trabalho, com articulação pedagógica da universidade, é percebida a importância da pesquisa e da extensão, associando os demais profissionais da área do cinema, com as escolas da periferia, e seus professores e alunos nas diversas ações do projeto. É um novo conhecimento que surge nas comunidades a partir da reflexão sobre os temas abordados nos filmes, além dos afazeres das oficinas de cinema, das montagens, da criação e da escrita. Dessa forma, a universidade cria

espaços institucionais que facilitam e incentivam uma reforma profunda na sociedade (SANTOS, 2011).

O programa conseguiu formar uma rede muito ampla de vários tipos de profissionais e estudantes que acabaram se envolvendo, travando relações que não travariam em outros espaços. [...] Nunca tinham pensado nessa possibilidade desta interlocução do cinema com educação e se apaixonaram por isso. Muitos acabaram conduzindo suas atividades para cinema educação, antes eram cineastas, viraram cinema educadores. Acho que essa rede que se formou, muito interessante, conseguiu botar vários agentes sociais em contato. Estabeleceu um campo de atuação+(Aluna Juliana Vieira Costa).

O envolvimento que se trava, entre todas as ações do programa, em conjunto com a equipe, desperta a criatividade do aluno e do professor das escolas, proporcionando a eles amadurecimento, reflexão e construção de identidade. Além disso, permite o entendimento de uma nova linguagem audiovisual, numa perspectiva crítica e criativa à abertura de diálogos com toda a sociedade. Além disso, reveste os profissionais colaboradores de outra função, no caso daqueles que seguiram outros caminhos motivados pelo programa PAA, de acordo com o relato.

“Ele nasceu da sociedade e se articulou com a universidade. Não foi um a demanda criada pela universidade, foi uma demanda da sociedade que a universidade abraçou+(Aluna Juliana Vieira Costa).

Esse projeto, ele tem um lugar na cidade, no nosso território, ele já faz parte do calendário! Então, dentro do sistema municipal, um pouco dentro do estadual+(Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Uma coisa é a academia, outra coisa é a sociedade. O que, na verdade, é a mesma coisa: a academia está dentro da sociedade, é uma parte da sociedade; mas tem essa diferença de as pessoas entenderem que nós aqui somos um mundo à parte. Não somos!+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

Hoje a gente sabe que o país está numa dificuldade, então a gente têm estabelecidas as prioridades para não deixar de atender e contemplar o máximo de municípios possíveis. [...] Exatamente, a gente pode verificar algumas mudanças que vêm ocorrendo nos municípios através das assessorias. [...] Na verdade, é uma construção, é um delineamento [...] Agora a gente está na fase das ações, nós já fizemos antes um mapeamento das necessidades através dessas pesquisas e agora a

gente está nas ações realmente para tentar reverter alguns quadros que não são positivos nessa área+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Pode-se compreender, a partir das falas, a ideia de que, na relação universidade/sociedade, emergem conjuntos de práticas que favorecem uma nova convivência produtiva de saberes, caracterizando uma ecologia de saberes, com entendimento entre os saberes leigos e científicos, de acordo com Santos (2004). Assim, se demonstra que a universidade está *%dentro da sociedade+*, por isso se justifica a abrangência da UFRGS nesses projetos, ou seja, uma via de mão dupla.

5.3.1.3.1 Subcategoria: interação dialógica/construindo ecologia de saberes

Abre-se esta subcategoria lembrando os princípios de Quimelli (2016), que sugere a prática da *%interação dialógica+* no caminho da relação universidade/sociedade, apoiando as trocas de conhecimentos, capazes de conduzir a sociedade por igual.

%A resposta dada pela academia foi maior do que o esperado, no meu ponto de vista. Aí eu fecho esse círculo de quem participa e o que isto gera. A entrada da população em situação de rua e dos indígenas, por exemplo, e dos quilombolas para dentro da universidade. A entrada dos afro-brasileiros está se dando pelas quotas, principalmente, pelos movimentos, por alguns professores [...] Os quilombolas são reconhecidos como comunidade tradicional, desde a Constituição de 88 [...]+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Na entrevista, é possível perceber do conhecimento do mundo e, portanto, da realidade social que se configura a partir do momento da sociedade e que exige constante reflexão crítica da realidade num modo de reestruturação do conhecimento. A partir das pesquisas, os professores conseguem agregar na universidade e, em diferentes formas, os atores sociais vulneráveis, levando-se em conta essa relação dialógica mesmo que muito lentamente.

%Eles já tinham feito isto lá nas ONGs, ou, eventualmente, num evento. Mas aqui dentro da academia [...]. Assim e aparecendo os nomes deles institucionalmente e as aulas deles sendo consideradas tempo de formação. Isto que é bonito trazê-los para dentro da universidade, fazer com que eles participem nesse diálogo+(Prof. Ivaldo Gehlen).

A pesquisa permitiu a relação de diálogo e participação dos atores sociais, objeto da pesquisa e dos profissionais da instituição parceira, que também são contemplados com a orientação e formação da UFRGS, sendo instrumentalizados no processo de consciência e reflexão, como também uma das exigências da instituição parceira para preparar seus funcionários no trato das pessoas em estudo.

%A gente coloca nestes projetos cursos de formação [...] esses cursos, a gente coloca no pacote não só a pesquisa, mas também que possa fazer parte porque é uma troca, porque ao ministrar esses cursos os professores têm o retorno dos profissionais que estão atuando. Então, todos aprendem juntos e é um processo que a gente vem repetindo e é bem importante, sempre deu certo+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

%E, ao mesmo tempo, eles eram obrigados a fazer todo o curso. Nada de ir embora, eles ficavam todo tempo, junto com os técnicos da prefeitura, que trabalhavam junto com eles. [...] O nível de conflito de debate, foi bem mais acirrado, foi bem mais polêmico. Eles estavam bem instrumentalizados para participar. Puseram em questão, posições de professores, especialistas em alguns assuntos. Checaram, que é normal, que é muito bom. Então, essas interações acadêmicas através de convênios, elas têm duas mãos. [...] se coloca numa condição de que nós fazemos parte da mesma sociedade [...]+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Revela-se a ação transformadora do diálogo, pois, segundo a fala do entrevistado e a partir da reedição das pesquisas, se observa a evolução da maturidade do grupo, mais participativo, mais organizado e mais questionador. Assim, é necessária a prática da interação dialógica, possibilitando a visão crítica e o crescimento conjunto da conscientização, isto é, dos atores, da comunidade, do aluno e dos professores, podendo-se deduzir de que sempre haverá lugar para indagações, diálogos e transformações (QUIMELLI, 2016).

%Nossos saberes daqui podem subsidiar os professores, porque eles estão formando profissionais. E eles têm uma teoria também que precisam ter noção da prática. Para mim, não existe uma dicotomia entre teoria e prática, a gente tem que articular ela para que seja integrada. Aí a gente tem uma contribuição enquanto gestão que é fundamental+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

Tal pensamento é comprovado por Nogueira (apud FUJITA; BARRAVIERA, 2014, p. 3), o qual afirma que essa comunicação universidade e sociedade é uma

trilha de encontros e aprendizados, onde a comunidade acadêmica encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práticas de um conhecimento acadêmico e científico. Então, pressupõe-se de que, na universidade, docentes e discentes trarão conhecimentos que, submetidos à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Assim, no fluxo das trocas desses saberes, todos se beneficiam, resultando na visão integrada do social.

Na realidade, a gente vem desenvolvendo mais especificamente esses estudos sobre população em situação de rua. Aquele que tu referistes, de 2007, a gente ampliou para as populações quilombolas, indígenas e afrodescendente, porque naquele momento a gente estava num processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social. E aí, dentro da Política Nacional de Assistência, hoje, ela refere às pessoas em situação de rua e esses públicos também. Então, a gente precisava ter um olhar de como estava isto na cidade também, para fazer a relação da política de atendimento de oferta de serviços+ (Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

Então, eu acho que isso, de abrir essa porta para cultura, para ensiná-los a trabalhar com essa linguagem do cinema, que também é a linguagem da publicidade. Refletir também sobre a problemática, de cada tema dado. Os temas [...] de poder assistir a um jornal e ter uma visão crítica, uma propaganda e ter uma visão crítica [...]+ (Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

Nessas falas, se revelam a teoria do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a ecologia de saberes, que se constrói a partir de diálogo permanente, adequado e enriquecido através das experiências e vivências que está na sociedade (SANTOS, 2011). Na fala, ainda, é percebido o despertar dos professores, das crianças, dos jovens, ou seja, é a abertura de espaço, oportunizando um novo saber, reflexão que se faz quando assistimos um filme ou lemos um jornal, abrindo horizontes e enriquecendo nossas vivências, visões fundamentadas para uma inclusão criativa.

Dar esse espaço de construir um território favorável para o professor pesquisar. A gente já desenvolveu em anos anteriores a questão de assessoria, o professor que faz uma experiência ou traz um festival. Por exemplo, cria um projeto de fazer um cineclube na escola+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

Para tanto, essa fala revela a relação entre a sociedade e o que é produzido na universidade, conferindo um ambiente de *laboratório social*, constatado nas falas dos entrevistados, o qual foi capaz de articular trocas de diversos saberes, sobretudo naqueles lugares onde as pessoas foram despertadas para reflexão crítica, favorecendo a mudança interior e na comunidade, pela interação dialógica.

Escola especial que atende um número bem significativo, um público muito específico de crianças e adolescentes com déficit intelectual, autismo. No audiovisual, ela tem um apoio muito importante, isto sempre nos é trazido. É uma escola que tem uma participação muito intensa no festival. A escola bilíngue porque trabalha com surdos, eles participam muito, produzem a imagem, é muito importante, ela tem essa abrangência. E a escola infantil que atende de dois a cinco e seis anos, mais tímida, ela foi abrindo espaço dentro do Festival Escolar de Cinema [...]. Os cadeirantes, o déficit de atenção, a escola especial, abriga uma quantidade de necessidades, especificidades diferentes [...] (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

A gente tem uma demanda muito grande de ligações diárias para atender, e leis também, várias dúvidas de nutricionista e até a legislação como fazer. Toda essa parte de elaboração de cardápios, dúvidas, como posso colocar esse alimento? Não posso? prestação de contas também o CECANE dá essa assessoria, então a gente tem uma demanda bastante grande para assessoria remota (Profa. Vanuska Lima da Silva).

O campo de *laboratório* é perceptível em todos os casos estudados, que permitem diálogo, revelados também pelas falas dos entrevistados, quando se observa sempre, tanto o engajamento dos atores sociais como dos professores, isto é, o saber produzido na academia que força e atrai as pessoas mais vulneráveis, dando vozes aos excluídos num constante diálogo com os grupos e movimentos sociais, prova revelada na fala de uma das entrevistadas, evidenciando a participação das pessoas em situação de rua *que está para sair o livro acadêmico, inclusive, eles assinam um artigo*

Percebe-se o princípio *transformador* da relação dialógica nos ambientes sociais, quando se observa nos inúmeros projetos executados, em especial, aqueles que fizeram parte da presente pesquisa, e de acordo com as falas de um dos entrevistados *perderem o medo, mudanças que eles vão tendo*.

%Esse vínculo com a comunidade quilombola, como disse que, além de nos colocar, traz para dentro da universidade informações e conhecimentos e gerar publicações. Também possibilitou a eles terem contato com a universidade e perderem o medo. [...]. Que a universidade é o templo da sabedoria. Então, as pessoas agem assim+(Prof. Ivaldo Gehlen).

%A gente vê os grupos sociais e desses grupos, se percebem as mudanças que eles vão tendo+(Prof. Ivaldo Gehlen).

%A gente pode verificar algumas mudanças que vêm ocorrendo nos municípios através das assessorias+(Prof. Vanuska Lima da Silva).

Assim, se vê a característica do conhecimento prudente, que, no enquadramento da ecologia de saberes, está em escolher os meios de conhecimento que garantam maior abrangência possível dos grupos sociais envolvidos na concepção, desenvolvimento, controle e aproveitamento possível na mediação do conhecimento (SANTOS; MENESES, 2010).

%Colono não existia no Ministério da Agricultura. Não existia no Governo Federal. Aqui no estado, tinha uma Secretaria de Agricultura que se interessava por eles. [...]. Ele tem que existir. Só que não tinha políticas para eles. [...]. Então, todo o trabalho que nós fizemos, já desde aquela época, tinha um grupo de sociólogos, economistas, pessoas voluntárias e depois através de instituições, ONGs, Secretaria de Agricultura do RS e tentar estruturar um modelo de assentamento.+(Prof. Ivaldo Gehlen).

%O PRONAF foi criado pelos agricultores, através de suas representações, claro que lideraram, e desta discussão eu participei depois, vê que se transforma numa política [...]. Tem restaurante popular que eles usam bastante. Hoje, eles reivindicam no campo da saúde, da proteção e segurança pessoal, e de coisas que possam vislumbrar dias melhores, não necessariamente uma casa ou um apartamento para morar, por que os que estão há mais de cinco anos já perderam esse vínculo. Eles não estão com essas reivindicações. Eles se organizam chegam lá e dizem, nós queremos isso!+(Prof. Ivaldo Gehlen).

%Deve ter já uns cinco ou seis moradores de rua que se formaram em faculdade, eles não moram mais na rua, eles trabalham com a população de rua. O principal líder deles em POA, morador de Guaíba e veio pra cá adolescente. Hoje, tem perto de 30 anos, se formou em janeiro aqui na UFRGS. [...]. As intervenções que se faz e o que se propõe é que nós queremos criar um programa para participar das reuniões deles, ajudar organizar metodologicamente, como criar metodologicamente uma pauta de reivindicação+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Nas falas, se observam os preceitos de Santos e Meneses (2010) sobre a *epistemologias do Sul*; isto é, aquelas práticas e ações epistemológicas que denunciam a extinção de saberes leigos e que a UFRGS, no seu compromisso social e ético, prestigia, proporcionando um diálogo horizontal, entre os conhecimentos diversos da sociedade, presumindo-se apoderação e conquista. Então, em ecologias de saberes, isto é, constante reflexão sobre os saberes para transformação. Dessa forma, na constante construção de uma ecologia de saberes na UFRGS, a partir dos projetos desenvolvidos, ou seja, da sua experiência social, produz e reproduz, por assim dizer, várias epistemologias, constituídas por diferentes tipos, favorecendo a produção de culturas e valorizando suas experiências e saberes locais, regionais e globais.

“A gente vai até a escola! O Programa PAA tem três eixos do ponto de vista teórico: [...] A reflexão de pensar sobre o que se faz, trazer para o professor mais e mais poder pensar na escola, de ter esse momento de aprofundamento que é mais reservado. [...] produzir escritos e um livro virtual que está aqui na universidade, no repositório digital. Que aconteceu um Seminário Internacional grande quando foi promulgada a lei que institui duas horas de áudio visual obrigatório para todo ensino básico. Como tinham muitas experiências no Brasil e na América Latina Cinema e Educação, a gente organizou aqui na Faculdade de Direito da UFRGS+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

“Então, eu acho que se eu fosse olhar um pouco todos os projetos e dizer do resultado de todos, eu acho que cada vez mais a gente gera resultados mais aplicáveis, na minha linha de atuação. E, acho que os produtos gerados, as publicações, a gente, ao longo da carreira, foi conseguindo publicações mais importantes, influenciam mais pessoas, de alguma forma, que participam de normas. [...] Até influenciar profissionais e a parte prática, gerar talentos? Eu acho que isso é uma coisa muito importante porque esses projetos permitiram um avanço muito forte em alunos de graduação e em alunos de pós-graduação, deram para eles um estofamento que se tornaram muito competitivos em concursos e como gestores futuros de projetos+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

“A aveia da Quaker foi desenvolvida internamente aqui, boa parte da cadeia eletroeletrônica do Estado do Rio Grande do Sul é baseada em pesquisadores e em conhecimentos que foram da universidade, todo o setor metal-mecânico de Caxias beneficiou-se muito de pesquisas e talentos, que saíram da universidade [...]+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%A gente tem projetos que são tão interessantes, são tão impactantes em relação à sociedade [...] temos um projeto que é muito relevante na área da cultura, que é a produção de cerâmicas, hoje, inclusive com a participação de pessoas da comunidade que são cegas. Então, esse é um projeto grandioso. Qual é o impacto dele? É hoje mostrar a universidade aí fora, porque as cerâmicas produzidas hoje pelo Núcleo de Cerâmica vão pro mundo. Eu poderia apresentar o Unimúsica, que é nosso projeto de música aberto ao público no Salão de Atos, grandioso, que tem trinta e seis anos de existência. Então, tem um impacto. [...] Eu poderia te colocar assim o Projeto Convivência do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social DEDS/PROEXT, que trata das comunidades quilombolas, indígenas, desenvolverem atividades com essas comunidades, recuperar sua história, sua alimentação [...] projetos da área da saúde, prevenção do câncer de útero que trabalha com mulheres [...]+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

As falas permitem compreender o entrelaçamento profundo da universidade com a sociedade, abrangendo os interesses sociais com os interesses científicos, isto é, conhecimentos produzidos na universidade, num diálogo possível em diferentes formas praticáveis de conhecimento da sociedade, na formação e no treinamento de alunos para futuros profissionais habilitados. Ainda, em projetos e ações, especificamente ligados à satisfação das necessidades da sociedade, mais precisamente dos grupos sociais e daqueles menos favorecidos, que não possuem conhecimento técnico ou especializado a sua disposição. A partir dessas pesquisas e com a participação a universidade, como pôde ser verificado nas falas, o surgimento de inúmeras políticas públicas a favor dos vulneráveis, quando, através da universidade, estes começaram a ter visibilidade e inclusões em programas.

%Agora, a gente tem a ideia de trabalhar também com alimentos da sociobiodiversidade, então esses alimentos que são regionais. [...] Por que a gente não pode oferecer, por exemplo, em número maior de escolas: suco de butiá, que é uma fruta daqui, típica daqui? Então, tentar... Isso não tem nada ainda registrado, mas assim: planos futuros. Agora os CECANEs foram convidados . todos os CECANEs existentes . para participar do projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição. Então, queremos trabalhar com produtos da sociobiodiversidade.+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

%a.] então a gente fez todo um trabalho de educação alimentar e nutricional [...] Agora vai ser lançado um curso em EAD sobre educação alimentar e nutricional em nível nacional [...] A gente tem feito esses trabalhos de educação para inserir esses alimentos que são importantes

para a alimentação em geral e eu vejo assim, um envolvimento com a sociedade através, tanto da participação desses atores envolvidos quanto até a mudança de hábitos alimentares, porque a escola pode ser um grande incentivador de hábitos+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Nessa perspectiva, a universidade abarca inúmeros tipos de projetos, incluindo também as questões da biodiversidade existente quando procura por meio de suas pesquisas formas de colocar à disposição da comunidade e meios de utilização de acordo com o alimento, a cultura e a produção local, incentivando, assim, o aproveitamento, a promoção e a economia da região para um consumo natural e saudável de acordo com a fala da entrevistada. Nunes (2002) ressalta a questão de *por a ciência em cultura+*, isto é, a ciência frente às culturas, valorizando os costumes e as crenças locais, como reconhecimento alternativo e de oportunidade multicultural como forma de emancipação política, social e econômica, capaz de fortalecer a intervenção e a participação cidadã.

5.3.1.3.2 Subcategoria: conhecimento pluriversitário e relevância de projetos, junto à sociedade

A partir do avanço das tecnologias digitais e das questões de inovação, o mundo experimenta novos tipos de conhecimento, ampliando o saber científico, que revela desafios e coloca diferentes meios à disposição da sociedade e sobretudo às universidades. Esse novo paradigma impõe diferentes formas de ensino, de pesquisa e de posicionamento das universidades frente ao mundo globalizado. Assim, aponta para novas ações das universidades numa perspectiva de pluralidade de conhecimento universitário, um paradigma favorável a absorver as novas urgências e emergências da sociedade, de modo multidisciplinar, destacando a singularidade do conhecimento pluriversitário (SANTOS, 2013).

Esse paradigma se constata transitar na UFRGS, especialmente na forma como esta se posiciona frente à sociedade, inclusive observado nas ações e nos projetos do presente estudo na solução de problemas enfrentados pela sociedade e instituições que apelam a todo instante à aproximação com o saber científico.

“Já contei, vou contar de novo, para mim a relevância do programa foi ter formado esse campo e essa rede de interlocução de atores acadêmicos, professores, estudantes, professores da Rede Básica de Ensino e de

profissionais do cinema. Acho que essa interlocução é uma das coisas mais ricas que o programa proporciona. Exemplo, a cineasta Laura Mansur, que começou a dar curso no Programa de Alfabetização e, a partir disso, estabeleceu relação com alguns professores. Foi dar oficina de cinema em escolas, aí começou a dar aula de cinema em escolas de Educação Infantil. Voltou a dar aula no programa PAA. Profissionais que, ao mesmo tempo, que dão formação, também estão se formando. Essa interlocução entre esses agentes para formação de um campo, é uma das coisas mais importantes. Porque são os multiplicadores. [...] O Jorge Furtado já deu formação no programa, a Ana Luiza Azevedo, da Casa de Cinema, vários cineastas importantes, passaram pelo Programa. Professores universitários deram formações docentes, daqui da Faculdade de Educação como: Gabriel Junqueira, Fabiana Marcello, da Comunicação, professora Fatimarlei Lunardelli, Leonardo Bomfim, Teresa Poester, de outras áreas, da educação, da comunicação, das artes. O programa articula muitas áreas. Ele extrapola quem faz ele acontecer, que são muitas pessoas. Ele extrapola o alcance destas pessoas, porque a relação que ele cria entre universidade e sociedade, entre os atores sociais, acaba transbordando o programa+(Aluna Juliana Vieira Costa).

Essas falas revelam o ambiente da UFRGS supostamente instruído para absorver e se entrecruzar com o ambiente extramuros da universidade, fazendo emergir a transformação da sociedade a partir de seus múltiplos saberes. Isso resulta das ações das instituições parceiras e dos diferentes tipos de atores sociais que acabam influenciando no ritmo da universidade. A UFRGS se insere na sociedade à procura do novo, isto é, seguindo o ritmo da contemporaneidade, por exemplo, o Projeto do CECANE sobre o mapeamento das frutas nativas da região, associando-se a diversos profissionais e instituições na aplicação de sua pesquisa. Assim, percebe-se uma universidade mais aberta e favorável a novos conhecimentos e envolvendo, na sua atuação, profissionais de diversas áreas e instituições com diferentes práticas no meio social.

Fazer nascer um projeto e poder criar um projeto, e interlocução, e essa ideia de que diferentes campos, cultura, educação, diferentes setores, universidade federal, escolas estaduais e municipais. Eu acho que isso... trabalhar com toda essa diversidade, e funcionar muito bem nessa diversidade. [...] E é uma outra linguagem, é diferente de compreender, porque é um cinema que também não tem voz, que também não fala, que também não explica nada. É só o visual e a música que eles têm que compreender, então também pra eles é uma experiência diferente. Essas são coisas que a gente vem cuidando e aprendendo a fazer. Então, a pesquisa foi o terceiro pilar+(Profa. Maria Carmen Silveira Barbosa).

%Nascem projetos porque as interações começam a gerar relações, e essas relações permitem que as pessoas conversem entre si e achem mais coisas para trabalhar. No caso do poder público, nascem projetos porque o relacionamento precisa da universidade como autor neutro, com conhecimento para poder ajudar as instâncias do poder público municipal, estadual, federal para poder desenvolver agendas um pouco mais estratégicas, então assim: gestão de riscos é um campo que eu trabalho que é típico disso! Então, muitas das ações nascem porque o governo quer avançar, melhorar a nossa condição em termos de gestão de riscos e o melhor parceiro para isso são justamente as universidades, porque elas têm capacidade de trazer muitas especialidades e, ao mesmo tempo, elas têm essa neutralidade necessária para poder liderar e ser sócia de pesquisa+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%Uma das coisas mais importantes é que a UFRGS foi muito feliz [...], quando ela decidiu, de alguma forma, entender o conceito de interações como algo que vai além, ou que combina ensino, pesquisa e extensão. Claro que ensino, pesquisa e extensão são os três pilares fundamentais, mas muitas das interações hoje, elas têm um caráter múltiplo, elas podem envolver componentes de ensino, junto com componentes de extensão, com componentes de pesquisa+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

Nota-se, nos depoimentos dos entrevistados, a tendência natural que transita no ambiente da UFRGS sobre a relação universidade/sociedade e de seus atores, pois se enxerga nelas o destaque das palavras interlocução, relação e interações, fazendo-se presente na tentativa de explicar a importância dessa relação na composição de projetos e ações, compondo-se, em diferentes campos, cultura, educação e de aceitabilidade pela sociedade. Nessa dinâmica, fica evidente a complementaridade da sociedade para com a universidade e vice-versa, seja no campo do ensino, na pesquisa ou na extensão, sempre serão partes indissociáveis.

%Permitir ao aluno que ele transite em outras áreas e tenha um conhecimento mais abrangente, porque o aluno pode desenvolver uma atividade de extensão numa área que não é a dele, ele pode estar lá num outro projeto, porque ele se agrada. Vou pegar o caso dos meus alunos. Alunos de jornalismo.+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

%Dessa relação universidade/sociedade, acadêmica, assim, da extensão. Então, tu imaginas, assim: tu tens ações que vêm da área de saúde, e que são grandiosas, que trabalham as grandes frentes, atuando em diferentes setores da comunidade, em postos de saúde, em bairros, em vilas, etc. e tal; tu tens atividades da área das agrárias, que vão pro campo, pra assentamentos, pra outros lugares, trabalhar; tu tens as atividades culturais que vão pra diferentes setores, pras escolas, trabalhar com crianças, então, tu tens diferentes [...]. é um leque muito grande pra

gente poder dizer assim, qual é [...]. e a gente não consegue medir o impacto dessas atividades+(Profa. Sandra de Fátima Batista de Deus).

A UFRGS se apresenta de forma pluriversitária, entrelaçando-se em diferentes áreas e saberes, ou seja, condição inerente à abertura de novos temas de pesquisa, de aplicação tecnológica e de análises de impacto na sociedade e, por isso, a vocação ao uso simultâneo dos diferentes conhecimentos e áreas na sua atuação em projetos e ações de interesse da sociedade, condição que permite ampliar o diálogo com a sociedade em diferentes níveis para ações consideradas relevantes.

Esse paradigma se revela como sendo, segundo Santos (2004, p. 41), um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada+. Assim, essa determinação de critérios, segundo a sua relevância, deve ser dialogada entre o pesquisador e o usuário, mais precisamente com a sua participação, caracterizando o conhecimento transdisciplinar na sua essência.

Assim, os projetos e as ações das interações acadêmicas caracterizam-se importantes à sociedade, compondo o tripé da universidade ensino, pesquisa e extensão, ou seja, é percebida no decorrer do presente estudo e dos relatos dos entrevistados a relevância e a forma como estes auxiliam a sociedade nas soluções de problemas, seja na área da saúde, educação, esporte, tecnologia, infraestrutura, enfim, com larga abrangência local, regional e internacional, pois muitos projetos servem de referência nacional e internacional como pode ser observado nas falas.

Essas interações acadêmicas são relevantes socialmente pela forma que contribuem para melhoria da comunidade, para compreensão do mundo e, especialmente, para autonomia do homem.

Evidenciam-se os teóricos Santos (200b), Carneiro, Krefta e Folgado (2014), Chauí (2008) e Nunes (2002), que evocam a emancipação do homem, posto que suas ações devem contribuir para uma sociedade mais justa, em que a atuação de todos, inclusive cientistas, intelectuais e universidades, devem refletir sobre as ciências frente às outras culturas. Mostra-se uma construção teórica aberta às diferentes realidades como pôde ser observado nas falas das entrevistas para que possam pensar sobre sua realidade, oportunizando alternativas de agir, pensar e refletir sobre os novos paradigmas do conhecimento.

Este ano a gente conseguiu abrir um pouquinho para grande Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo, Gravataí, Cachoeirinha. A gente tem um número muito semelhante de atendimentos da escola, a gente prioriza escola pública, não é exclusivo+ (Maria Angélica Santos, Técnica em Cultura e Coordenadora Adjunta do PAA Secretaria Municipal da Cultura).

A gente foi e é ainda referência no país no trabalho de situação de rua. Sim, a gente iniciou aqui muito antes de várias capitais. Já fizemos essa troca para vários locais. Em termos de pesquisa, a gente é pioneira. Tanto é que quando o próprio Ministério de Desenvolvimento Social fez a primeira pesquisa nacional de população em situação de rua, que foi em 2007, nós não participamos, porque estávamos com esse contrato com a UFRGS, para executar algo muito além de um censo, que era o Perfil do Mundo+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

Para nós, enquanto trabalhadores da política, é fundamental porque a gente sempre se pauta também com o resultado deste estudo. Seja interna, quanto externamente na relação com a sociedade como um todo, com as universidades, com os alunos. A gente utiliza bastante+(Marta Borba Silva, Assistente Social da FASC).

A população de rua, eles querem a pesquisa, sim. [...] Entregamos uma cópia sujeita a mudanças. Eles quiseram a cópia deles para fazer avaliação que tinha que dar. Isso é novo! Nas edições anteriores, eles não sabiam o que eram aqueles dados. Hoje, eles andam com o relatório em baixo do braço e usam os dados+(Prof. Ivaldo Gehlen).

Dessa forma, proporcionado pela ação da universidade, pôde ser observado o surgimento de conhecimentos alternativos emancipatórios frente à sociedade, transformando aqueles grupos mais vulneráveis, indefesos e desprotegidos, dando vozes e visibilidade, o que configura que esses conhecimentos não são os únicos e que, naqueles campos de pesquisa, surgem outras formas de conhecimento vindas de práticas de pensar e agir, nos casos e do presente estudo, por exemplo, na pesquisa das pessoas em situação de rua, quando parcela destas fizeram parte da pesquisa contribuindo, escrevendo, se qualificando e, hoje, são capazes de se organizar, refletir e reivindicar. Nesse ambiente, são percebidos a ética e o compromisso social e institucional da universidade, que tenta resguardar tais práticas à luz de uma ação viva e por meio do conhecimento científico e popular, assim como pela atuação dos atores envolvidos nas pesquisas e suas ações conjuntas.

%a.] Então, o trabalho do CECANE não é um trabalho que é feito em quatro paredes, ele é feito com a comunidade. É um projeto que, realmente, a gente tem um carinho, um olhar muito especial pra ele, porque, realmente, com as ações a gente consegue visualizar mudanças. Isso é o que motiva tanto+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

%A gente está sediando aqui, na UFRGS, no CECANE, a Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar, a REBRAE. Vai ser um desafio pra gente. [...] Então, por exemplo, o local, a prefeitura quer comprar, ela disponibiliza lá, mas aí vai ter um local também para os agricultores ou até mesmo cooperativas, associações, também publicarem sua produção pra que haja a conversa. Então, isso vai ajudar tanto pra quem vai elaborar os cardápios, colocar os alimentos, e pra quem quer vender+(Profa. Vanuska Lima da Silva).

Dessa forma, com base nas falas da entrevistada, se compreende como a universidade realiza o seu potencial, e é só a partir disso que a universidade se justifica perante a sociedade, com esse entrelaçamento com a coletividade efetuando inúmeras ações, servindo de apoio e proporcionando pensamento crítico e reflexivo sobre os problemas da sociedade e de como enfrentá-los, isto é, não se identifica na UFRGS a %produção de ausência+, que também não %inferioriza+ e não %desperdiça experiência+ e que também não %desqualifica+ os atores e os ambientes sociais em que atua, segundo a tese do sociólogo Santos (2007b).

%Tem vários projetos importantes, desde projetos que trabalharam com inspeção predial internamente, e isso resultou hoje na Norma de Inspeção Predial que vai trabalhar, que vai de alguma maneira organizar como é que se faz isso para todas as edificações no país inteiro. Assim como houve pesquisas, por exemplo, de concretos que já foram repassados, ou argamassas especiais de recuperação, que, hoje, são utilizadas pelas pessoas. [...] Então, têm impactos diversos e acho que isso é uma das coisas mais motivadoras, justamente por sentir que aquele esforço de pesquisa, de alguma maneira, se transmutou em algo que a sociedade consegue enxergar de alguma forma+(Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho).

%a.] parcerias muito importantes, por exemplo, na área de desenvolvimento de tecnologias em saúde. Em termos de saúde, ações de educação, de formação de pessoal, de gestores na área de saúde pública . isso foi uma coisa muito importante. E também todo o desenvolvimento, que a UFRGS fez em parceria com o Governo Federal e com o Governo Estadual, da telemedicina. As primeiras ações consequentes com telemedicina aqui no estado resultaram de um projeto

da UFRGS em parceria com o Ministério da Saúde+ (Prof. Carlos Alexandre Netto).

...] uma pesquisa que a gente chama mais atenção, junto com o Hospital Santa Casa que era exatamente fazer telemedicina, quer dizer, era exatamente desenvolver os mecanismos para que se possa fazer uma operação, acompanhar um paciente a distância, de telemedicina, bota câmera, usa painel, usa um determinado software de interação porque isso tem que ser desenvolvido de tal maneira que possa interagir. [...] Tem outro colega que fez uma pesquisa que foi pra olhar se a pessoa tem um problema, tipo catarata, através do celular, [...] trazer para a sociedade um produto acessível para todo mundo. Em vez de ter um equipamento oftálmico, um produto bem simples que ele mesmo vai fazer o exame, bota o programa e varre a superfície do olho e identifica se há catarata, se está avançado o caso, se há propensão ou não. Isto foi uma tese do Instituto de Informática que, por sinal, foi premiada, foi junto com os Estados Unidos+(Prof. Philippe Olivier Alexandre Navaux).

Interagir com a sociedade é uma missão original da universidade. É um dos fundamentos da universidade a interação com a sociedade. Eu diria o seguinte: a universidade forma pessoas, isso só a universidade faz. Universidade, eu estou falando em geral, não só a UFRGS, mas a instituição universitária+(Prof. Carlos Alexandre Netto).

Não se muda o mundo de uma vez, é importante fazer as duas coisas: trabalhar dentro da universidade convencional e criar instituições paralelas. Durante muito tempo vamos ter de trabalhar assim. Isso é característico de um tempo de transição: trabalhar o velho para renová-lo até o limite (SANTOS, 2007b, p. 46).

Permite-se inferir que, a partir das falas dos entrevistados, a ecologia de saberes atravessa a universidade uma vez que se apresentam muitos tipos de interações acadêmicas relevantes à sociedade e que proporcionam o bem-estar da coletividade, seja em termos de estudo para solução de problemas ou através de oportunidades na formação de pessoas que é a missão básica da universidade. Segundo Santos (2007b), é necessário compreender as riquezas de saberes fora da universidade para não desperdiçar as experiências criando uma sociedade mais justa e uma nova concepção de dignidade para uma nova concepção de mundo.

Assim, se vislumbra a ideia de universidade, onde o conhecimento gerado não deve se afastar dos saberes leigos, traduzindo-se em novos conhecimentos e tendo como meta respostas positivas às exigências da sociedade.

Nesta categoria, foi possível visualizar a verdadeira missão da UFRGS e a forma como esta se articula com a sociedade, sempre na resolução dos problemas e

na forma de cooperação mútua. A relação de diálogo permite ainda perceber que universidade com suas ações, influencia diretamente à sociedade e a própria universidade em seus meios de formação profissional de estudantes e de professores que atuam nos projetos e ações. Então, presume-se que a UFRGS evoluiu em capacidade de se relacionar com o outro e com o diferente, desenvolvendo uma visão mais ampliada da realidade, abrindo horizontes numa reflexão mais profunda e aberta às transformações do saber do mundo.

Neste ponto, finalizam-se as análises das categorias e suas subcategorias que afloraram a partir das narrativas de memórias, e, sobretudo, à luz das reflexões do sociólogo Boaventura de Sousa Santos e da relação dialógica da universidade/sociedade, pautada na trilogia da UFRGS. Assim, prossegue o estudo com as considerações finais no próximo capítulo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar e finalizar esta pesquisa foi deveras desafiador! Início esta seção registrando meu sentimento de satisfação em realizá-la, assim como de dever cumprido por inúmeros motivos, sobretudo pelo tempo de envolvimento, desde 1984, dedicados à universidade.

Num olhar mais atento, é percebido que a autora e o propósito da pesquisa se alicerçaram e se integraram na tentativa de responder as questões implicadas em todo o processo das interações acadêmicas praticadas na UFRGS. Isso ocorreu em função de que a autora está nesse meio há 21 anos, como servidora e também na coordenação do Núcleo de Convênios, quando, ao longo do percurso, despertaram inúmeras indagações, em razão da polêmica e da complexidade que envolve o assunto. Além disso, constatar a necessidade de se organizar um material didático sobre o regramento legal e institucional da UFRGS, envolvido nessas interações, resultando num dos produtos finais desta dissertação, quando também foram agregadas as memórias da relação universidade/sociedade e dos atores envolvidos.

Assim, foi se construindo esta pesquisa, quando foi possível atender seus objetivos primários, evocando as memórias, através da História Oral, dos atores implicados na relação universidade/sociedade na produção de uma memória social e estruturação de uma ecologia de saberes na universidade, a partir de uma amostra de três casos relacionados à pesquisa, ensino e extensão na UFRGS. Esse estudo contou com pesquisa documental, explanação dos três casos e entrevistas de História Oral de dez entrevistados.

Esses três fatores permitiram responder à indagação da pesquisa, isto é, como o conjunto de narrativas evocadas através da História Oral sobre a relação universidade/sociedade, promove a produção de uma memória social e garante a estruturação de uma ecologia de saberes no período de 2011 a 2015 em uma amostra de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, na UFRGS? Assim, levando-se em conta os múltiplos princípios do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, foram evidenciadas, nessas interações, a relação dialógica, tão necessária, e a pluralidade de saberes, decorrente desta, caracterizando a ecologia de saberes. Essa concepção conduziu a base teórica para análise desta pesquisa.

Com isso, a investigação se deu pautada na compreensão das teorias de Boaventura de Sousa Santos, sobretudo na visão da ecologia de saberes, entre

outras que orientaram os passos desta dissertação, juntamente com a reflexão profunda sobre os conteúdos das memórias apresentados por Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jô Gondar, Iván Izquierdo, Icléia T. M. Costa, Marilene Chauí, entre outros, que deram sustentação aos resultados da pesquisa.

Nesse processo, para reflexão e entendimento dos fatos, foi necessário ainda considerar sobre as questões que envolveram a conjuntura da universidade, que muda a seu tempo e momento de acordo com as fontes do tempo+. Dessa forma, durante a pesquisa, todo o levantamento bibliográfico, documental e as narrativas da História Oral mostraram-se apropriadas para análises das categorias e respostas às indagações e aos objetivos.

A partir desses recursos, foi possível comprovar que os objetivos propostos foram alcançados, auxiliados pela caracterização da história parcial, que envolve a universidade, e a constituição das suas diretrizes implicadas na relação universidade/sociedade, que representam e que determinam, por assim dizer, o desenvolvimento e a execução continuada das interações acadêmicas na UFRGS.

Ainda, a partir dos três casos eleitos para o estudo e da construção das narrativas e de depoimentos, por meio da História Oral, das pessoas implicadas nas interações acadêmicas, junto ao Núcleo de Convênios, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, evidenciaram claramente a memória social envolvida. Assim como demonstrações dessa memória social e das implicações futuras desses projetos e procedimentos no ambiente da universidade e na sociedade, revelando uma ecologia de saberes e o conhecimento pluriversitário que transitam entre a universidade e a sociedade, oportunizando, desse modo, a solução de conflitos e atendimento às suas urgências e emergências.

Nesse sentido, foi possível identificar a justificativa para a presente pesquisa, contemplando a grandeza e a relevância dessas interações acadêmicas, isto é, da missão e do envolvimento da universidade no tocante ao grande público que alcança na coletividade, não só com seus projetos e ações, mas gerando práticas inovadoras, reflexões e trocas de saberes tanto na extensão, como no ensino e nas pesquisas científicas numa universidade comprometida com a formação de pessoas para a sociedade e na preparação dessas para o mundo.

Essa dinâmica nos faz lembrar as teorias de Santos (2004), dentre outros, utilizadas para entender todo o contexto da relação com a sociedade, a presença da interdisciplinaridade, que ocorre quando os saberes compartilhados são mutuamente

considerados entre aqueles desenvolvidos pela sociedade, pela academia e pelos setores da sociedade. Essa interação, entre conhecimentos científicos, saberes populares e práticas profissionais é imprescindível para que aconteça o compartilhamento entre as culturas e a troca de saberes, de experiências, de atitudes e no partilhar de visões de mundo, conforme demonstraram os casos e as falas das entrevistas.

Assim corrobora Ribeiro (1982), afirmando que uma universidade necessária às múltiplas e variadas culturas nacionais do mundo, na sua crítica e na constante reformulação, deve reorientar sua educação, de acordo com os apelos da modernidade, tendo em vista a importância de se formar pessoas capazes de atuar criativamente sobre as necessidades de uma nova sociedade e, acima de tudo, constituindo-se de consciência crítica.

Com isso, nos três casos da pesquisa, foi possível reconstruir, através da História Oral dos entrevistados, a amplitude dos projetos e as repercussões positivas para o bem-estar da sociedade. A partir das narrativas e lembranças dos grupos, construiu-se um suporte social, incorporando-os à consciência das pessoas e às memórias dos outros, caracterizando, o marco da universidade nesse espaço social.

Nessa relação, percebeu-se a memória social de Halbwachs (1990), demonstrada pela memória individual, sucedendo-se partir das memórias coletivas dos envolvidos, dada que essa conexão das lembranças é formada e carregada de sentimento, de unidade, de ideias e de sentidos, determinando o grupo universidade/sociedade, ou seja, a construção do compromisso social da universidade a partir da manifestação da comunidade.

Pensamento análogo possui Pollak (1992) sobre a memória com seus momentos invariantes e flutuantes, como um fenômeno coletivo e social sujeito às transformações constantes, como observado nas narrativas dos entrevistados, quando evocaram suas memórias, suas recordações e lembranças dos fatos vividos durante a execução dos projetos desenvolvidos, junto à sociedade, por exemplo, na prática do programa PAA, no projeto CECANE, da alimentação do escolar e da FASC, com as pessoas em situação de rua, abarcando grande número de atores sociais na busca do progresso de vida dessas pessoas.

Finalmente, o referencial teórico sobre a ecologia de saberes e a investigação sobre as memórias, assim como as questões que permeiam o Ensino Superior e da relação dialógica da UFRGS com a sociedade, proporcionaram conhecimentos

significativos da ocorrência e da continuidade das práticas das interações acadêmicas da universidade, que acabam externando na comunidade em que atua. Nas falas dos entrevistados, foi possível detectar tais evidências, assim como nos casos relatados do CECANE, do programa PAA e da FASC, quando a universidade foi indicada e convidada pelas instituições, situação ainda comprovada pela recorrência desses projetos por longos anos. Assim, a pesquisa permitiu constatar a ocorrência de outros projetos de abrangência e importância à sociedade, detectados, ainda, pelos relatos dos entrevistados sobre a relação universidade/sociedade, desde o início da UFRGS.

Assim, essa situação foi também evidenciada na abordagem das categorias, que emergiram para o estudo, quando permitiram elucidar essa prática de trabalho desenvolvida pela UFRGS, junto à sociedade, que se revela num volume expressivo de interações, fato comprovado nos relatórios emitidos no Núcleo de Convênios.

Dessa forma, cotejando os documentos analisados, como processos administrativos, relatórios, leis, normas institucionais e os casos, com os conteúdos da História Oral dos entrevistados, ou seja, fatos vivenciados no passado, sobre as interações acadêmicas, gravadas e depois transcritas, permitiu substancialmente a construção dessas histórias, conforme diz Meihy e Ribeiro (2011), de que a História Oral se sobressai, relacionando os conteúdos das entrevistas aos documentos escritos, ou outros registros, no qual a fala é um fator decisivo para a análise. Estas revelaram a veracidade da importância da cooperação da UFRGS, frente aos apelos da sociedade, quando se constatou a presença da ecologia de saberes do sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

Com isso, se constata que a seleção dos entrevistados para obtenção das narrativas, através da História Oral, foi de fato adequada, pois as pessoas ouvidas foram aquelas que participaram ativamente, como responsáveis, coordenadores, e que lidaram com a prática da relação universidade/sociedade e, por isso, uma amostra de dez pessoas, número satisfatoriamente considerável, que pautou os objetivos da pesquisa e que garantiu o resultado, conforme referenciado por Alberti (2004).

Com isso, foi possível detalhar o processo do relacionamento universidade/sociedade, isto é, a forma como desenvolveram os trabalhos, junto ao grupo da instituição parceira e do público-alvo dos casos. Ainda a exposição dos resultados desses, contribuindo para o alcance dos objetivos sobre as memórias,

através das narrativas dos atores envolvidos trazendo evidências da extensão ao contrário, que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico e os saberes leigos e tradicionais que circulam na sociedade (SANTOS, 2004).

Para alcance dos objetivos da pesquisa, utilizou-se do método qualitativo, interpretação de dados de casos concretos, isto é, da construção das memórias da relação universidade/sociedade, evidenciando uma ecologia de saberes nos projetos desenvolvidos pela UFRGS. Para tanto, levou-se em conta as características locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais, no caso específico as falas dos coordenadores da UFRGS e dos representantes das instituições envolvidas dos casos estudados, que permitiram compreender o ambiente pesquisado e, com isso, possibilitaram a descrição fiel dos fatos vivenciados. Dessa forma, foi constatado nos casos escritos e nas falas, testemunhos dos acontecimentos, isto é, a presença das trocas de saberes. Visão compartilhada por Triviños (2010), quando as definições dos fenômenos são tomados por significados que o ambiente lhes confere.

A classificação desta pesquisa foi de natureza aplicada, pois produziram-se conhecimentos suficientes para a solução do problema específico, depois de levantados os dados, analisados os casos e as entrevistas, permitiram conhecer as questões implicadas no objeto do estudo. Quanto ao objetivo, a presente pesquisa foi de natureza descritiva, normalmente utilizada nas ciências sociais, quando o pesquisador faz a simples descrição de um fenômeno preocupando-se em classificar, explicar e interpretar a ocorrência dos fatos. Assim, a pesquisadora procedeu, embora fazendo parte da instituição UFRGS, sem interferência e apenas coletando material, descrevendo os casos e realizando as entrevistas em salas reservadas para tal ou no local indicado pelos entrevistados, assim como analisando os dados.

Partindo para a análise dos dados, constatou-se que foram respondidos os objetivos e a indagação proposta, a partir das categorias e subcategorias pertinentes ao estudo, quando, na categoria Memória e seus desdobramentos, foi necessário efetuar o entrelaçamento das mesmas para melhor explanação. As categorias ecologia de saberes e a Educação Superior, com suas respectivas subcategorias, foram fundamentais para entendimento da dinâmica e do funcionamento das diretrizes implicadas nas ações e nos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão

praticados na UFRGS e que se relacionaram em profundidade com os objetivos perseguidos.

Na primeira categoria, têm-se as Memórias e Trajetórias das Interações Acadêmicas, fragmentada em: Memórias da Relação Universidade/Sociedade; Regramento/Diretrizes e Setor Administrativo; Surgimento de um Projeto; Memória Institucional e entrelaçamentos das memórias. O conjunto comprovou a trajetória das interações acadêmicas (IAs), isto é, da relação universidade/sociedade, empregada na UFRGS, quando se constatou que não há indícios claros de apontamentos sobre as IAs até a década de 90. Além disso, foi constatado que tal prática nunca foi objeto de estudo e, assim não se encontraram registros. Assim, tudo foi construído a partir da pesquisa.

Têm-se cópias e originais das IAs, em livros, a partir do ano de 1953, fato comprovado nos arquivos do Núcleo. Em diversas falas, aflora que a UFRGS sempre se relacionou com a sociedade, mas, a que tudo indica ser de maneira informal, na sua maioria. Os processos administrativos desses, para eventual pesquisa, já nem existem!

Nesse contexto, a partir de 1996, associado ao expressivo volume, o regramento institucional e legal se intensificara para salvaguardar a universidade, visto ser um órgão público federal, burocratizando-se. Novas propostas foram surgindo, a convite e por iniciativa dos coordenadores para atendimento às demandas e emergências da sociedade, se caracterizando como atividade institucional, ou seja, fazendo parte da agenda da universidade. Então, a partir dos dados do estudo foi possível construir a memória das interações acadêmicas, a partir desses testemunhos, comprovando a memória social implicada.

Na categoria seguinte, a Educação Superior, subdividida em subcategorias: ensino, pesquisa e extensão, enfim a indissociabilidade e universidade/internacionalização/ globalização. Analisando essas subcategorias, foi possível verificar que a UFRGS é bastante engajada na sociedade, por meio dos seus projetos e ações, que englobam, obrigatoriamente, a trilogia: ensino, pesquisa e extensão. Esses eventos reforçaram a missão da universidade, fatos comprovados pelas narrativas e explanação dos casos analisados sobre o conjunto de eventos que foram provenientes do programa PAA, do projeto da FASC e também do projeto CECANE, abrangendo grande parte da comunidade, resultando em livros editados, artigos acadêmicos assinados pelos moradores de rua, políticas públicas, dentre

outros fatos. A partir desses, e à luz da teoria da presente pesquisa, se constatou a execução dos projetos, como práticas, que dão o suporte aos seus alunos e professores, orientando, assim, o ensino para o conhecimento criativo e de análise crítica sobre os problemas enfrentados pela sociedade.

Com isso, as interações acadêmicas praticadas na UFRGS, influenciaram significativamente o meio onde esse, se insere e vice-versa, por exemplo, no programa PAA, inspiraram diretamente na formação dos profissionais, dos alunos bolsistas e dos próprios alunos participantes dos eventos do programa. No projeto CECANE atendendo municípios e suas escolas e demais agentes preparando-os e fortalecendo-os para um conhecimento diferenciado. Essa práxis adquirida ocorreu por meio do relacionamento com o novo, com o diferente, resultando numa visão mais aberta, ou seja, nas trocas de saberes numa reflexão dialógica com o local. Assim, se apresenta o tripé da universidade.

Do mesmo modo, a internacionalização, que insere a UFRGS no cenário mundial, constatado nas narrativas dos entrevistados e também, hoje, nas pesquisas de ponta, com projetos executados pelas suas unidades acadêmicas, pela mobilidade estudantil e pelas interações com universidades estrangeiras, na sua maioria. Com isso, a partir do processo de globalização e internacionalização, sobretudo com o desenvolvimento científico e tecnológico, a UFRGS, se reestruturou em igualdade para atender as demandas, exemplo trazido pelos entrevistados, quando a UFRGS, em parceria com uma instituição dos Estados Unidos, foi premiada numa tese desenvolvendo um produto a ser utilizado na área da saúde, dentre outros feitos científicos.

Os outros depoimentos também confirmaram que as ações da UFRGS atravessaram fronteiras servindo de referência, conforme narrativas do Programa PAA e na pesquisa FASC. Frente a isso, a internacionalização torna-se inevitável colocando à UFRGS na posição de competitividade e de igualdade. Evidencia-se, com isso, a declaração de Santos (2004, p. 55), quando %o único modelo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica+, isto é, favorecendo a difusão do conhecimento em nível global e com resposta positiva às emergências sociais na solução coletiva de problemas. Nesse aspecto, as falas também revelaram.

Por fim, a categoria Ecologia de Saberes, subdividida em: Interação Dialógica/Construindo Ecologia de Saberes; Conhecimento Pluriversitário e a Relevância de Projeto, junto à Sociedade. Essas subcategorias para o estudo foram deveras importantes e perceptíveis às questões implicadas que evidenciaram a ecologia de saberes, a partir das narrativas da História Oral e da exposição dos casos analisados. Acontecimentos narrados que nos faz lembrar as recomendações de Quimelli (2016), sobre a *“interação dialógica”*, que pautava o caminho da relação universidade/sociedade e dos segmentos sociais guiados pelo diálogo e pela troca de saberes. Nos casos do CECANE, programa PAA e FASC, cuja pesquisa deu visibilidade a comunidade dos Charruas, considerada extinta; permitindo autoria de artigos que nunca foram publicados pela população de rua em livros acadêmicos, ainda permitindo a participação desses como membro da equipe da pesquisa colaborando por igual e com participação e atuação em cursos acadêmicos.

Nessa premissa, a presente pesquisa permite demonstrar que a UFRGS e sua equipe de professores pesquisadores praticam a *“extensão ao contrário”*, extrapolando o caminho acadêmico, dando lugar ao diálogo, produzindo um conhecimento novo, capaz de atuar por igual na sociedade, conforme comprova o depoimento de um entrevistado que *“se coloca numa condição de que nós fazemos parte da mesma sociedade”*. Assim, constata-se a ecologia de saberes, constituindo uma nova sociedade a partir da atuação da universidade.

Essas exposições positivas foram possíveis, graças aos projetos desenvolvidos e coordenados pela universidade, junto à sociedade, fatos revelados a partir dos casos estudados nesta pesquisa e nas falas, evidenciando que a universidade cria espaços institucionais que facilitam e incentivam uma reforma profunda na sociedade, demonstrando ainda o resgate dos mais frágeis, dando visibilidade e oportunidade de diálogo e expressão. Essas ocorrências deram a resposta à pesquisa, revelando mais uma vez que os objetivos foram alcançados.

Com isso, fechamos essa conclusão com singelas observações que nos foi permitido traçar, expondo os caminhos sobre a ecologia de saberes que transita na universidade, apoiada na história e memória da relação universidade/ sociedade.

Assim, foi possível dissertar sobre as interações acadêmicas praticadas na UFRGS, situação, já dita, que se revestiu de muitas dificuldades, pois é um assunto extensivo e polêmico, que abarca inúmeros sentidos, demandando indagações constantes e a necessidade de respostas para concatenar os pensamentos e as

escritas. Além disso, um assunto onde materiais didáticos e de pesquisa foi escasso, necessitando na busca de evidências. Assim, foi-se reconstruído a presente pesquisa, praticamente conferindo sensação de ineditismo. Eis uma das limitações enfrentadas! Outra limitação, foi à escolha para amostra dos três casos do estudo, devido o volume expressivo de interações acadêmicas reveladas nos relatórios que importaram, num estudo preliminar, 1.283 (hum mil, duzentos e oitenta e três) IAs assinadas. Na sequência, um estudo mais aprofundado, de acordo com o relato no item *Períodos da coleta dos dados documental . abrangência da pesquisa 2011 a 2015*, foram detectados apropriados à pesquisa, o total de 726 (setecentos e vinte e seis) casos.

Num olhar mais atento, evidencia-se que o assunto não se esgota e não se tem a intenção de colocar fim a esta pesquisa. A partir do material coletado e das escritas sobre o assunto, associada às narrativas, abrem-se possibilidades para novos estudos. Ainda mais resultando, também, em dois produtos finais: um material didático e uma cartilha. Uma sobre as diretrizes institucionais e legais que favorecem à execução dessas interações e que são susceptíveis a mudanças constantes. Outra, dos projetos e narrativas. Destarte, se ordenam às práticas institucionais da UFRGS, quando num olhar no futuro se constata que as mudanças que perseguem as interações acadêmicas são inevitáveis e, por isso, a universidade se molda e se revigora de acordo com as exigências da sociedade. Assim, se pautam a relação universidade/sociedade, num tema polêmico e inacabado.

Por fim, é necessário inferir que a UFRGS procura agir de forma autônoma definindo seus próprios caminhos pautados nos regramentos legais e institucionais sem deixar de cumprir sua missão que está fundamentada na formação de pessoas para o mundo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Análise de entrevistas: reflexões em torno de um exemplo. Conferência de encerramento. In: II CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO E VIII ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA ORAL, 02, 2013. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: UFAC, 2013, 18 a 21/11/2013. 13p. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17193>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARCELOS, Marcia. **Solenidades de colação de grau na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-2012): memória, ritual e celebração**. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) . Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2016/mbarcelos.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BORJA, Rodrigo. Educação, globalização e sociedade do conhecimento. In: PANIZZI, Wrana Maria (Org.). **Universidade: um lugar fora o poder**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 19-30.

BRASIL. **Cadastro único é porta de entrada para programas sociais**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/cadastro-unico-e-porta-de-entrada-para-programas-sociais>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n° 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, 496p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 7.423/2010, de 31 de dezembro de 2010**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D7423.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 01 maio 2017.

_____. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação . PNE e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 30 out. 2016.

_____. Ministério da Fazenda. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico É OCDE.** Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006.** Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de Educação Infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html>. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. **Formação pela Escola. Módulo PNAE.** Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 2. ed. atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária:** contradições, tensões, desafios e desassossegos. 2012. 259 p. Tese (Doutorado em Educação) . Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 331-338, jun. 2014.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** 2003, 11p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CHAUÍ, Marilena. O intelectual engajado: uma figura em extinção? **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.; s. n.]. 2008. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety. Guerra de. Mudanças no contexto do Ensino Superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 51-58, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/mudancas_no_conte_xto_do_ensino.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional do IBGE**: em busca de um referencial teórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282921>>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 165 f. Tese (Doutorado e m Ciência da Informação) . Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir . relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI. Brasília: UNESCO. jul. 2010. 41p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

DEUS, Sandra de. Extensão universitária: sua contribuição para a formação acadêmica e pessoal de estudantes de graduação. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016a. p. 77-91.

_____. Impacto e transformação social: o papel da extensão universitária. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016b. p. 93-107.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Educação Superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC? In: PANIZZI, Wrana Maria (Org.). **Universidade**: um lugar fora o poder. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 31-109.

_____. Inovações na Educação Superior: tendências mundiais. In: SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). **Desafios e perspectivas da Educação Superior brasileira para a próxima década 2011-2020**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. p. 48-77. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

FAURE, Edgar et al. **Aprender a ser**. Lisboa: Livraria Bertrand; São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132982f.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FELIPE, Eloisio Lopes. **Não se perca no controle remoto**: uma experiência de mídia-educação na escola. 2009. 104 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <www.ppge.ufpr.br/teses/M09_felipe.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FORPROEX . FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012. 40 p. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Política-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BARRAVIERA, Benedito. Revista Ciência em Extensão: 10 anos disseminando conhecimento e transformando a relação entre a universidade e a sociedade. **Revista Ciência em Extensão**, Assis, v. 10, n. 3, p. 2-4, 2014. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1173/1016>. Acesso em: 23 out. 2016.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. Interdisciplinaridade e a interprofissionalidade na ação extensionista. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016. p. 37-51.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: desafios e possibilidades. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016. p. 52-76.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**: revista eletrônica em ciências humanas, ano 08, n. 13, 2008. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GOTTIFREDI, Juan Carlos. A Universidade Latino-americana frente aos desafios do mundo atual. In: PANIZZI, Wrana Maria (Org.). **Universidade**: um lugar fora o poder. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 111-138.

GRESSLER, Alice Lori. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento**: a educação na era da insegurança. Porto Alegre : Artmed, 2004.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Conferência. Instituto de Estudos Avançados. UFRGS, out. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a06.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Memórias**. Recurso eletrônico. 2. ed. rev. e ampl. **Dados eletrônicos**. Porto Alegre: Artmed 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Mem%C3%B3ria.html?id=DgPLKEvcE5cC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramento, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=institui%E7%E3o>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

NASSAR, Paulo. Reputação é memória. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 1., 2007, Salvador, BA. **Anais eletrônicos** ... Salvador: SEMBRARP, 2007. Disponível em: <<http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/trabalhos/nassar-completo.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002a. p. 301-344.

OLIVEIRA, Marilisa do Rocio. Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: desafios e possibilidades. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Prefácio**. Curitiba: CRV, 2016. p. 11-15.

PANIZZI, Wrana Maria. Universidade: um lugar fora o poder. In: PANIZZI, Wrana Maria (Org.). **Universidade: um lugar fora o poder**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 9-17.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jun./1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura de Porto Alegre**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/quilombolaspoarelatori_ofinal_2008.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Interação Dialógica: a voz da extensão universitária. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá (Orgs.). **Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016. p. 17-36.

RIBEIRO, Darcy (Org.). **Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientista e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2011.

_____. **A Universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 78, 2007a, p. 3-46.

Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/.../147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RC CS78.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 63, 2002b, p. 237-280. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1285>, DOI: 10.4000/rccs.1285>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, maio/ago. 1988. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

_____; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Maria Lucimara dos. Extensão universitária e interdisciplinaridade: uma discussão em torno da universidade contemporânea. In: EDUCERE . CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 06, 2006. Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006.

Disponível em:

<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-254-TC.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: oportunidade e crise no ensino superior**.

Publicado originalmente como "Brazil: Opportunity and Crisis in Higher Education", Higher Education v.17, n° 1, 1988. Disponível em: Disponível:

http://www.schwartzman.org.br/simon/oportun.htm#_1_4, Acesso em: 23 set 2016.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100014>>. Acesso em: 26 set. 2016.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). **Desafios e perspectivas da Educação Superior brasileira para a próxima década 2011-2020**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2010.

UFRGS. **Cadastro de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**.

Porto Alegre, maio 2008. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatoriopopruajun08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Decisão nº 083/2017**. Legislação. Decisões normativas. Interações Acadêmicas. Conselho Universitário-CONSUN 2017. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/legislacao>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Decisão nº 193/2011**. Legislação. Decisões normativas. Interações Acadêmicas. Conselho Universitário-CONSUN 2011. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/legislacao>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da UFRGS**. 1994. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. **Estudo quanti-qualitativo da população afro-brasileira de Porto Alegre**. Porto Alegre, maio 2008. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatorioafrobrasileirosjun08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2016 Ë 2026**: %Construa o Futuro da UFRGS+. 2015. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-179-2016-anexo>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Paris: Conferência Mundial sobre Educação Superior, 9 out. 1998. Preâmbulo.

Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

VELHO, Silvia Maria. **Relações universidade-empresa**: desvelando mitos. Campinas: Autores Associados, 1996.

WALSH, James P.; UNGSON, Gerardo R. Organizational memory. **The Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 16, n. 1, p. 57-91, jan. 1991.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. Fundamentos da nova educação. **Cadernos UNESCO**, Brasília, v. 5, fev. 2005.

APÊNDICE A É Termo de Cessão de Direitos da Entrevista



Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
da Universidade La Salle, Canoas

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob orientação da Profa. Dra. Margarete Panerai Araujo, cujo levantamento de dados servirá para compor a minha pesquisa de Mestrado intitulada: *Ecologia dos Saberes: narrativas de Memórias sobre as Interações Acadêmicas*, que tem como questão *Como o conjunto de narrativas evocadas através da História Oral sobre a relação universidade/sociedade promove a produção de uma memória social e garante a estruturação de uma ecologia de saberes na universidade no período de 2011 a 2015 em uma amostra de três projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, na UFRGS?*

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

A pesquisadora Suzete Morem de Fraga está autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, *fragmentos de memórias*, do mencionado depoimento, editado ou não, para compor parte do produto final, no caso, específico uma cartilha sobre as interações acadêmicas praticadas na UFRGS.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Suzete Morem de Fraga, fone (51) 99952 9922, e-mail: suzetefraga@gmail.com.

Atenciosamente

Suzete Morem de Fraga
Matrícula nº 201610491

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Local e data

APÊNDICE B É Roteiro de História Oral Temática para a Entrevista



Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
da Universidade La Salle, Canoas

1) PERFIL DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO*

<p>Nome Completo:</p> <p>Sexo: Faixa Etária: Grau de Instrução:</p> <p>Tempo de Trabalho: Cargo Atual:</p> <p>Cargos que ocupou ou ocupa:</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Tempo que coordenou ou participou de projeto de interação acadêmica:</p> <p>.....</p> <p>Nome do Projeto selecionado:</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Período de execução:</p> <p>ROTEIRO:</p> <p>1) Tens ideia de quando a UFRGS começou a se relacionar com a sociedade por meio das interações acadêmicas, evocando a memórias dessas relações?</p> <p>2) Como eram articuladas as diretrizes dessa relação (aprovação na unidade acadêmica e na Administração Central da UFRGS). E, como foi na instituição parceira?</p> <p>3) Havia um Setor na Administração Central que sistematizava/articulava as ações, até a assinatura?</p> <p>4) Sobre o projeto, como surgiu ou surge a ideia de desenvolver um projeto junto à sociedade?</p> <p>5) Como se desenvolveu o projeto? Seu resultado? E nível de abrangência junto à sociedade (relevância)?</p> <p>6) Houve ou há ocorrências de fatos relevantes sobre o assunto do projeto? Como foi o envolvimento da sociedade, tens como discorrer?</p> <p>7) Há algo a acrescentar?</p>

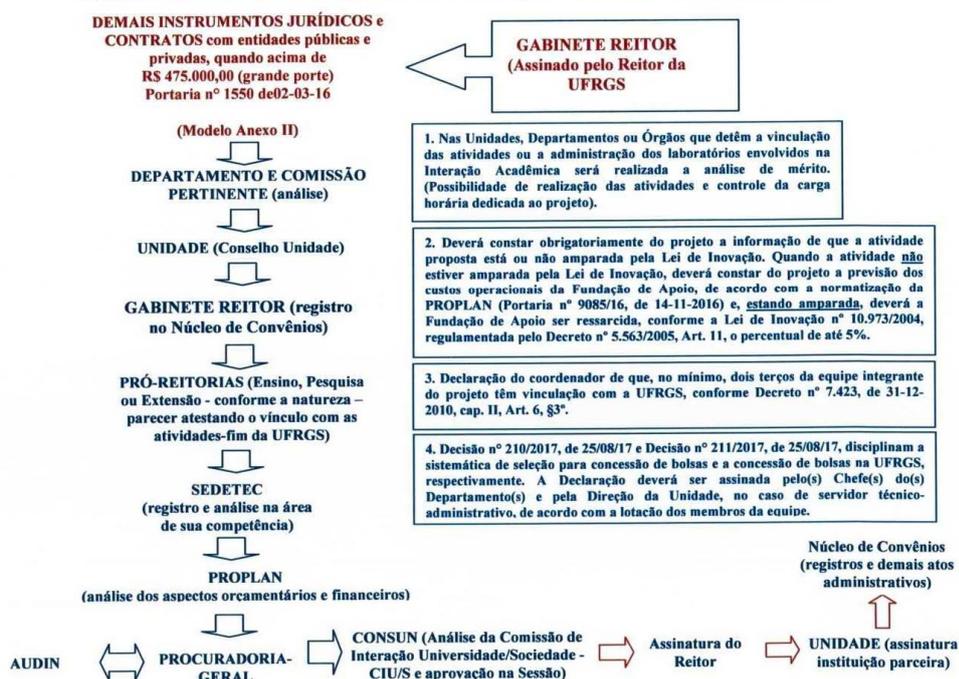
* O perfil é o mesmo para docente, aluno e representante externo.

APÊNDICE C É Interações Acadêmicas Celebradas com Entidades Públicas e Privadas (Grande Porte)

Interações acadêmicas celebradas com entidades públicas e entidades privadas, cujos valores financeiros são acima de R\$ 475.000,00 (grande porte), serão assinadas pelo reitor - Modelo Anexo II.

PORTARIA Nº 2679 DE 27-05-2011

DECISÃO Nº 193/2011- 08-04-2011 - CONSUN – INTERAÇÃO ACADÊMICA, modificada pela DECISÃO Nº 083/2017 CONSUN-17-03-2017
TRAMITAÇÃO DE ACORDOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO, CONVENIOS, CONTRATOS (ENTIDADES PÚBLICAS) E CONTRATOS DE GRANDE PORTE RELATIVOS ÀS INTERAÇÕES ACADÊMICAS QUE ENVOLVAM FUNDAÇÃO DE APOIO



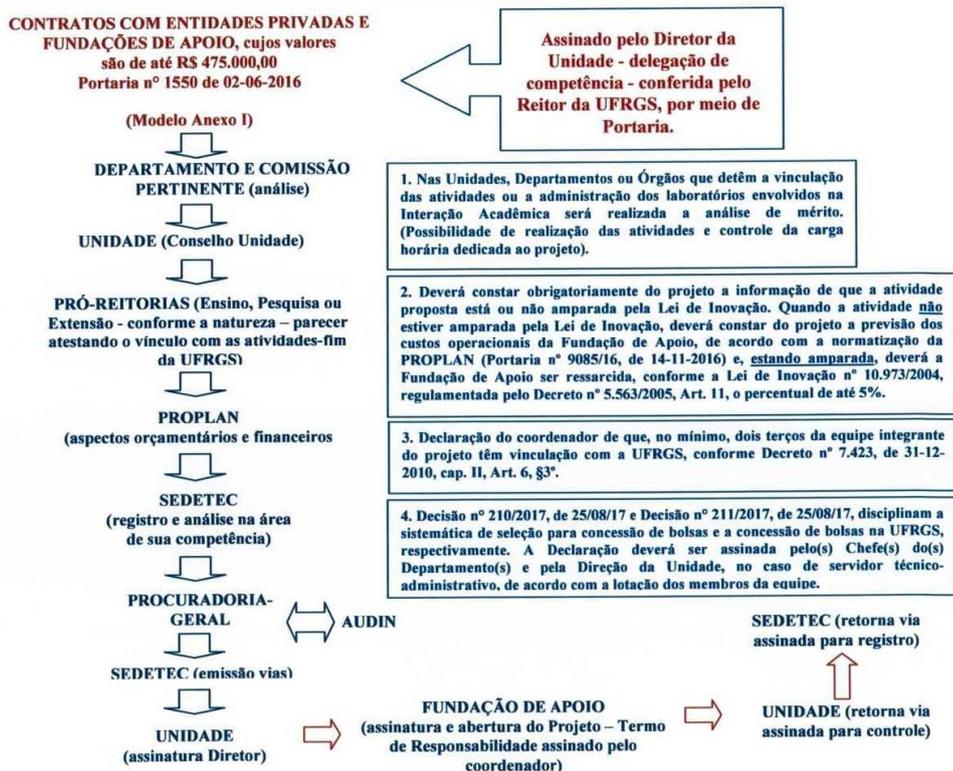
Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

APÊNDICE D – Interações Acadêmicas Celebradas com Entidades Privadas (Pequeno Porte)

Interações acadêmicas celebradas com entidades privadas, cujos valores financeiros são de até R\$ 475.000,00 (pequeno porte), serão assinadas pelo diretor da unidade acadêmica executora . Modelo Anexo I.

PORTARIA Nº 2679 DE 27-05-2011

DECISÃO Nº 193/2011- 08-04-2011 - CONSUN – INTERAÇÃO ACADÊMICA, modificada pela DECISÃO Nº 083/2017 - CONSUN-17-03-2017
TRAMITAÇÃO DE CONTRATOS RELATIVOS ÀS INTERAÇÕES ACADÊMICAS QUE ENVOLVAM FUNDAÇÃO DE APOIO

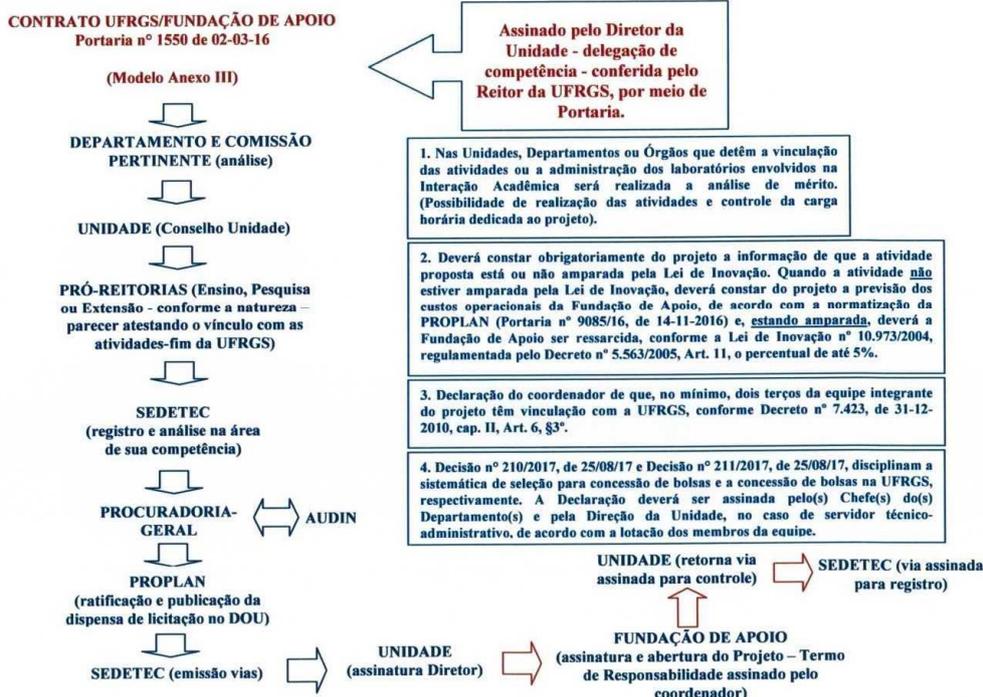


Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

APÊNDICE E – Interações Acadêmicas de Pequeno Porte (diretamente com Fundações de Apoio)

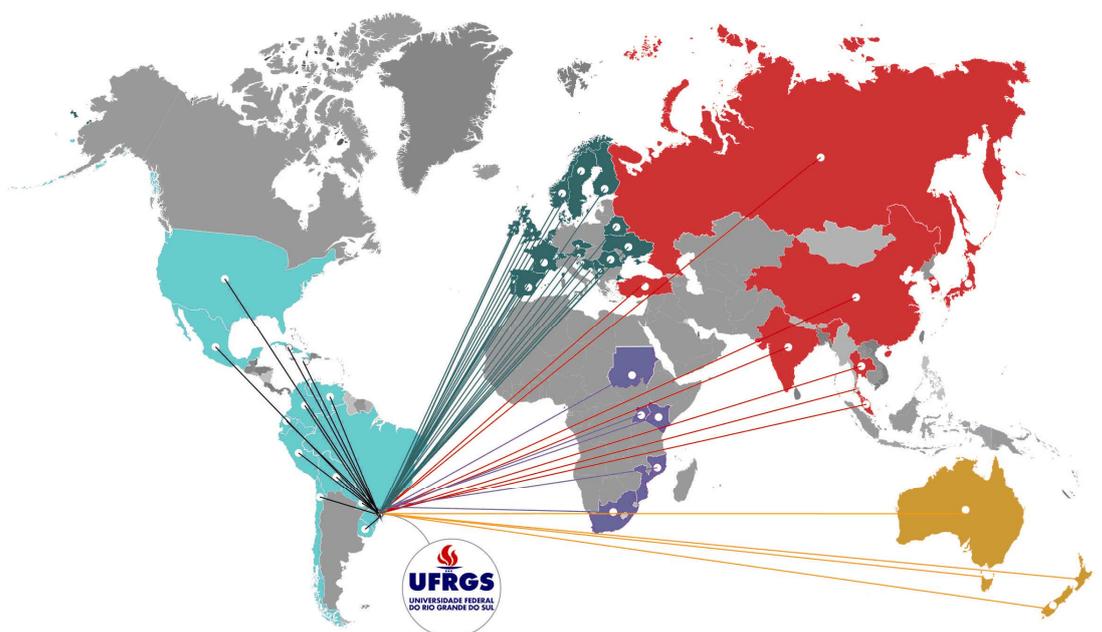
Interações acadêmicas, cujos valores financeiros são de até R\$ 475.000,00 (pequeno porte), diretamente arrecadados na fundação de apoio, por meio de inscrições de cursos, serão assinadas pelo diretor da unidade acadêmica executora . Modelo Anexo III.

PORTARIA Nº 2679 DE 27-05-2011
 DECISÃO Nº 193/2011- 08-04-2011 - CONSUN – INTERAÇÃO ACADÊMICA, modificada pela DECISÃO Nº 083/2017- CONSUN-17-03-2017
 TRAMITAÇÃO DE CONTRATO ASSINADO ENTRE A UFRGS E A FUNDAÇÃO DE APOIO (Realização de atividades de desenvolvimento científico e/ou de capacitação industrial e/ou tecnológica e os valores sejam de até R\$ 475.000,00)



Fonte: Autoria própria, 2017, a partir de dados da pesquisa.

APÊNDICE F – Interações Acadêmicas Internacionais da UFRGS

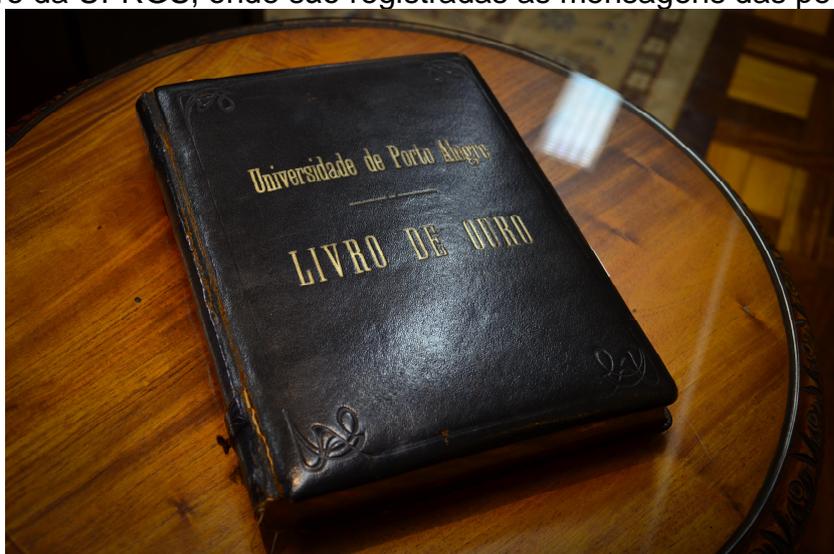


AMÉRICA	EUROPA	ÁFRICA	ÁSIA	OCEANIA
Argentina	Albânia	Írlanda	China	Austrália
Bolívia	Alemanha	Írlanda do Norte	Coreia do Sul	Nova Zelândia
Canadá	Áustria	Itália	Índia	
Chile	Bélgica	Noruega	Israel	
Colômbia	Bielorrússia	Países Baixos	Japão	
Costa Rica	Bósnia	Portugal	Malásia	
Cuba	Croácia	Reino Unido	Rússia	
Equador	Dinamarca	República de	Singapura	
Estados Unidos	Escócia	Malta	Tailândia	
Haiti	Espanha	República	Turquia	
México	Finlândia	Tcheca		
Paraguai	França	Romênia		
Peru	Grã-Bretanha	Sérvia		
Uruguai	Herzegovina	Suécia		
Venezuela	Holanda	Suíça		
	Inglaterra	Ucrânia		

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios emitidos pelo Núcleo de Convênios (NC).

ANEXO A - Livro de Ouro da UFRGS É Mensagens do Sociólogo Boaventura de Sousa Santos à UFRGS

Livro de Ouro da UFRGS, onde são registradas as mensagens das personalidades.



É para mim um enorme privilégio profetizar a aula magna de 1995 nesta Universidade. Seu primeiro lugar porque me sinto a viver, desde que cheguei, uma experiência mesquinhel de ligação e articulação entre a Universidade e a Cidade. Se a Universidade é o global localizado, a cidade é o local globalizado. O futuro de uma e de outra está na sua geminação, ou seja, na UNIVERSIDADE, verifico com alegria que em Porto Alegre se está a dar passos vigorosos neste sentido. Seu segundo lugar, senti-me privilegiado por poder partilhar os meus reflexos numa Universidade que se prepara silenciosamente para enfrentar os desafios do século XXI, uma Universidade que sabe bem da necessidade de o conhecimento e de cultura não combaterem nas costas do futuro. É para isso e é preciso adoptar a utopia como metáfora orientadora de um conhecimento emancipatório na construção de uma sociedade mais justa.

Boaventura de Sousa Santos
22 - Março 1995

Quiero agradecer a la Universidad
Este honor concedido y tambien
el trabajo que tiene por la integracion
con latinoamerica.

Boaventura
17/03/1995

É para mim um momento
muito feliz voltar à UFRGS
nesta ocasião de celebração
do 80 anos, uma
Universidade que está
hoje no primeiro escalão
das Universidades brasileiras
e latinoamericanas e
que por isso nos prestigia
a todos

Boaventura de S. Santos

Mensagens do sociólogo Boaventura de Sousa Santos à UFRGS,
durante as visitas realizadas em 1995 e 2014.